

CINTIA APARECIDA PEREIRA COSTA CHAMAS

***A GESTÃO DE UM PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E PAISAGÍSTICO:
ILHA DO CAMPECHE/ SC***

**Florianópolis
2008**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Geografia

CINTIA APARECIDA PEREIRA COSTA CHAMAS

***A GESTÃO DE UM PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E PAISAGÍSTICO:
ILHA DO CAMPECHE/ SC***

Orientador: Prof. Dr. Luiz Fernando Scheibe

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Área de concentração: Utilização e Conservação de Recursos Naturais

Florianópolis/SC, março de 2008

**A GESTÃO DE UM PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E PAISAGÍSTICO:
ILHA DO CAMPECHE/ SC**

CINTIA APARECIDA PEREIRA COSTA CHAMAS

Coordenador: Carlos José Espíndola

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração Utilização e Conservação de Recursos Naturais, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Mestre em Geografia.

Orientador: _____
Prof. Dr. Luiz Fernando Scheibe (Universidade Federal de Santa Catarina)

Membro: _____
Prof.^a. Dr.^a. Marcia Marques (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Membro: _____
Prof. Dr. Marcus Polette (Universidade do Vale do Itajaí)

Florianópolis/ SC, 25 de março de 2008

A José,
mesclado ao meu ser
qual fumaça e ar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a várias pessoas (por ordem alfabética!). Cada qual sabe porque...

Adriana Marghoti	Maria Luiza Lima, Malu
Alexandre Mazzer	Manoel Joaquim da Silva, Sr. Beniga
Analucia Hartmann	Marcia Marques
Andreoara Schmidt, Andy	Márcio Soldateli
Ângela Beltrame	Marcus Polette
Carlos Salvador	Mariana Costa Chamas Tabacow
Claudia Regina dos Santos	Marli Terezinha Costa
Ewerton Wegner	Nelson Lacerda
Fabiana Comerlato	Nilton Firmino Cardoso, Sr. Cardoso
Francisco Cardoso	Paulo Vieira
João Esperandio dos Santos, Joca	Sarah Penido
José Tabacow	Ulisses Munarim
Luana Periotto	Vanessa Argenta

E ainda,

ao empenho de Harideva Égas para a construção dos mapas e ao apoio dado pelos Laboratórios de Geoprocessamento e de Análise Ambiental/ UFSC e suas equipes,

aos entrevistados Aarão Francisco Mafra Filho, Acácio Coelho dos Santos, Adolfo Pereira Duarte, Aldo Correia de Souza, Alexandre Stodieck, Esperandio João dos Santos, Francisco Antonio da Silveira, Nabor João dos Santos, Nicolau Bernardino Machado, Serafim Artur Arsênio, pela generosidade de compartilhar seu conhecimento,

à Associação de Pescadores, ao restaurante Bacalhau e à Acompeche pelo apoio operacional,

aos monitores, coordenadores, pescadores e todos aqueles que convivi nesses anos de ilha do Campeche,

aos professores, funcionários e colegas do curso de mestrado e àqueles colegas do Iphan que me apoiaram.

E, especialmente, ao meu orientador,
paciente auscultador,
sensível aos momentos de ouvir
ou conduzir, com maestria.

RESUMO

A ilha do Campeche, situada em Florianópolis/ SC, foi tombada em 2000 como Patrimônio Arqueológico e Paisagístico Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Cultura. Instituiu-se uma gestão público-privada, em função da proteção dada ao bem tombado e da continuidade dos usos e ocupações existentes. As peculiaridades desta gestão e de todas as formas de uso praticadas a partir do início do século XX são analisadas neste trabalho utilizando-se a metodologia Giwa, subdividida em duas partes, Análise da Cadeia Causal e Análise das Opções Políticas. Foram estudados os aspectos físicos, sócio-econômicos e administrativos da ilha do Campeche. A delimitação definida considera a porção emersa e seu entorno imediato. Foram identificadas alterações físicas significativas nas porções terrestre e marinha. Nesta última, pela falta de estudos com indicadores, a análise se restringiu às atividades de pesca e turismo. No enfoque sócio-econômico pôde-se avaliar o estabelecimento de uma intrínseca relação entre pesca e turismo para a comunidade de pescadores artesanais da Armação do Pântano do Sul e sua alta dependência dos recursos da ilha do Campeche. Outros grupos também apresentaram vínculo significativo, porém com maior autonomia. A questão administrativa foi apreciada sob a ótica da conservação, priorizando a análise da evolução das interferências sobre o meio ambiente e sobre o patrimônio arqueológico. Apesar da Ilha pertencer à União e ser atendida por legislação de proteção, a administração, até 1998, foi fundamentalmente de caráter privado diferindo apenas quanto ao grau de formalidade de uso e ocupação. Com o pedido de tombamento iniciou-se uma gestão mista em que o caráter público foi instalando-se paulatinamente e passando a arbitrar as questões privadas. Esta gestão público-privada ainda está em processo de construção, necessitando definições, algumas sugeridas neste trabalho, para sua consolidação. Identificou-se como elemento comum aos três aspectos - físico, sócio-econômico e administrativo - duas qualidades necessárias: sustentabilidade e autonomia. A sustentabilidade está presente no uso dos recursos e na viabilidade sócio-econômica, sendo o seu alcance diretamente dependente de uma administração eficiente. Neste ponto ficou clara a necessidade de uma normatização ampla e incisiva. A autonomia também pode ser alcançada por uma administração eficaz, atendendo às necessidades de conservação do meio físico e melhoria das condições sócio-econômicas.

Palavras chaves

Patrimônio Arqueológico e Paisagístico, Ilha do Campeche, Tombamento, Turismo, Metodologia Giwa, Análise da Cadeia Causal, Análise das Opções Políticas.

ABSTRACT

Campeche Island, located in Florianópolis, SC, was declared a National Archeological and Landscape Heritage Site by the National Institute of Historic and Artistic Heritage of the Ministry of Culture in the year 2000. Joint public-private management of the island was established due to the protected status of the area and to assure responsibility for the continuity of the existing uses and occupations. The peculiarities of this management and of all the forms of use practiced since the beginning of the 20th century are analyzed in this study, using the Giwa methodology, subdivided into two parts, a Causal Chain Analysis and a Policy Options Analysis. The physical, socio-economic and administrative aspects of Campeche Island were studied. The site limits defined consider the immersed portion and the immediate surroundings. Significant physical alterations were identified in the land and marine portions. In the latter, because of a lack of studies with indicators, the analysis was limited to fishing and tourism activities. The socio-economic focus allowed evaluating the establishment of an intrinsic relationship between fishing and tourism for the community of cottage fisherman from the village of Armação do Pântano do Sul and their high dependence on the resources of Campeche Island. Other groups also have significant ties to the site, although with less dependence. The administrative issue was analyzed from the perspective of conservation, giving priority to the analysis of the changing interferences on the environment and on the archeological sites. Although the Island belongs to the federal government, and is governed by federal legislation, until 1998, the administration was essentially private, differing only in the degree of formality of use and occupation. With the request for declaration as a heritage site, joint administration began in which the public character was gradually implemented and came to orient the private issues. This public-private management is still being constructed, and requires the consolidation of definitions, some of which are suggested in this study. Two necessary qualities were defined as a common element to the physical, socio-economic and administrative aspects: sustainability and autonomy. Sustainability is present in the use of resources and in the socio-economic viability, with its success directly dependent on efficient management. The need for broad and incisive regulation became clear. Autonomy can also be achieved with effective administration, serving the needs for conservation of the physical environment and for improvement of the socio-economic conditions.

Key words

Archeological and Landscape Heritage Site, Campeche Island, Preservation, Tourism, Giwa Methodology, Causal Chain Analysis, Political Options Analysis.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Trapiche do continente e ilha João Cunha ao fundo _____	10
FIGURA 2 – Desembarque na Ilha _____	10
FIGURA 3 – Passarela elevada conduz às edificações _____	11
FIGURA 4 – Sanitários _____	11
FIGURA 5 – Restaurante construído em níveis diferentes, adaptando-se à topografia _____	11
FIGURA 6 – Lanchonete junto à praia _____	11
FIGURAS 7 e 8 – <i>Leptodactylus gracilis</i> _____	17
FIGURA 9 – Componentes do modelo de Análise da Cadeia Causal do Projeto Giwa _____	26
FIGURA 10 – Fluxograma da Metodologia Giwa _____	30
FIGURA 11 – Localização da ilha do Campeche _____	36
FIGURA 12 – Fotografia aérea da ilha do Campeche _____	37
FIGURA 13 – “Plano Hydrographico da Ilha de Santa Catharina e da Terra Firme adjacente. Reetificado no anno de 1814 por Paulo Joze Miguel de Brito” _____	38
FIGURA 14 – Costa oeste da ilha do Campeche _____	39
FIGURA 15 – Mapa hipsométrico da ilha do Campeche _____	40
FIGURA 16 – Feição da costa leste da Ilha do Campeche (ao fundo a elevação norte) _____	40
FIGURA 17 – Enseada e elevação sul _____	40
FIGURA 18 – Esboço geológico da ilha do Campeche _____	41
FIGURA 19 – Dique de diabásio a sudeste _____	42
FIGURA 20 – Dique de diabásio a noroeste _____	42
FIGURA 21 – Mapa de compartimentação geomorfológica da ilha do Campeche _____	43
FIGURA 22 - Mapa hidrográfico da ilha do Campeche _____	44
FIGURA 23 – Vegetação pioneira sobre costões rochosos e Floresta Ombrófila contígua (SW) _____	46
FIGURA 24 – Vegetação pioneira de costões rochosos (SE) _____	46
FIGURA 25 – Restinga ao norte da praia _____	46
FIGURA 26 – Batimetria da região da ilha do Campeche _____	47
FIGURA 27 – Mapeamento dos sítios arqueológicos pré-históricos da ilha do Campeche _____	49
FIGURA 28 – Bacias de amolação em bloco de diabásio _____	50
FIGURA 29 – Afiadores em bloco de diabásio _____	50
FIGURA 30 – Gravura em bloco granítico _____	50
FIGURA 31 – Gravura antropomórfica em bloco de diabásio _____	50
FIGURA 32 – Parte do "Mapa Hydrographico, Topographico, Historico e Analytico da Provincia da Ilha de Santa Catharina Collecionado, Add.....ssimo, e Excellentissimo Sñr. Thomas Antonio de Villa Nova Portugal, do Conselho d’Estado, Ministro e Secretario d’Estado dos Negocios da Côrte e Reino (...)" _____	53

FIGURA 33 – Detalhe da figura anterior	54
FIGURA 34 – Sítio arqueológico histórico de Armação de Baleias na ilha do Campeche	54
FIGURA 35 – Fotografia aérea da ilha do Campeche em 1938	59
FIGURA 36 – Mapa de uso da terra da ilha do Campeche em 1938	60
FIGURA 37 - Fotografia aérea da ilha do Campeche em 1957	62
FIGURA 38 – Mapa de uso da terra da ilha do Campeche em 1957	63
FIGURA 39 – Fotografia aérea da ilha do Campeche em 1977	65
FIGURA 40 – Mapa de uso da terra em 1977	66
FIGURA 41 – Imagem de satélite da ilha do Campeche em 2004	68
FIGURA 42 – Mapa de uso da terra em 2004	69
FIGURA 43 – Vista panorâmica - costa noroeste	71
FIGURA 44 – Detalhe do afloramento	71
FIGURA 45 – Regeneração na encosta ao sul da praia	71
FIGURA 46 – Detalhe de regeneração cercada por mata	71
FIGURA 47 – Mapeamento de edificações e ponteiros da ilha do Campeche	72
FIGURAS 48, 49, 50 – Edificações evidenciam-se na paisagem da enseada	73
FIGURA 51 – Local denominado sítio da Piteira pela predominância de <i>Furcroya gigantea</i>	74
FIGURA 52 – Grupo de quatis com filhotes	75
FIGURA 53 – Quati sobre mesa do restaurante	75
FIGURA 54 – Gansos em área de visitação	75
FIGURA 55 – Modificações no uso da terra entre 1938 e 2004	76
FIGURA 56 – Embarcações da APAAPS	78
FIGURA 57 – Mapa de uso para pesca de rede	79
FIGURA 58 – Cerco fixo sudoeste	79
FIGURA 59 – Mapa de uso para pesca com vara e anzol	80
FIGURA 60 – Mapa de uso para extração de marisco e caça submarina	81
FIGURA 61 – Mapa de uso para pesca com zangarilho e tarrafa	82
FIGURA 62 – Mapa de uso para pesca industrial	82
FIGURA 63 – Barco de pesca industrial na ponta sul	83
FIGURAS 64 e 65 – Reunião no auditório do MPF, estando na ala esquerda os pescadores e na direita os demais signatários	88
FIGURA 66 – Posto de atendimento para trilhas terrestres	90
FIGURA 67 – Atendimento para trilhas subaquáticas e fornecimento de equipamentos de mergulho	90
FIGURA 68 – Turistas desembarcando de um bote da APAAPS	91
FIGURA 69 – Bote inflável vindo da praia do Campeche	91
FIGURA 70 – Transbordo com bote inflável em desembarque de escuna	91
FIGURA 71 – Embarque direto em escuna	91
FIGURA 72 - Sistema implementado em 2006 com dois canais para desembarques	91
FIGURA 73 – Rotas comerciais para a ilha do Campeche	93
FIGURA 74- Trilha em área de mata	95
FIGURA 75 – Trilha do costão (NE)	95
FIGURA 76 – Percurso ao longo do costão noroeste	95

FIGURA 77 – Acesso e mirante da Pedra Fincada (NE)	95
FIGURA 78 – Trilhas subaquáticas na ilha do Campeche	96
FIGURA 79 – Coleta de insuficiente de lixo	98
FIGURAS 80 e 81 – Extravazamento de fossas na praia da Ilha	99
FIGURA 82 – Aula teórica	101
FIGURA 83 – Aula prática na ilha do Campeche	101
FIGURA 84 – Instruções de primeiros socorros	101
FIGURA 85 – Apresentação de trabalho de grupo: maquete da ilha do Campeche	101
FIGURA 86 – Desembarques diários de visitantes entre 27/12/2004 e 31/01/2005	102
FIGURA 87 – Desembarques diários de visitantes entre 01/02/2005 e 15/03/2005	103
FIGURA 88 – Desembarques mensais de dez/2005 a mar/2006	103
FIGURA 89 – Desembarques quinzenais entre dez/2005 e fev/2006	104
FIGURA 90 – Desembarques quinzenais entre dez/2006 e fev/2007	104
FIGURA 91- Áreas de Preservação Permanente da ilha do Campeche (segundo a lei 4771/ 1965)	108
FIGURA 92 – ACC do Problema Ambiental Escassez de Água	119
FIGURA 93 – ACC do Problema Ambiental Poluição	120
FIGURA 94 – ACC do Problema Ambiental Modificação de <i>Habitats</i> e Comunidades Terrestres	121
FIGURA 95 – ACC do Problema Ambiental Exploração não Sustentável de Recursos Pesqueiros	122
FIGURA 96 – Gráfico dos resultados finais das propostas	144

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Problemas Ambientais e respectivos Aspectos segundo a Metodologia Giwa	24
QUADRO 2 – Suscetibilidade a mudanças políticas das Causas Raízes identificadas	123
QUADRO 3 – Discriminação de funções e capacidades das instituições envolvidas	125
QUADRO 4 – Análise do <i>status</i> e dos processos ocorrentes na ilha do Campeche	125
QUADRO 5 – Relação das propostas de agentes chaves, declarados ou identificados	126-127

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Uso da terra em 1938	61
TABELA 2 – Uso da terra em 1957	64
TABELA 3 – Uso da terra em 1977	67
TABELA 4 – Uso da terra em 2004	70
TABELA 5 – Análise comparativa entre desembarques e visitas às trilhas	105
TABELA 6 – Avaliação dos impactos ambientais nos problemas principais	110
TABELA 7 – Matriz de propostas alternativas	141-143
TABELA 8 – Análise dos resultados finais das propostas	145

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACC – Análise da Cadeia Causal
Acompeche - Associação Couto de Magalhães de Preservação da Ilha do Campeche
Amaisc - Associação dos Monitores Ambientais da Ilha de Santa Catarina
APA - Área de Proteção Ambiental
AP – Antes do Presente
APP- Área de Preservação Permanente
APAAPS – Associação de Pescadores Artesanais da Armação do Pântano do Sul
Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPPA - Companhia de Polícia de Proteção Ambiental
Fatma - Fundação do Meio Ambiente
FCC - Fundação Catarinense de Cultura
Floram - Fundação Municipal do Meio Ambiente
GEF - *Global Environmental Facility*
Giwa - *Global International Waters Assessment*
GRPU/SC - Gerência Regional do Patrimônio da União em Santa Catarina
Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MPF - Ministério Público Federal
ONG – Organização Não Governamental
PMF – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Pnuma - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
Resex - Reserva Extrativista Marinha
RIP - Registro Imobiliário Patrimonial
RPPN - Reserva Particular de Patrimônio Natural
Seap - Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca
Sphan – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Sephan – Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município
SIG – Sistema Geográfico de Informações
Snuc – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPU – Secretaria do Patrimônio da União
Susp - Secretaria Municipal de Urbanismo e Serviço Públicos
TAC – Termo de Ajustamento de Conduta
UC – Unidade de Conservação
Univali – Universidade do Vale do Itajaí

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTAÇÃO	4
2.1 CATEGORIAS DE PROTEÇÃO	4
2.1.1 Ibama: legislação e tipologia de áreas protegidas	5
2.1.2 Iphan: legislação e tipologia de bens protegidos	6
2.1.3 Competências	8
2.2 ESTUDO DE CASO ILUSTRATIVO	8
2.3 PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A ILHA DO CAMPECHE	12
2.3.1 Arqueologia	12
2.3.2 Meio ambiente	14
2.3.2.1 Fauna e flora	16
2.3.3 Gestão	17
CAPÍTULO 3 – MÉTODOS	19
3.1 METODOLOGIA GIWA	19
3.1.1 Aplicações	20
3.1.2 Etapas	23
3.1.2.1 Seleção	23
3.1.2.2 Priorização	23
3.1.2.3 Avaliação detalhada	23
3.1.2.4 Análise da Cadeia Causal	24
3.1.2.5 Análise das Opções Políticas	27
3.1.2.6 Síntese das etapas	29
3.2 PROCESSOS DE PESQUISA	31
3.2.1 Elaboração de mapas	31
3.2.2 Coleta de informações orais	31

CAPÍTULO 4 – CARACTERIZAÇÃO, HISTÓRICO E PROTEÇÃO DA ILHA DO CAMPECHE	34
4.1 ÁREA DE ESTUDO	36
4.1.1 Aspectos físicos e bióticos	39
4.1.1.1 Entorno marinho	47
4.2 USO E OCUPAÇÃO	48
4.2.1 Transformações da paisagem	57
4.2.1.1 Uso da terra em 1938	58
4.2.1.2 Uso da terra em 1957	61
4.2.1.3 Uso da terra em 1977	64
4.2.1.4 Uso da terra em 2004	67
4.2.1.5 Síntese do uso da terra	76
4.2.2 Arte da pesca	77
4.3 PROCESSOS DE GESTÃO	83
4.3.1 Tombamento	83
4.3.2 Tentativa de formalizar uma gestão participativa	84
4.3.3 Acordos e desacordos	86
4.3.4 Termos de Ajustamento de Conduta	87
4.3.5 Visitação	89
4.3.5.1 Estrutura física	89
4.3.5.2 Atividades e inter-relações	92
4.3.5.3 Estruturação da visitação	99
4.3.5.3.1 <i>Qualificação dos monitores</i>	100
4.3.5.4 Quantificando a visitação	102
4.3.5.5 Relatórios	105
4.4 PROTEÇÃO LEGAL	106
CAPÍTULO 5 – APLICAÇÃO DA METODOLOGIA GIWA E DISCUSSÃO	110
5.1 SELEÇÃO E PRIORIZAÇÃO	110

5.2 ANÁLISE DA CADEIA CAUSAL	113
5.2.1 Escassez de água	114
5.2.2 Poluição	115
5.2.3 Modificação de <i>habitats</i> e comunidades terrestres	115
5.2.4 Exploração não sustentável de recursos pesqueiros	116
5.2.5 Causas Raízes	123
5.3 ANÁLISE DAS OPÇÕES POLÍTICAS	123
5.3.1 Definir o problema	124
5.3.2 Reunir evidências	124
5.3.3 Construir as opções de política	126
5.3.3.1 Propostas dos agentes	126
5.3.3.2 Propostas alternativas	127
5.3.3.3 Voltando à Análise da Cadeia Causal	139
5.3.4 Selecionar os critérios de avaliação	140
5.3.5 Projetar os resultados	140
5.3.6 Confrontar os <i>trade-offs</i>	146
5.3.7 Decidir	149
CAPÍTULO 6 – CONCLUSÕES	152
REFERÊNCIAS	157
ANEXO A - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM PESCADORES	167
ANEXO B – ENTREVISTAS - PESCADORES	168
ANEXO C – ENTREVISTA – CONSTRUÇÃO DE PONTEIRAS	204
ANEXO D – ENTREVISTA – EMPREENDIMENTO ILHA DE PORTO BELO	205
APÊNDICE A - DIAGNÓSTICO ELABORADO EM 2001	208
APÊNDICE B - TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	214
APÊNDICE C - RELATÓRIOS	234

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

A ilha do Campeche destaca-se pela singularidade de seu patrimônio arqueológico e natural. Os sítios arqueológicos, importantes nos aspectos qualitativo e quantitativo, distribuem-se pelos afloramentos rochosos que emolduram uma formação vegetal de Mata Atlântica compondo local de notável beleza cênica. Justamente por este atrativo paisagístico, passa a receber, na alta temporada, uma quantidade de visitantes possivelmente incompatível com sua capacidade de suporte, e que ora percorrem as trilhas, ora usufruem da praia e de suas límpidas águas marinhas. A precária organização da visitação e as características da ocupação, somadas à fragilidade do ambiente insular e dos sítios arqueológicos, evidenciaram a necessidade de uma proteção legal específica. Assim, a representação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em Santa Catarina solicitou o tombamento da ilha a partir de documento (IPHAN, 1998) elaborado pela autora, a quem também coube a responsabilidade pela gestão da área. Em julho de 2000 foi homologado o “tombamento do Sítio Arqueológico e Paisagístico da Ilha do Campeche” em nível nacional, por Portaria do Ministro da Cultura (BRASIL, 2000).

O tombamento é considerado importante instrumento de conservação, na medida em que inibe qualquer forma de interferência física desautorizada. Por não colidir com os direitos de propriedade ou posse, permite a continuidade de seu usufruto. Este usufruto dá-se contudo num regime de interação que, se bem direcionada, viabiliza um processo de educação patrimonial em que os grupos envolvidos podem vir a se transformar em guardiões do patrimônio.

A partir do novo *status* de área especialmente protegida por lei, a ilha do Campeche passou a ser objeto de uma institucionalização do espaço (RÖPER, 1999) que prioriza a proteção e a educação patrimonial. Surgem parcerias e conflitos entre os órgãos públicos e os ocupantes e usuários, enquanto a mídia e a indústria turística alimentam a crescente demanda de visitação, sem considerar a necessidade de haver correspondência com a infraestrutura básica.

A figura jurídica do tombamento foi instituída pelo Decreto-lei nº. 25/ 1937 (BRASIL, 1937), que possui caráter genérico para abarcar toda a diversidade do patrimônio cultural. Em função desta abrangência a gestão dos bens protegidos pelo Iphan prevê ações específicas para cada bem. O acervo de bens tombados ultrapassa, no Brasil, a casa de 20 mil, inviabilizando a disponibilidade individual de estrutura administrativa e técnica, bem como de recursos regulares para planejamento e execução das atividades necessárias. No entanto, a ilha do Campeche guarda especificidades que justificam a gestão especial que lhe é dada.

Essa gestão compreende ações de fiscalização e proteção aos sítios arqueológicos, mediação de conflitos e condução do processo de gestão participativa, planejamento e implementação de obras de melhorias e organização e coordenação do sistema de visitação, incluindo capacitação de pessoas da comunidade próxima. Neste processo pode-se contar com o apoio de outros órgãos públicos, sempre buscando a participação dos grupos envolvidos a partir de parcerias e ações educativas. Inúmeros problemas surgiram no transcorrer do processo e as providências nem sempre se mostraram eficientes, assim como alguns participantes não demonstram aptidão para atuar em áreas com especiais necessidades de proteção. Assim, ao responsabilizar-se por gerir um bem patrimonial com tal extensão e complexidade de interações, o Iphan cria, empiricamente, um modelo dependente das demandas políticas e econômicas.

Neste contexto complexo, em que estão presentes conflitos entre a legislação, o uso do espaço físico e as necessidades de proteção, foram feitos diagnósticos identificando interferências antrópicas irregulares, manejo de fauna e flora impróprios, implantação e uso incorretos de trilhas, agressões aos sítios arqueológicos, visitação e uso incompatíveis sob os aspectos quantitativo e comportamental e conflitos entre ocupantes, usuários e visitantes (CHAMAS, 2000).

Pelo quadro de degradação apresentado definiu-se o **objetivo principal** deste estudo: avaliar as práticas de utilização pública e privada do patrimônio arqueológico e paisagístico da ilha do Campeche, Florianópolis, SC visando a sua conservação. Para tanto, serão trabalhados os seguintes **objetivos específicos**:

- Identificar, analisar e avaliar os problemas da ilha do Campeche;
- Identificar e analisar os agentes governamentais e os não governamentais;
- Analisar as interações dos agentes entre si e com a ilha do Campeche;
- Analisar e avaliar o encadeamento dos processos, suas causas raízes e conseqüências;
- Analisar e avaliar os modelos de gestão e as ações políticas possíveis para a ilha do Campeche.

O trabalho foi dividido em cinco partes: esta introdução, a fundamentação para o entendimento, a metodologia, sua aplicação e discussão dos resultados.

A fundamentação é apresentada no segundo capítulo e subdividida em três partes. Inicialmente são categorizadas distintas formas de proteção oferecida pelo poder público do nível federal, considerando a proteção do patrimônio cultural e do natural. Após esta análise é feito um estudo de caso de uma área que guarda muita similaridade, apesar de estar subordinada à iniciativa privada, a Ilha de Porto Belo. O fechamento da fundamentação é dado pelo levantamento da produção científica sobre a ilha do Campeche, não somente para conhecer o estado da arte, mas para alimentar a caracterização do objeto de estudo.

No terceiro capítulo é apresentada a metodologia utilizada, bem como os procedimentos de pesquisa. Pela necessidade de superar, na medida do possível, os vieses da subjetividade desenvolvida ao longo de nove anos de trabalho da autora com o tema, definiu-se pelo uso da metodologia Giwa. A Análise da Cadeia Causal (ACC) e a Análise das Opções Políticas, nela previstas, permitiram a organização do diagnóstico, além de proposições para uma atuação política diferenciada.

Os resultados apresentados no capítulo quarto trazem a caracterização detalhada dos aspectos físicos e bióticos, o histórico do uso da área de estudo bem como suas especificidades legais. Este detalhamento precede a descrição dos processos de gestão resultantes do tombamento.

A continuidade da apresentação de resultados desenvolvida no quinto capítulo cuida da aplicação da metodologia Giwa à ilha do Campeche. Para tanto utiliza-se do embasamento feito no capítulo anterior e das informações contidas nos anexos e apêndices. Os procedimentos de análise são mesclados com discussões e concluídos com indicações de possíveis direcionamentos políticos corretivos para solução dos problemas existentes.

No sexto e último capítulo é feita uma conclusão como fechamento do trabalho.

Desta forma, as informações acumuladas pela autora ao longo dos anos de gestão da ilha do Campeche, ao serem reforçadas e sistematizadas pelo conhecimento adquirido durante o presente curso de Mestrado, são reorganizadas e reanalisadas sob uma ótica científica, permitindo a composição de um documento que pretende cumprir a função de gerar resultados aplicáveis ao planejamento. Nesta busca por um equilíbrio entre uso e proteção, espera-se que os resultados venham a atender aos órgãos públicos, fiscalizadores e tomadores de decisão, bem como a toda sociedade civil a quem pertence o patrimônio.

CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTAÇÃO

A fundamentação do presente estudo inicia-se com o entendimento da diversidade do patrimônio brasileiro em seus aspectos cultural e natural. Estes mesclam-se criando situações de sobreposição quanto à sua proteção, e por este motivo são apresentadas e comparadas as estruturas institucionais e as categorias de duas instituições governamentais federais, o Iphan e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Porém, há casos em que a proteção é viabilizada sem a gestão direta governamental apresentando características distintas e valiosas na construção de modelos. Por este viés, decidiu-se pela apresentação de um empreendimento privado, a Ilha de Porto Belo. Esta faz-se um importante modelo por aliar conservação a eficiência administrativa, meta almejada pelas instituições públicas.

Para complementar a preparação para a aplicação da metodologia, é feito um levantamento dos estudos já elaborados sobre a ilha do Campeche. Estes concentram-se nos últimos dez anos, exceção feita a área de arqueologia, que contou com publicações decorrentes da visita do Padre Rohr à ilha em 1968.

2.1 CATEGORIAS DE PROTEÇÃO

Inicia-se o embasamento da pesquisa com a caracterização do patrimônio brasileiro, seguida pela apresentação da abrangência de sua proteção legal, esta última consequência direta da diversidade patrimonial.

Representam o patrimônio brasileiro os bens com ampla significância, quer seja com ênfase para a questão cultural, quer para a natural. Esta duplicidade, cultural/ natural, longe de ser uma dicotomia, é uma interseção de valores distintos mas complementares, conforme descrito por Souza Filho (1996, p.9):

O meio ambiente, entendido em toda sua plenitude e de um ponto de vista humanista, compreende a natureza e as modificações que nela vem introduzindo o ser humano. Assim, o meio ambiente é composto pela terra, a água, o ar, a flora e a fauna, as edificações, as obras-de-arte e os elementos subjetivos e evocativos, como a beleza da paisagem ou a lembrança do passado, inscrições, marcos ou sinais de fatos naturais ou da passagem de seres humanos. Desta forma, para compreender o meio ambiente é tão importante a montanha, como a evocação mística que dela faça o povo.

Alguns destes elementos existem independentes da ação do homem: os chamados de meio ambiente natural; outros são frutos da sua intervenção e os chamamos de meio ambiente cultural.

A diversidade existente na expressão “meio ambiente” pode ser observada nas instituições governamentais de proteção ao Patrimônio: os órgãos ambientais prevêm a proteção aos bens culturais, assim como os órgãos culturais cuidam da paisagem e do entorno natural. Essa proteção se faz representar por órgãos nos três níveis político-administrativos: nacional, estadual e municipal.

Em Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, o patrimônio natural é gerido pelos seguintes órgãos ambientais: Ibama; Fundação do Meio Ambiente (Fatma); Fundação Municipal do Meio Ambiente (Floram) e, do patrimônio criado pelo Homem, encarregam-se os órgãos culturais: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); Fundação Catarinense de Cultura (FCC); Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município (Sephan).

As áreas protegidas sob a responsabilidade de órgãos ambientais subordinam-se a legislação específica, onde são categorizadas como Unidades de Conservação, de acordo com suas características. Têm seu planejamento e sua implementação gerados a partir de normas e roteiros metodológicos. No caso dos órgãos de cultura, dada a diversidade existente, a necessidade de abrangência faz com que a legislação seja genérica, criando a figura jurídica do tombamento.

A seguir serão analisados os órgãos da esfera federal responsáveis pela proteção nas áreas ambiental e cultural.

2.1.1 Ibama: legislação e tipologia de áreas protegidas

O Ibama, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, foi criado pela Lei n.º 7.735, de 22 de fevereiro de 1989 assumindo as atribuições do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF e outros órgãos extintos pela Lei n.º 7.732, de 14 de fevereiro de 1989 (BRASIL, 1989).

As áreas sob especial proteção do Ibama são denominadas Unidades de Conservação (UCs) e sua criação, implantação e gestão baseia-se na Lei n.º 9.985, de 18/07/2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc) (BRASIL, 2000).

O Snuc define dois grupos de Unidades: de Proteção Integral e de Uso Sustentável, tendo, respectivamente, os objetivos básicos a seguir:

- preservar a natureza sendo admitido apenas o uso indireto de seus recursos naturais e
- compatibilizar conservação da natureza com uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

São UCs de Proteção Integral: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre. São UCs de Uso Sustentável: Área

de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

A escolha da área, que antes era feita principalmente em função de beleza cênica e disponibilidade de terra, centra-se hoje na questão da biodiversidade, ora em função da distribuição de espécies, ora da importância dos ecossistemas. Para esta análise é seguido um método detalhado com critérios definidos (IBAMA, 2006).

Instituída a UC, seus gestores contarão com as indicações do Snuc para definir as ações que devem e as que são permitidas dentro da área protegidas. Para a elaboração do Plano de Manejo, exigido no art. 27º do Snuc, há um manual intitulado “Guia do Chefe” (IBAMA, 2006) onde são detalhados todos os passos a serem seguidos. Para a gestão, o Snuc define, para cada tipo de UC, toda a hierarquia no processo de tomada de decisão e participação comunitária (chefes, conselhos consultivos, conselhos deliberativos, etc.).

2.1.2 Iphan: legislação e tipologia de bens protegidos

O Iphan, vinculado ao Ministério da Cultura, foi criado pela Lei nº. 378 de 13 de janeiro de 1937 sob a denominação de *Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* “com a finalidade de promover, em todo o país e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional” (BRASIL, 1937, art. 46). Possui como principal instrumento legal o Decreto-lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937 (BRASIL, 1937), também conhecido como “lei do tombamento”, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e apresenta a tipologia de bens passíveis de proteção.

Segundo Iphan (2006b), o tombamento é um “ato administrativo realizado pelo Poder Público com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados”. Atesta a excepcionalidade do bem e, sem interferir no direito de propriedade, cuida de restringir alterações físicas que possam descaracterizá-lo.

O Decreto-lei nº. 25/1937 define que os bens tombados sejam inscritos em livros de tomo específicos abrangendo os imóveis (núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos, bens individuais) e os móveis (coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, arquivísticos, bibliográficos, videográficos, fotográficos e cinematográficos). As inscrições são feitas de acordo com as características dos bens (BRASIL, 1937, art. 4º):

- 1º) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular e monumentos naturais;
- 2º) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;
- 3º) no Livro do Tombo das Belas-Artes, as coisas de arte erudita nacional ou estrangeira;
- 4º) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.

Os bens naturais são considerados por seu valor paisagístico e previstos no Decreto-lei nº. 25/1937 (BRASIL, 1937, art. 1º):

§ 2º - Equiparam-se os bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela Natureza ou agenciados pela indústria humana.

Para abarcar toda essa diversidade cultural, o Decreto-lei 25/ 1937 foi construído com um caráter altamente abrangente. Segundo Vieira Filho¹ (com. pess.), tão somente por seu caráter genérico, manteve-se atual, sem a necessidade de complementações ou substituições de conteúdo. Porém, isto acarreta o ônus da falta de regulamentação específica sendo que, cada bem tombado é analisado de acordo com suas características particulares sendo, em alguns casos, regulamentado através de Portaria do Iphan.

Além dos bens móveis e imóveis definidos pelo Decreto-lei nº. 25/ 1937, foi instituída, em 2000, uma nova categoria, o patrimônio imaterial, prevista na Constituição Federal de 05 de outubro de 1988 em seus artigos 215 e 216 (BRASIL, 1988) e regulamentada através do Decreto nº. 3.551, de 4 de agosto de 2000 (BRASIL, 2000). Este decreto institui “o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro” definindo quatro formas de registro (BRASIL, 2000, art. 1º):

- I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
- II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;
- III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;
- IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

¹ Dalmo Vieira Filho, arquiteto do Iphan, foi superintendente da regional de Santa Catarina entre 1997 e 2006.

2.1.3 Competências

Em uma primeira aproximação, pode-se dizer que o Iphan responsabiliza-se pelo patrimônio cultural e o Ibama pelo natural. Porém, o Decreto-lei n.º. 25/ 1937 (BRASIL, 1937) ao constituir o conjunto de bens móveis e imóveis do patrimônio histórico e artístico nacional inclui, em seu 2º parágrafo do 1º artigo, os “monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela Natureza ou agenciados pela indústria humana”. Igualmente, o Ibama ao analisar a validade de criar uma UC considera, na coleta de dados em campo, a presença e a quantidade de sítios de grande valor histórico, cultural e antropológico (IBAMA, 2006).

Apesar destas sobreposições, as formas de gestão são totalmente distintas. Enquanto o Ibama possui vasta normatização de formas de uso e estruturas administrativas embasada em metodologias explicitadas e detalhadas, o Iphan baseia-se no Decreto-Lei n.º. 25/ 1937 que caracteriza-se por ser genérico e abrangente. A legislação complementar existente cumpre a função de fornecer ferramentas para a fiscalização e proteção, mas não abrange a gestão. Adotando-se a premissa de que cada caso é um caso, as ações baseiam-se em análises específicas, quase sempre inexistindo modelos similares para referência. Assim, os pareceres e autorizações devem levar em grande conta o bom senso do funcionário e a isenção política necessários. Dado o crescente decréscimo do quadro funcional da Instituição, torna-se cada vez mais difícil compor uma equipe para análise e, com frequência, os funcionários arcam com o ônus de personalizarem as decisões institucionais. Para os casos de envolvimento político complexo, há a opção estratégica de remeter o processo para outras instâncias da Instituição (ou mesmo para outras instituições) reduzindo, assim, o efeito de pressões externas.

2.2 ESTUDO DE CASO ILUSTRATIVO

Visando obter dados comparativos para a discussão dos resultados do presente estudo, foi realizada uma pesquisa exploratória na Ilha de Porto Belo, que apresentado contém similaridades geográficas e ambientais com a Ilha do Campeche. Trata-se de uma ilha com grande apelo paisagístico e ambiente em boas condições de recuperação, fatores que fomentam a atividade turística.

Seu principal diferencial, ser um empreendimento privado, torna-a um potencial modelo em função de sua organização e sustentabilidade. O empreendimento em questão chama-se Ilha de Porto Belo e localiza-se na ilha João da Cunha, município de Porto Belo/ SC.

A ilha situa-se no litoral norte catarinense, a uma distância de 900 m (Fig. 1). Possui área de 40 ha e largura máxima de 1.400 m. A vegetação caracteriza-se como Mata Subtropical Atlântica (ROSA & DOROW, 2007).

Nominada, inicialmente, ilha Bela, pertencia a um lavrador em 1837. Posteriormente adquirida por João da Cunha Bittencourt, foi registrada com seu nome em 1856. Ainda foi vendida mais uma vez antes de ser adquirida por Ernesto Stodieck Júnior, em 1953, através de escritura pública. Por esta época, havia pouca área remanescente de mata, algumas casas e um grande tanque metálico para atividades relacionadas à caça de baleias. Iniciou-se, então, um lento processo de reflorestamento induzido e remoção das edificações e demais interferências (STODIECK, 2001).

Entre 1980 e 1995, instalou-se um cenário negativo pela falta de controle com a visitação, incluindo acampamentos e churrascos. Havia caça, retirada de plantas ornamentais e muita produção e acúmulo de lixo (ANEXO D). Iniciou-se então uma nova fase de preparação para implementação de um empreendimento turístico. Em 1994 houve a alteração de categoria, antes de Zona de Preservação Permanente, para Zona de Interesse Turístico. Em 1996, obteve-se da Câmara Municipal a aprovação de lei proibindo acampamentos na ilha (STODIECK, 2001). As alterações de uso implementadas criaram uma forte oposição da comunidade, em especial dos pescadores que pensavam perder o serviço de transporte para a Ilha. Porém o planejamento elaborado incluía setores da comunidade e foram necessárias muitas reuniões, feitas com grupos isolados, para viabilizar o início das atividades. Foi dado apoio organizacional e os pescadores fundaram uma Associação (ANEXO D).

Em 1996 foi concedida a Licença de Operação pelo Ibama, condicionada à remessa de relatórios para as renovações periódicas. Um dos itens para as reavaliações é a análise de qualidade da água e, para tanto, são feitos exames mensais (no verão são quinzenais) em sete pontos fixos (ANEXO D).

Dentro da proposta de lucratividade aliada à conservação, foi feito um monitoramento ao longo de dez anos para análise da sustentabilidade do empreendimento, com registro de todos eventos, positivos ou negativos, bem como as novas estruturas e ações implementadas. O relatório gerado cumpre a função de apoio à decisão e identificou que “o meio natural não sofreu grande impacto desde a sua criação, podendo ser exemplo de um desenvolvimento com responsabilidade social” (RUSCHMANN & ROSA, 2006).

O empreendimento conta com o apoio técnico do Curso de Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). A orientação atende tanto a avaliação das interferências dos equipamentos turísticos sobre o ambiente, quanto a implementação de *marketing* motivacional destinado ao atendimento ao turista (STODIECK, 2001).

A visitação é restrita a 1.879 visitantes ao dia, número definido por estudo de capacidade de suporte físico da praia. Nos dias em que, já ao meio dia, atingiu-se 1.500 pessoas é feito, preventivamente, contato com os transportadores para controle dos barcos a caminho da ilha. O fechamento acontece, em média, em três dias por temporada. (ROSA

& DOROW, 2007). Analisando as médias diárias de visitação nos meses de janeiro, tem-se em 1997, primeiro ano de funcionamento, a média de 364,83 visitantes/dia. Em janeiro de 2000, ano de maior visitação, a média diária foi de 1.420,42 e em 2006, de 1.078,77 visitantes (RUSCHMANN & ROSA, 2006).

O empreendimento conta com um conjunto de edificações projetadas em função de exercer um mínimo impacto. As implantações foram feitas em planos distintos, adaptando-se a topografia do terreno, e inseridas na mata de forma a não representar uma interferência na paisagem (Fig. 1 e 5).

A estrutura construída na ilha, para atender a visitação, compõe-se de: trapiche de 40 m com ponta flutuante (Fig. 2), quiosque de informações (informações e aluguéis de equipamentos), passarela elevada (Fig. 3), sanitários (Fig. 4), Eco Museu, Internet Café, Restaurante Ilha de Pirão (Fig. 5), quiosque de lanches naturais (Fig. 6), quiosque náutico (venda de passeios), quiosque de sucos, loja de *souvenirs*, trilha auto-interpretativa (1.700 m de extensão com placas e folheto informativos), *play ground*, escritório administrativo, casa de máquinas (gerador), reservatório de água, zona de tratamento de esgoto (zona de raízes, com tanque de 40 m x 3 m). Durante o verão, são colocadas bóias de sinalização para isolar a área de banho e a de mergulho. No continente conta-se com sete trapiches para embarques, cada um servindo a uma empresa.



FIGURA 1 – Trapiche do continente e ilha João Cunha ao fundo

Fonte: Cintia Chamas (2000)



FIGURA 2 – Desembarque na Ilha

Fonte: Cintia Chamas (2000)

A equipe de trabalho da Ilha conta com 15 estagiários do curso de graduação em Turismo e Hotelaria que fazem o atendimento ao turista durante sua permanência (ALMEIDA, DOMINGUES & ROSA, 2007; STODIECK, 2001). Para monitoramento do empreendimento trabalham um contador, um gerente supervisor, um coordenador de atendimentos, equipe de manutenção, equipe de limpeza e 2 equipes de estagiários de atendimento e de pesquisa de demanda. A administração é feita pelo escritório do continente (RUSCHMANN & ROSA, 2006b). Para os trabalhos do verão, de dezembro a

março, são empregadas cerca 35 pessoas, sendo seis contratados permanentes. Além disso, cada atividade possui sua própria equipe. A atividade gastronômica gera 110 empregos diretos no verão (ANEXO D).



FIGURA 3 – Passarela elevada conduz às edificações

Fonte: Cintia Chamas (2000)



FIGURA 4 – Sanitários

Fonte: Cintia Chamas (2000)



FIGURA 5 – Restaurante construído em níveis diferentes, adaptando-se à topografia

Fonte: Cintia Chamas (2000)



FIGURA 6 – Lanchonete junto à praia

Fonte: Cintia Chamas (2000)

A receita da Ilha Porto Belo é suficiente para arcar com as despesas de funcionários, alimentação e energia. Baseia-se em serviços diretos e indiretos de acordo com as seguintes porcentagens:

20% - transportadores,

60% - bebidas e refeições (restaurante e petiscaria da praia) e

20% - trilha, aluguel de cadeiras, esportes náuticos (mergulho, banana boat).

Toda essa estrutura permanece fechada de abril a novembro, período em que somente praia e banheiros são mantidos acessíveis. Essa sazonalidade traz problemas para a rentabilidade do empreendimento gerando necessidade de soluções alternativas. Atualmente está em estudos a proposta de criar uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) em 50% da ilha, englobando todas estruturas e atual área de visitação. Esta

será a contrapartida de um empreendimento maior a ser instalado na gleba excedente (ANEXO D).

Em síntese, pode-se observar que tanto a contratação de pessoal quanto a manutenção da estrutura é financiada pela renda da visitação. Sendo que esta é feita dentro dos padrões de capacidade de carga pré-estabelecidos e com o devido monitoramento dos recursos hídricos.

2.3. PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A ILHA DO CAMPECHE

As principais pesquisas relativas à ilha do Campeche foram inicialmente voltadas à área de arqueologia. Posteriormente iniciaram-se os estudos focados na área ambiental e, mais recentemente, foram produzidos trabalhos sobre gestão, em função do tombamento pelo Iphan em 2.000. Segue-se uma relação abrangente dos estudos realizados nessas áreas.

2.3.1. Arqueologia

O Padre João Alfredo Rohr, reconhecido arqueólogo catarinense, foi pioneiro da inclusão da ilha do Campeche nos estudos arqueológicos. Em 1968 visitou várias ilhas, inclusive a do Campeche, publicando o resultado no ano seguinte (ROHR, 1969). Fez breve descrição do ambiente e caracterizou detalhadamente os petroglifos¹ (vide capítulo 4, Fig. 29 e 30) indicando também a presença de oficinas líticas² (vide capítulo 4, Fig. 27 e 28). Fotografou e copiou em tamanho natural os petroglifos apontando a identidade de motivos nas diferentes ilhas.

Esses estudos são citados por Consens (1995) ao analisar a situação da pesquisa da “arte rupestre” feita na bacia do Rio da Prata e áreas adjacentes. Apresenta, para a ilha do Campeche, a discriminação da tipologia dos desenhos e a localização.

Lucas [19--], um autodidata apreciador e defensor dos sítios arqueológicos, realizou um levantamento dos sítios com inscrições rupestres na ilha do Campeche cadastrando dimensões, estado de conservação, rocha suporte, orientação e grafismo. O valor do

¹ Petroglifos ou gravuras rupestres são representações gráficas feitas nas rochas. Segundo Comerlato (2005) “o litoral catarinense é o único com gravuras rupestres em toda costa brasileira, estão espalhadas entre os municípios de Porto Belo a Garopaba em costões de diabásio. A maioria das gravuras são geométricas, existindo também representações humanas estilizadas.” COMERLATO (<http://www.campeche.org.br/ponta-almas/pontaalmas.html>, acesso em 28 out. 2005)

² “As populações pré-históricas, aproveitavam os afloramentos localizados perto da água e esfregavam as pedras que desejavam polir, provocando a formação de amplas depressões circulares ou alongadas, denominadas pelos arqueólogos de oficinas líticas. As bacias e pratos de polimento e frisos estão relacionadas ao polimento de artefatos, as marcas circulares indicam o polimento das faces das lâminas de machado e os frisos são o resultado da retificação do gume.” COMERLATO (<http://www.campeche.org.br/ponta-almas/pontaalmas.html>, acesso em 28 out. 2005)

trabalho restringe-se a seu caráter inventariante, não sendo considerado pela comunidade arqueológica por não seguir critérios científicos.

Os sítios arqueológicos da ilha do Campeche foram mapeados e caracterizados por Aguiar (1997), em monografia sobre as inscrições rupestres da ilha de Santa Catarina, que indica a tipologia de oito sítios arqueológicos contendo um total de 167 gravuras. Parte deste estudo é apresentado em Aguiar (2002) através de uma sucinta descrição das inscrições rupestres da ilha do Campeche.

Masi (2002) faz um retrospecto dos estudos sobre inscrições rupestres na costa catarinense e analisa as possibilidades das situações de manufatura das inscrições. Conclui não haver informações suficientes para criação de um “modelo explanatório interpretativo” das inscrições e das “relações com as tradições culturais locais”.

Soares (2002) apresenta conclusão parcial de análise tipológica das inscrições da ilha do Campeche identificando existir um padrão apenas quanto ao tamanho e quanto as tipologias dos desenhos.

Soares (2003), em dissertação de mestrado, apresenta um levantamento fotográfico dos sítios da ilha do Campeche e uma catalogação de dimensões, grafismo e método construtivo dos mesmos. Identifica nove agrupamentos, definidos geograficamente, que abrigam 134 signos geométricos. Analisa os vários tipos de grafismos relacionando sua implantação com estudos relativos a variações do nível do mar na costa catarinense entre 6.500 AP e 2.700 AP.

Comerlato (2005), em tese de doutorado, estuda as representações rupestres do litoral central catarinense em uma extensão aproximada de 120 km (Porto Belo a Garopaba) abrangendo 28 sítios, sendo 26 insulares. Estabelece comparações em termos de localização, organização, orientação, suporte, concentração, tipologia e técnicas gráficas dos desenhos. A análise comparativa objetiva a verificação de possíveis semelhanças que possam conduzir a uma “gramática plástica comum de populações pré-históricas que viveram neste recorte espacial”. Foi criado um banco de dados, onde estão incluídos todos sítios de inscrições rupestres da ilha do Campeche. O fichamento apresenta detalhamento das características e do estado atual das gravuras, devidamente acompanhados de inventário fotográfico.

Comerlato (2005b) analisa a Tradição Litorânea Catarinense e a Tradição Geométrica, classificação atribuída às representações rupestres do litoral central e da região dos Campos de Lages, respectivamente. Para a Tradição Litorânea, baseia-se em sua tese de doutorado (COMERLATO, 2005) para indicar a “construção de um espaço semântico de populações pré-históricas” localizado no litoral central catarinense, onde há uma faixa com maior concentração de ilhas. Assim, indica a existência de um “território rupestre” para a área entre Porto Belo e Garopaba, com base na unidade geográfica, gráfica

e tipológica identificada. Ao analisar o futuro das representações rupestres catarinenses manifesta preocupação com a conservação não somente das gravuras, mas também dos ecossistemas e das paisagens que integram este patrimônio. Para a ilha do Campeche, indica a necessidade de estudos para diagnosticar os impactos negativos e positivos da ação antrópica contemporânea.

É importante ressaltar que, até o presente momento, o banco de dados elaborado por Comerlato (2005) em sua tese de doutoramento representa o mais completo inventário abrangendo os sítios arqueológicos pré-históricos da ilha do Campeche.

2.3.2. Meio ambiente

Mazzer (1998), em trabalho de graduação em oceanografia, inclui a ilha do Campeche ao analisar as ilhas do litoral de Santa Catarina sob a ótica da Ecologia da Paisagem³. Apresenta, para a ilha do Campeche, após a caracterização geomorfológica e biológica, um diagnóstico e sugere a criação de uma estrutura administrativa semelhante à de uma Unidade de Conservação na categoria Parque. Como início de um processo de mitigação de impactos ambientais, propõe: recuperação de áreas alteradas, remoção de espécies exóticas e elaboração e implementação de zoneamento ambiental de uso.

Mazzer (1999) analisa a estrutura da paisagem da ilha do Campeche. Apresenta uma caracterização biofísica detalhada, baseada em coleta de material (solo, plantas) para análise e identificação. Considera o estado de regeneração da vegetação entre médio e avançado e indica como principais impactos: introdução de fauna e flora, corte de vegetação, presença antrópica constante, depredação de recursos naturais e arqueológicos e deposição de resíduos sólidos.

Mazzer & Bonilha (2000) fazem estudo comparativo entre quatro ilhas costeiras catarinenses utilizando como parâmetros clima, geologia, morfometria, idade relativa e fitofisionomia. Há uma convergência de fatores e os resultados indicam para a ilha do Campeche, que possui área 3,5 vezes maior que cada uma das outras estudadas, um maior número de espécies vegetais.

Ainda sob o enfoque da Ecologia da Paisagem, Mazzer (2001) apresenta uma proposta de manejo insular, a partir de caracterização geológica, geomorfológica, morfo métrica, hidrográfica e da vegetação. No estudo, aplica modelos definindo como elementos da estrutura da paisagem: a matriz representada pela cobertura vegetal de Floresta Ombrófila Densa (62,5% da área vegetada da ilha), a maior mancha pela formação pioneira de costão rochoso (25,3%) e as outras manchas por formação antrópica (3,2%), capoeira

³ Ecologia da Paisagem é uma vertente que estuda a paisagem como um mosaico de fragmentos (ou manchas), dos quais analisa aspectos físicos, tais como forma, tamanho, quantidade, distribuição espacial. Considera ainda as interações e fluxos de materiais e energia entre os fragmentos. (FORMAN & GODRON, 1986)

(3%) e restinga (1%). Estes são subdivididos em 22 unidades ambientais (ecótopos) que, estudados isoladamente, geram dois mapas: estabilidade natural e estabilidade antrópica. O primeiro baseia-se em análise de declividade, cobertura vegetal, litologia e distúrbios naturais para gerar o mapa de estabilidade potencial (natural). O segundo mapa, de classes de estabilidade antrópica, investiga os efeitos da interação Homem-ambiente, definindo cinco categorias (assentamento antrópico, uso exploratório, uso turístico, uso recreativo e comércio/serviços) e as analisa juntamente com os principais distúrbios ambientais antrópicos identificados. O cruzamento dos mapas de estabilidade natural e antrópica resulta em um mapa de vulnerabilidade da ilha do Campeche, mapeando uma síntese para cada ecótono de estabilidade potencial e antrópica, vulnerabilidade, recursos, atributos especiais. Ao identificar as áreas críticas (alta vulnerabilidade somada à expressiva presença de recursos e atributos naturais) indica programas de recuperação e mitigação de impactos ambientais.

Como resultado final, Mazzer (2001) apresenta um mapa de zoneamento ambiental, que sintetiza o cruzamento de todas as informações geradas com as áreas sob especial proteção legal, com as seguintes categorias de zona: Proteção, Conservação, Preservação permanente, Uso Intensivo, Uso Extensivo e Recuperação da paisagem. Como recomendações, propõe em síntese:

- a implementação de uma Unidade de Conservação nacional, estadual ou municipal na ilha do Campeche, indicando as possibilidades de Parque ou Área de Proteção Ambiental (APA) visando um Plano de Manejo com a participação dos atores e instituições envolvidos e seguindo os moldes do Gerenciamento Costeiro;

- manejo priorizando avaliação de capacidade de suporte, normatização do zoneamento proposto, realização de zoneamento marítimo, mitigação dos principais impactos ambientais, implementação de recuperação e monitoramento ambiental, regularização do sistema de atracação.

Mazzer & Politano (2002), utilizando Sistema de Informações Geográficas (SIG) aplicado a mapas temáticos (vegetação, geomorfologia e altimetria) analisam a vulnerabilidade da paisagem, considerando os impactos ambientais naturais e de origem antrópica.

Mazzer (2002) apresenta a caracterização geomorfológica da costa rochosa da ilha do Campeche através da classificação de suas formas com a finalidade de fornecer subsídios ao planejamento ambiental tendo em vista sua compatibilidade com atividades e ocupações antrópicas.

Considerando os aspectos físico, ecológico e antrópico e utilizando SIG, Mazzer & Panitz (2004), propõem um zoneamento visando o uso sustentável dos recursos da Ilha.

O entorno marinho da ilha do Campeche foi objeto de pesquisa por Lima (2007) e por Schmidt & Lima (2007).

Lima (2007) elaborou um diagnóstico dos potenciais recursos naturais disponíveis no entorno marinho imediato analisando os aspectos de diversidade biológica, perfil e nível de interação dos usuários e identificação de tipos de usos. A coleta de dados baseou-se em aplicação de questionários aos usuários e realização de censo visual da diversidade marinha do costão rochoso.

Schmidt & Lima (2007) apresentam um diagnóstico do entorno marinho que contempla as características ambientais, a tipologia e demarcação geográfica dos usos antrópicos e a legislação pertinente. Atualmente é o mais completo inventário da vida marinha e do entorno da ilha do Campeche. Apresentam também discriminação do perfil e da percepção dos usuários e as tipologias de atividades. A partir desses dados constroem o mapeamento dos usos como embasamento ao zoneamento e a definição da delimitação da área marinha a ser protegida.

Mazzer (2007), em estudo de capacidade de suporte, define a suportabilidade física da planície da ilha do Campeche como subsídio à normatização de uso.

Assim como foi feito um destaque na área de arqueologia, faz-se necessário ressaltar a importância dos dois estudos descritivos e analíticos sobre as questões ambientais e antrópicas da ilha do Campeche: o de Mazzer (2001) compreendendo a porção terrestre e o de Schmidt & Lima (2007), o entorno marinho.

2.3.2.1. Fauna e flora

Na década de 80 foi realizado um inventário preliminar, e único até a presente data, da flora da ilha do Campeche. Em monografia para graduação em Ciências Biológicas, Silva Filho (1983) identificou e elaborou chave taxonômica para 137 espécies pertencentes a 57 famílias.

Embora não haja inventários de fauna, registra-se a descoberta de uma subespécie de anuro, endêmica da ilha do Campeche, *Leptodactylus gracilis dellatini*. A descrição foi feita por Müller (1968), sendo posteriormente contestada por Garcia-Pérez & Heyer (1993). Recentemente, foi reafirmada por Silva (2004) através de estudos baseados em análise cromossômica e molecular (Fig. 7 e 8).



FIGURAS 7 e 8 - *Leptodactylus gracilis*

Fonte: Carlos Henrique Salvador (08/09/2007)

A ecologia dos quatis da ilha do Campeche foi objeto de estudo de Bonatti (2006), em dissertação de mestrado. A partir dos resultados de pesquisa de campo de um ano, foram feitas avaliações de uso e seleção de habitat, padrão de atividade diária, influência de fatores bióticos e comportamento.

Referente à área marítima foi feito um diagnóstico preliminar por Wegner *et. al.* (2004b) tendo observado 42 espécies de ictiofauna, 41 de invertebrados marinhos e 15 de algas marinhas.

2.3.3. Gestão

Como primeiro trabalho sobre gestão pública e privada da ilha do Campeche, foi elaborado pela autora um documento destinado a abrir o processo de tombamento, apresentando as justificativas para tal. O dossiê Iphan (1998), após a caracterização, apresenta os problemas gerados pela interferência antrópica, incluindo pareceres, mapas e inventários.

Em Chamas (2000) é apresentada a caracterização física e patrimonial e o histórico de ocupação para análise dos impactos ambientais antrópicos e da interferência do tombamento no processo. São propostas algumas ações emergenciais e a implementação de um plano de manejo.

A partir de 1998, com o pedido de tombamento, oficializa-se um processo crescente de intervenção de órgãos públicos na gestão da Ilha. A visitação é um dos processos que sofrem essa influência e sua evolução é analisada por Chamas (2005) a partir da compilação de dados numéricos, caracterização dos atores e identificação dos conflitos. A autora elabora ainda um diagnóstico-síntese como contribuição à continuidade da gestão.

Como ferramenta para qualificar o processo de visitação foi criado, em 2000, um curso de capacitação de monitores, cujos alunos foram credenciados para compor a equipe

de visitação para o verão seguinte. Comerlato (2002) analisa o curso focando, especialmente, nas disciplinas referentes à arqueologia e   história, por ela ministradas, indicando uma avaliação positiva dos resultados alcançados nesta primeira experiência.

A produção acad mica gerou dois estudos baseados em pesquisa oral que, em suas considerações finais, indicam algumas contribuições para a gestão da ilha. Da Ros (2003), em dissertação de mestrado, apresenta dados sobre história da ilha do Campeche, coletados a partir de depoimentos na comunidade da Armação do Pântano do Sul. E Marghoti (2004) identifica a percepção ambiental e a relação com a Ilha, de turistas e moradores daquela comunidade.

Pietro Filho (2003), em dissertação de mestrado, apresenta um estudo teórico sobre manejo de ilhas e indica a importância do estudo de capacidade de carga e do monitoramento ambiental para a ilha do Campeche.

Kanan & Bastos (2003) avaliam a importância e a suscetibilidade dos sítios arqueológicos brasileiros tendo como pano de fundo a evolução da política conservacionista do Iphan. Focando nos trabalhos de arqueologia em Santa Catarina, analisam as potencialidades, os riscos e as ações do Iphan dirigidas aos sambaquis e   ilha do Campeche. Ressaltam a importância dos estudos multidisciplinares, da conservação preventiva e da visitação educativa e finalizam propondo a implementação de uma política de disseminação do conhecimento para a comunidade e administradores.

E finalizando, Lima *et al.* (2006) apresentam uma avaliação do sistema de trilhas subaquáticas, cuja implementação baseou-se em três premissas: conservação ambiental, seguranç a do usuário e qualidade da visitação.

CAPÍTULO 3 – MÉTODOS

A convivência com os agentes envolvidos e a participação nos fatos e nas inter-relações após 1998, favorece a caracterização da realidade atual da ilha do Campeche. Porém, esse conhecimento acumulado necessita de depuração para superar o caráter subjetivo e as pré-conclusões incorporadas pela autora.

Por essa razão, e considerando o projeto desta pesquisa, iniciou-se uma busca pelo método, quer seja pela experiência ganha durante o cumprimento dos créditos de disciplinas no Programa de Mestrado, quer seja nas conversas e leituras. O processo de construção da pesquisa passou por estudos da Teoria dos Sistemas, Geossistemas, Desenvolvimento Sustentável, Territorialidade, Teoria dos *Commons*, Análise da Cadeia Causal, Análise de Opções Políticas, etc.

Findo o período de busca, optou-se pela utilização da metodologia do Projeto *Global International Waters Assessment* (Giwa) por possibilitar uma abordagem objetiva das questões da ilha do Campeche.

Esta metodologia e distintos estudos já realizados com sua aplicação serão apresentados neste capítulo, assim como os procedimentos adotados para complementar a caracterização de um período histórico pouco estudado na ilha do Campeche, o século XX. Na falta de informações bibliográficas foi feita coleta de informações orais junto à comunidade envolvida para apoio à interpretação de imagem digital e fotografias defasadas no tempo.

3.1 METODOLOGIA GIWA

Trata-se de uma metodologia de avaliação estratégica de impactos, criada para identificar as prioridades de ações corretivas e mitigadoras em sistemas aquáticos internacionais/ transfronteiriços (áreas marinhas, costeiras, de água doce, de superfície ou subterrânea) visando obter benefícios ambientais nos níveis regional, nacional e global. O projeto Giwa é dirigido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e financiado pelo *Global Environmental Facility* (GEF) (GIWA, 2005).

Dada a diversidade ecológica e sócio-econômica mundial, foram criadas pelo Giwa, 66 regiões, incluindo águas continentais e respectivas regiões costeiras, contando com equipes de especialistas em nível regional (GIWA, 2001). No Brasil (região 39) a área de estudos definida inclui os estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro e parte dos estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e uma faixa marinha de 200 milhas náuticas (MARQUES & KNOPPERS, 2006).

A metodologia propõe uma estrutura para analisar as causas e identificar os fatores que modelam o comportamento humano em relação ao uso direto e indireto dos recursos hídricos. O conhecimento das causas (físicas, sócio-econômicas e políticas) e de suas inter-relações é importante para a elaboração de diagnósticos, identificação de tendências (construção de cenários), formulação de políticas e elaboração de planos de ação estratégica (MARQUES, 2002; BELAUSTEGUIGOITIA, 2004).

Marques (2002) destaca como essencial a necessidade de entender as pressões antrópicas ou seja, as forças que agem criando as tendências de degradação ambiental. São denominadas forças direcionais (*driving forces*) e a análise de suas inter-relações é importante na composição de planejamentos estratégicos ou de quaisquer projeções futuras.

Assim, para Belausteguigoitia (2004) essa metodologia extrapola a avaliação dos problemas ambientais dos ecossistemas, viabilizando a análise das ações políticas potenciais para solucioná-los ou mitigá-los.

3.1.1 Aplicações

A metodologia Giwa é disponibilizada em *site* da internet com extenso material para consulta (<http://www.giwa.net>). Como textos básicos para entendimento da metodologia, pode-se citar Giwa (2001) e Giwa (2002). O primeiro aborda a etapa inicial, quer seja, avaliação da escala geográfica e do alcance dos impactos. É um guia de aplicação para os usuários e para os coordenadores de grupos de trabalho e do projeto. Giwa (2002) apresenta uma visão geral da metodologia detalhando as etapas de Análise da Cadeia Causal e Análise das Opções Políticas.

Marques (2002) descreve, de forma sintética, objetiva e didática, as análises e procedimentos para construção de modelo conceitual para a Análise da Cadeia Causal da degradação dos recursos hídricos e recursos vivos associados.

Há estudos publicados que utilizam tal método para avaliação de áreas do território brasileiro. Pode-se citar Lanna *et al.* (2004), que aplicam o método a dois sistemas aquáticos: o Sistema Lagunar Patos-Mirim e a Bacia do Rio Doce. O primeiro, localizado no sul do Brasil estendendo-se pelo Uruguai, é um dos maiores sistemas lagunares do mundo. A caracterização abrange os aspectos de localização, demografia, geologia, geomorfologia, hidrografia, clima, solos, vegetação, atividades econômicas e impactos ambientais e sócio-econômicos. Após aplicação da metodologia foram selecionados dois problemas ambientais prioritários – poluição e exploração não sustentada de recursos pesqueiros – e respectivas causas raízes principais: fatores de governança, economia e conhecimento. Para a Bacia do Rio Doce (MG, ES) são descritos clima, hidrologia, economia e impactos ambientais e sócio-

econômicos, e selecionados como problemas ambientais prioritários, poluição e modificação de *habitat* e comunidade, e como causas raízes, governança, economia e conhecimento.

Continuidade da aplicação é dada por Abdallah *et al.* (2004) que apresentam as estratégias para viabilizar politicamente as ações propostas para Brasil e Uruguai minimizarem um dos problemas prioritários identificados, a poluição do Sistema Lagunar Patos-Mirim. As principais atividades causadoras são geradas por cultura de arroz e criação de gado, em função da erosão e do assoreamento provocados por desflorestamentos e aterros e do uso de produtos químicos nessas atividades. As estratégias estabelecidas para curto e médio prazo prevêm a criação de programas em conjunto com órgãos públicos ambientais, ONGs e agentes causadores para mitigar ou eliminar os problemas. A eficácia está diretamente apoiada na representação democrática do governo e dos representantes da sociedade como contraponto à influência política dos grandes empreendimentos. São também determinantes a participação das Agências Locais, cujo perfil técnico-científico viabiliza propostas científicas para subsidiar os planos estratégicos do Comitê, e o programa de treinamento técnico e profissional aos atores. Um projeto piloto é proposto para a Ilha dos Marinheiros, na Lagoa dos Patos, onde, para produção de hortaliças e legumes, faz-se uso intensivo de fertilizantes. É proposta uma reorganização da atividade econômica com incentivo para desenvolvimento integrado do ecoturismo e da agricultura orgânica. Como no primeiro artigo, há um segundo objeto de estudo, a Bacia do Rio Doce, para a qual a enchente foi definida como principal problema considerando os impactos sócio-econômicos resultantes da ocupação urbana inadequada. As opções políticas compõem-se de: plano de controle de enchentes, preparado e implantado com participação da sociedade civil; manual baseado no Estatuto das Cidades, visando o uso e zoneamento adequado do solo; projeto piloto de reflorestamento da bacia e valorização da família agricultora (incentivos); aplicação de incentivos para agricultores que promovem proteção ambiental; e sistema de informações digitais sobre os recursos aquáticos da bacia.

Em dissertação de mestrado, Floriani (2005) utiliza a Análise da Cadeia Causal para identificar os principais problemas ambientais, as causas e as possíveis soluções da Área de Proteção Ambiental de Anhatomirim, localizada a noroeste da ilha de Santa Catarina/ SC. Apresenta caracterização da área de estudo, extensa revisão bibliográfica e diagnóstico ambiental visando a análise da efetividade de sua criação e de seu manejo. Os três principais problemas ambientais identificados foram: poluição, modificação de *habitat* e de comunidades e exploração não sustentável de recursos vivos.

Motta (2005) analisa questões ambientais referentes a 24 Reservas Particulares de Patrimônio Natural dos municípios de Silva Jardim e Casimiro de Abreu (Rio de Janeiro). Para identificar os problemas ambientais e respectivas causas, bem como caracterizar as barreiras para um manejo adequado, utilizou-se de entrevistas com proprietários e análise

das multas aplicadas na região. Identificou-se caça ilegal e queima e desmatamento de Mata Atlântica para agropecuária. E, diretamente ligada às unidades de conservação, a ocorrência de entraves burocráticos para criação e de dificuldades para tramitar processos, gerando diminuição do número de proprietários interessados em criar RPPNs e aumento de riscos de manejos inadequados. Propôs a criação de um grupo para elaboração de um Plano de Ação Integrado de caráter técnico e econômico e politicamente viável, com a participação de diversos atores (governo, proprietários, Organizações Não Governamentais [ONGs] e universidade).

Burda *et al.* (2007) aplicam a referida metodologia em outra categoria de Unidade de Conservação, uma Reserva Extrativista (Resex) marinha, como subsídio ao processo de criação. É um texto fundamentado no entendimento das relações sócio-ambientais e objetiva dar suporte técnico aos tomadores de decisão visando a exploração sustentável dos recursos naturais e a conservação dos ecossistemas. A Resex em questão localiza-se no município de Itacaré (BA), onde a pesca artesanal (peixes, camarões, lagostas, caranguejos, etc) é a base de sustentação de várias comunidades litorâneas. Os dados foram coletados por meio de questionários e entrevistas semi-estruturadas aplicadas em vários grupos de atores (pescadores, marisqueiros, moradores, operadoras de turismo e tomadores de decisão) que indicaram, em sua maioria, desconhecem as características de uma Resex, sua importância e os potenciais benefícios à população. Foram selecionados seis principais temas de impacto sócio-econômico: pesca, urbanização, turismo, navegação, setor petrolífero e lixo. A partir destes identificou-se as causas raízes municipais e locais: demográfica, governamental, conhecimento, legal e econômica. Foi dado destaque para a falta de conhecimento tanto da população quanto dos tomadores de decisão sobre estrutura e funcionamento dos ecossistemas, legislação ambiental (inclusive o Snuc). Tal desconhecimento implica, inevitavelmente, na má exploração dos recursos.

Objetivando o desenvolvimento do “Projeto de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aquífero Guarani”, Lanna (2006) organiza o documento “*Consultoria de Apoyo para la Preparación del Analisis de Diagnostico Transfronterizo (ADT)*”, a partir de Termos de Referência elaborados pelos governos de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Trata-se de um primeiro passo para identificar os principais problemas, seus efeitos e as causas raízes visando a preparação futura de um Programa de Ações Estratégicas. O documento detalha os diagnósticos de quatro projetos piloto: Rivera-Santana do Livramento, Concórdia-Salto, Itapúa e Ribeirão Preto, e apresenta detalhadamente os procedimentos para obter o diagnóstico. Está claramente baseado na Análise da Cadeia Causal, havendo inclusive citação dos termos “cadeia causal” e “causas raízes”, característicos dessa metodologia, porém não explicitada no documento preliminar distribuído na ocasião.

Os estudos relatados seguiram os procedimentos que são detalhados nos subitens a seguir.

3.1.2 Etapas

A metodologia Giwa prevê um contínuo processo de avaliação que, a título de organização, foi subdividido em etapas: Seleção, Priorização, Avaliação Detalhada, Análise da Cadeia Causal e Análise das Opções Políticas (GIWA, 2002, p.3-4).

3.1.2.1 Seleção

A etapa Seleção (GIWA, 2002), também chamada Avaliação da Escala Geográfica (*Scaling*) (GIWA, 2001), compreende a definição dos limites geográficos dos ecossistemas a serem investigados.

3.1.2.2 Priorização

Na segunda etapa, Priorização (GIWA, 2002) ou Avaliação do Alcance dos Impactos (*Scoping*) (GIWA, 2001), é feita a identificação, com base em avaliações preliminares dos Problemas Ambientais prioritários (*Concerns*), investigando seus Aspectos Ambientais associados (*Issues*) (vide Quadro 1) e os impactos sócio-econômicos relacionados (GIWA, 2001, tabelas p. 37, 41, 45, 49, 53) e os previstos para 2020. Os impactos sócio-econômicos considerados referem-se a três categorias: economia, saúde humana e social, e comunitária (GIWA, 2006).

A avaliação individual ocorre com base em uma escala de 4 pontos (0 = sem impacto conhecido, 1 = impacto baixo, 2 = impacto moderado, 3 = impacto severo) (GIWA, 2001, p.8) assumindo-se que todos impactos atribuídos são negativos, a não ser que venham antecidos pelo sinal "+". Para definição do score é necessário consultar as planilhas intituladas "Critérios de Pontuação dos Impactos Ambientais", que constam do manual da Metodologia Giwa (GIWA, 2001, p.20-31).

As pontuações devem ser acompanhadas de breve justificativa.

3.1.2.3 Avaliação detalhada

É uma atividade que perpassa todas as fases objetivando uma contínua e criteriosa seleção das informações relacionadas com a avaliação dos impactos dos problemas principais e aspectos prioritários selecionados (GIWA, 2002).

QUADRO 1 – Problemas Ambientais e respectivos Aspectos segundo a Metodologia Giwa

PROBLEMAS AMBIENTAIS	ASPECTOS AMBIENTAIS
I - Escassez de água doce	1 – Modificação de vazão
	2 – Poluição das fontes de abastecimento existentes
	3 – Mudança no nível freático
II – Poluição	4 – Microbiológica
	5 – Eutroficação
	6 – Química
	7 – Sólidos em suspensão
	8 – Resíduos sólidos
	9 – Térmica
	10 – Radionuclídeos
	11 – Vazamentos/ Derrames
III – Modificação <i>habitat</i> e comunidades	12 – Perda de ecossistemas
	13 – Modificação de ecossistemas ou ecótonos, incluindo estrutura de comunidades e/ou composição de espécies
V – Exploração não sustentável de recursos pesqueiros e outros recursos vivos	14 – Sobre-pesca
	15 – Captura acidental e descarte excessivos
	16 – Práticas de pesca destrutiva
	17 – Redução de viabilidade dos estoques devido à poluição e doenças
V – Mudanças globais	18 – Impacto na diversidade biológica/genética
	19 – Mudanças no ciclo hidrológico
	20 – Mudanças no nível do mar
	21 – Aumento na radiação UV-b devido à destruição da camada de ozônio
	22 – Mudanças na função do oceano como fonte e sumidouro de CO ₂

FONTE: Giwa (2001)

3.1.2.4 Análise da Cadeia Causal

Neste ponto do processo de análise já são conhecidos os impactos ambientais e sócio-econômicos associados aos Problemas Ambientais prioritários que foram identificados nas etapas “Seleção” e “Priorização”. O objetivo da Análise da Cadeia Causal é vincular o Aspecto Giwa (ou Aspecto Ambiental) aos fatores geradores, ou seja, às Causas Raízes, “usando as Causas Imediatas e as Atividades dos Setores para identificar e construir esses vínculos” (GIWA, 2002, p.19) (vide Fig. 9).

Esta etapa é a fundamentação para seleção das opções políticas (item 6.5). Assim sendo, faz-se necessário realizar uma análise prática e significativa investigando somente os vínculos mais importantes, selecionados criteriosamente de uma ampla gama de caminhos potenciais de causa-efeito apresentados.

O modelo conceitual da **Análise da Cadeia Causal** (GIWA, 2002; MARQUES, 2002) trabalha basicamente com dados secundários sendo composto pelo processo analítico detalhado a seguir:

- Identificar as *Causas Imediatas* ou *Primárias* (variáveis físicas, biológicas ou químicas) que afetam diretamente cada Aspecto Ambiental eleito (vide listagem em Giwa 2002, p.33-36), selecionar as mais importantes utilizando gradações, e justificar a decisão.

- *Causas Imediatas* – são variáveis físicas, biológicas ou químicas que exercem um impacto direto sobre o Aspecto Giwa; são os fatores geradores do problema (resposta à pergunta “Por quê?”);
- Identificar as *Causas Setoriais/ Atividades* para as causas imediatas (vide listagem em Giwa 2002, p.37), estabelecer as contribuições às causas imediatas e, através de gradações, selecionar as mais importantes justificando a decisão.
 - *Causas Setoriais/ Atividades* – são as diferentes atividades econômicas, associadas a diferentes setores da economia, que provocam as causas imediatas e as decisões que produzem o impacto negativo (resposta à pergunta “Por quê?”);
 - Identificar as *Causas Raízes (root causes)* para os setores e atividades analisados (vide listagem em Giwa 2002, p.38-39) e selecionar as mais importantes justificando a decisão.
 - *Causas Raízes* – são fatores chaves, tendências, processos ou instituições que influenciam determinada situação, aspecto ou decisão impulsionando o sistema e determinando os resultados; são as causas de natureza econômica, demográfica/ social, tecnológica, política, de conhecimento, fatores de governança e cultural (resposta à pergunta “Qual a causa?”);
 - Construir um diagrama indicando as causas-efeitos relevantes que conectam os Aspectos Ambientais, as Causas Imediatas, as Causas Setoriais/ Atividades e as Causas Raízes (Fig. 9);
 - Vincular os *Impactos Ambientais* e *Sócio-econômicos* mais importantes para os aspectos Giwa selecionados,
 - *Impacto Ambiental* – é o efeito adverso de um aspecto Giwa para a integridade de um ecossistema aquático;
 - *Impacto Sócio-econômico* – é o efeito adverso de um aspecto Giwa sobre o bem estar do Homem;
 - Agrupar as causas raízes de tal maneira que se facilite a análise das Opções Políticas. Para tal basear-se na susceptibilidade a mudanças políticas, considerando, principalmente, possibilidade de controle, eficiência, tempo de resposta, dificuldades e impactos negativos.

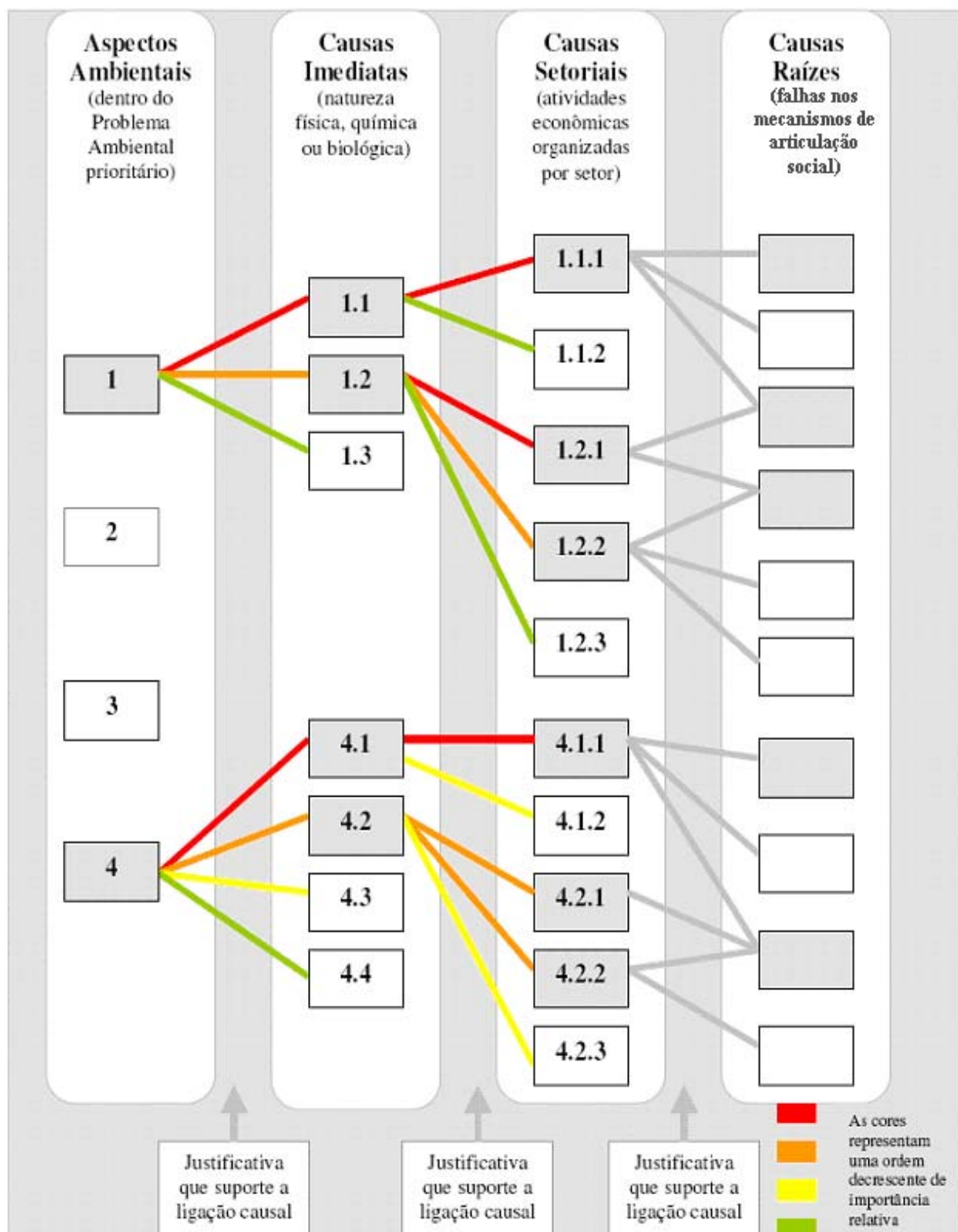


FIGURA 9 – Componentes do modelo de Análise da Cadeia Causal do Projeto Giwa
 Fonte: MARQUES (2002)

3.1.2.5. Análise das Opções Políticas

Já tendo sido dissecado o Problema, o processo apresenta maturidade para indicação das potenciais intervenções políticas. Isto é feito em função das causas raízes, bem como de cenários alternativos baseados em ações adotadas em função das causas raízes de degradação ambiental identificadas.

Para a análise do modelo conceitual **Opções Políticas** é proposto um caminho de oito passos: 1- definir o problema, 2- reunir alguma evidência, 3- construir as opções de política, 4- selecionar o critério de avaliação, 5- projetar os resultados, 6- confrontar as inter-relações, 7- formular as recomendações e 8- apresentar o produto final (BARDACH, 2000; GIWA, 2002).

A **Definição do Problema** (1) estabelece a ligação entre a Análise das Opções Políticas e o restante da Metodologia Giwa relacionando a prioridade do problema com suas Causas Imediatas mais importantes (GIWA, 2006).

De acordo com Bardach (2000) a definição deve ser puramente descritiva, excluindo o diagnóstico da causa ou as interpretações subjetivas da situação.

Segundo Giwa (2002, p.55), **Reunir as Evidências** (2) refere-se somente aos dados passíveis de serem transformados em informações, que devem poder ser convertidas em evidências que tenham alguma relação com o problema. Bardach (2000, p. 8) dissecou o significado destes conceitos:

Dados são fatos [...] ou representação de fatos, sobre o mundo [...]. Informação é um dado que tem algum significado, no sentido em que podem ajudar a ordenar o mundo em diferentes categorias lógicas ou empíricas [...]. A evidência é a informação que afeta as crenças atuais dos atores envolvidos (inclusive você) sobre aspectos significativos do problema estudado e como este pode ser resolvido ou mitigado.

A **Construção das Opções de Política** (3) inicia com uma análise ampla e abrangente, concluindo com uma focalizada. Ou seja, preliminarmente é construída uma lista de todas as alternativas de intervenções para resolver ou mitigar o problema. Durante a análise algumas são descartadas, outras mescladas, restando, ao final, três ou quatro mais relacionadas com o foco principal (Bardach, 2000; GIWA, 2002).

Em Giwa (2006) é apresentada uma separação dos instrumentos políticos em dois grupos, de dependentes ou não de mudanças no comportamento humano. São apresentadas cinco categorias que pretendem promover a alteração comportamental: usar mercados, criar mercados, utilizar regulamentação ambiental, engajar o público e desenvolver acordos ambientais internacionais. As categorias não comportamentais fundamentam-se em intervenções governamentais que podem tomar diversas formas, tais como investimentos em infra-estrutura e financiamento de pesquisas.

Para **Selecionar o Critério de Avaliação** (4), Giwa (2002) indica a análise das medidas propostas para corresponder à projeção de resultados que irão concretizar a solução dos problemas políticos. E apresenta os critérios normalmente usados em análise política: eficiência, igualdade, equidade, imparcialidade, “justiça”, legalidade, aceitabilidade e robustez política. O critério justiça deve vir acompanhado do significado adotado em função das muitas, e por vezes opostas, definições existentes.

Bardach (2000) considera **Projetar os Resultados** (5), o passo mais difícil dentre os oito propostos.

Deve-se projetar os resultados (ou impactos), isto é, analisar os cenários que sejam razoáveis para cada uma das alternativas de opções políticas listadas. Para tanto, deve-se pensar que, além da direção geral do resultado, faz-se importante avaliar sua magnitude. A projeção centra-se no futuro e tem um caráter realista, contrapondo-se ao otimista. Há que se considerar a possibilidade de haver diversas conseqüências: riscos no processo de implementação, bons resultados não realizados, efeitos colaterais não desejados, falhas ou resultados adversos, custos administrativos e orçamentários excessivos, prejuízos para atores, diferentes atitudes e respostas dos atores, etc. (BARDACH, 2000; GIWA, 2002).

Considerando que os benefícios, ao contrário dos custos, são incertos, Bardach (2000) sugere balancear as estimativas, isto é, avaliar quais as possibilidades de mínimas intervenções para viabilizar o alcance dos benefícios pretendidos.

Dada a grande quantidade de informações produzidas e a natural dificuldade de manejá-las e visualizá-las, é indicada a construção de uma matriz de resultados. Nesta matriz as opções políticas são dispostas nas linhas e os critérios de avaliação nas colunas de forma que as células de cruzamento exponham o resultado projetado (BARDACH, 2000; GIWA, 2002). Para minimizar a grande massa de informações, sugere-se a eliminação daquelas que, por gerar resultados similares para qualquer opção política, são inócuas (GIWA, 2002).

Dando continuidade ao processo, deve-se **Confrontar os Trade-offs** (6), ou seja, comparar as opções visando a ordenação hierárquica, levando em consideração que pode haver eventual falta de recursos para implementar todas ou por algumas delas serem substituíveis (GIWA, 2002).

Considera-se haver *trade-off* entre as opções políticas quando não há dominância, isto é, quando não há clareza de que uma determinada opção apresente melhores resultados que as outras. Como procedimento inicial desta fase é recomendada a eliminação de qualquer alternativa que seja claramente dominada por outra (BARDACH, 2000; GIWA, 2002).

E, concluindo o processo analítico, deve-se **Decidir** (7). Este passo, também intitulado “formular as recomendações” é, basicamente, uma verificação da qualidade do

trabalho executado. Em havendo dificuldade de se exercer a decisão, tem-se um indicativo de que os *trade-off* não foram suficientemente clarificados ou de que o benefício estimado é incerto, ou ainda que, provavelmente, surjam sérios problemas na implementação (BARDACH, 2000; GIWA, 2002).

Finalizando, deve-se apresentar o produto final, ou seja, **Contar a História** (8). A apresentação, focada em clareza e simplicidade, é assim descrita em Giwa (2002, p. 57, tradução da autora):

Em um estilo narrativo e coerente será descrito o problema que necessita ser minimizado ou resolvido. Serão delineados alguns roteiros alternativos de ação que poderão ser adotados. A cada roteiro de ação será associado um conjunto de resultados projetados, sugerindo as bases de evidência para suas projeções. Se não houver dominância de uma alternativa com respeito aos critérios de avaliação, serão indicadas a natureza e abrangência das negociações necessárias implícitas nas diferentes opções políticas. Finalmente, poderão ser incorporadas as recomendações sobre a alternativa a ser eleita.

No estudo em questão este passo representa a própria dissertação.

3.1.2.6 Síntese das etapas

A fase inicial, Priorização ou Avaliação do Alcance dos Impactos, avalia preliminarmente as prioridades dos problemas ambientais relacionados aos impactos associados e a Análise da Cadeia Causal conduz às Causas Imediatas e às Causas Raízes (GIWA, 2001, 2006).

Segundo Marques (2002), a Análise da Cadeia Causal pode ser utilizada como instrumento analítico e de gerenciamento. No primeiro caso identifica a natureza do problema ambiental, os efeitos e conseqüências dele decorrentes, as ligações entre o problema ambiental e suas causas raízes e as barreiras a serem removidas para solução ou mitigação do problema e de seus impactos. Para efeitos de gerenciamento apóia a avaliação dos resultados das diferentes opções políticas sobre o agravamento ou mitigação dos problemas ambientais e embasa a modelagem dos cenários futuros.

Todo este processo resulta na compreensão das tendências (ou forças) que resultam em degradação ambiental e que, por sua vez, induz ao conhecimento das pressões antrópicas que as geram. O entendimento dessas pressões (forças direcionais) e suas interligações é fundamental para o planejamento estratégico e projeções futuras (MARQUES, 2002), que são apresentados na Análise das Opções Políticas.

O fluxograma apresentado na página a seguir (Fig. 10) apresenta as diversas etapas da Metodologia Giwa.

A Metodologia Giwa aqui descrita é aplicada para a ilha do Campeche conforme pode ser visto no capítulo 5.

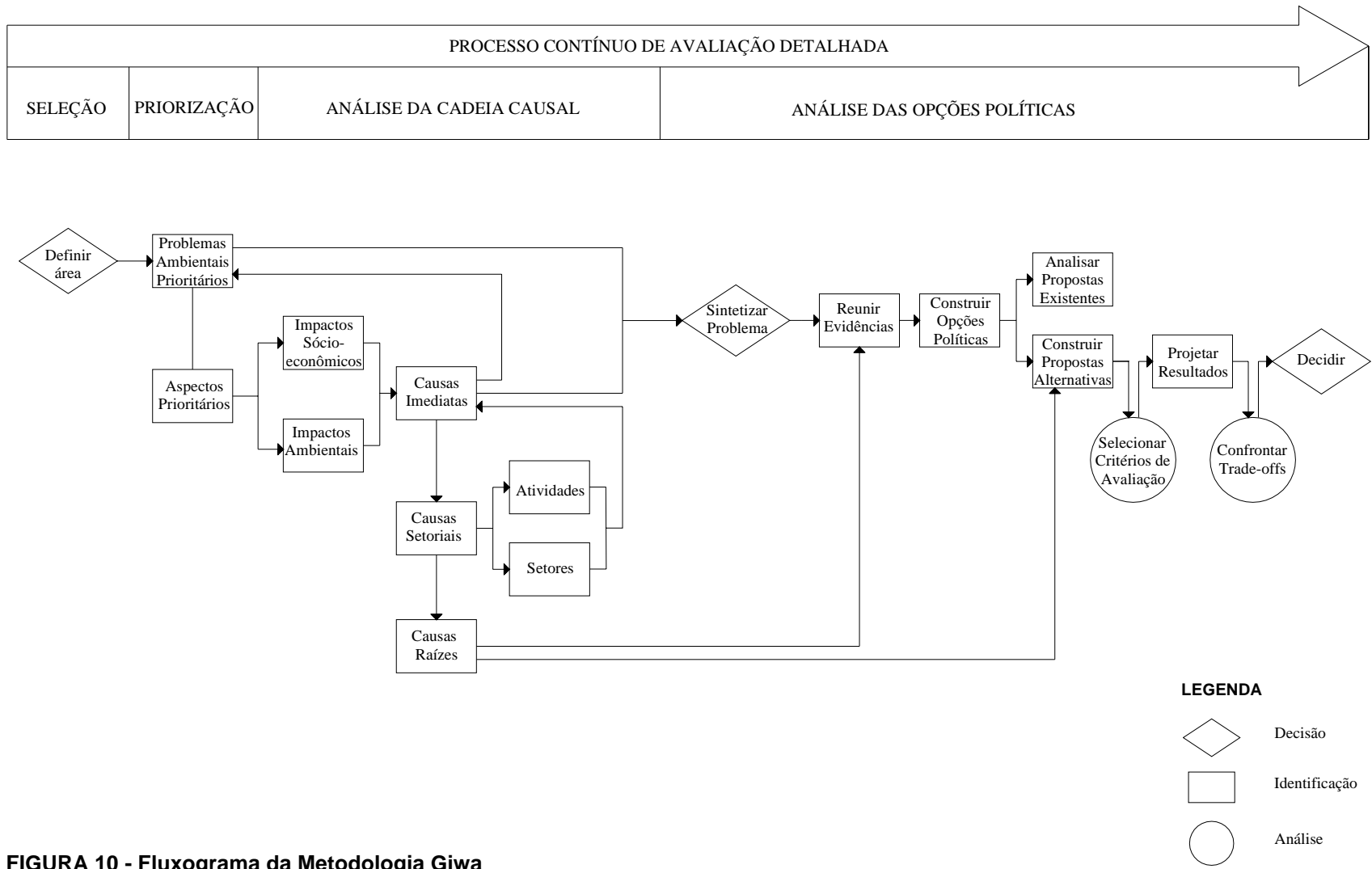


FIGURA 10 - Fluxograma da Metodologia Giwa

3.2 PROCESSOS DE PESQUISA

Para caracterização do objeto de estudo e do problema, utilizou-se de recursos de pesquisa bibliográfica: livros e fontes digitais (*internet*).

Também houve compilação de informações oriundas da foto-interpretação de imagens aéreas para identificação das alterações de uso do solo no decorrer do século passado. E ainda utilizou-se um terceiro instrumento, a coleta de informações orais junto a comunidade envolvida com a área.

3.2.1 Elaboração de mapas

Para identificação das alterações no uso do solo no século XX são utilizadas imagens disponíveis da ilha do Campeche: fotografias aéreas de vôos dos anos 1938, 1957 e 1977 e imagem digital Ikonos/Google de 2004.

Todo procedimento descrito neste subitem foi feito nos laboratórios de Geoprocessamento e de Análise Ambiental do Departamento de Geociências da UFSC.

A obtenção da base cartográfica foi feita a partir da imagem de satélite de 2004, georreferenciada com coordenadas de pontos coletados em campo por receptor GPS e pós-processamento utilizando o programa IDRISI 32 e Microstation V8. Estes servem para elaboração das demais cartas, utilizando os mesmos pontos para consistência da base cartográfica.

A marcação das trilhas dos mapas de 1938, 1957 e 1977 (Figs. 35, 37, 39) refere-se aos sinais visíveis nas fotografias. E para o mapa de 2004 (Fig. 41) foi feito rastreamento com GPS.

Considerando o uso de fotografias antigas, há possibilidade de imprecisões à medida que as técnicas eram de diferente qualidade.

A identificação das formações vegetais e interações antrópicas baseiam-se na caracterização apresentada nos itens 4.1 e 4.2, nos anexos e nos apêndices.

3.2.2 Coleta de informações orais

A pesquisa oral visou complementar o levantamento bibliográfico em três aspectos: uso e ocupação da ilha do Campeche no início do século passado (ANEXO B), exploração de seus recursos hídricos (ANEXO C) e o estudo ilustrativo de caso apresentado (ANEXO D). Ao primeiro aspecto é dado um destaque especial sendo elaborado roteiro e definidos procedimentos atendendo à fundamentação exposta a seguir.

Para escolha de uma técnica de pesquisa, entre as diversas disponíveis, Rennie e Singh (1996, p.49 *Apud* SEIXAS, 2005) sugerem que a escolha seja fundamentada em: 1-

custo e efetividade, 2- validade, 3- nível de precisão adequado, e 4- apropriação, participação e empoderamento pela população local.

Para que se possa verificar a pertinência das informações coletadas, Seixas (2005) indica o uso de triangulação, isto é, a utilização de técnicas ou informantes diferentes, preferencialmente três.

Assim, considerando as observações acima, definiu-se pela aplicação de três técnicas na pesquisa: entrevista semi-estruturada, diagrama e “visualizando o futuro”.

As entrevistas semi-estruturadas partem de uma lista, pré-elaborada pelo pesquisador, dos assuntos a serem abordados. Por ser uma técnica flexível, o entrevistador conduz o entrevistado sem restrições de duração ou aprofundamento das respostas, não só permitindo a exploração de assuntos inesperados mas também que não se complete a abordagem de todos assuntos previstos no mesmo encontro. Como apoio ao roteiro podem ser utilizados material visual ou oral (SEIXAS, 2005).

O diagrama é uma representação gráfica das questões importantes para uma determinada comunidade. As abordagens podem conter os aspectos físico, ecológico, social e econômico. Entre os vários tipos de diagramas, optou-se pela “linha do tempo”. Trata-se da identificação dos principais eventos sociais ou ambientais ocorridos em uma comunidade e representados em forma cronológica.

A técnica “visualizando o futuro” para ser aplicada em grupos foi adaptada para entrevistas individuais. Consiste em inspirar o entrevistado para imaginar seu ideal de futuro, sem as limitações atuais.

Gil (1999) indica ser a receptividade ao entrevistador, decisiva para o desenvolvimento da pesquisa. Para tanto, deve-se investir na prévia preparação e comunicação, bem como no esclarecimento dos propósitos do trabalho como forma de se estabelecer uma “atmosfera favorável”.

Para uma precisa reprodução das respostas, Gil (1999, p.125-6) salienta a importância de registrá-las durante a entrevista através de anotações ou gravação. Acrescenta ainda que

A anotação posterior à entrevista apresenta dois inconvenientes: os limites da memória humana que não possibilitam a retenção da totalidade da informação e a distorção decorrente dos elementos subjetivos que se projetam na reprodução da entrevista.

Utilizando-se da conceituação acima exposta, elaborou-se um roteiro de entrevista semi-estruturada (ANEXO A) dividida em três partes: descritiva, analítica e propositiva. Na primeira o entrevistado é conduzido a descrever os aspectos físicos da ilha e as modificações e atividades por ele presenciadas. A segunda objetiva a construção de um

diagrama de linha do tempo sendo, para tal, solicitadas informações sobre os principais eventos ocorridos na história da Ilha. E a terceira, baseada na técnica “visualizando o futuro” fundamenta-se na construção de um modelo de situação ideal.

A necessidade de construir o histórico da Ilha do Campeche induziu a seleção de pessoas que vivenciaram a Ilha do Campeche, por significativo período de suas vidas, na primeira metade do século XX. Este recorte conduziu aos pescadores artesanais da comunidade da Armação do Pântano do Sul.

Para apoio às entrevistas definiu-se o seguinte material:

- prancheta, papel e caneta para proceder as anotações,
- gravador e máquina fotográfica digitais para coleta de voz e imagem;
- fotografia aérea colorida do voo de 2002 (Fig. 11); mapa hipsométrico (Fig. 14); mapa de localização das edificações na praia (Fig. 46) e mapa dos sítios arqueológicos (Fig. 26) para facilitar a localização das referencias.

Os resultados da aplicação das metodologias de pesquisa são apresentados no capítulo 5.

CAPÍTULO 4 – CARACTERIZAÇÃO, HISTÓRICO E PROTEÇÃO DA ILHA DO CAMPECHE

Os resultados a serem apresentados neste item foram coletados de acordo com os procedimentos explicitados no item 3.2 compreendendo busca de informações em bibliografia, imagens aéreas e memória oral da comunidade. Acrescenta-se também as informações acumuladas pela autora em nove anos de gestão da ilha do Campeche.

Além da pesquisa bibliográfica feita em bibliotecas, apresentaram-se extremamente produtivas as buscas dirigidas realizadas nos arquivos do Iphan, Ministério Público Federal (MPF) e Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Sendo que, a pesquisa eletrônica também foi importante, em especial para assuntos referentes à metodologia Giwa.

Como será observado no transcorrer deste item, dois trabalhos tiveram destaque para a caracterização da área de estudo e para a descrição da arte da pesca. São eles, respectivamente, Mazzer (2001) e Schmidt & Lima (2007b). Por apresentarem significativo aprofundamento nas referidas questões, fez-se uso também de mapas ilustrativos do conteúdo apresentado.

A construção do histórico da ilha do Campeche apresentou um hiato referente a primeira metade do século XX. Exauridas as fontes bibliográficas, iniciou-se duas frentes de pesquisa: acervos iconográficos e memória oral. Como resultado da primeira obteve-se fotografias aéreas oficiais que foram foto-interpretadas e suas informações cruzadas com as da pesquisa oral realizada, apurando assim os resultados.

A pesquisa oral, inicialmente destinada preencher uma lacuna temporal, teve sua contribuição estendida na medida em que complementou não somente o histórico do uso da terra mas também da arte da pesca. Pelas especificidades da pesquisa o público alvo foi definido em pescadores idosos da comunidade da Armação do Pântano do Sul (ANEXOS A e B).

O planejamento da pesquisa oral seguiu as indicações de Gil (1999), investindo-se na preparação de um ambiente favorável através da busca pessoas da comunidade conhecidas da autora para intermediar o primeiro contato com os entrevistados. Houve casos em que os próprios entrevistados foram facilitadores das seguintes.

Ainda observando Gil (1999) fez-se, inicialmente, a tentativa de anotar as mesmas palavras do entrevistado evitando resumir ou parafrasear. Assim, para as duas primeiras entrevistas foram feitas somente anotações manuscritas havendo claramente perda de detalhes (ANEXO B, entrevistas 1 e 2). Diante disto, optou-se pela gravação, ou mesmo filmagens em algumas, como forma de garantir a qualidade dos resultados.

Como a autora é funcionária do órgão público gestor, em alguns casos fez necessário um esclarecimento de que não estava como representante do governo, mas como mestranda buscando dados históricos.

As entrevistas seguiram a seguinte rotina:

- justificativa da autora ao entrevistado da necessidade de se coletar informações junto a comunidade por falta de dados bibliográficos sobre o histórico da Ilha do Campeche;
- solicitação de permissão para gravar ou para filmar para evitar a perda de informações;
- entrevista baseada no roteiro pré-estabelecido (ANEXO A): aplicação de perguntas pessoais (nome, data e local de nascimento) seguidas de pedido para descrever a primeira ida a ilha. Nos momentos de silêncio do entrevistado, eram feitas perguntas direcionadas ao roteiro. Eventualmente o entrevistador intervinha para solicitar esclarecimentos, informações complementares ou para reconduzir ao assunto;
- solicitação de empréstimo de fotografias com informações históricas.

O roteiro foi elaborado prevendo uma abordagem completa dos temas definidos. Porém não era completamente seguido, considerando-se as diferenças pessoais e ainda a importância da informalidade para otimizar os resultados.

As duas primeiras feitas (ANEXO B, p. 168-169, 169-171) foram interrompidas a pedido do entrevistado. Ao analisar a forma ocorrida, percebeu-se que já haviam sido dados sinais como tais como passar a falar menos ou responder as perguntas burocraticamente sem o entusiasmo anteriormente demonstrado. Ficou clara a necessidade de estar atenta a indícios como estes.

Uma das entrevistas (ANEXO B, p. 169-171) foi feita na presença de familiares tendo havido várias contribuições para a lembrança de datas estabelecendo ligação a outras pessoas (p.ex. nascimento de alguém). As colaborações também eram no sentido de complementar a informação ou lembrar algum outro fato correlacionado. Em alguns momentos várias pessoas falavam simultaneamente demonstrando claramente o desejo de participar da construção do histórico. Nesses momentos era especialmente difícil anotar todas informações recebidas.

As entrevistas foram integralmente incorporadas nos anexos e as informações utilizadas para caracterização e histórico da área de estudo (itens 4.1 e 4.2) e para a aplicação da Análise da Cadeia Causal. A pesquisa oral foi especialmente importante para a reconstituição do histórico da pesca e da ocupação da Ilha na primeira metade do século XX.

4.1 ÁREA DE ESTUDO

A ilha do Campeche dista 1,4 km da praia do Campeche na costa sudeste da Ilha de Santa Catarina, município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina (Fig. 11, 12) entre as coordenadas $27^{\circ}41'22''$ S e $27^{\circ}42'18''$ S e $48^{\circ}27'33''$ W e $48^{\circ}28'08''$ W.

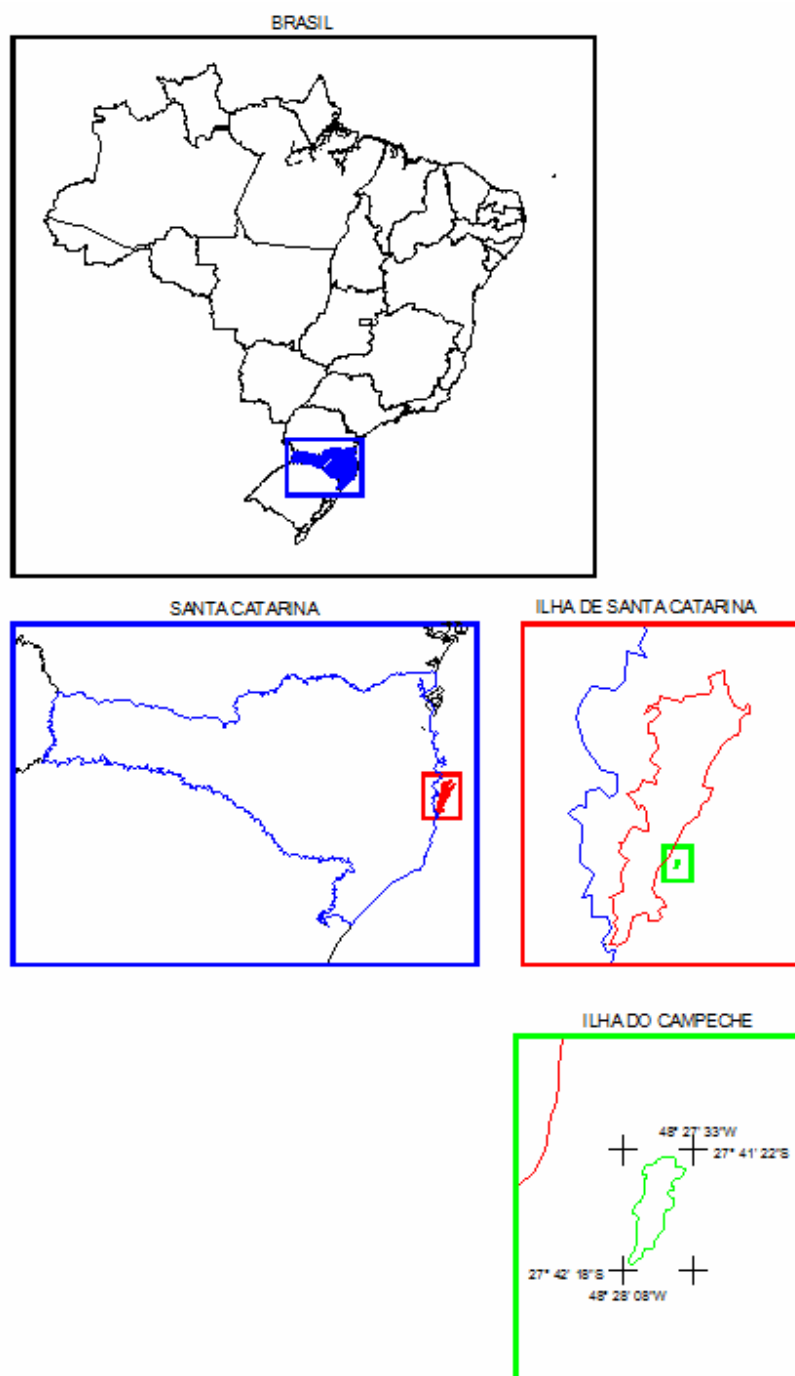


FIGURA 11 – Localização da ilha do Campeche

O formato da ilha é similar ao da Ilha de Santa Catarina, alongado na direção norte/nordeste - sul/sudoeste (IBGE, 19--), possuindo área total de 534.490,64 m² e perímetro de 6.299,16 m (Fig. 42, item 4.2.1.4).

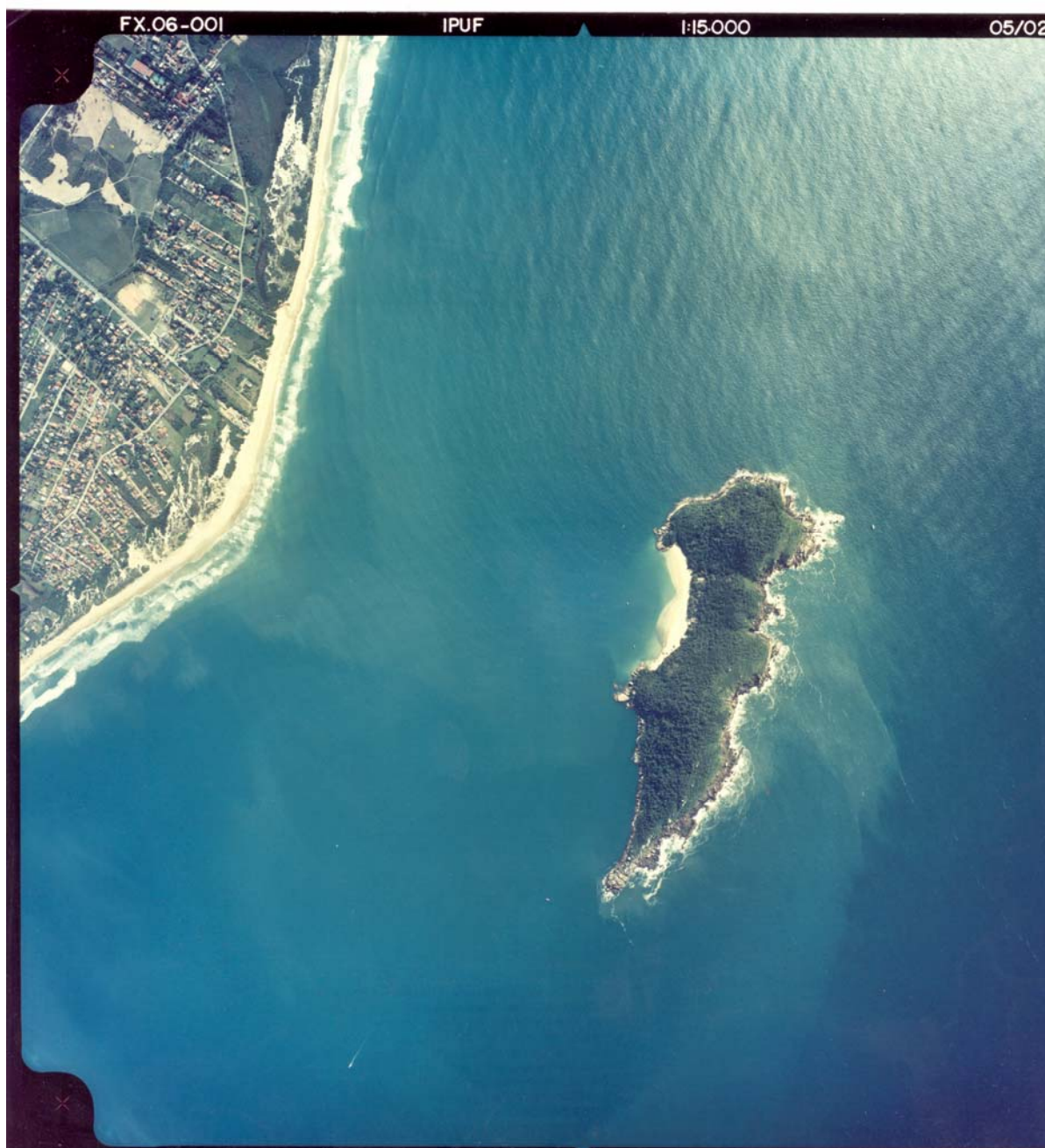


FIGURA 12 – Fotografia aérea da ilha do Campeche

Fonte: IpuF (2002)

Pelo mapa mais antigo localizado, o “*Plano Hydrographico da Ilha de Santa Catharina...*” de 1814 (Fig. 13), a Ilha do Campeche foi nominada anteriormente a praia homônima. Porém não se tem uma indicação segura da etimologia da palavra Campeche.

A versão corrente no imaginário popular fundamenta-se no uso, por Saint-Exupery e outros aviadores franceses, de um antigo campo de pouso existente nas imediações da praia por volta de 1930 (JUNKS, 1995). Por esta hipótese, a nomenclatura teria surgido da corruptela das palavras francesas *champ* e *pêche* que indicaria o local como arraial de pescaria. Porém, além da incorreção da tradução, este fato é posterior ao mapa de 1814 indicado acima, ficando assim descartada esta hipótese.

Restam outras duas possibilidades a serem verificadas: Campeche, um estado mexicano e pau-campeche, uma árvore aqui introduzida. A suposição da origem mexicana justifica-se pela invasão espanhola ao povoado Nossa Senhora do Desterro (atual Ilha de Santa Catarina) no final do século XVIII, após ataques na região do México. E a segunda supõe a ocorrência na ilha de *Haematoxylon campechianum*, árvore da família *Leguminosae*, popularmente conhecida como pau-campeche (JUNKS, 1995) e indicada como aqui cultivada por Reitz (1959) em inventário intitulado “Os nomes populares das plantas de Santa Catarina”. Das hipóteses, a última apresenta-se menos improvável.

4.1.1 Aspectos físicos e bióticos

O relevo da Ilha do Campeche compõe-se de uma colina e dois outeiros com altitudes de 48, 82 e 78 m respectivamente (IPUF, 1979) e duas depressões formadas pelas calhas de drenagem (Fig. 14 e 15).



Figura 14 – Costa oeste da ilha do Campeche
Fonte: Cintia Chamas (24/02/2008)

Há predomínio das altitudes entre 20 e 40 metros, sendo as áreas entre 0 e 10 metros localizadas apenas na planície costeira e em faixas estreitas ao longo da falésia rochosa (MAZZER, 2001) (Fig. 16 e 17).

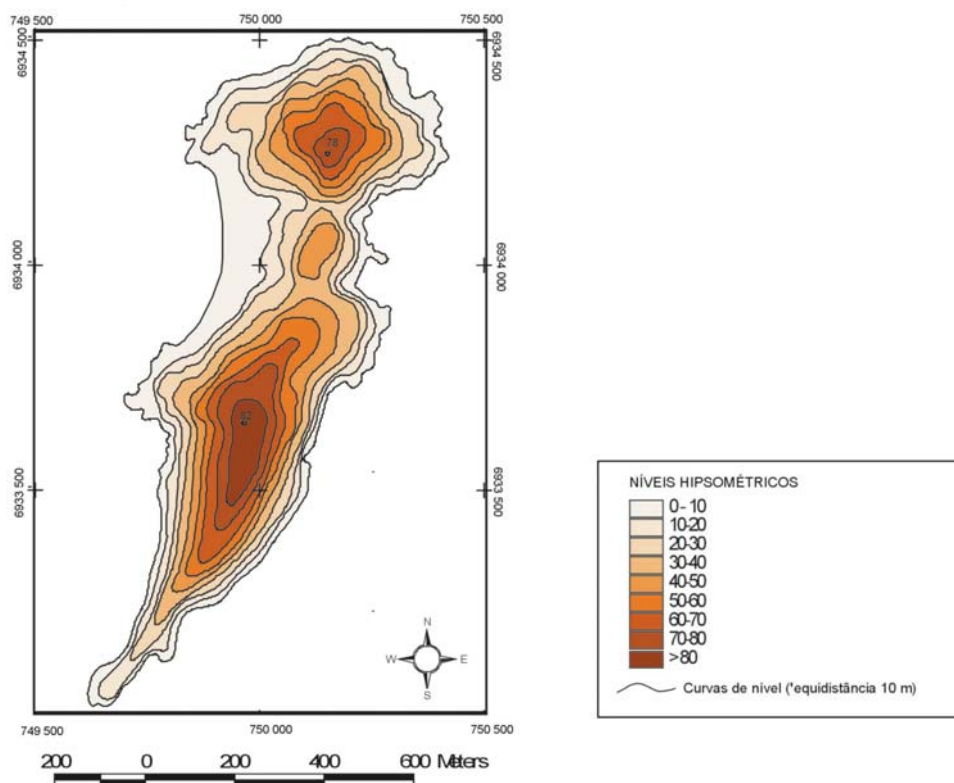


FIGURA 15 – Mapa hipsométrico da ilha do Campeche

Fonte: Mazzer (2001), página 131, modificado



FIGURA 16 – Feição da costa leste da ilha do Campeche (ao fundo a elevação norte)

Fonte: Cintia Chamas (24/02/2008)



FIGURA 17- Enseada e elevação sul

Fonte: Cintia Chamas (28/02/2006)

Mazzer (2001) indica uma declividade média de 36%, para o gradiente entre 0% e acima de 100%. As maiores declividades ocorrem na face leste-sudeste e as mais suaves na oeste.

A formação geológica é constituída pelo embasamento cristalino (Proterozóico Superior e Eo-Paleozóico) composto pelo Granito Ilha (monzogranito a biotita, sienogranitos e leucossienogranitos; texturas geralmente heterogranulares e algumas variedades porfíricas; coloração cinza rosada; granulação média a grossa; isotropos; vários tipos aplíticos) e diques de diabásio, do Cretáceo Inferior. Na costa oeste há ainda um depósito marinho praiado de idade holocênica, constituído por areias de coloração esbranquiçada (CARUSO JÚNIOR, 1993) com a extensão aproximada de 500 m.

Mazzer (2001) subdivide os depósitos sedimentares do Período Quaternário em marinho, eólico e de encosta (Fig. 18). O depósito marinho (praiado) configura uma praia arenosa e um terraço no pós-praia, onde identificou-se material proveniente de aterro hidráulico. O depósito eólico encontra-se recoberto por mata de restinga constituindo-se em dunas inativas. E o depósito de encosta situa-se em uma rampa de encosta no lado norte-noroeste, entre 5 e 40 m de altitude aproximadamente.

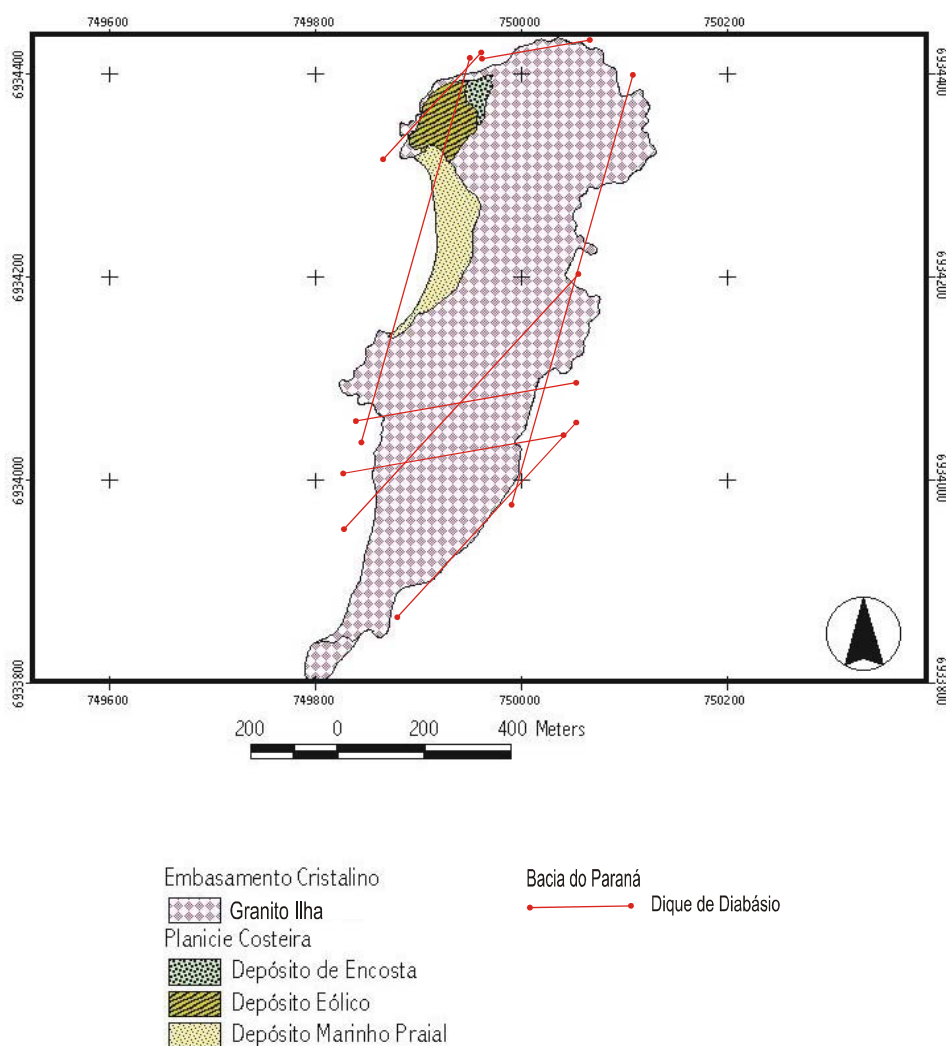


FIGURA 18 – Esboço geológico da ilha do Campeche
Fonte: Mazzer (2001), página 112 (sic)

Segundo SILVA & BORTOLUZI (1987, apud MAZZER 2001) os diques preencheram antigas fraturas e falhas, cortando diversas estruturas geológicas, principalmente os granitóides. Scheibe (2002) indica sua composição mineralógica como tipicamente basáltica, constituídos por clinopiroxênios, plagiocásio tabular e magnetita/ilmenita e podendo ter grande variação nas dimensões, desde larguras centimétricas até 100 m de espessura, e comprimentos atingindo, na ilha do Campeche, centenas de metros.

Segundo Scheibe (2002), na porção leste da ilha de Santa Catarina há maior ocorrência de diques de diabásio. Coerentemente, cerca de 30% da ilha do Campeche seria ocupada por diques (Fig. 19 e 20). Mazzer (2001) identifica a existência de, no mínimo, oito diques cortando as estruturas graníticas nas seguintes direções: um em N20°E, três em N30°E, quatro em N60°E e dois em E115°S.



FIGURA 19 – Dique de diabásio a sudeste

Fonte: Cintia Chamas (14/02/2008)



FIGURA 20 – Dique de diabásio a noroeste

Fonte: Cintia Chamas (14/02/2008)

A caracterização geomorfológica da Ilha do Campeche, sob um enfoque macroregional, representa um prolongamento do sistema de morrarias chamado Serra do Tabuleiro (PELUSO JR., 1984 apud MAZZER, 2001) ou Serras do Leste Catarinense. Cerca de 85% de sua área pertence a esta unidade, estando o restante inserido na unidade Planícies litorâneas (ROSA & HERRMANN, 1991) (Fig. 21).

A porção pertencente à unidade Serra do Tabuleiro constitui três elevações e duas depressões formadas pelas calhas de drenagem (MAZZER, 2001).

A presença da unidade Planície litorânea é pequena, porém representativa. Esta planície costeira de acumulação marinha e eólica situa-se na porção oeste da ilha (Rosa & Herrmann, 1986). Subdivide-se em praia arenosa (0-5 m de altitude) e terraço marinho (5-20 m de altitude) recoberto por depósitos eólicos e muito material antrópico (aterros, sítios arqueológicos, resíduos sólidos) (MAZZER, 2001).

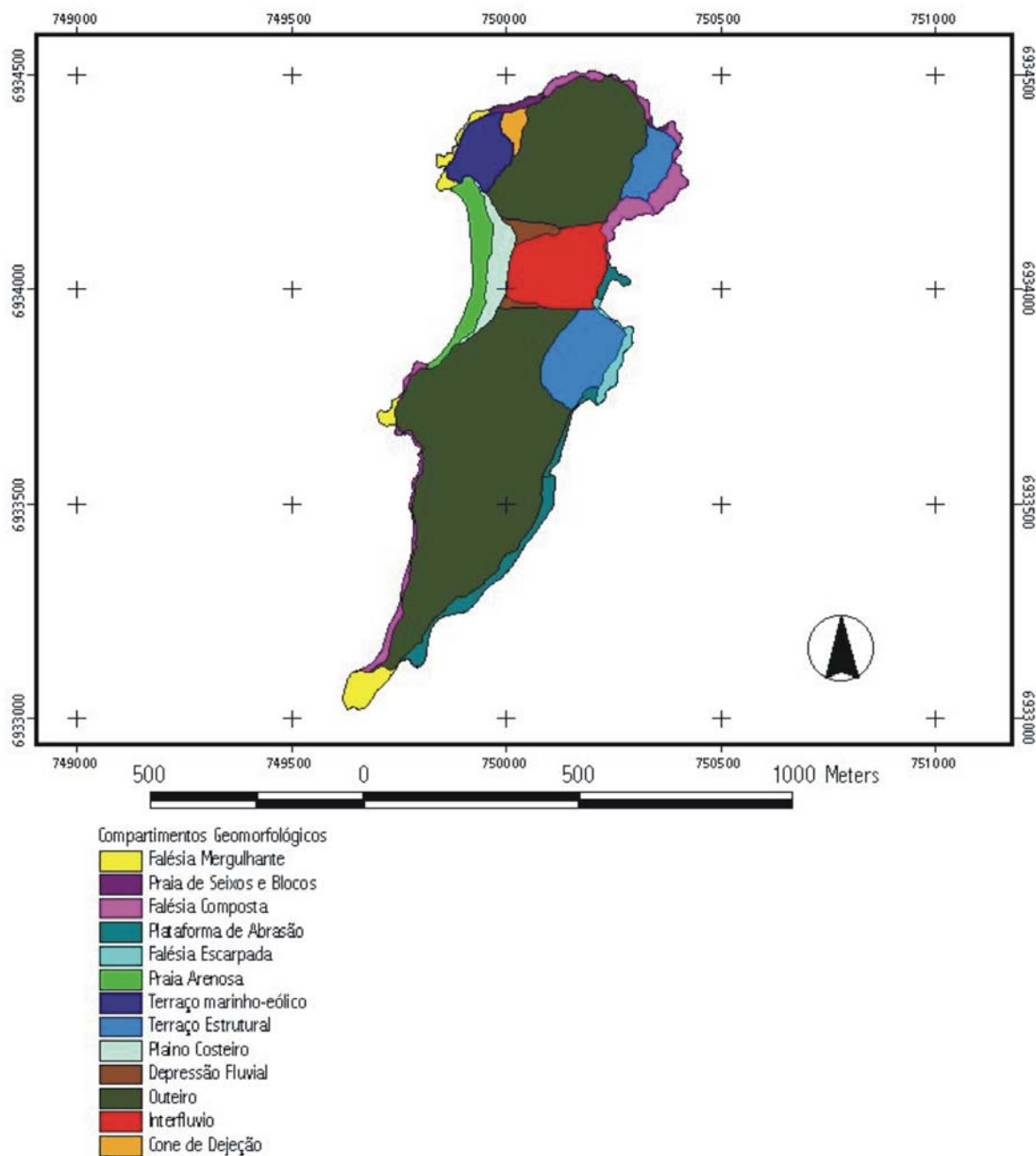


FIGURA 21 – Mapa de compartimentação geomorfológica da ilha do Campeche

Fonte: MAZZER (2001), página 139

Segundo Mazzer (2001), cerca de 90% da linha de costa da ilha do Campeche é composta por rochas cristalinas com grande variação geomorfológica, havendo as seguintes tipologias de feições, expostas aos domínios marinho e terrestre: falésia mergulhante, falésia composta e plataforma de abrasão (Fig. 21).

Quanto aos processos atuantes na morfodinâmica das formas do relevo pode-se citar os processos marinhos e os terrígenos. Os marinhos, decorrentes de ação das ondas, marés, correntes e ventos marítimos, predominam na face leste-sudeste e os terrígenos, resultantes da gravidade, chuvas (escoamento superficial e subsuperficial), pedogênese, etc., predominam na face oeste-noroeste (MAZZER, 2001).

Levantamento de Mazzer (2001) identificou cinco bacias hidrográficas (Fig. 22). A principal – oeste – ocupa uma área de 32% da ilha e abriga dois dos três principais cursos d'água. O terceiro maior curso d'água situa-se na microbacia sudoeste, que ocupa 17% da área da ilha. Classificou a drenagem como incipiente, com a maioria dos cursos d'água de regime efêmero, sendo os três mais significativos (indicados por setas na Fig. 22), provavelmente, de regime intermitente. Destes, dois são utilizados para o abastecimento das edificações existentes na área da praia.

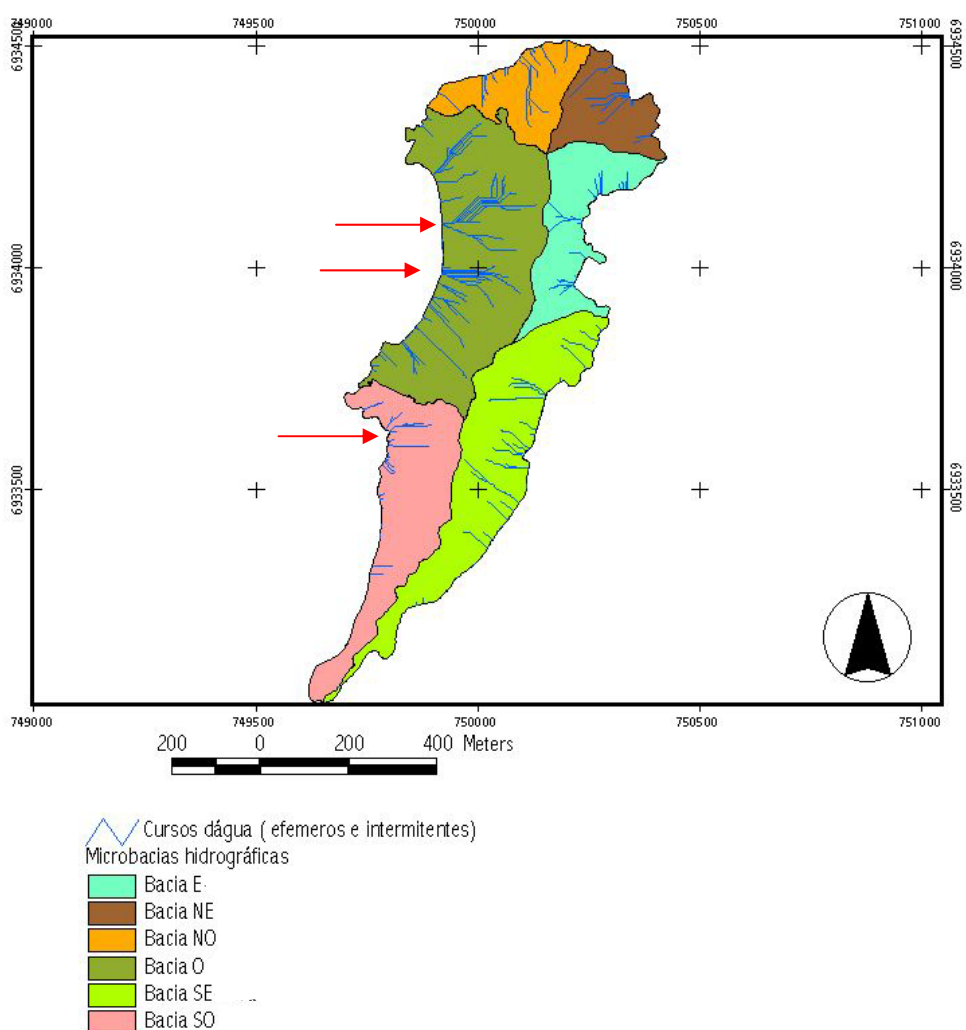


FIGURA 22 - Mapa hidrográfico da ilha do Campeche

Fonte: Mazzer (2001), página 148, modificado

Como não se dispõe de dados meteorológicos específicos para a Ilha do Campeche, serão adotadas as referências feitas à Ilha de Santa Catarina, a qual caracteriza-se por clima tropical, subquente, superúmido, com subseca (NIMER, 1979).

Florianópolis é tido como um município tipicamente úmido com variação de média mensal aproximada de umidade entre 79 e 83% e de precipitação entre 50 e 190 mm (MONTEIRO & FURTADO, 1995), sendo junho, julho e agosto os meses menos chuvosos (NIMER, 1979).

Com temperatura média anual superior a 20°C, atinge no mês mais quente, janeiro, média de 24°C e no mês mais frio, julho, média de 15 °C (NIMER, 1979).

Os ventos mais fortes têm origem S/SE e são popularmente conhecidos como “vento sul”. São frios e úmidos por serem o resultado do transporte de umidade do oceano para o litoral pelo Anticiclone Polar (MONTEIRO & FURTADO, 1995).

Há predomínio dos fluxos de ar de NE, de intensidade fraca e constante ao longo do ano, com ligeiro aumento entre setembro e dezembro gerados pela Massa Tropical Atlântica. Sob o domínio desta massa tem-se, nesta época, dias agradáveis, com pouca nebulosidade e umidade relativa variando em torno de 95% (manhã) e 70% (tarde) e temperatura variando entre 30 e 22 °C (Ibid.).

O local também está sob influência da Massa Tropical Continental que, ao contrário da primeira, cria condições de tempo desagradáveis com forte calor (temperaturas máximas acima de 33 °C) prolongando-se pela noite, e ventos de baixa intensidade. Além de quente é seca e permanece por pelo menos três dias (Ibid.).

Principalmente no verão, outra massa faz-se presente, a Massa Equatorial Continental gerando alta concentração de umidade no ar, apresentando nebulosidade e fortes trovoadas (Ibid.).

A umidade de origem oceânica acumula-se na face oeste da ilha determinando o modelo de distribuição da vegetação (MAZZER, 2001). A formação vegetal predominante é Floresta Ombrófila Densa no estágio capoeirão (COURA NETO & KLEIN, 1991), cobrindo as três elevações principais. Além da formação dominante, Reis (1998) identificou outras duas formações vegetais da Mata Atlântica (Vegetação pioneira de restinga, Vegetação pioneira de costões rochosos) (Fig. 23, 24 e 25). e áreas cobertas por vegetação de origem antrópica.

Silva Filho (1983) identificou 137 espécies pertencentes a 57 famílias em um levantamento florístico preliminar. Composto a restinga, porção litorânea arenosa, identificou 15 ervas ou pequenos arbustos, seis arbustos lenhosos, quatro árvores medianas e sete epífitas ou parasitas. No litoral rochoso encontrou 14 ervas ou pequenos arbustos, três árvores medianas e seis epífitas ou parasitas. No interior da ilha, o estrato herbáceo da mata é ralo e representado principalmente por *Araceae*, *Gramineae*, *Piperaceae* e *Pteridophyta*. Identificou dez ervas ou pequenos arbustos, 12 arbustos lenhosos, dez

árvores medianas, cinco lianas e seis epífitas ou parasitas. Em áreas de capoeira, vegetação secundária, identificou três arbustos lenhosos, oito árvores medianas, 11 lianas e uma epífita.



FIGURA 23 – Vegetação pioneira sobre costões rochosos e Floresta Ombrófila contígua (SW)

Fonte: Cintia Chamas (14/02/2008)



FIGURA 24 – Vegetação pioneira de costões rochosos (SE)

Fonte: Cintia Chamas (14/02/2008)



FIGURA 25 – Restinga ao norte da praia

Fonte: Cintia Chamas (14/02/2008)

Embora não haja inventário de fauna, foi encontrada citação de registro de tié-sangue (*Ramphocelus bresilius*) e gaturamo-serrador (*Euphonia pectoralis*) na Ilha do Campeche, ambas indicadas como espécies raras (NAKA & RODRIGUES, 2000). E ainda a descoberta (MULLER, 1968) e a constatação (SILVA, 2004) de existência de uma subespécie endêmica de anuro, *Leptodactylus gracilis dellatini* (vide Fig. 7 e 8).

4.1.1.1 Entorno Marinho

A ilha do Campeche localiza-se na plataforma continental interna entre as isóbatas de 10 e 20 m (Fig. 26). A leste da isóbata de 20 m, a declividade é acentuada até 30 m, seguindo então regularmente até atingir a plataforma continental externa (Schmidt & Lima 2007b).

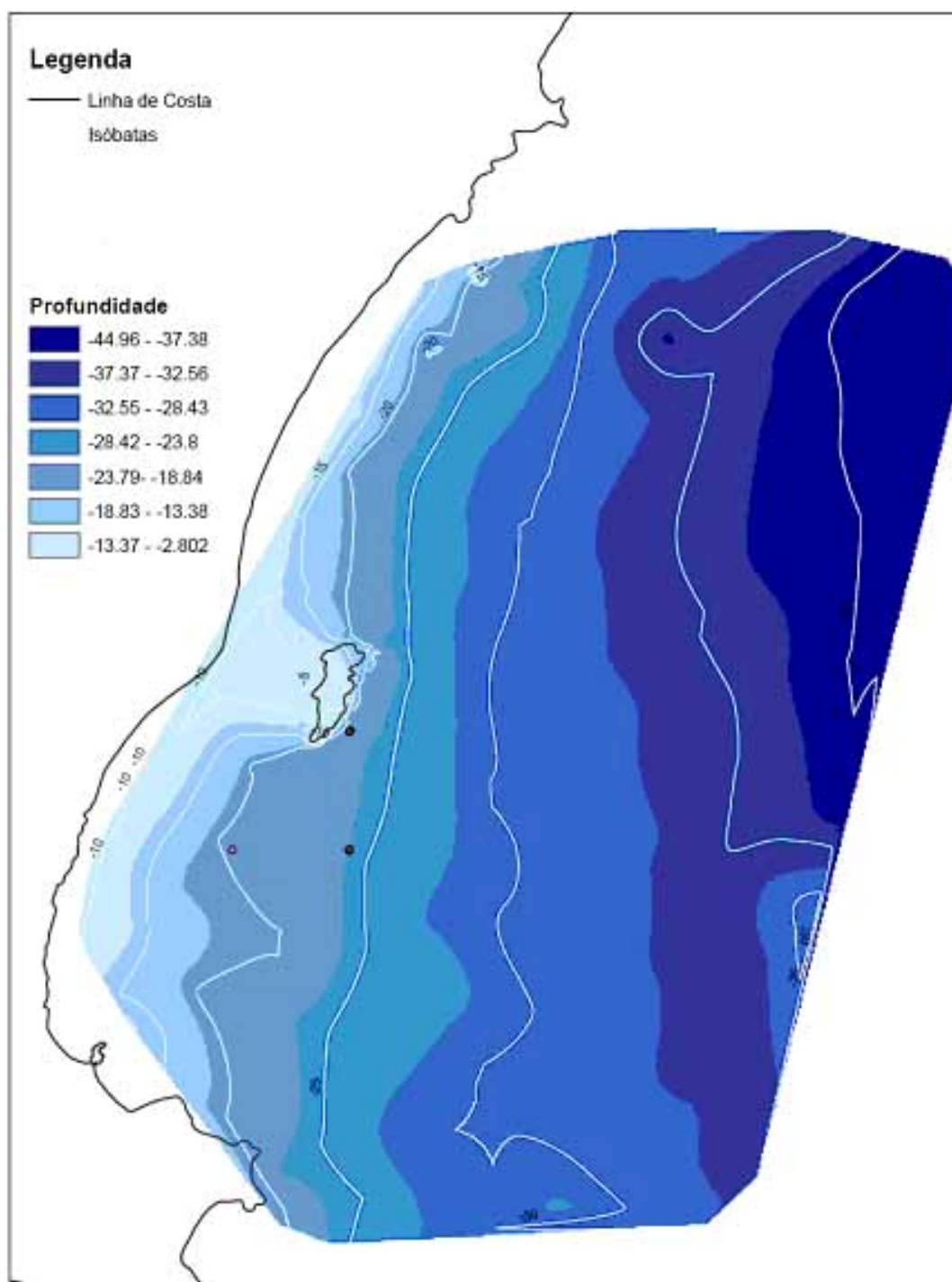


FIGURA 26 – Batimetria da região da ilha do Campeche

Fonte: Guedes (2007) In Schmidt & Lima (2007b)

Segundo Schmidt & Lima (2007b) há basicamente três *habitats* no entorno marinho da Ilha do Campeche: costões rochosos, fundos inconsolidados e ambiente pelágico.

Os costões rochosos sobressaem quanto a diversidade. Schmidt & Lima (2007b) identificaram: 11 espécies de macro alga, 30 invertebrados e 39 peixes que utilizam as rochas como local de abrigo e alimentação. Destes invertebrados, quatro estão ameaçados de extinção (*Eucidaris tribuloides*, *Echinaster brasiliensis*, *Asterina stellifera*, *Coscinasterias tenuispina*) e um de sobreexploração (*Panulirus sp.*). E entre os peixes uma espécie está ameaçada de extinção (*Epinephelus itajara*) e quatro são sobreexploradas (*Lutjanus sp.*, *Epinephelus marginatus*, *Epinephelus niveatus* e *Hippocampus sp.*). No fundo inconsolidado encontraram 44 invertebrados e também cinco peixes diretamente relacionados: raia-chita (*Atlantoraja castelnaui*), cação-viola (*Rhinobatos horkelii*), tubarão-martelo (*Shyrna lewini*), linguado (*Bothus ocellatus*), mamanga ou lamba (*Porichthys porosissimus*). Estes peixes são geralmente capturados por pescadores. Identificou-se ainda seis invertebrados e 14 peixes não residentes e 19 espécies de peixes sazonais.

Segundo Lima (2007) a biodiversidade no ambiente marinho da Ilha do Campeche é similar à da Ilha Porto Belo e a de peixes, à do Arvoredo. Há registros de avistamentos dos seguintes mamíferos marinhos: baleia-franca (*Eubalaena australis*), cachalote (*Physeter macrocephalus*), golfinho-comum (*Delphinus delphis*), golfinho (*Stenella sp.*), orca (*Orcinus orca*), toninha (*Pontoporia blainvillei*), leão-marinho (*Otaria byronia flavescens*), lobo-marinho (*Arctocephalus sp.*), lontra (*Lontra longicaudis*). Os registros de tartaruga marinha nos arredores da ilha contemplam as cinco espécies que ocorrem no litoral brasileiro: cabeçuda (*Caretta caretta*), verde (*Chelonia mydas*), de pente (*Eretmochelys imbricata*) e pequena (*Lepidochelys olivacea*). Entre as espécies de aves marinhas, são listadas doze mais freqüentes: biguá (*Phalacrocorax brasilianus*), atobá (*Sula leucogaster*), tesourão (*fregata magnificus*), gaivota (*Larus dominicanus*), trinta-réis-do-bico-vermelho (*Sterna hirundinacea*), trinta-réis-do-bico-amarelo (*Sterna eurygnatha*), pingüim-de-Magalhães (*Spheniscus magellanicus*), albatroz (*Diomedea sp.*), savacu (*Nycticorax nycticorax*), garça-pequena (*Egretta thula*), socozinho (*Butorides striatus*) (SCHMIDT & LIMA, 2007b).

4.2 USO E OCUPAÇÃO

Este item trata das diversas formas de ocupação e uso registradas da pré-história até os dias atuais, bem como das interações estabelecidas.

Os estudos arqueológicos indicam a presença de três tradições culturais na ocupação pré-histórica da costa catarinense. A mais antiga, dos pescadores-coletores, grupo conhecido pela produção de sambaquis, teria ocorrido cerca de 5.020 anos atrás. A segunda, diferenciava-se da primeira pela presença de cerâmica Gê (contribuição de um grupo de caçadores-coletores ceramistas vindos do Brasil Central) e denominava-se Itararé.

Este grupo ocupou a costa catarinense provavelmente 1.300 anos atrás e manteve, em sua maioria, a predominância da dieta marinha. E um terceiro grupo, agricultor e ceramista, chamado Tupi-guarani, que vindo da Amazônia aqui teria chegado cerca de 910 anos atrás (MASI, 2002).

Na Ilha do Campeche tem-se vários sítios arqueológicos indicando ocupação pré-histórica. Possuem distribuição periférica (Fig. 27) e foram assim cadastrados por Comerlato (2005):

- oficinas líticas (Fig. 28 e 29), nos costões nordeste e leste e, na face oeste, ao centro e nos costões ao norte e sul da praia,
- gravuras rupestres (Fig. 30 e 31), nos costões leste,
- evidência de sítio cerâmico da tradição Itararé, indicado por material cerâmico e lítico encontrado na superfície, no terraço marinho eólico da face oeste.

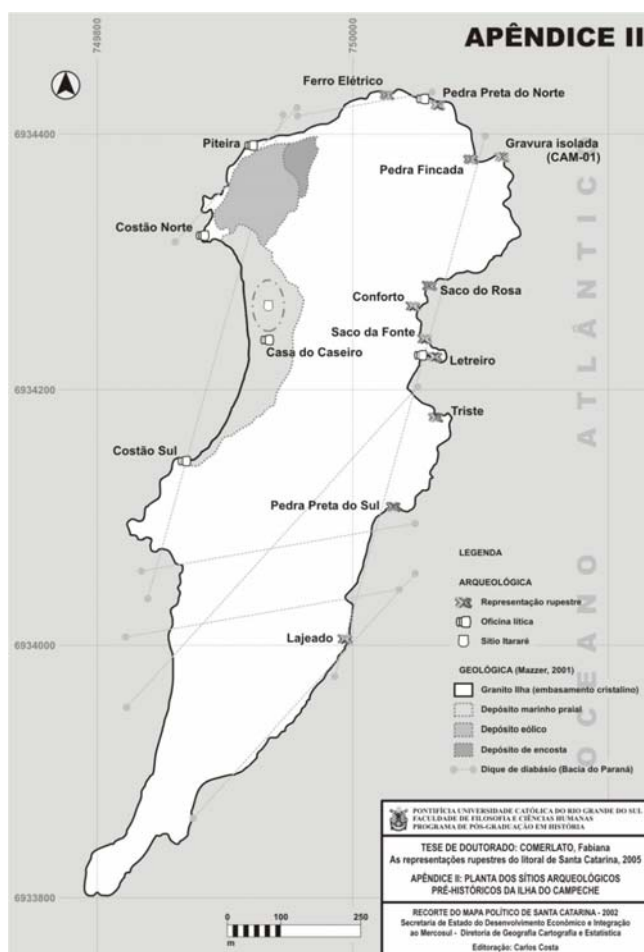


FIGURA 27 – Mapeamento dos sítios arqueológicos pré-históricos da ilha do Campeche

Fonte: Comerlato (2005)

Não há definição do período em que ocorreram as manifestações que utilizam a rocha como suporte. Masi (2002) justifica a dificuldade de datar estes sítios por serem

“apenas sulcos nas rochas, sem um contexto estratigráfico ou associação direta com outros artefatos que podem ser datados”. Comerlato (2005, p.130) ao analisar as hipóteses levantadas pelos pesquisadores Menghin, Prous e Fossari para atribuir a autoria dos sítios rupestres aos Pescadores-coletores-caçadores, aos Itararés ou aos Guaranis indica a necessidade de novas pesquisas arqueológicas e de datações nos sítios de ocupação da região. E ainda afirma não haverem sido encontradas evidências de aldeias ou acampamentos Guarani (COMERLATO, 2005, p.126).



FIGURA 28 – Bacias de amolação em bloco de diabásio

Fonte: Cintia Chamas (11/02/2008)



FIGURA 29 – Afiadores em bloco de diabásio

Fonte: Cintia Chamas (05/11/2005)



FIGURA 30 – Gravura em bloco granítico

Fonte: Cintia Chamas (29/04/2005)



FIGURA 31 – Gravura antropomórfica em bloco de diabásio

Fonte: Cintia Chamas (10/02/2008)

Os sítios arqueológicos existentes na Ilha do Campeche testemunham uma ocupação pré-histórica significativa. Rohr, importante arqueólogo catarinense, observa (ROHR, 1969, p.20-21):

Campeche é a Ilha mais rica em petroglifos, de que temos conhecimento (...) Os petroglifos do norte, segundo informações do Dr. Luiz D'Acampora, primeiro dono da Ilha, foram, na maioria, dinamitados por caçadores de tesouro. O que atualmente resta naquela praia são vestígios inexpressivos.

A falta de indícios físicos não permite avaliar os eventos havidos após estas ocupações até o século XVIII, quando os registros históricos indicam a implantação, no litoral de Santa Catarina, da terceira área baleeira do Brasil Meridional (ELLIS, 1969).

Em 1772, na praia hoje conhecida por Armação do Pântano do Sul, instalou-se uma armação de baleia⁴ cuja área estendia-se até a Lagoa do Peri e encostas adjacentes. A então denominada “Armação e Fazenda de Santa Anna da Lagoinha” possuía casa grande, armazém, igreja, senzalas de negros, tanques, engenhos de azeites e chácara (PIAZZA, 1983, p.200). Segundo Ellis (1969) as armações maiores possuíam duas a três “Casas de Tanques” com vários reservatórios destinados a armazenamento do óleo para decantação e posterior embarrilamento e destino ao consumo. Em outras, este depósito localizava-se em localidades próximas para armazenamento da produção excedente ou para abastecimento mais eficiente. Cita que “a Armação da Lagoinha dispunha de uma *Casa de Tanques de receber azeite na Ilha do Campexe* com tanques de 3,5 m de profundidade cada um” (ELLIS, 1969, p.65). Ellis (1966) apresenta um mapa da Província de Santa Catarina onde pode-se ler “I. do Campexe e deposito ... Azeite da Pesca” (Fig. 32 e 33). Segundo Comerlato (1998) a Ilha do Campeche era um posto de emergência, devendo possuir, além do tanque, um engenho de frigar. Ainda hoje podem ser observadas ruínas do muro de contenção do tanque (Fig. 34), na porção central da praia. Testemunhos vivos indicam que, em meados do século passado, o tanque estava exposto tendo as dimensões aproximadas de 2 m de profundidade e 10 m de comprimento. E ainda que havia um muro de 3 m de altura que foi envolvido por uma figueira (ANEXO B, p. 168-169, 171-175). Testemunhos da atividade são também os vários ossos de baleia sob a areia da praia que em ressacas podem ser vistos. Há informações de uma grande ressaca que descobriu entre 30 e 50 cabeças de baleia (ANEXO B, p. 171-175, 169-171, 195-203).

As armações começaram a entrar em declínio em 1790 e em 1829 a Armação da Lagoinha foi destinada ao serviço público para hospedar os colonos estrangeiros recém chegados a Província (COMERLATO, 1998). Poucos anos antes houve um incidente na Ilha do Campeche envolvendo um navio corsário conforme descrição do Contra-Almirante Henrique Boiteux (BOITEUX, 1918, p. 24):

⁴ “De *armar pesca, armar às baleias*, ou seja, equipar-se para a pescaria, para a pesca das baleias, decorre a expressão *Armação das baleias*, ou simplesmente *Armação*. Com o tempo, o termo designativo de aparelhamento permanente em locais apropriados para a pesca litorânea e transporte de mercadorias, passou a definir, no Brasil-Colônia, a feitoria baleeira que promovia a captura dos cetáceos e o *beneficiamento* do óleo de baleia conhecido por *azeite de peixe*.” (ELLIS, 1969, p.59)

No dia 29 de outubro de 1826, os moradores do districto da Lagôa, na Ilha de Santa Catharina, viram approximar-se um bello navio aparelhado a lugar com tres velas redondas de arriar o qual depois foi dar fundo ao abrigo da ilha do Campeche; aos olhos affeitos d'aquella gente, agglomerada pela curiosidade nas praias. não passou despercebido que era um corsario.

Pouco depois de ter ancorado, de bordo largou um escaler guarnecido, que em chegando á praia despejou um golpe de gente armada, a qual desde logo passou a obrigar os pescadores a que empregassem suas canôas em lhe fazerem aguada e lenha no Campeche. brutalmente maltratando os que a tal serviço se negavam.

Findo o supprimento exigido, obrigaram por fim os canoeiros ao transporte para terra do mestre e da tripulação da sumaca Lilia da praça do Rio de Janeiro, por elles apresada. A's 8 1/2 da noite levantou ferro, não deixando comtudo de levar um escravo pertencente a um dos pescadores (*sic*).

Apesar de ser a única referencia bibliográfica encontrada sobre extração de madeira na ilha do Campeche, os procedimentos usuais das armações de baleia descritos por Comerlato (1998) indicavam intensa retirada de vegetação arbórea das matas para produção de lenha para produção do óleo. Assim, tem-se um forte indicativo de manejo de vegetação na ilha do Campeche anterior ao século XIX.

Boiteux em seu *Diccionario Histórico e Geográfico do Estado de Santa Catarina* confirma o uso para depósito de óleo de baleias indicando, também, posterior uso agrícola (BOITEUX, 1915, vol.1, p.113):

Campeche – Ilha situada a menos de uma milha da costa léste da Ilha de Santa Catharina, e de uma legoa ao nordeste da Armação da Lagoinha. <<A sua extensão é de oitocentas braças de comprimento sobre quatrocentas de largo. Servia outr'ora para deposito de azeite de baleia durante as pescas, para o que tinha tanques apropriados. Possui excellente porto, terras de cultivo e boa agua potável>>.

As condições favoráveis de sua baía também são confirmadas por Virgílio Várzea (VÁRZEA, 1985, p.148) em obra publicada em 1900⁵:

...esta ilha apresenta (...) uma reentrância a oeste abrigada dos ventos do largo, reentrância que oferece um pequeno mas excelente ancoradouro aos navios de porte comum. Todo o seu litoral é bastante piscoso e visitado de inverno pelas canoas de pescaria da Armação e lugarejos próximos (...) O ancoradouro é seguro em geral, menos com o norte duro e o noroeste (...).

Esses pescadores artesanais, tradicionalmente fazem uso da ilha do Campeche por sua grande diversidade e quantidade de peixes e pelo abrigo seguro na baía. Na primeira metade do século XX lá permaneciam por longo tempo, necessitando para isso de abrigo, os ranchos de pesca.

⁵ Segundo Coutinho (2001) o ensaio Santa Catarina – a ilha foi editada pela Cia. Tipográfica do Brasil, Rio de Janeiro em 1900 e laureada pela Comissão Comemorativa do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil. Disponível em: <<http://alecrim.inf.ufsc.br/bdnupill/Consulta/Autor.php?autor=560>>. Acesso em: 02 jan. 2008.



FIGURA 32 – Parte do "Mapa Hydrographico, Topographico, Historico e Analytico da Provincia da Ilha de Santa Catharina Colecionado, Add.....ssimo, e Excellentissimo Sñr. Thomas Antonio de Villa Nova Portugal, do Conselho d'Estado, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Côrte e Reino, Interinamente dos Estrangeiros e da Guerra Comm... & a & a & a por Manoel da Costa Fraga, Tenente Coronel effectivo do Regimento de Cavallaria de Milicias da mesma Provincia"
 Fonte: ELLIS (1966), foto Fabiana Comerlato



FIGURA 33 – Detalhe da figura anterior

Fonte: ELLIS (1966), foto Fabiana Comerlato



FIGURA 34 – Sítio arqueológico histórico de Armação de Baleias na ilha do Campeche

Fonte: Cintia Chamas (18/12/2005)

As informações divergem sobre a quantidade de ranchos havidos na primeira metade do século passado, variando entre 3 e 5, com somente uma indicação de 12. Possivelmente não havia um número fixo em função da precariedade das técnicas construtivas. Somente um possuía cobertura de telha de barro, pertencia ao pescador João de Jorge e localizava-se próximo da atual Casa 3 (ver nº. 11 na Fig. 47). Informações sobre outros dois ranchos indicam pertencerem a Serafim Artur Arsênio e Acácio Coelho dos Santos, este vendeu a Andrino no final da década de 60 (ANEXO B).

Para construção dos ranchos era necessário manejar a vegetação segundo depoimento de um pescador que passou a freqüentar a ilha em 1950: “aquilo ali era uma mata fechada, uma mata mais baixa. A gente fazia assim ó, o rancho dentro daquela mata, depois abria um caminho assim dentro daquela mata prá gente passar prô rancho” (ANEXO B, p. 187-195).

Os ranchos destinavam-se tão somente a dar abrigo a tripulação de cinco pessoas em sua estadia na Ilha. As paredes e a cobertura eram estruturadas com fuste de jerivá (*Syagrus romanzoffianum*), as amarrações feitas com cipó e a vedação da cobertura com folhas da mesma palmeira. Em seu interior havia fogão a lenha e tarimba. Esta cumpria a função de cama, sendo nada mais que uma estrutura de bambu e palha de tiririca vermelha sobre o chão de areia (ANEXO B).

Nos intervalos da pesca dedicavam-se ao plantio de mandioca, aipim, feijão, batata-doce e milho. A coleta destinava-se ao sustento familiar sendo que com a mandioca produzia-se farinha. Os cultivos eram de uso comum da tripulação. A de plantava aipim e mandioca na baixada e na meia encosta oeste da elevação central e feijão na face oeste da elevação norte, abaixo de uma laje hoje encoberta que pode ser identificada em (Fig. 43, 43). No morro do sul não existia nenhuma plantação pela dificuldade de acesso. Essa atividade durou até meados do século passado e com seu abandono iniciou-se a regeneração vegetal (ANEXO B).

No início da década de 50, além dos pescadores havia um novo grupo, os associados do Clube de Caça, Pesca e Tiro Couto de Magalhães. A primeira edificação foi o Casarão (nº. 2 na figura 47) seguida de uma menor mais ao sul que não mais existe (entre os nº. 9 e 10 na figura 47). Os depoimentos indicam que ambas foram implantadas em área de restinga: “primeira rua que abriram: do casarão até (uma) casa do Clube (...) era tudo mato, era tudo fechado, árvore... baraço⁶ (esporão de galo, unha-de-gato, tajuveira), tinha muita grandíuva, árvore grande, é comida para gado” (ANEXO B, p. 169-171).

As entrevistas (ANEXO B) indicam que no início da década de 50, iniciou-se uma disputa pela ocupação e uso da ilha terminando com a saída dos pescadores e consolidação da ocupação de um novo grupo. Este grupo compunha o Clube de Caçadores

⁶ A designação baraço é dada a vários tipos de trepadeira

do Estado de Santa Catarina, fundado em 1940, e utilizavam a ilha do Campeche para caça e pesca. Os quatis, ainda existentes, são testemunhos dessa época em que animais eram levados à ilha.

O Clube teve várias alterações de nome e hoje intitula-se Associação Couto de Magalhães de Preservação da Ilha do Campeche (Acompeche). Atualmente as atividades principais da Acompeche são de recreação, realizadas através de veraneio e pesca. Possuem, segundo dados de 2004, 594 associados considerando os dependentes, para os quais dispõe de 120 leitos. Normalmente durante o verão a ocupação é plena considerando ainda que, até o verão de 2004, havia acampamento para possibilitar ampliar a hospedagem.

Atualmente a Acompeche, assim como a empresa Pioneira da Costa S.A., tem sua ocupação formalizada através de um título de inscrição de ocupação fornecida pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU). As inscrições foram cedidas em épocas diferentes correspondendo as seguintes áreas:

- Pesqueira Pioneira da Costa S/A, com área de 3.000 m², sendo frente 50 m com a praia e profundidade de 60 m (Certidão de Inscrição de Ocupação n^o 271 de 13/06/96: processo n^o. 11452.002008/95-99, Registro Imobiliário Patrimonial (RIP) n^o 8105.04656.000-0);

- Clube de Caça, Pesca e Tiro Couto de Magalhães, como ocupante inicial, com área de 378.648 m², compreendendo toda a ilha excluindo a porção ocupada pela Pesqueira Pioneira da Costa (Certidão de Inscrição de Ocupação n^o 960 de 21/10/87: processo n^o 00983.008233/82-36, RIP n^o 8105.04963.000-9).

A ocupação da Pioneira da Costa tem origem no uso do pescador João do Jorge que, posteriormente, negociou seus direitos com Arlindo da Costa, proprietário da empresa.

Há ainda duas ocupações de pessoas físicas, não reconhecidas pelo GRPU, cuja permanência está sendo avaliada por órgãos públicos: Saulo Lorenzon e Andriño Adrião de Oliveira.

Atualmente, além dos quatro ocupantes citados anteriormente, há vários outros grupos envolvidos, direta ou indiretamente, com a Ilha do Campeche em função da demanda turística. A seguir é apresentada a relação dos agentes:

- *ocupantes*
 - o regulares - Acompeche e Pioneira da Costa;
 - o irregulares – Saulo Lorenzon e Andriño Adrião de Oliveira;
- *prestadores de serviços de*
 - o transporte (APAAPS, embarcações da Barra da Lagoa e botes infláveis da praia do Campeche),
 - o visitação as trilhas (Amaisc e coordenadores),

- o alimentação (dois restaurantes),
- o atividades não normatizadas – comércio ambulante (vendedores ocasionais de artesanato, sorvetes, etc.), operadoras de mergulho e transportadores não incluídos acima (p.ex. da praia do Pântano do Sul);

- *visitantes*;
- *gestores* públicos (Iphan, MPF e órgãos públicos fiscalizadores).

Os pescadores artesanais da Armação do Pântano do Sul organizaram-se e fundaram, em fevereiro de 1994, a Associação de Pescadores Artesanais da Armação do Pântano do Sul (APAAPS). Em função do defeso da anchova decretado em 1994⁷ e diante da alta procura turística, os pescadores passam a oferecer transporte para a ilha do Campeche durante o verão.

Além destes, outros grupos realizam transporte de turistas especialmente durante o verão: as escunas da Barra da Lagoa (Scuna Sul, Lagomar e Querubim) e os botes infláveis do Campeche.

A demanda turística também gerou outro tipo de prestação de serviços: a condução de visitantes às trilhas. Esse grupo de condutores, de composição variável ao longo dos tempos, recebeu várias denominações: Projeto Guias Mirins da Ilha do Campeche, Associação de Guias Jovens e Associação de Monitores Ambientais da Ilha de Santa Catarina. Mas, somente em 2006 foi efetivada sua formalização como pessoa jurídica mantendo seu último nome com a sigla Amaisc. Além desses monitores, a equipe de visitação conta também com os coordenadores indicados pelo Iphan.

Os restaurantes denominam-se Bacalhau e da Ilha, respectivamente nas áreas de ocupação da Pioneira da Costa e da Acompeche.

As atividades dos demais agentes serão detalhadas ao tratar das atividades e inter-relações da visitação (item 4.3.5.2).

4.2.1 Transformações da paisagem

Sabe-se que as ilhas desta região, de um modo geral, foram objeto de sucessivos cortes da vegetação. No Atlas de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 1986) a vegetação da ilha do Campeche é indicada como Secundária.

Para entendimento dos processos de ocupação e uso da terra fez-se o cruzamento de dados entre fotografias aéreas dos anos de 1938, 1957, 1977 e imagens digitais de 2004 (Fig. 35, 37, 39 e 41 respectivamente) e as informações colhidas na comunidade (ANEXO B).

⁷ A Portaria Ibama 127-N de 18-11-1994 proíbe o exercício da pesca da anchova (*Pomatomus saltatrix*) entre 1º de novembro e 31 de março nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná (<www.ibama.gov.br/cepsul/legislacao.php?id_arq=149>, acessado em 11/01/2006)

4.2.1.1 Uso da terra em 1938

As informações obtidas na análise da fotografia aérea de 1938 (Fig. 35) vem se somar aos dados trazidos pelas entrevistas (ANEXO B). Sendo que ambas fontes coincidem com a referência de Boiteux (1915) quanto a antigos cultivos na ilha do Campeche.

A atividade agrícola tinha o caráter de subsistência e era praticada por pescadores artesanais que permaneciam na Ilha grande parte do tempo. Assim, a área fortemente alterada concentrada na elevação central e na porção noroeste da fotografia aérea é confirmada pelos depoimentos (ANEXO B, p. 176-181):

João do Jorge plantava muita coisa na ilha, sua roça era no pé do morro [...] tudo isso entre a praia e o morro do meio para o norte. No morro do sul não existia nenhuma plantação pela dificuldade de acesso.

e (ANEXO B, p. 187-195): “[plantava] só na baixada e começava a subir. Só lá no tope que não”.

A área reservada para alojamento e trabalho era junto à praia, onde construíam ranchos de pesca precários preservando uma faixa de restinga conforme pode ser observado na figura 36 e confirmado em depoimento de pescador que lá trabalhou entre 1947 e 1964 (ANEXO B, p. 195-203):

Na beirada do mato, a gente fazia o rancho um pouquinho mais pra dentro, pra ficar mais pra dentro, porque o vento sul entrava pela frente.

A indicação de que a manutenção de faixa frontal da restinga tinha a função de proteger os ranchos e as áreas de trabalho para escalar os pescados é confirmada por outro pescador (ANEXO B, p. 195-203):

É, tudo fechado de árvore. Era tudo mato [...] E, na beirada do mato, tinha até duas entradinhas assim, pouquinho assim, na beira do mato, prá nós entrar. [...] Na beirada do mato, a gente fazia o rancho um pouquinho mais prá dentro, prá ficar mais prá dentro, porque o vento sul entrava pela frente.

As alterações físicas havidas na praia são lembradas juntamente com a situação da restinga em meados do século passado (ANEXO B, p. 187-195):

A praia [da ilha] do Campeche era uma praia bem larga, hoje aonde tem os rancho, aquilo ali era uma mata fechada, uma mata mais baixa.

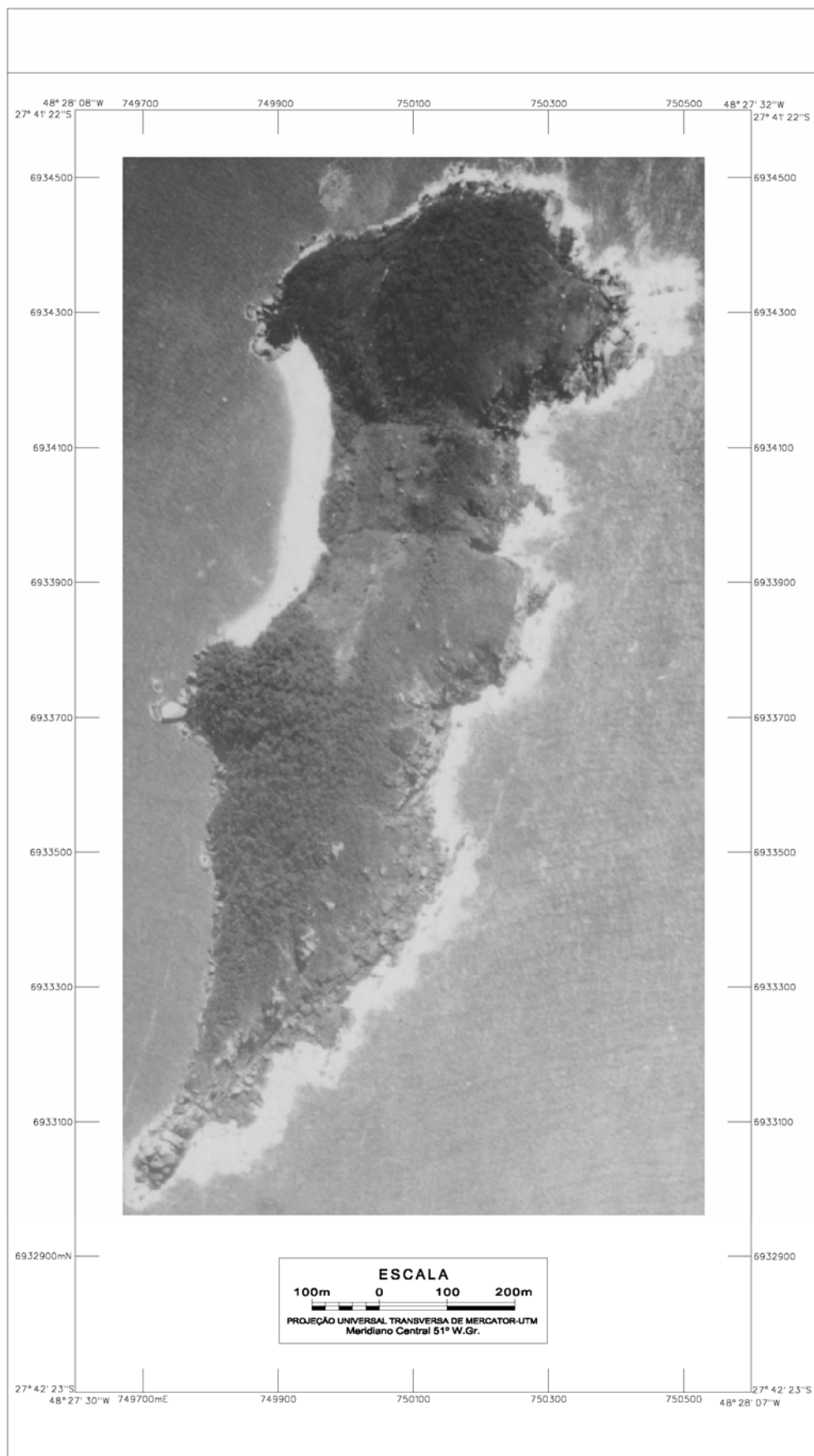


FIGURA 35 – Fotografia aérea da ilha do Campeche em 1938
Fonte: Marinha U.S.A. (1938)

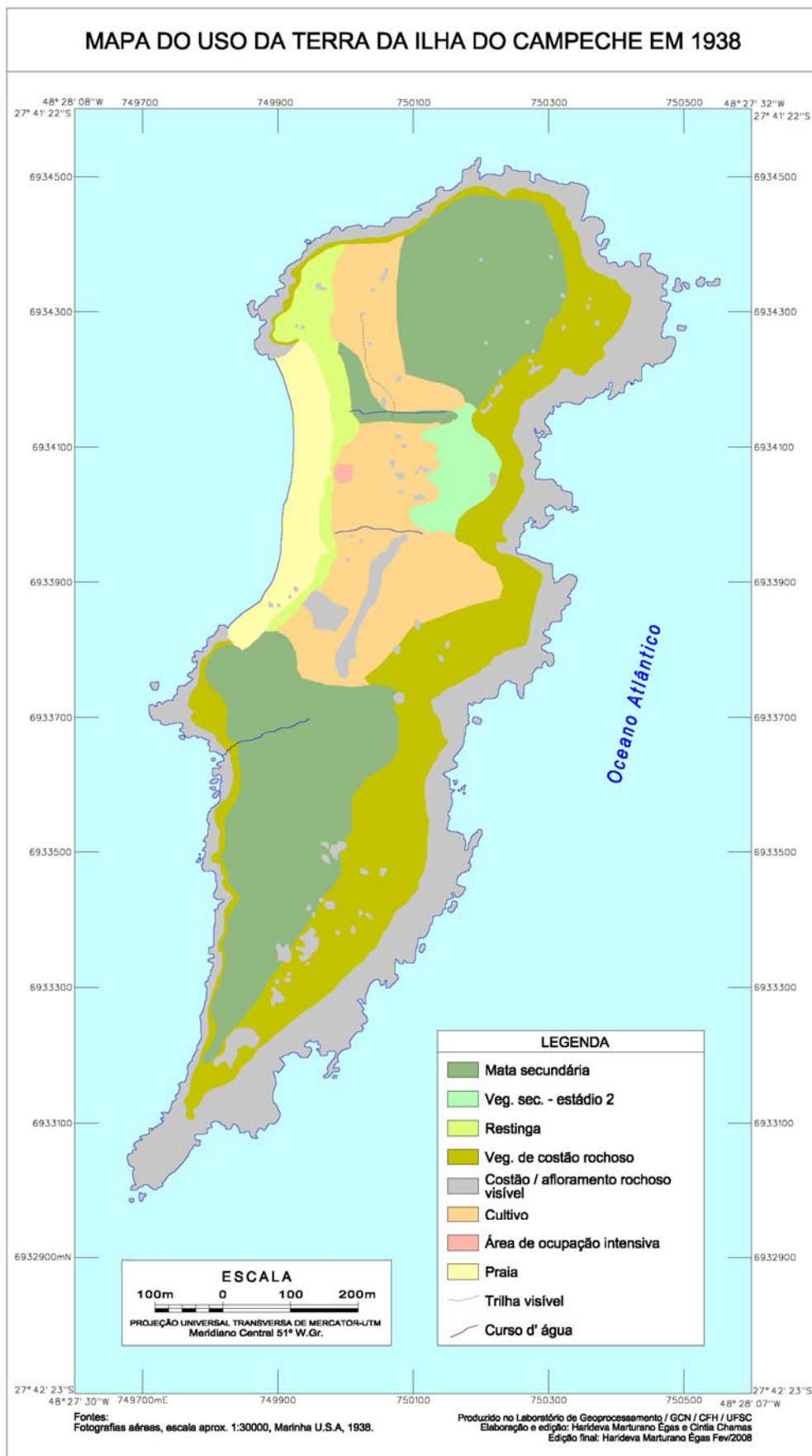


FIGURA 36 – Mapa do uso da terra da ilha do Campeche em 1938

A área antropizada foi subdividida em duas categorias: cultivo e área de ocupação intensiva. A primeira ocupa uma área significativa (16,33%) enquanto que a área de ocupação intensiva na planície da praia é ainda insignificante (0,12%) (Tab. 1).

Esta área de ocupação intensiva é aqui considerada como local de implantação de ranchos de pesca (Fig. 36). Nos mapas seguintes (Fig. 38, 40, 42) considera as edificações da Acomepeche e substituição da restinga por vegetação exótica. Observar que o cultivo somente aparece neste mapa de 1938 pois em 1957 estas atividades já haviam sido interrompidas, conforme referido anteriormente no histórico.

Neste mapa a Floresta Ombrófila Densa já está classificada como mata secundária de acordo com as referências bibliográficas e depoimentos sobre retirada de madeira.

TABELA 1 – Uso da terra em 1938

FEIÇÃO	m ²	ha	%
Mata secundária	154.352,92	15,44	28,48
Vegetação secundária - estágio 2	13.931,97	1,39	2,57
Restinga	18.301,53	1,83	3,38
Vegetação costão rochoso	128.251,35	12,83	23,66
Costão rochoso	113.560,60	11,36	20,95
Cultivo	88.520,50	8,85	16,33
Área de ocupação intensiva	648,63	0,06	0,12
Praia	24.443,83	2,44	4,51
total	542.011,33	54,20	100,00

4.2.1.2 Uso da terra em 1957

A fotografia de 1957 (Fig. 37) indica o processo de regeneração da floresta em função da nova forma de ocupação em que a permanência dos pescadores é inibida e, conseqüentemente, abandonadas suas áreas de cultivo. Depoimento sobre a situação no início dos anos 50 (ANEXO B, p. 195-203):

Só o João do Jorge só quem plantava mais era ele...quando ele deixou de plantar, daí o mato foi crescendo.

A substituição dos pescadores por um novo grupo significou uma visível mudança no uso da terra, em meados do século passado. Essa alteração permite o início da regeneração da Floresta Ombrófila identificada nas figuras 38, 40 e 42 mas conduz também à remoção de restinga na planície da ilha para construção de alojamentos e plantio de frutíferas e ornamentais exóticas (Fig. 32).

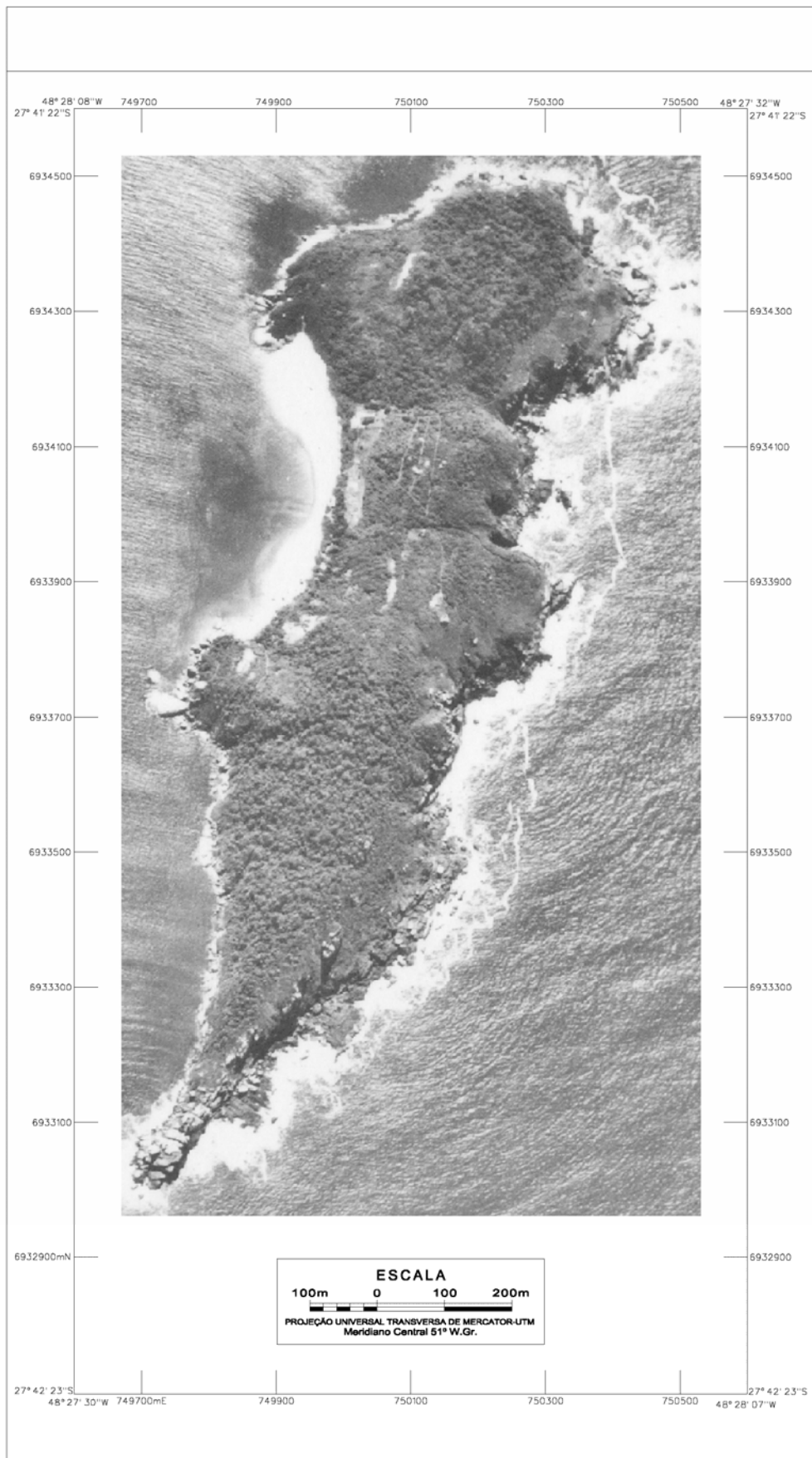


FIGURA 37 – Fotografia aérea da ilha do Campeche em 1957
Fonte: Cruzeiro do Sul (1957)

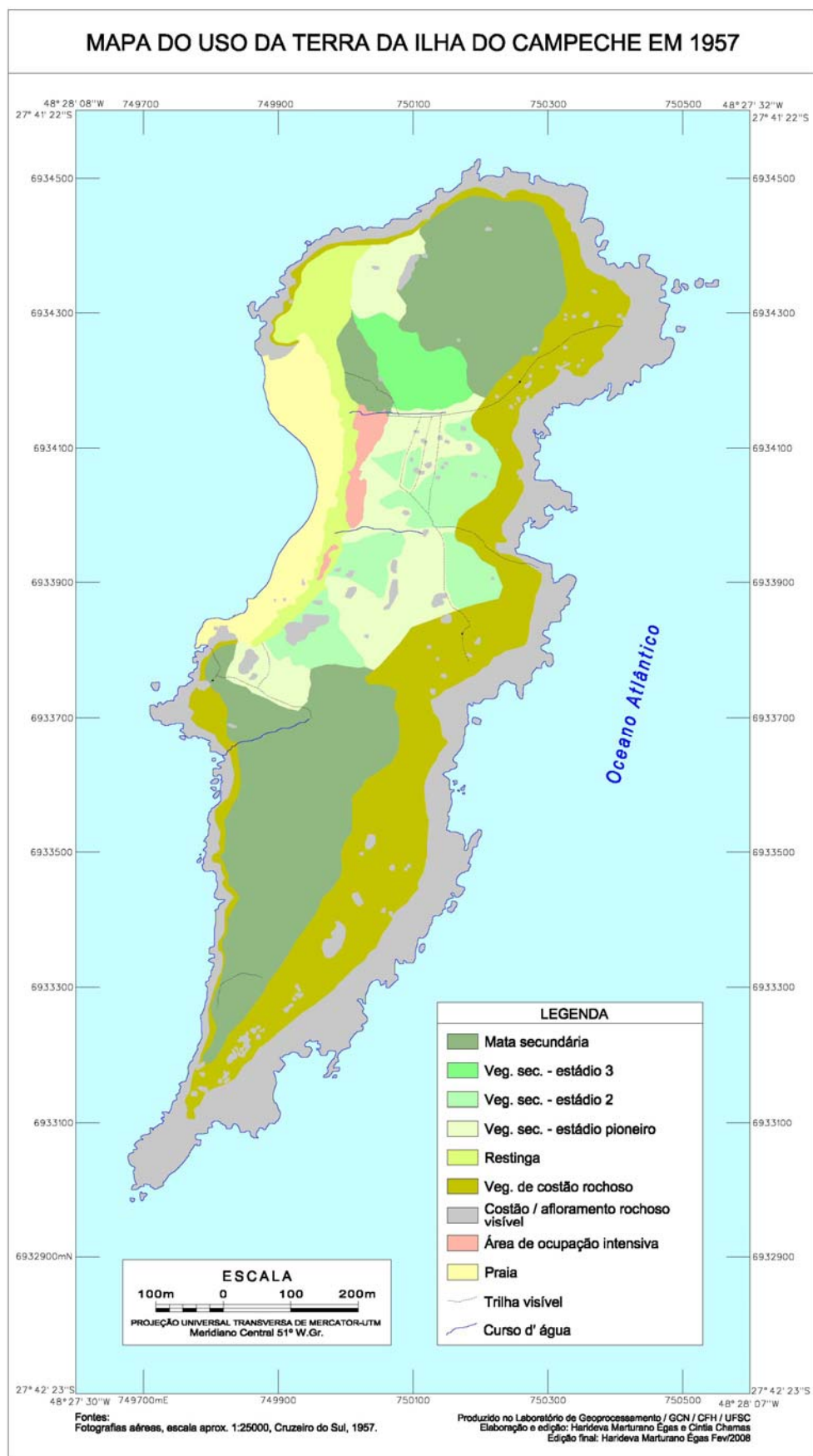


FIGURA 38 – Mapa do uso da terra da ilha do Campeche em 1957

As várias trilhas marcadas são ainda, possivelmente, remanescentes de caminhos abertos pelos pescadores e não identificadas em 1938 devido à baixa qualidade das fotografias obtidas. A falta de registro de trilha ao sul da praia em 1938, onde é sabido o tradicional uso de um mirante chamado de Pedra do Vigia, vem confirmar esta hipótese. Os três caminhos paralelos na porção central podem ter sido delimitação de plantações ou caminhos de coleta e não mais irão aparecer nos mapas posteriores.

Em 1957 já se pode observar os resultados do abandono do plantio (Fig. 38) pelos processos de sucessão vegetal identificáveis na fotografia aérea (Fig. 37). Com base exclusivamente nas informações das fotografias, a regeneração foi classificada em estádios pioneiro, 2 e 3 (Tab. 2).

A área classificada como no estádio 3 de recuperação, corresponde parcialmente a uma área de cultivo, dezenove anos antes. A explicação pode estar na baixa resolução das fotografias aéreas de 1938, em especial na porção norte. Não se pode descartar, no entanto, a possibilidade de que condições favoráveis tenham potencializado a regeneração, como, por exemplo, o fato de estar praticamente circundada por mata.

A área de ocupação intensiva apresenta duas manchas que, pelos depoimentos, podem ser identificadas como estabelecidas pela Acompeche, ao norte, e como remanescente de ranchos de pescadores, menor e mais ao sul. Esta última não mais aparecerá no monitoramento de 1977. O acréscimo de área de ocupação intensiva foi significativo: de 648,63 m², em 1938, para 5.622,93 m², em 1957.

TABELA 2 – Uso da terra em 1957

FEIÇÃO	m ²	ha	%
Mata secundária	140.485,59	14,05	25,95
Vegetação secundária - estádio 3	14.404,46	1,44	2,66
Vegetação secundária - estádio 2	37.351,40	3,74	6,90
Vegetação secundária - estádio pioneiro	52.000,91	5,20	9,61
Restinga	21.209,02	2,12	3,92
Vegetação costão rochoso	128.303,37	12,83	23,70
Costão rochoso	113.712,29	11,37	21,01
Área de ocupação intensiva	5.622,93	0,56	1,04
Praia	28.265,48	2,83	5,22
total	541.355,45	54,14	100,00

4.2.1.3 Uso da terra em 1977

Em 1977 já estão consolidadas fisicamente as alterações produzidas pela saída dos pescadores e pelo uso pela Acompeche, quer seja pela ampliação da área de ocupação da planície da praia com remoção da restinga, quer seja pela regeneração das áreas de antigo cultivo (Fig. 39).

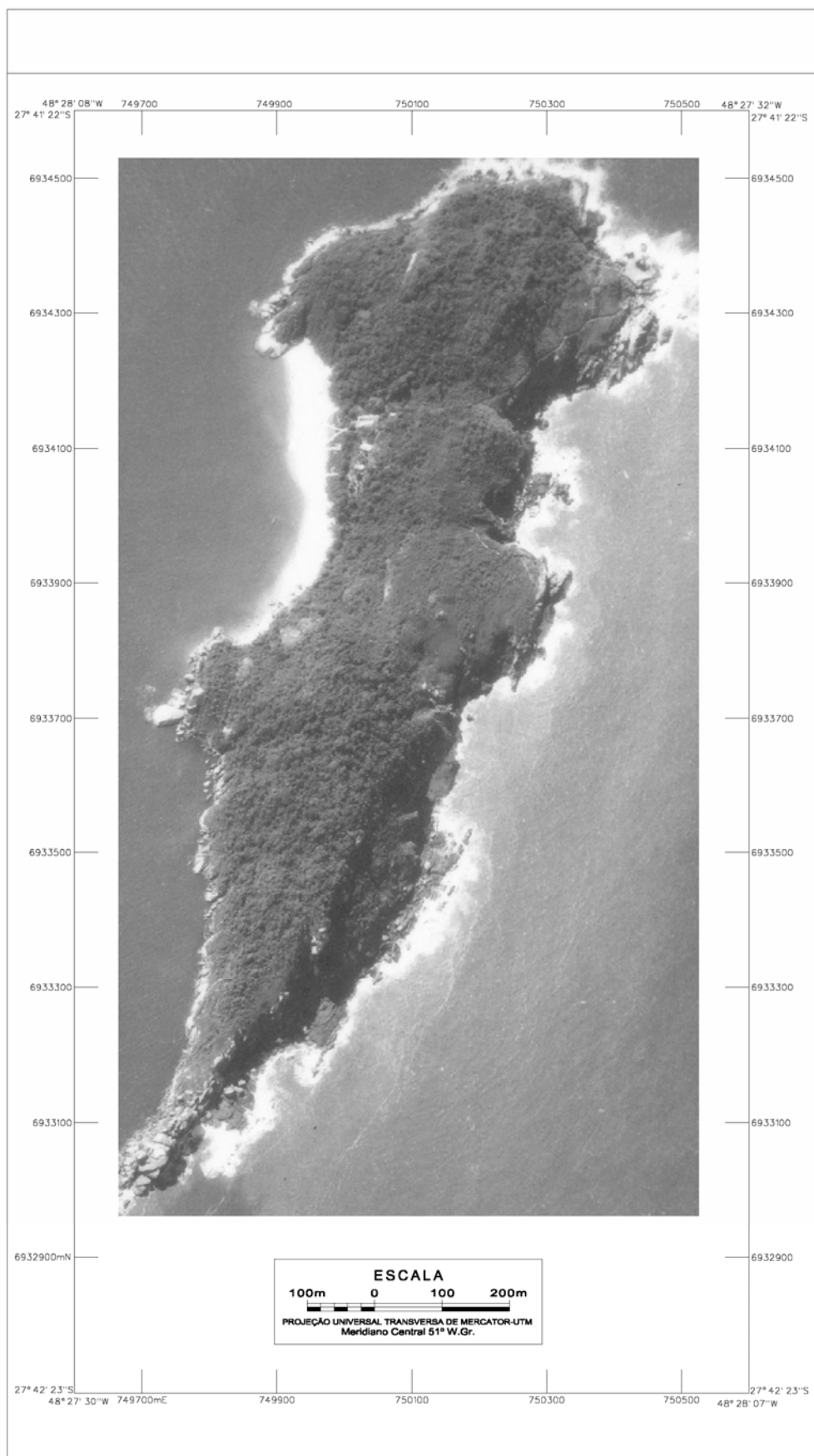


FIGURA 39 – Fotografia aérea da ilha do Campeche em 1977
Fonte: Cruzeiro do Sul (1977)

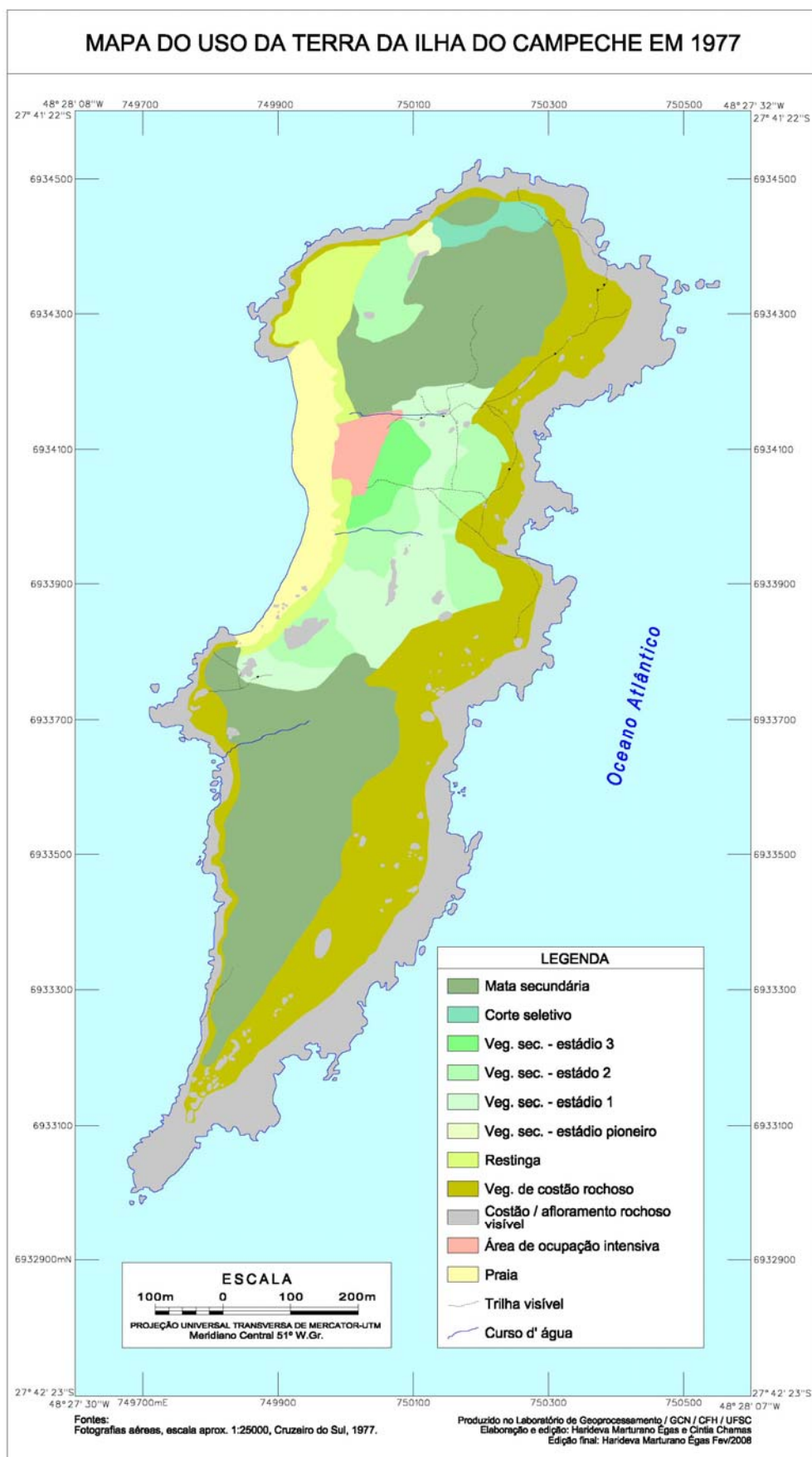


FIGURA 40 – Mapa do uso da terra da ilha do Campeche em 1977

Na fotografia de 1977 (Fig. 39), há uma mancha ao norte com várias e pequenas falhas – indicando manejo seletivo de vegetação – classificada como *Corte seletivo*.

Pode-se notar, comparando os mapas de 1957 e 1977 (Fig. 38 e 40), a diminuição de manchas de afloramentos rochosos, tanto em quantidade como em área, ocorridas em função da regeneração vegetal.

O processo de sucessão identificado em 1977 possui quatro estádios (pioneiro, 1, 2 e 3) que somados alcançam 17,35% da área da Ilha, como pode ser observado na tabela 3.

Embora a área de restinga tenha sofrido apenas uma pequena alteração, de 21.209,02 m² passando para 21.147,60 m², foi significativa a mudança do local modificado. Assim, o abandono do plantio permitiu sua recuperação ao norte e em contraponto, esta foi a formação vegetal mais atingida pela ocupação da Acompeche, na planície da praia.

A tabela 3 mostra uma significativa redução da área da praia, se comparada com 1957, quando ocupava uma área maior em aproximadamente 6.000 m². Esta dinâmica explica as diferenças havidas na área total dos anos monitorados (Tab. 1, 2, 3 e 4).

TABELA 3 – Uso da terra em 1977

FEIÇÃO	m ²	ha	%
Mata secundária	144.748,60	14,47	27,04
Corte seletivo	5.126,43	0,51	0,96
Vegetação secundária - estágio 3	8.961,70	0,90	1,67
Vegetação secundária - estágio 2	42.145,60	4,21	7,87
Vegetação secundária - estágio 1	40.617,80	4,06	7,59
Vegetação secundária - estágio pioneiro	1.164,16	0,12	0,22
Restinga	21.147,60	2,11	3,95
Vegetação costão rochoso	128.303,37	12,83	23,97
Costão rochoso	113.717,50	11,37	21,24
Área de ocupação intensiva	7.176,40	0,72	1,34
Praia	22.185,90	2,22	4,14
total	535.295,06	53,53	100,00

4.2.1.4 Uso da terra em 2004

Os dados mais recentes são obtidos pela interpretação de imagem de satélite do ano de 2004 (Fig. 41), complementada por levantamentos de campo, gerando o mapa apresentado na figura 42.

A regeneração da vegetação na elevação central unificou as manchas de mata cobrindo todas as porções de maior altitude. Em virtude deste processo reduziu-se a quantidade de feições e aumentou a área de mata secundária de 27,04 % (Tab.3) para 42,26 % (Tab. 4).

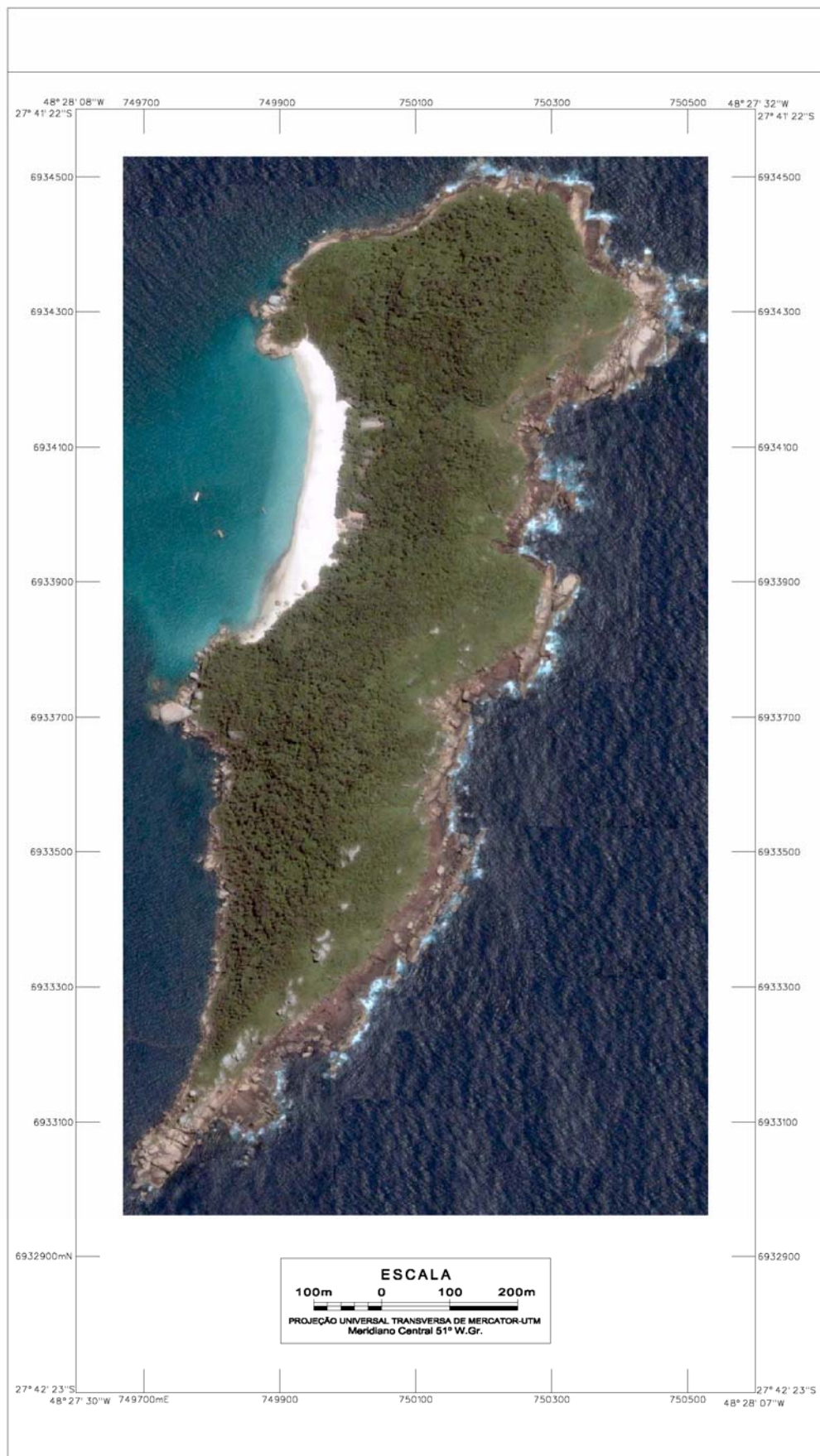


FIGURA 41 – Imagem de satélite da ilha do Campeche em 2004
Fonte: Ikonos/ Google Earth (2004)

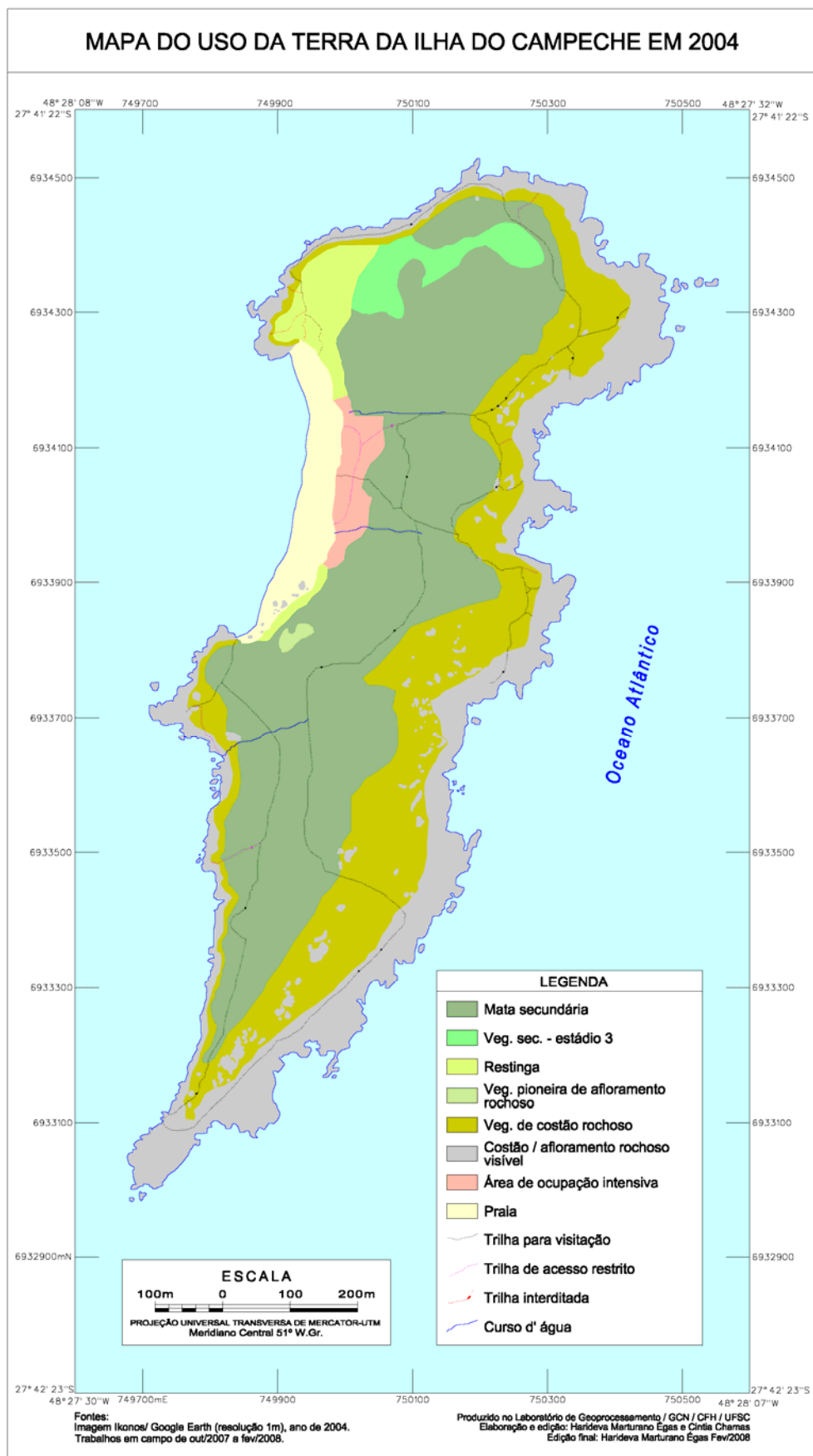


FIGURA 42 – Mapa do uso da terra da ilha do Campeche em 2004

TABELA 4 – Uso da terra em 2004

FEIÇÃO	m ²	ha	%
Mata secundária	225.884,39	22,59	42,26
Vegetação secundária - estágio 3	14.953,95	1,50	2,80
Restinga	16.795,36	1,68	3,14
Vegetação costão rochoso	128.302,09	12,83	24,00
Vegetação pioneira de aflor.rochoso	1.120,24	0,11	0,21
Costão rochoso	113.716,45	11,37	21,28
Área de ocupação intensiva	11.381,67	1,14	2,13
Praia	22.336,49	2,23	4,18
total	534.490,64	53,45	100,00

Os estádios da sucessão vegetal ainda se mostram presente em duas áreas: ao norte da ilha, estágio 3 da regeneração da floresta, e próximo ao sul da praia, vegetação pioneira de afloramento rochoso (Fig. 42). Porém são pouco expressivos em termos numéricos, 2,80 % e 0,21 % respectivamente (Tab. 4).

A área no estágio 3 (norte da Ilha), integra três fases de regeneração indicadas em 1977: estágio 2, pioneiro e corte seletivo. Em sua porção oeste há um grande afloramento rochoso visível nas fotografias aéreas de 1957 e 1977 (Fig. 37 e 39), e ainda parcialmente visível atualmente (Fig. 43 e 44), citado em depoimento (Anexo B, 169-171): “a pedra aparecia todinha, era linda, hoje está tudo cheio de barço.” Houve indicações de que o plantio junto ao afloramento era o limite norte de cultivo (Anexo B, 169-171, 171-175). Em ida a campo realizada em 27/01/2008 foi verificado um aspecto diferenciado da vegetação na área indicada.

Quanto à área ao sul da praia, hoje identificada como vegetação pioneira de afloramento, aparece como um grande afloramento nos anos anteriores (Fig.36, 38 e 40) que foi se tornando menos visível ao longo do tempo em função do crescimento da vegetação e já não pode ser visto no mapa de 2004 (Fig. 42). Porém uma pequena parte pode ser avistada do mar (Fig. 45). Em ida a campo (27/01/2008) pôde-se constatar a ocorrência de vegetação pioneira (Fig. 46).



FIGURA 43 – Vista panorâmica - costa noroeste

Fonte: Cintia Chamas (03/02/2008)



FIGURA 44 – Detalhe do afloramento

Fonte: Cintia Chamas (03/02/2008)



FIGURA 45 – Regeneração na encosta ao sul da praia

Fonte: Cintia Chamas (14/02/2008)



FIGURA 46 – Detalhe da regeneração cercada por mata

Fonte: Cintia Chamas (27/01/2008)

As trilhas indicadas (Fig. 42) vêm ilustrar o histórico da gestão a ser apresentada no item 4.3 e apresentam três categorias de uso:

- as trilhas normalmente utilizadas para visitação e uso dos ocupantes;
- as de uso restrito, isto é, somente por ocupantes e
- as interditadas para recuperação ambiental, localizadas sobre dunas apresentando entalhamento de cerca de um metro.

A área de ocupação intensiva de 11.381,67 m² (Tab. 4) acentua as transformações realizadas pelos atuais ocupantes em área de restinga e sítios arqueológicos. As várias edificações existentes na área da praia (Fig. 47) foram construídas antes do tombamento e algumas representam significativa interferência na paisagem (Fig. 48, 49 e 50).

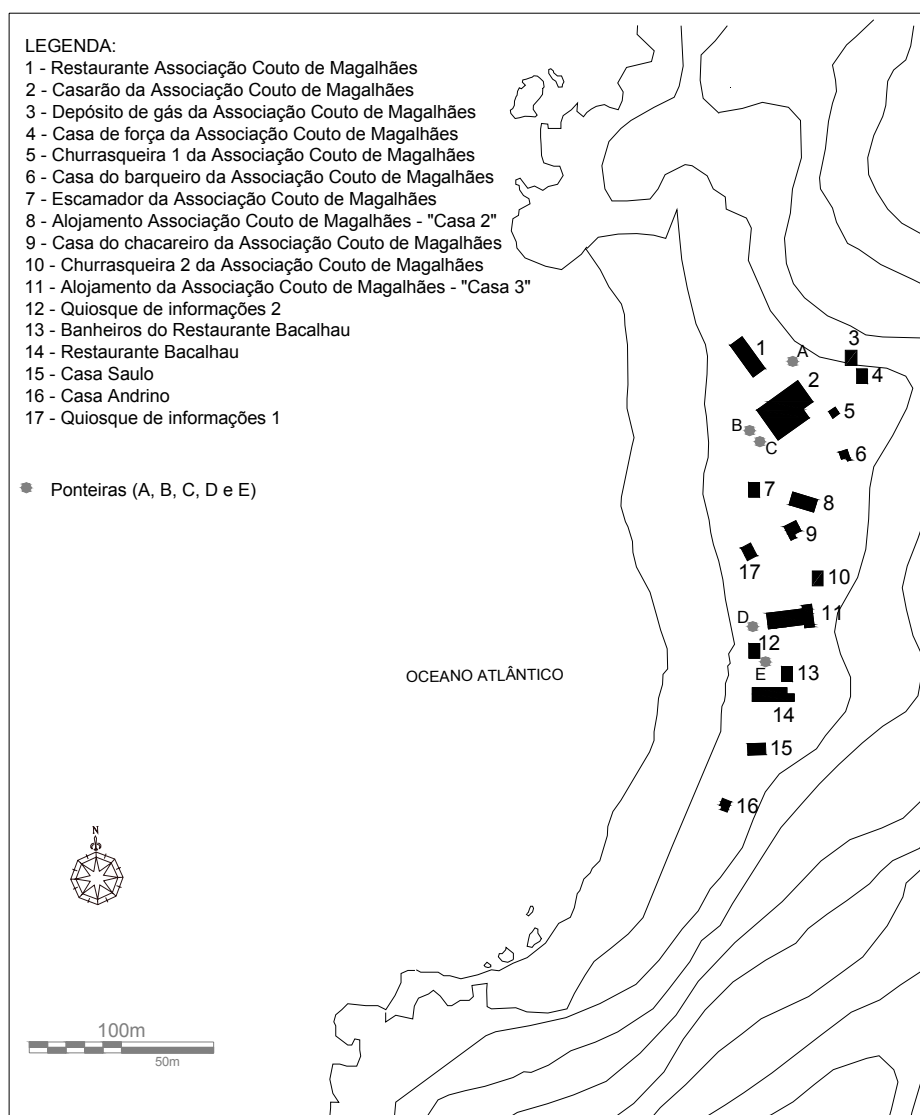


FIGURA 47 – Mapeamento de edificações e ponteiros da ilha do Campeche

Fonte: Iphan (2006) modificado



FIGURAS 48, 49, 50 – Edificações evidenciam-se na paisagem da enseada

Fonte: Vanessa Argenta (25/11/2004)

Os recursos hídricos são utilizados e fossas foram instaladas sem planejamento ou diagnóstico preliminar de possíveis impactos ambientais.

Foram escavados três poços em épocas diferentes. O primeiro, localizado na base da encosta, entre o Casarão e o depósito de gás (edificações nº. 2 e 3 da Fig. 47), foi encontrado pelos pescadores que faziam uso da Ilha no início do século XX. As informações levantadas em entrevistas indicam que este poço fornecia água límpida e doce. O segundo

foi perfurado pela Acompeche, a montante do primeiro. O terceiro localizava-se cerca de 30 m ao sul do casarão, próximo à casa do chacareiro (edificações nº. 2 e 3 da Fig. 47) (ANEXO B). Com o tempo, os poços não mais atendiam à crescente demanda e a captação passou, então, a ser feita por ponteiras (vide Fig. 47).

A vegetação da área, de introdução antrópica, compõe-se de frutíferas e ornamentais, tendo sido indenticadas por Mazzer (2001) as seguintes espécies: coco-da-Bahia (*Cocus nucifera*), amendoeira (*Terminalia catappa*), jambolão (*Syzygium cumini*), cajuzeiro (*Anacardium occidentale*), mangueira (*Mangifera indica*), mamão (*Carica papaya*). Relatório de Medeiros (2006) indica ainda: malvaviscus (*Malvaviscus arboreus*), cana (*Saccharum officinarum*), limoeiro (*Citrus limon*), abricó (*Mammea americana*), bananeira (*Musa paradisiaca*), abacateiro (*Persea americana*), cheflera (*Schefflera actinophylla*), jambo (*Syzygium jambos*), nêspereira (*Eriobotrya japonica*), comigo-ninguém-pode (*Dieffenbachia amoena*), amoreira (*Morus nigra*), cafezeiro (*Coffea arabica*), capim-elefante (*Pennisetum purpureum*).

Algumas das espécies introduzidas possuem grande capacidade de multiplicação e seu manejo é indicado por Tiepo (2005) com destaque para: piteira (*Furcroya gigantea*) (Fig. 51), maria-sem-vergonha (*Impatiens sp.*) e capim-gordura (*Melinis minutiflora*). Medeiros (2006) destaca algumas reconhecidas como exóticas invasoras: mangueira (*Mangifera indica*), nespereira (*Eriobotrya japonica*), cafezeiro (*Coffea arabica*), limão (*Citrus limon*), amoreira (*Morus nigra*).



FIGURA 51 – Local denominado sítio da Piteira pela predominância de *Furcroya gigantea*
Fonte: Cintia Chamas (29/04/2005)

A existência de recente manejo da vegetação nativa foi identificada por Mazzer (2001, p. 198): “diversos rebrotos são observados em algumas árvores da Floresta Ombrófila Densa, indicando o seu corte parcial”. O mesmo autor constatou, em campo, corte de palmiteiro (*Euterpe edulis*), recurso vegetal para alimentação, e de diversos indivíduos de camboatá-vermelho (*Cupania vernalis*).

Houve também manejo de fauna exótica, podendo ser constatada a presença de quatis (*Nasua nasua*) que, introduzidos há muitos anos e sem predadores naturais, vêm se multiplicando desequilibradamente (Fig. 52). Rosário (1996) e Mazzer (2001) indicam a possibilidade de haver decréscimo populacional de avifauna devido à predação de ninhos feita por quatis. Estes possuem comportamento que trazem transtornos aos usuários, fato já registrado há quatro décadas atrás: “Os coatis aproximam-se da residência aos bandos e, encontrando-a desguarnecida, carregam com tudo que encontram de comestível” (ROHR, 1969, p.20). Apresentam, portanto, comportamento incompatível com o local (Fig. 53) sendo que há registros de acidentes envolvendo pessoas que portavam alimentos. (APÊNDICE C).



FIGURA 52 – Grupo de quatis com filhotes

Fonte: Cintia Chamas (14/02/2007)



FIGURA 53 – Quati sobre mesa do restaurante

Fonte: Cintia Chamas (14/02/2007)

Rohr (1969) indica ainda a existência de pacas (*Agouti paca*). Atualmente não são encontradas, mas sua introdução foi confirmada por pescadores. Estes testemunharam ainda a introdução de um casal de macacos-prego, posteriormente mortos, e de tatus (ANEXO B).

Foram também introduzidas aves domésticas que se concentram, principalmente, na planície da praia junto às edificações, embora eventualmente possam ser encontradas na meia encosta oeste. Há ainda galinhas domésticas e



FIGURA 54 – Gansos em área de visitação

Fonte: Cintia Chamas (14/04/2001)

galinhas d'Angola, levadas pela Acompeche. No final de 2006 foi atendido o pedido de remoção dos gansos (Fig. 54) do Restaurante Bacalhau.

4.2.1.5 Síntese do uso da terra

A Floresta Ombrófila Densa (COURA NETO & KLEIN, 1991) foi conservada em grande parte das elevações norte e sul, conforme dados levantados sobre o período a partir de 1938. O mesmo se deu com a restinga na porção noroeste e a formação pioneira de costão rochoso (REIS, 1998; MAZZER, 2001).

Na primeira metade do século XX a alteração pela ação humana espalhou-se por toda a porção centro-oeste da Ilha, exceção feita a uma faixa linear de restinga, desde o norte ao centro da praia. A partir de 1952 o quadro inverteu-se, ficando a área de ocupação intensiva concentrada na planície da praia.

As transformações originadas no cultivo, abandonado no início da década de 50, já não são visíveis, havendo hoje o predomínio de floresta secundária. Referências bibliográficas confirmam o estágio verificado, indicando que a partir de 30 anos de abandono de uma área utilizada para agricultura, inicia-se o estabelecimento de uma floresta secundária no processo de sucessão natural (KLEIN, 1980; REIS, 1993).

O gráfico abaixo (Fig. 55) sintetiza as modificações havidas no período analisado.

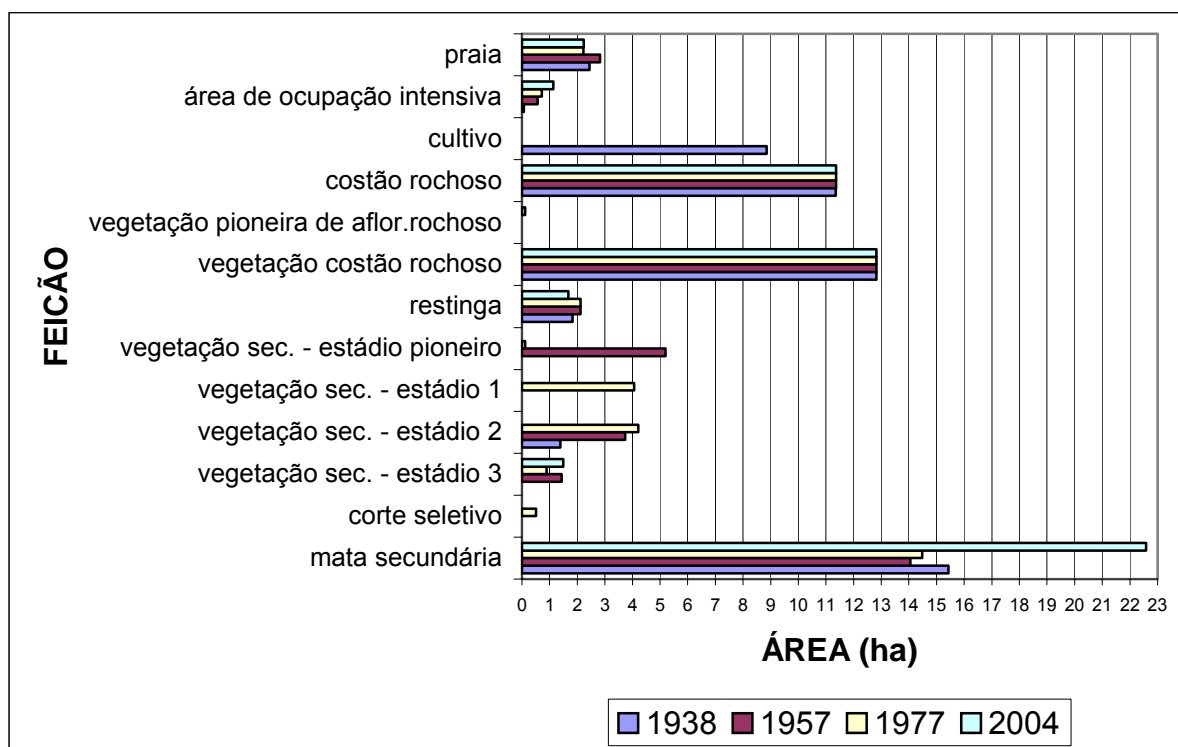


FIGURA 55 – Modificações no uso da terra entre 1938 e 2004

4.2.2 Arte da pesca

Pelo histórico pode-se avaliar o envolvimento da comunidade de pescadores artesanais com o local. As informações referentes às décadas 40 e 50 do século passado indicam maior oferta de pescado em relação aos dias atuais (ANEXO B). Porém as dificuldades operacionais da época restringiam a capacidade de escoamento e o potencial era pouco explorado.

As embarcações eram movidas a remo, baleeiras e canoas à vela, e a tripulação era de cinco pessoas, quatro remando e o patrão na popa. As velas eram confeccionadas com sacos de açúcar e as redes com barbante e pesos de pequenos sacos com areia (atualmente usa-se chumbo). Para aumentar a durabilidade das redes, eram pintadas com líquido resultante de fervura de casca de capororoca amassada. Pedras cumpriam a função de âncoras e as bóias eram feitas com três ou quatro pedaços de bambu grosso amarrados com cipó (ANEXO B).

Havia quatro redes de cerco pertencentes a João Hipólito, Acácio Coelho dos Santos e João do Jorge (duas). Nos anos 80 permaneceram só duas com João do Jorge e Arlindo da Costa, hoje exploradas por Nabor, filho do primeiro (ANEXO B).

Os peixes mais pescados eram anchova, marimbau, tainha, sardinha, garoupa e pescadinha com alta oferta conforme depoimentos a seguir (ANEXO B, p. 195-203, 187-195):

De manhã ia abrir a rede era... Tirava duas três baleeira cheia de anchova... pescadinha.

Naquele tempo tinha fartura. Tinha fartura, né? Mas hoje não tem mais disso! A gente ia lá no cerco chegava lá via o cerco agora de manhã, às cinco horas da manhã, seis horas, tinha peixe, voltava lá duas horas tinha mais, voltava de tarde também tinha, passava o dia todo ali, tinha uma montueira de peixe, né? Passei o cerco aqui, estendi aqui, peguei só uma palinha ou duas.

Sardinha, dava muita sardinha. (...) A sardinha pois tinha dia que tinha que bater com um pau, com um bambu, dentro do cerco prá ela sair a metade, prá gente carregar duas, três lancha e o resto ia tudo pro mar.

A primeira embarcação a motor da Armação chamava-se Luiz Divina e foi comprado em Ganchos, há cerca de 40 anos atrás, por João do Jorge. Os botes apareceram cerca de dez anos atrás, lentamente foram substituindo as baleeiras, e predominam hoje em função da facilidade e menor custo de manutenção. Schmidt & Lima (2007) indicam haver 39 embarcações na comunidade pesqueira da Armação (APAAPS) sendo 32 botes e sete baleeiras, possuindo casaria três e duas, respectivamente (Fig. 56).

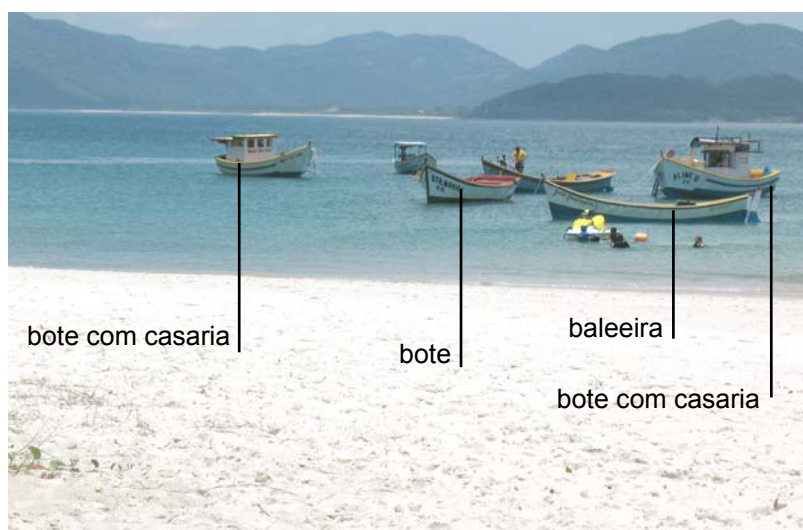


FIGURA 56 – Embarcações da APAAPS

Fonte: Cintia Chamas (08/12/2007)

Ainda no final da década de 60 havia fartura de pescado atestada pelo Pe. João Alfredo Rohr em visita feita em 1968 (ROHR, 1969, p.20):

(...) os seus arredores são riquíssimos em pescado. Durante os dois dias, que nos detivemos na Ilha, caíram passante de quarenta toneladas de sardinhas nas rês dos pescadores. A água é absolutamente límpida e transparente. Tivemos ensejo de divisar grande variedade de pescado por entre as pedras do fundo, que ocupam o lado leste da Ilha, onde a ação demolidora das vagas é particularmente intensa.

Atualmente os recursos marinhos da Ilha do Campeche são explorados através da pesca embarcada e não embarcada, sendo praticada por pescadores das categorias amadora, artesanal e industrial. Lima (2007) listou as categorias praticadas: cerco flutuante fixo, pesca de vara e anzol, caça submarina, extração de mexilhão, pesca da lula e captura de isca viva para pesca industrial de atum.

Há dois cercos fixos⁸ da Pioneira da Costa S/A (Fig. 57), um ao norte e outro a sudoeste (Fig. 58), que são explorados por um grupo de pescadores da APAAPS através de um acordo feito com a empresa. São empregadas diretamente oito pessoas para seu uso entre agosto a abril. São capturados vários tipos: lulas (*Loligo plei*), olho-de-cão (*Holocentrus adscensionis*), robalo-flexa (*Centropomus undecimalis*), garoupa, cherne (*Epinephelus niveatus*), olho-de-boi (*Seriola dumerili*) e peixe-espada (*Trichirus lepturus*).

⁸ “O petrecho de pesca denominado de cerco fixo consiste em uma rede estendida no formato de um círculo, com o fundo fechado e uma abertura denominada boca, esta estrutura fica permanentemente fixa próximo ao costão, existindo um caminho de rede que liga o costão a boca do cerco. O caminho serve para reter a passagem do peixe e conduzir este para dentro do cerco, de onde o peixe não consegue sair” (LIMA, 2007).

Este último, que antigamente era descartado por não ter valor econômico, hoje representa o principal recurso dos cercos (LIMA, 2007).

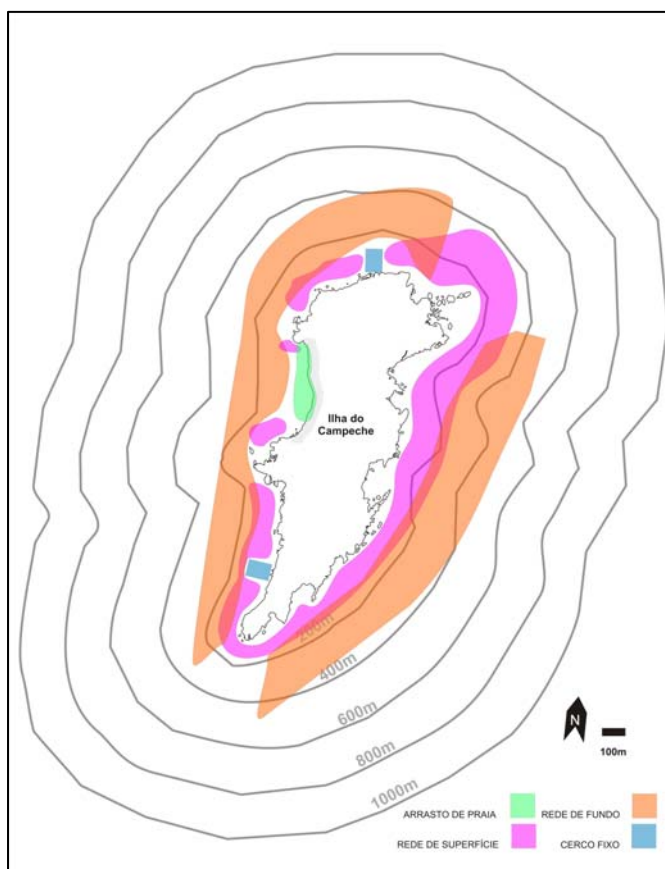


FIGURA 57 – Mapa de uso para pesca de rede
Fonte: Schmidt & Lima (2007b)



FIGURA 58 – Cerco fixo sudoeste
Fonte: Cintia Chamas (14/02/2008)

As redes de espera (Fig. 57) são utilizadas pelos pescadores da APAAPS principalmente para a captura de garoupa e anchova (Lima, 2007).

A pesca de linha (vara e anzol) é feita nos costões e embarcada (Fig. 59), sendo que os sócios da Acomepeche a praticam das duas formas e os pescadores da APAAPS somente da segunda. O alvo principal é a garoupa (*Ephinephelus marginatus*) (LIMA, 2007).

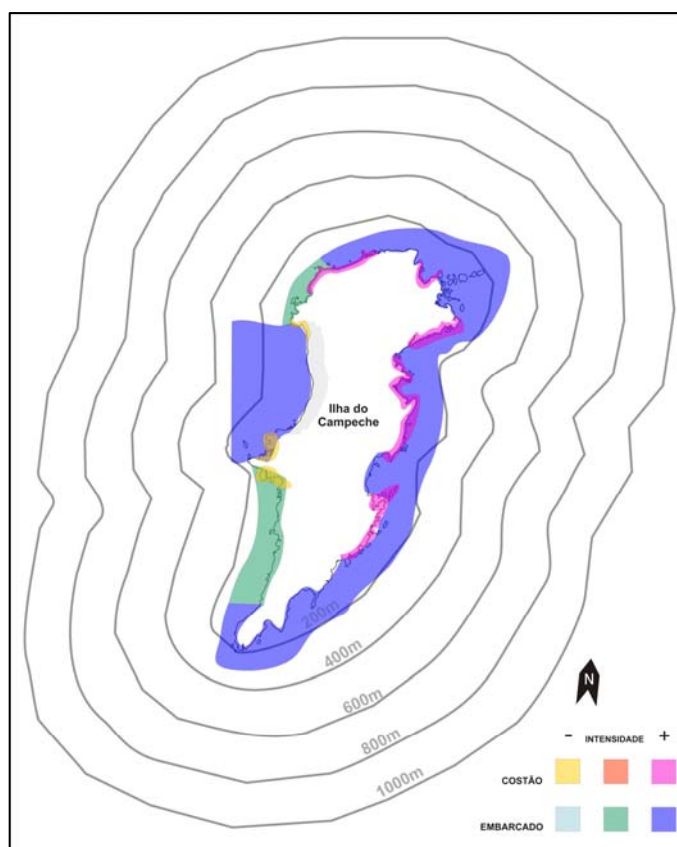


FIGURA 59 – Mapa de uso para pesca com vara e anzol

Fonte: Schmidt & Lima (2007b)

A caça submarina (Fig. 60), está sujeita às condições do mar (hidrodinâmica e visibilidade) e tem como alvo: garoupa, badejo (*Mycteroperca bonaci*) e cherne (*Ephynephelus niveatus*). É praticada por sócios da Acomepeche, pescadores artesanais da APAAPS e pescadores amadores da praia do Campeche e da Armação (LIMA, 2007).

A extração de marisco é feita na zona de transição entre a parte emersa e a submersa dos costões (Fig. 60). Havendo condições favoráveis de mar, pode ser feita diretamente, em caso contrário é feita através de mergulho por sócios da Acomepeche, pescadores da APAAPS, pescadores amadores da Praia do Campeche e da Praia da Armação e pescadores profissionais da frota industrial (LIMA, 2007).

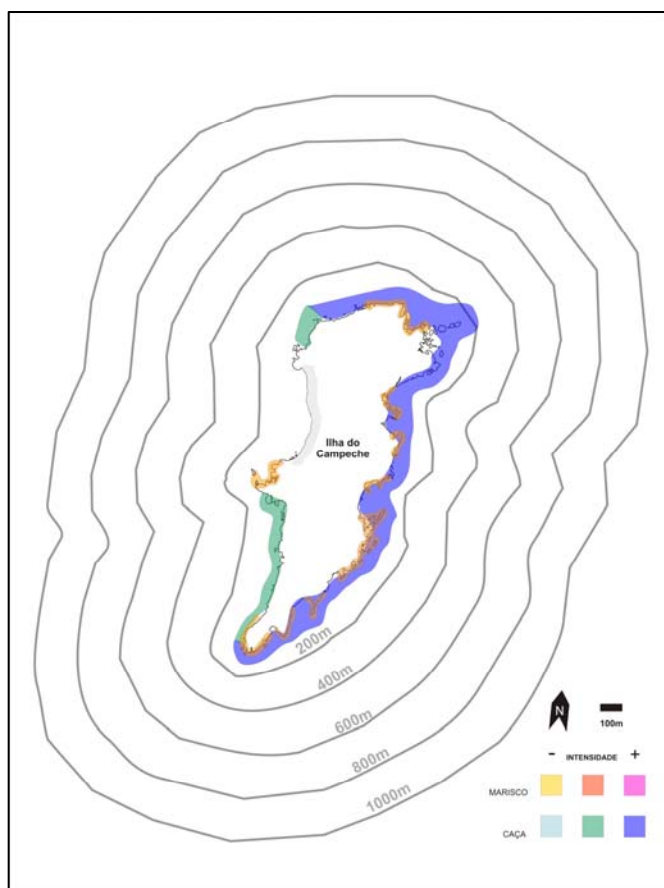


FIGURA 60 – Mapa de uso para extração de marisco e caça submarina

Fonte: Schmidt & Lima (2007b)

Nos meses de dezembro e janeiro é comum a prática noturna de pesca de lula com uso de iluminação artificial, zangarilho e até tarrafa (Fig. 61). Além dos sócios da Acompeche e dos pescadores artesanais da APAAPS, é praticada também por pescadores industriais e pescadores artesanais da praia do Campeche, da Barra da Lagoa e do Pântano do Sul (LIMA, 2007).

Os barcos atuneiros realizam cerco de isca-viva, para posterior pesca de atum em alto mar (Fig. 62 e 63) (LIMA, 2007).

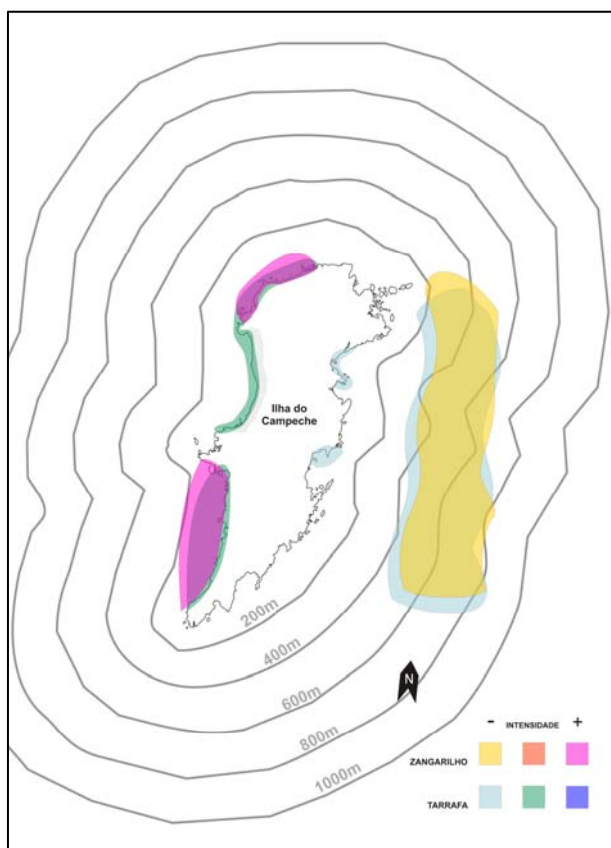


FIGURA 61 – Mapa de uso para pesca com zangarilho e tarrafa

Fonte: Schmidt & Lima (2007b)

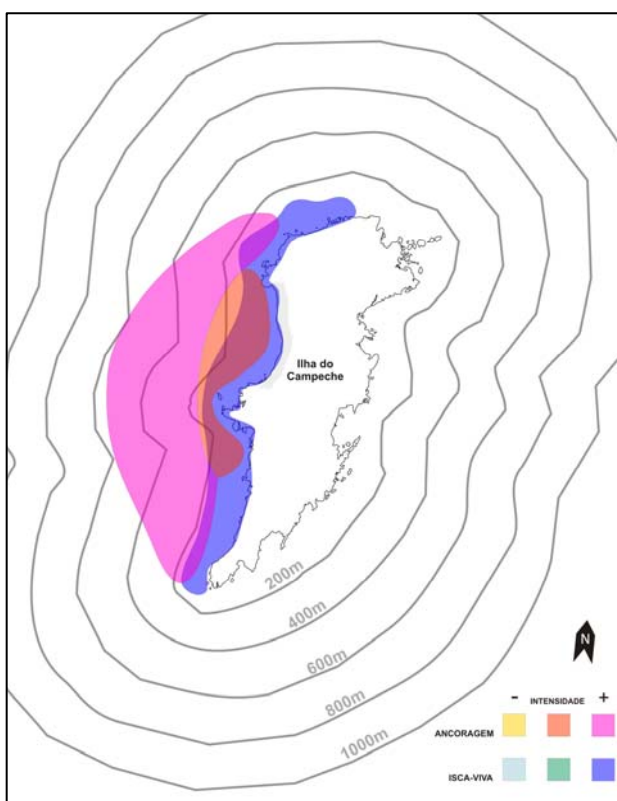


FIGURA 62 – Mapa de uso para pesca industrial

Fonte: Schmidt & Lima (2007b)



FIGURA 63 – Barco de pesca industrial na ponta sul
Fonte: Cintia Chamas (18/12/2005)

4.3 PROCESSOS DE GESTÃO

Ao decretar um tombamento, o Poder Público Federal, por intermédio do Iphan, avoca a responsabilidade de salvaguardar a integridade física, o acesso e a fruição do bem. Normalmente isto é realizado através dos atos de fiscalizar e de dispor a orientação técnica. Eventualmente, em função da relevância do valor, são destinados recursos federais para recuperação.

A ilha do Campeche guarda especificidades que justificam uma ação diferenciada. São elas: a dimensão, a qualidade do ambiente natural, paisagístico, associado ao patrimônio cultural, arqueológico, e, principalmente, o conjunto de agentes cuja complexidade de interações interfere no processo de proteção. Note-se que essa necessidade singular não está contemplada de maneira específica na legislação de proteção, pois o decreto de tombamento tem um caráter claramente genérico e a legislação complementar (vide item 4.4) também não abrange as questões referentes a gestão. Surge então, para suprir esta lacuna, a necessidade de acordos e dos processos de conscientização.

4.3.1 Tombamento

A ilha do Campeche constitui um destaque singular no acervo arqueológico catarinense. A tomada de consciência por parte dos técnicos da Superintendência Regional do Iphan em Santa Catarina, somada a denúncias de degradação e solicitação concomitante da diretoria da Acompeche de uma forma de proteção especial, provocou uma

série de reuniões e avaliações no âmbito da Repartição, culminando na abertura do processo de tombamento.

No período entre junho de 1998 e julho de 2000, datas que marcam, respectivamente, o pedido de tombamento e sua efetivação, procedeu-se à instrumentalização do processo, através de vistorias ao local, atendimento a solicitações de informações complementares e participação de reuniões de avaliação junto à área central do Iphan. Simultaneamente teve início uma aproximação gradativa com os ocupantes e usuários da ilha do Campeche. Visava-se a conscientização da necessidade de uma mudança parcial de comportamento e o repasse de recomendações organizacionais. Incluía ainda o assessoramento técnico quanto à organização do sistema de visitação. Nesse período, considerado como tombamento provisório, pouco se avançou em termos de proteção efetiva.

Apesar das intenções conservacionistas coincidentes entre a Acompeche e o Iphan por ocasião do pedido de tombamento, aquela não deixou de reagir como “proprietário”. A Associação passou de parceiro a oponente ao perceber que as restrições, que referiam-se a ações danosas ao patrimônio cultural e natural, limitavam algumas de suas atividades.

Ao Iphan foi oferecida, pela Gerência Regional do Patrimônio da União em Santa Catarina, a remoção dos particulares, caso fosse do interesse da proteção do bem. Ao recusar a oferta, aquele órgão estava claramente optando por uma gestão participativa, tendo iniciado prontamente o longo caminho de aproximação e conscientização.

4.3.2 Tentativa de formalizar uma gestão participativa

Durante o ano de 2001 instalou-se um processo de gestão participativa a partir de reunião realizada na Procuradoria da República em Santa Catarina - PRSC no dia 09 de maio. O grupo formado era composto por representantes de órgãos públicos – Ministério Público Federal, Iphan, Companhia de Polícia de Proteção Ambiental (CPPA) e Ibama – e dos principais usuários da Ilha: Acompeche, Associação de Pescadores, Associação de Monitores e empresa Pioneira da Costa.

As reuniões eram realizadas no Iphan com alta representatividade e constante ocorrência de conflitos. Sob a coordenação do Iphan e do Ministério Público os trabalhos foram encaminhados visando elaborar um diagnóstico ambiental da ilha do Campeche através da identificação de problemas e conseqüentes ações necessárias para adequar o uso à conservação.

O período inicial, destinado a elencar os contratempos existentes, foi especialmente produtivo. Os problemas foram agrupados em: organização/ normatização; uso e ocupação; trilhas; estrutura básica; informação e educação; capacidade de suporte; pesca; mergulho; extrativismo; relacionamentos entre instituições, ocupantes e empresas; falta de

planejamento (vide APÊNDICE A). Durante o período de compilação dos dados, evidenciou-se a necessidade de atender a problemas emergenciais e foram criados seis subgrupos de estudo para elaboração de projetos. Os temas eram: *Controle de Tráfego Marítimo, Mergulho Recreativo, Visitação, Trilhas, Extrativismo Marinho, Fiscalização*. Somente três grupos realizaram reuniões, apresentando diferentes resultados:

- *Controle de Tráfego Marítimo* - elaborou o projeto intitulado “Tráfego Marinho na Baía da Ilha do Campeche” com o objetivo de disciplinar o embarque e desembarque (através da instalação de uma raia), bem como a ancoragem de embarcações fora da área de banho (definida por uma linha de bóias) (GRUPO DE GERENCIAMENTO...; 2001);

- *Extrativismo Marinho* - a coordenação e elaboração de minuta de Portaria ficou sob a responsabilidade do Ibama;

- *Visitação* - não produziu resultados sendo as reuniões interrompidas em final de agosto sob a justificativa de que posturas inflexíveis inviabilizavam a tomada de decisões.

O projeto de controle do tráfego marítimo foi submetido à Capitania dos Portos em setembro de 2001. Porém, além da oposição de alguns participantes, não foi possível cumprir as exigências burocráticas do Órgão e a instalação não foi, na época, efetivada (vide item 4.3.5.1).

Em final de agosto foi elaborado um documento definindo os comprometimentos institucionais de todos, que não foi formalizado devido ao acirramento dos conflitos. Seguiu-se um período em que as ações concentraram-se na minimização de conflitos e, como último esforço, organizou-se um seminário fechado de três dias em outubro em local considerado “neutro” (Hotel Morro das Pedras).

O programa do seminário contemplava a apresentação de orientações técnicas para formulação de projetos para minimizar o impacto antrópico ao patrimônio. Formaram-se quatro grupos de trabalho, cada qual contando com representantes de todos os agentes. O relatório elaborado pelos órgãos públicos, enviado à Procuradoria da República, assim define os resultados deste Encontro⁹ (p.2):

No decorrer dos trabalhos as discussões transformaram-se em conflitos e as partes mostraram-se, em diferentes graus, incapazes de desenvolver uma negociação saudável esbarrando em dificuldades de ceder a interesses específicos. Embora esta postura estivesse mais presente em alguns setores (p.ex. Associação Couto de Magalhães), inviabilizou o fechamento dos trabalhos e a elaboração de um documento final.

Este mesmo documento ao concluir sobre a ineficiência do processo de gestão participativa na solução de problemas e promoção de mudanças de comportamento,

⁹ Relatório. De: Claudia Regina dos Santos/ MPF, Cintia Costa Chamas/ Iphan, Altair Ireno dos Santos/ CPPA, Alexandre Filippini/ Ibama. Para: Analucia Hartmann/ MPF. Data: 8/2/2002. Encaminhado pelo Ofício n.º 063/2002- 11ª. SR/ Iphan/ SC.

ressalta sua importância quanto à análise de problemas e à identificação de ações necessárias visando a conservação e a minimização de conflitos; explicita a preocupação com “a falta de fiscalização, a falta de conhecimento do valor ambiental da Ilha, a dificuldade de entendimento de alguns ocupantes/ usuários quanto ao novo *status* de área preservada por lei que, conseqüentemente, restringe muitas das atividades antes tidas como normais”; e ainda alerta para a necessidade de criação de uma estrutura administrativa e técnica para atender à nova demanda de conservação de um bem tombado,

resguardando-o de ações potencialmente negativas tais como o excesso de visitantes, a falta de controle sobre o comportamento dos ocupantes, por vezes despreparados para usufruir de área com tal importância patrimonial, a quantidade, a implantação e a tipologia arquitetônica das edificações existentes, a falta de estrutura de saneamento, a destinação de resíduos sólidos, enfim a falta de estudos básicos e de um plano de manejo.

Finaliza manifestando preocupação sobre uma proposta de implantação de fazenda marinha na Ilha por ser “uma atividade totalmente inadequada para um local **tombado** como **patrimônio paisagístico**” e sugerindo uma nova forma de gestão e ocupação da Ilha em função do fato que “os atuais ocupantes não demonstraram, até o presente momento, capacidade para gerenciar a Ilha no atual *status*”.

Diante da impossibilidade de seguir com a proposta de gestão participativa e da necessidade de cumprir a função de órgão fiscalizador, foi realizado um embargo em 2002 para coibir a continuidade de obra não autorizada na área sob a responsabilidade da Acompeche. O embargo teve o apoio da Polícia Federal e um significado educativo, na medida em que propiciou uma mudança de comportamento por parte da Acompeche.

Nos anos seguintes, o Iphan prosseguiu com sua política de estabelecer parcerias sempre que os grupos mostraram-se receptivos, cumprindo o papel de órgão fiscalizador e regulador quando tal se fez necessário.

4.3.3 Acordos e desacordos

A visitação sempre ocupou lugar de destaque nos interesses dos agentes que, nos meses anteriores ao verão, iniciam seus preparativos.

Já anteriormente ao ano dedicado à gestão participativa (2001), ou melhor, no mesmo ano do tombamento (2000) houve reunião coordenada pelo Iphan entre Acompeche e Amaisc. O resultado foi consolidado em ofício encaminhado à Procuradoria da República¹⁰ contendo a normatização da visitação às trilhas e a definição de quatro percursos a serem oferecidos. Este ofício embasou as atividades referentes à atividade em foco.

¹⁰ BRASIL, IPHAN/ 11^a.SR/ SC. Ofício 453, 22/12/2000.

Em final de 2001 repetiu-se o procedimento¹¹, aumentando em dois a oferta de trajetos aos visitantes.

Em dezembro de 2002 a reunião foi realizada na Procuradoria da República¹² com representação do Iphan, Associação de Pescadores, Associação de Monitores, Acompeche e Polícia Ambiental. A Acompeche apresentou algumas propostas: estabelecimento de limite no número de turistas e no horário de visitação na Ilha; comando do controle da visitação; exclusão de embarcações que não sejam suas ou da APAAPS e recebimento de 15% da renda da visitação. Não houve consenso, sendo a ata, assim finalizada: "O Procurador da República, devido ao adiantado da hora, somado à ausência de acordo em relação à maioria dos t picos da pauta de discussão, sem que se vislumbre a possibilidade de ajuste com a continuidade das tratativas, determinou o encerramento da reunião...".

Frustrada a tentativa de obter formalmente o controle da visitação, a Acompeche optou por desconsiderar as a es do Iphan: a normatização para organização do processo de visitaç o¹³ e o credenciamento de monitores aptos a atender a visitação. Assim, a Acompeche organizou uma equipe paralela de monitores, não credenciada pelo Iphan, e instalou uma tenda na praia como centro de informações. Desta maneira houve uma sobreposição de funções, com dois grupos concorrentes fazendo abordagem aos visitantes e conduzindo grupos nas trilhas. Segundo relatório em arquivo¹⁴, foram freqüentes os momentos com inconvenientes encontros de grupos diferentes nas trilhas, sendo excedidos os limites tolerados pelo Iphan para a visitação.

Em função da dificuldade em se fazer cumprir os ajustes informais estabelecidos, da falta de comprometimento dos agentes envolvidos e da intensificação dos conflitos na alta temporada (verão), foi considerado necessário passar a firmar, anualmente, na Procuradoria da República, Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), entre os ocupantes e os usuários da ilha do Campeche, bem como os órgãos públicos envolvidos.

Tanto os TACs quanto todos os documentos formulados pelo Iphan seguem na direção de uma progressiva normatização, cada vez mais específica e restritiva.

4.3.4 Termos de Ajustamento de Conduta

Embora não signifiquem uma solução definitiva, os TACs cumprem importante papel na medida em que representam a possibilidade de normatizar atividades antes totalmente sem controle, referentes ao uso e ocupação da ilha do Campeche, em especial no verão.

¹¹ BRASIL, IPHAN/ 11^a.SR/ SC. Oficio 445, 19/12/2001.

¹² BRASIL, MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, Procuradoria da República em Santa Catarina. Unidade de Tutela Coletiva e Cidadania. Ata. Reunião sobre a Preservação e Acesso de Pessoas   ilha do Campeche. Florianópolis, 05/12/2002. 2 p.

¹³ BRASIL, IPHAN/ 11^a.SR/ SC. Oficio 456, 28/12/2002.

¹⁴ DOMENICO, M. & MONTANARI, T. Relatório Ilha do Campeche - dezembro/2002 e janeiro/2003. Florianópolis: Iphan, 2003. 11p.

Justamente por focarem este período, sempre são firmados nos meses que o antecedem, isto é, nos finais de ano e com vigência nos meses subseqüentes, conforme discriminado a seguir:

- 19/12/2003 – válido entre dezembro/2003 e abril/2004 – envolvendo PRSC, Iphan, APAAPS, Acompeche e Amaisc;

- 15/12/2004 – válido entre segunda quinzena de dezembro/2004 e páscoa/2005 – envolvendo PRSC, Iphan, Acompeche, Pioneira da Costa, APAAPS, Amaisc, Capitania dos Portos, Companhia de Polícia Ambiental, Cooperativa Caipora;

- 29/11/2005 – válido entre dezembro/2005 e dezembro/2006 – envolvendo PRSC, Iphan, Acompeche, Pioneira da Costa, APAAPS, Amaisc, Capitania dos Portos, Companhia de Polícia Ambiental, Companhias de Mergulho;

- 29/11/2006 - válido entre dezembro/2006 e dezembro/2007 – envolvendo MPF, Iphan, Acompeche, Empresa Pioneira da Costa, APAAPS, Amaisc, Companhia de Polícia Ambiental, Lagomar, Scuna Sul, Rotta Turismo, Restaurante Bacalhau e Restaurante do Poeta.

Para a elaboração do documento são feitas reuniões, no MPF, com os signatários. Por vezes comparecem somente os representantes. Em outras, é feito um comparecimento em massa, como foi o caso da participação dos pescadores da APAAPS em 2006 em função de uma reivindicação (Fig. 64 e 65).



FIGURAS 64 e 65 – Reunião no auditório do MPF, estando na ala esquerda os pescadores e na direita os demais signatários

Fonte: Arquivo MPF (17/11/2006)

Em algumas situações, alguns dos agentes envolvidos manifestaram discordância com certo aspecto dos Termos, tendo havido casos de desistência em assinar.

É importante observar que, no ano de 2004, passam a ser incluídos órgãos públicos para fiscalização e, no ano seguinte, a vigência dos Termos passa para um ano.

Como preparação para aplicação da metodologia adotada, foi elaborado um quadro detalhando os TACs firmados (APÊNDICE B). Os diversos assuntos foram agrupados em seis categorias: medidas mitigadoras, medidas conservacionistas, comprometimentos, competências, fiscalização e vigência. Cada categoria abriga a análise individual dos itens, com informações sobre cada item e os responsáveis pela implementação, seu cumprimento (descrição e explicação) e respectivas conseqüências.

Com o TAC firmado em final de 2004, passou-se a ter controle sobre a receita da visitação, a ser administrada pela Acompeche, viabilizando uma divisão eqüitativa entre a equipe de trabalho e a retenção de 10% a serem reinvestidos na própria Ilha. No TAC do ano seguinte a retenção de taxa estendeu-se aos transportadores (1% do bruto) e ao aluguel de equipamentos de mergulho feito pela Amaisc (20%).

A outra alteração refere-se à capacidade de suporte da Ilha, tendo sido feito um cálculo preliminar usando o critério espacial. Assim, no TAC firmado em final de 2004, previu-se uma limitação da quantidade de desembarques de pessoas ao dia, fixando em 800 e definindo cotas diferentes: 120 para Acompeche, 520 para APAAPS e 160 para escunas da Barra da Lagoa. O TAC firmado em 20/11/2005 manteve o total de 800 desembarques, mas atendeu ao pedido das escunas, aumentando sua cota para 200 e subtraindo o acréscimo da Acompeche e da APAAPS, que passaram respectivamente para 100 e 500. No ano seguinte, foram incorporados os botes da praia do Campeche, agora adaptados e autorizados pela Marinha do Brasil, ficando assim a nova composição de cotas: 80 para Acompeche, 500 para APAAPS, 160 para escunas da Barra da Lagoa e 60 para botes do Campeche.

4.3.5 Visitação

Conforme visto no item anterior, a necessidade de se firmar Termos de Ajustamento de Conduta fundamenta-se na visitação. Esta se estabelece como atividade em função da proximidade da Ilha à costa e de sua especial beleza cênica, com águas transparentes e sítios arqueológicos. Diante deste potencial, diversos agentes do setor turístico divulgam e incentivam um processo crescente de visitação, sem qualquer estudo prévio das condições existentes e sem os necessários investimentos em infra-estrutura turística.

4.3.5.1 Estrutura física

A estrutura existente para atendimento ao visitante é muito inferior à necessária nos dias de alta visitação, gerando freqüentes reclamações dos visitantes e preocupação dos gestores.

O atendimento ao visitante é feito em dois quiosques adaptados (Fig. 66 e 67), sem condições de cumprir, de forma satisfatória, suas funções.



FIGURA 66 – Posto de atendimento de trilhas terrestres

Fonte: Cintia Chamas (11/02/2008)



FIGURA 67 – Atendimento para trilhas subaquáticas e fornecimento de equipamento de mergulho.

Fonte: Cintia Chamas (11/02/2008)

Os restaurantes não estão aptos a atender ao movimento intenso e seus poucos banheiros são os únicos destinados ao público visitante. Do ponto de vista ambiental, necessitam de projeto de saneamento e destinação de lixo, coerente com a fragilidade ambiental e a presença de sítios arqueológicos.

O desembarque também é precário. Devido à inexistência de trapiche, é feito próximo a praia (Fig. 68, 69 e 71) ou com o transbordo para botes auxiliares (Fig. 70), e a ancoragem é feita em área superposta à de banho. Atendendo a questões de segurança e a necessidade organizacional, foi elaborado um projeto em 2001 pelo grupo de gestão participativa intitulado “Proposta de Projeto para o Controle de Tráfego Marítimo para a Ilha do Campeche” (GRUPO DE GERENCIAMENTO, 2001). Questões burocráticas e desinteresse de alguns setores retardaram sua implementação, somente realizada em final de fevereiro de 2005, como consequência direta de gestões entre o Iphan e a Capitania dos Portos em Santa Catarina. A instalação das raias e bóias delimitando o canal de passagem das embarcações e a área de banho, definiu as áreas de embarque, desembarque e ancoragem. Após a instalação, mesmo os grupos que, em 2001, discordavam, manifestaram-se a favor da ordem estabelecida. No ano de 2006 acrescentou-se mais um canal, no norte da praia, para facilitar a aproximação de embarcações maiores (oriundas da Barra da Lagoa), que devido ao alto dinamismo da enseada nem sempre podiam utilizar a raia sul, pela formação de bancos de areia (Fig. 72).



FIGURA 68 – Turistas desembarcando de um bote da APAAPS

Fonte: Isabel Kanan (07/01/2003)



FIGURA 69 – Bote inflável vindo da praia do Campeche

Fonte: Cintia Chamas (15/02/2002)



FIGURA 70 – Transbordo com bote inflável em embarque de escuna

Fonte: Isabel Kanan (07/01/2003)



FIGURA 71 – Embarque direto em escuna

Fonte: Cintia Chamas (14/02/2008)

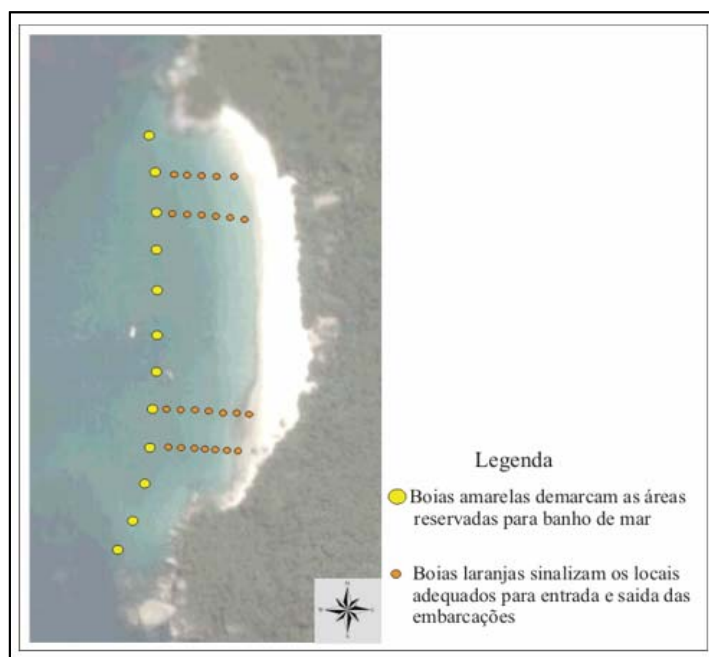


FIGURA 72- Sistema implementado em 2006 com dois canais para desembarques

Fonte: Schmidt & Lima (2007b)

Em síntese, a precariedade das instalações físicas e o processo de organização da visitação são dificultados pelo significativo número de agentes envolvidos e por conflitos gerados pelos diversos interesses envolvidos.

4.3.5.2 Atividades e inter-relações

Nas relações entre os grupos atuantes na ilha do Campeche podem ser distinguidos duas situações críticas: a primeira aconteceu em meados do século passado, quando um grupo organizado, que deu origem a atual Acompeche, conseguiu obter a Inscrição de Ocupação, oficializando o uso de um espaço que tradicional e informalmente era usufruído por pescadores artesanais dos arredores, há muitas gerações. Estes, mantêm-se renitentes com a situação e as manifestações persistem sob distintas formas. A segunda circunstância não possui uma linha divisória tão clara por referir-se à visitação turística que, crescendo ao longo dos anos, atingiu um nível preocupante em termos conservacionistas e potencializou os conflitos. A primeira está principalmente focada em poder territorial e a segunda na questão econômica, não se desconsiderando as claras ligações entre ambas.

As relações constituem uma rede dinâmica, composta não só de conflitos, mas também de alianças. O termo dinâmico refere-se e sublinha a instabilidade das relações, que podem alterar-se bruscamente em função de pequenas circunstâncias, indicando sua alta fragilidade e dificultando o processo de construção de uma gestão participativa.

Os ocupantes já foram caracterizados no item 4.2 e, em certos momentos, entram em conflitos significativos com agentes ligados a visitação.

Em 2007, o transporte regularizado de visitantes tem três origens: praia da Armação do Pântano do Sul, Barra da Lagoa e praia do Campeche. Chegam também embarcações particulares ou realizando trajetos não autorizados, como é o caso dos que saem da praia do Pântano do Sul (Fig. 73). O desembarque é realizado na praia da ilha do Campeche, devido à inexistência de trapiche (Fig. 68-71). A situação geográfica oferece boas condições de desembarque e ancoragem por estar protegida dos ventos (Fig. 17).

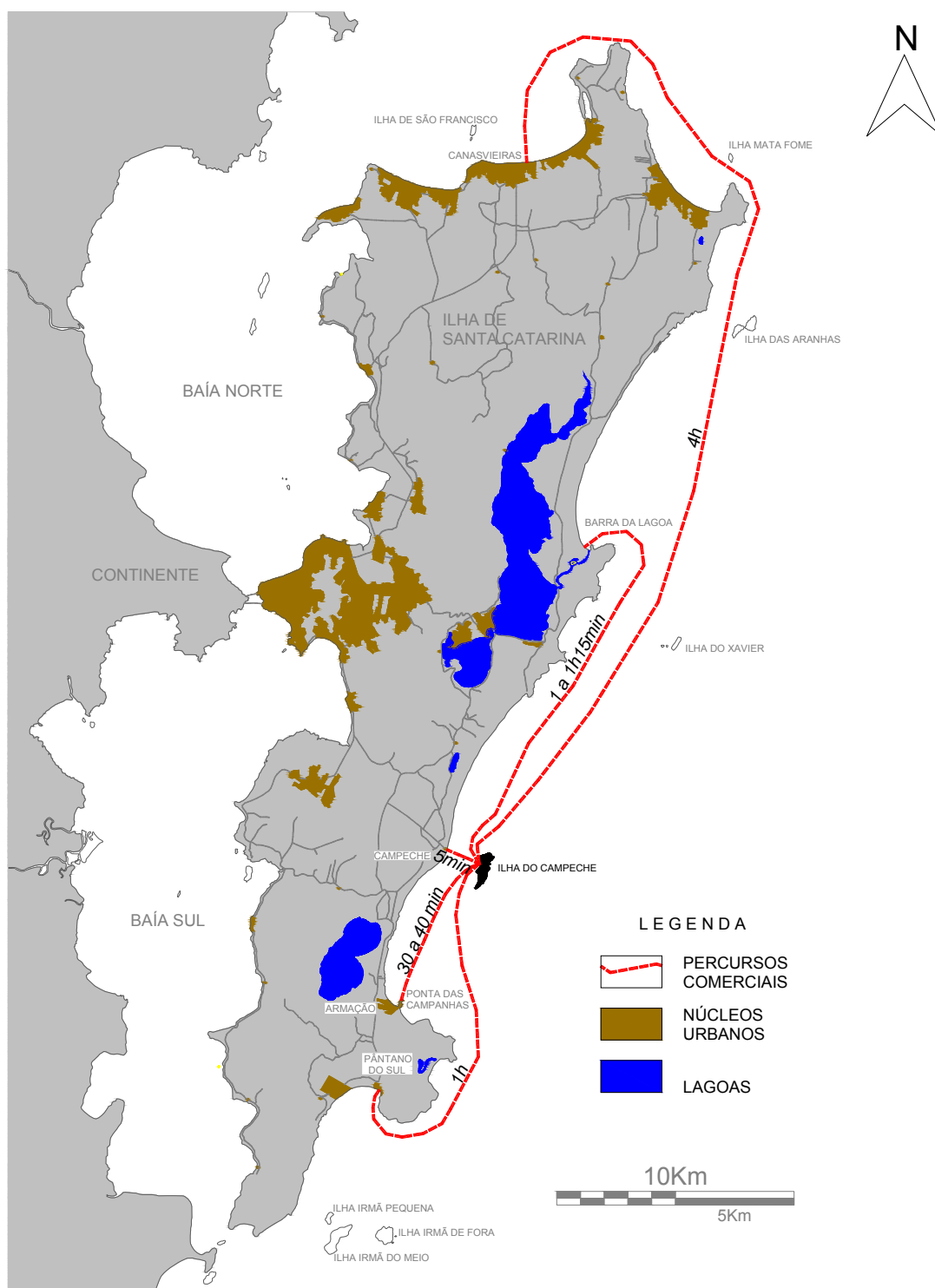


FIGURA 73 – Rotas comerciais para a ilha do Campeche

Fonte: Organização da Autora

Base: Mapa Tabacow (2002)

Entre os transportadores, a APAAPS é privilegiada na divisão de cotas em função de sua ligação histórica com a Ilha e por ser uma atividade alternativa à pesca artesanal,

durante o defeso. Apresenta grande variação comportamental e numerosos conflitos internos em função das características pessoais dos componentes.

As embarcações oriundas da Barra da Lagoa em 2007 são três: Aquarium (Scuna Sul), Lagomar e Querubim. Possuem lotações de 80, 82 e 38 passageiros, respectivamente. De maneira geral, agem de acordo com a normatização existente, exceção feita à embarcação Querubim, cujo responsável comumente desrespeita ou se recusa a participar dos acordos.

As embarcações oriundas da Praia do Pântano do Sul não são freqüentes, mas representam uma irregularidade preocupante já que não são autorizadas pela Capitania dos Portos por falta de segurança de navegação.

Os botes infláveis que saem da praia do Campeche fazem o menor percurso com duração aproximada de cinco minutos. Embora possuam lotação reduzida (quatro a seis pessoas) sua atuação representa um significativo impacto quantitativo pela rapidez e pelo constante descaso com os acordos que visam a proteção da Ilha. O trajeto foi tido como irregular pela Marinha do Brasil até 2006, quando uma determinação da Diretoria de Portos da Marinha do Brasil viabilizou a legalização da atividade, desde que se atendesse a uma série de exigências para adequação das embarcações. Em função da legalização, foi reservada a cota de 60 desembarques diários para o conjunto de embarcações. Esta cota foi totalmente desconsiderada pelos responsáveis que chegaram a levar 308 passageiros no mesmo dia, tendo ultrapassado o limite em 26 dias dos 34 trabalhados entre dezembro de 2006 e fevereiro de 2007¹⁵. O desrespeito, além de causar impacto ambiental e patrimonial devido ao alto número de visitantes na Ilha, prejudica o processo como um todo, pois a fiscalização dos órgãos públicos é precária e os grupos que cumprem o acordo sentem-se prejudicados e, em conseqüência, dispostos a não mais obedecer.

Já os restaurantes são responsáveis por grande parte dos resíduos sólidos e líquidos produzidos e sua permanência tem sido suportada pelo Ministério Público pela inexistência de banheiros para uso público além dos que estes oferecem. O último TAC contém uma restrição maior que nos anos anteriores, definindo seu fechamento em abril de 2007.

O comércio não regularizado, por não estar sujeito a nenhuma normatização, compromete a organização e a segurança. No verão de 2006 houve um incremento no número de ambulantes com o aparecimento de vendedores de artesanato, óculos, redes e outros, chegando a estabelecer um desconforto aos visitantes e visível impacto ambiental pelos objetos expostos, utilizando a vegetação da praia como suporte. Em função disso, durante o ano de 2006 o Iphan fez várias tentativas de co-gestão junto ao órgão licenciador

¹⁵ BRASIL, IPHAN, 2007. Relatório. Visitação e Uso da Ilha do Campeche - Desembarques - dezembro/2006 a fevereiro/2007. Florianópolis: 11^a. SR/ Iphan/SC. 11p.

municipal, a Secretaria Municipal de Urbanismo e Serviço Públicos (Susp), tendo havido significativa retração da atividade.

Essas atividades comerciais ocorrem paralelamente ao sistema de visitação coordenado pelo Iphan focado em educação patrimonial e ambiental e proteção do bem tombado. Este realiza-se através do atendimento ao visitante, monitoramento da ilha e oferta roteiros terrestres (Fig. 74-77) e subaquáticas (Fig. 78).



FIGURA 74 – Trilha em área de mata

Fonte: Cintia Chamas (10/02/2008)



FIGURA 75 – Trilha do costão (NE)

Fonte: Cintia Chamas (05/11/2005)



FIGURA 76 – Percurso ao longo do costão noroeste

Fonte: Cintia Chamas (02/11/2005)



FIGURA 77 – Acesso e mirante da Pedra Fincada (NE)

Fonte: Cintia Chamas (10/11/2007)

Os roteiros terrestres diferem a cada ano em função da qualidade das trilhas que necessitam de manutenção constante. As trilhas (Fig. 42) iniciam na área da praia em direção à costa leste através dos dois vales (Fig. 74) e se unem ao circuito que contorna a ilha (Fig. 75) havendo trechos em que o percurso segue sobre a rocha (Fig. 76). Há ramais que conduzem aos sítios arqueológicos, aos pontos de pesca e aos mirantes (Fig. 77).

As trilhas subaquáticas ocorrem ao norte e ao sul da praia (Fig. 78) e são indicadas no Guia de Mergulho de Florianópolis (Wegner, 2004, p.88-91), como importante ponto de mergulho contemplativo não somente pela biodiversidade marinha mas também pela limpidez de suas águas límpidas e localização protegida de ondas e correntes.

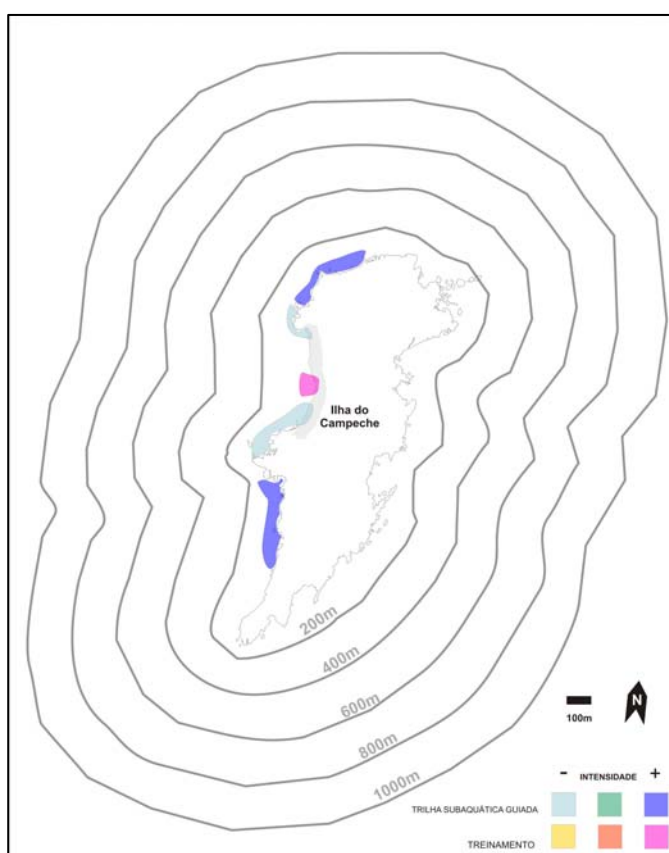


FIGURA 78 – Trilhas subaquáticas na ilha do Campeche

Fonte: Schmidt & Lima (2007b)

O sistema de visitação organizado pelo Iphan incorporou os grupos existentes, reestruturando, paulatinamente, as atividades, adequando a uma gestão conservacionista. Assim, desde o ano de 2005, a equipe de visitação compõe-se de coordenadores e monitores. Os coordenadores, em número de quatro, revezam-se de dois em dois, atuando diariamente durante toda a alta temporada, um para responsabilizar-se pelas trilhas subaquáticas e outro pelas terrestres e todas as outras atividades. Este último possui ainda

a atribuição de coordenador geral. Cabe aos coordenadores cuidar do cumprimento do TAC e de toda organização, como definida pelo Iphan.

Os monitores possuem várias incumbências e o coordenador procura, sempre que possível, fazer com que cumpram um rodízio, evitando o desgaste causado por algumas atividades. A seguir é apresentada a relação dos postos de monitores e suas respectivas funções:

- informações na sala da frente da Associação de Pescadores (galpão ao sul da praia da Armação do Pântano do Sul) – fornece todas informações ao visitante inclusive nos dias em que não há visitação por falta de condições atmosféricas e de navegação;
- contato inicial com o visitante na praia da ilha do Campeche – estabelece o primeiro contato com o visitante que desembarca, indicando os eventos e fornecendo uma sacola plástica para que, na volta, leve seu lixo;
- fiscalização nas entradas das trilhas – impede a entrada de pessoas sem o acompanhamento de monitores;
- informações sobre passeios oferecidos (terrestres e subaquáticos) – situam-se nos dois quiosques, de trilhas terrestres e subaquáticas;
- acompanhamento de grupos de visitantes nas trilhas terrestres e subaquáticas – conduzem os visitantes nos itinerários pré-estabelecidos.

Neste ano de 2007, criou-se o cargo de monitor assistente, como apoio aos coordenadores no desenvolvimento de atividades burocráticas (elaboração de escalas, venda de ingressos, etc.). Diariamente conta-se com a presença de dois, sendo que um ocupa-se exclusivamente da venda de ingressos.

A remuneração da equipe de visitação sempre foi feita com os recursos advindos dos ingressos às trilhas, exceção feita aos coordenadores das trilhas terrestres, posto criado em 2004 e financiado pelo Iphan. Em 2005, com a introdução de trilhas subaquáticas, instituiu-se o posto de coordenação desta atividade, pago pela receita da visitação; a coordenação das trilhas terrestres, ainda naquele ano, seguiu sob a responsabilidade financeira do Iphan. A partir de 2006 todos os coordenadores passaram a receber pela divisão da receita da visitação, tendo direito a duas partes, proporcionais aos dias trabalhados, enquanto os monitores recebem uma parte. Os monitores assistentes fizeram jus a uma divisão baseada em 1,2 partes.

Com raras exceções, os monitores filiam-se a Amaisc após seu credenciamento pelo Iphan, o que fortalece a ONG. Embora esta ainda não tenha alcançado maturidade institucional que permita definir seus objetivos e suas conseqüentes ações, muito progrediu em termos de relacionamento com as outras associações. Os conflitos e animosidades que eram uma constante entre Amaisc e Acompeche foram diminuindo em quantidade e

intensidade. Neste particular pode-se notar a importância do poder público que, ao interferir a ponto de definir as regras, mitiga a disputa pelo poder.

Nas relações da equipe de visitação já havia, anteriormente a 1998, troca de favores como cortesia de transporte e, eventualmente, almoço. Porém essa troca era instável em função da fragilidade das relações. À medida que os acordos se institucionalizaram os favores transformam-se em contrapartidas, garantindo maior estabilidade. Porém, essa institucionalização, que gerou o TAC, ainda não se apresenta como solução definitiva, pois a suspensão da contrapartida ainda é usada como instrumento de represália. Como exemplo pode-se citar as ameaças feitas pela APAAPS de suspender o transporte de monitores caso não cessassem o transporte de turistas pela Acompeche em janeiro de 2006 e, em outro momento, pelos botes infláveis do Campeche.

Os visitantes, embora sejam agentes passivos nestas inter-relações, em algumas ocasiões contestam os direitos dos associados da Acompeche, por que estes últimos circulam por toda a Ilha, inclusive nos locais não liberados para os demais, em decorrência de seu direito de ocupação. A recíproca também é verdadeira, pois o aumento da visitação representa perda de privacidade, já tendo havido manifestações formais da Acompeche, solicitando a suspensão temporária da visitação¹⁶.

Quanto às relações que envolvem órgãos públicos, pode-se dizer que são conflituosas quando esbarram em interesses particulares que interferem na proteção à Ilha. Estes geralmente originam-se no uso intenso de verão, quer seja pela necessidade de obras que, quando não autorizadas, sofrem embargos, quer pelas denúncias de problemas com excesso de pessoas, lixo (Fig. 79) ou saneamento (Fig. 80 e 81).



FIGURA 79 – Coleta insuficiente de lixo

Fonte: Cintia Chamas (28/02/2006)

¹⁶ ASSOCIAÇÃO COUTO DE MAGALHÃES DE PRESERVAÇÃO DA ILHA DO CAMPECHE. Ofício 10/01/PE. Referência: Suspensão da visitação na ilha do Campeche em caráter temporário [...]. Florianópolis, 28 mar. 2001.
ASSOCIAÇÃO...Ofício s.n. Florianópolis, 22 fev. 2002.



FIGURAS 80 e 81 – Extravazamento de fossas na praia da ilha do Campeche

Fonte: Cintia Chamas (15/02/2006)

4.3.5.3 Estruturação da visitação

A organização implementada para a visitação foi se consolidando lentamente em função dos problemas que exigiam providências imediatas. Embora hoje se apresente mais estruturada, não houve uma data definida de início nem um planejamento pré-estipulado. Trata-se, aqui, de um processo empírico movido por interferência paulatina e crescente do Iphan. Os acordos anteriormente explicitados indicam a introdução de orientação, indicação de critérios e, posteriormente, normatização das atividades.

Conforme já apresentado, por ocasião do tombamento, o atendimento ao visitante era feito informalmente, por um grupo de pessoas das comunidades vizinhas, em sua maioria jovens, autodenominados Associação, porém sem registro legal. Este grupo oferecia ao visitante a condução nas trilhas para visita aos sítios arqueológicos. Possuía composição variável e apresentava muitos problemas organizacionais e operacionais, além de freqüentes conflitos internos. O grupo aproximou-se do Iphan e, por várias vezes, trouxe denúncias de agressões ao patrimônio da Ilha. Essa parceria informal potencializou a capacidade de proteção do Iphan que, em contrapartida, passou a investir em sua qualificação profissional oferecendo orientações, palestras e, posteriormente, cursos (vide item a seguir). Porém, o grupo carecia de capacidade organizacional e maturidade profissional e os conflitos internos passaram a contaminar o processo de visitação. Em vista disto, o Iphan, alterando o direcionamento de suas ações, passou a assumir lentamente a organização da visitação, inicialmente credenciando somente os monitores que haviam feito o curso promovido e, posteriormente, criando a figura de um coordenador, representante do Iphan na Ilha, e passando a fiscalizar a gestão dos recursos gerados. O coordenador possui

nível superior e está presente na Ilha durante toda a alta temporada, fazendo cumprir a organização pré-estabelecida e mediando os conflitos inerentes à atividade. Com a criação deste posto estabeleceu-se um diferencial na organização da visitação.

4.3.5.3.1 Qualificação dos monitores

Pelo diagnóstico observado, a qualificação dos monitores carecia de especial atenção para duas questões:

- conteúdo apresentado - necessidade de fornecer embasamento teórico atendendo a critérios científicos, minimizando as incorreções originadas no autodidatismo;
- maturidade profissional - necessidade de orientar sobre atuação profissional e relações humanas e incentivar a análise crítica.

Os cursos passaram a ser promovidos pelo Iphan, sob a coordenação da autora do presente texto, e apoiados por outros técnicos e outras Instituições¹⁷. As vagas são gratuitas e destinadas às comunidades do entorno e representantes das três Associações (Acompeche, APAAPS e Amaisc). Em 2000, 2001 e 2004 foram oferecidos cursos básicos, dos quais os monitores já credenciados no ano anterior eram dispensados; a partir de 2005 estes últimos passam a contar com uma modalidade obrigatória (denominada *complementar*, em 2005 e *reciclagem*, em 2006). Em 2007 organizou-se somente um curso e os monitores antigos, reunidos em um grupo intitulado de *alunos especiais*, participaram somente das aulas práticas e das avaliações.

O planejamento anual dos cursos tem seguido a seguinte rotina: análise das avaliações feitas por alunos e professores do ano anterior, seguida por consulta a profissionais de áreas afins e análise da conduta observada na equipe em campo. Este processo definiu um aumento da carga horária, de 54 horas em 2000 para 85 em 2007, e do número de disciplinas oferecidas, 10 em 2000 para 36 em 2007, duas sendo visitas técnicas. As disciplinas diretamente ligadas à ilha do Campeche passaram a contar com mais horas dedicadas a aulas práticas, o que se revelou de extrema importância. A aplicação de diferentes técnicas de ensino mostrou-se muito produtiva (Fig. 82, 83, 84 e 85).

A divulgação é dirigida às comunidades próximas e às Associações envolvidas. Percebeu-se que, ao incentivar a participação de todos os envolvidos, minimizou-se os conflitos entre Acompeche e Amaisc.

¹⁷ Curso de 2000: programa elaborado em conjunto com Prof. Márcio Soldateli (Laboratório Experimental de Ecoturismo e Meio Ambiente da UNIVALI/ São José). Apoio dado à coordenação pela Arqueóloga Fabiana Comerlato, financiamento por UNIVALI e Iphan.
Curso de 2001: apoio da Bióloga Cláudia Regina dos Santos, então técnica do Ministério Público Federal, financiamento da Bontur Turismo através de TAC.
A partir de 2004 os cursos são custeados pelo Iphan e coordenados somente pela autora.



FIGURAS 82 – Aula teórica

Fonte: Cintia Chamas (07/10/2006)



FIGURAS 83 – Aula prática na ilha do Campeche

Fonte: Cintia Chamas (10/11/2007)



FIGURAS 84 – Instruções de primeiros socorros

Fonte: Cintia Chamas (13/10/2007)



FIGURAS 85 – Apresentação de trabalho de grupo: maquete da ilha do Campeche

Fonte: Cintia Chamas (06/10/2007)

Nos primeiros cursos o número de vagas era limitado. Porém, ao se constatar o grande número de desistências no decorrer do aprendizado, transferiu-se a seleção para o término, passando esta a ter a função de definir a equipe a ser incorporada no processo de visitação e não apenas a de atestar a capacitação do aluno para participação no curso.

Em 2006 e 2007 passou-se a aceitar pessoas da comunidade que não tinham interesse em participar da visitação na ilha do Campeche. O fato deve-se ao despertar da consciência da importância do curso, como transmissão de conhecimentos sobre patrimônio cultural e meio ambiente e, em especial, sobre a ilha do Campeche. Extrapolando a qualificação da equipe, o treinamento passou a ser considerado como instrumento de educação ambiental e patrimonial pela e para a comunidade.

No primeiro curso houve controle de frequência e não eram atribuídas notas às avaliações que os professores fizeram dos alunos. A partir do segundo as avaliações passaram a ter nota e definida a média mínima de sete, numa escala de zero a dez.

As atividades acontecem nos finais de semana e feriados e duram em torno de dois meses. Este período é importante para a socialização do grupo e para conhecimento, pela coordenação, do perfil dos potenciais monitores.

Comerlato (2002, p.39) apresenta o seguinte depoimento: “O trabalho de jovens capacitados para proteger, valorizar e conduzir os milhares de visitantes da ilha do Campeche torna-se um dos caminhos para que a própria comunidade participe da conservação deste patrimônio.”

4.3.5.4 Quantificando a visitação

A visitação significativa ocorre entre dezembro e abril, sendo que, de maio a novembro há um desaquecimento de todas as atividades: os restaurantes fecham e os pescadores retornam à atividade de pesca, necessitando-se de pré-agendamento para as visitas. Com exceção das férias em julho e alguns feriados, a visitação é numericamente insignificante.

Em Chamas (2005) são apresentados os resultados de levantamentos da quantidade de desembarques de visitantes, ocorridos entre o final de dezembro de 2004 e meados de março de 2005 (Fig. 86 e 87), indicando o período entre o Natal e o final de fevereiro como mais significativo em termos de visitação. Pode-se observar que há razoável variação nas quantidades diárias, fato decorrente da temperatura e das condições de navegação, esta última responsável pelos dias sem visitação.

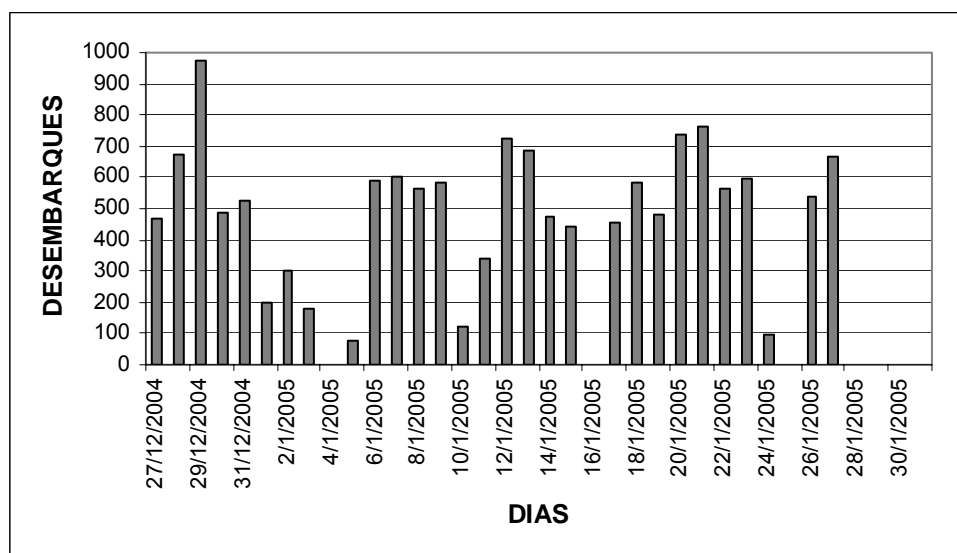


FIGURA 86 – Desembarques diários de visitantes entre 27/12/2004 e 31/01/2005

Fonte: CHAMAS (2005), modificado

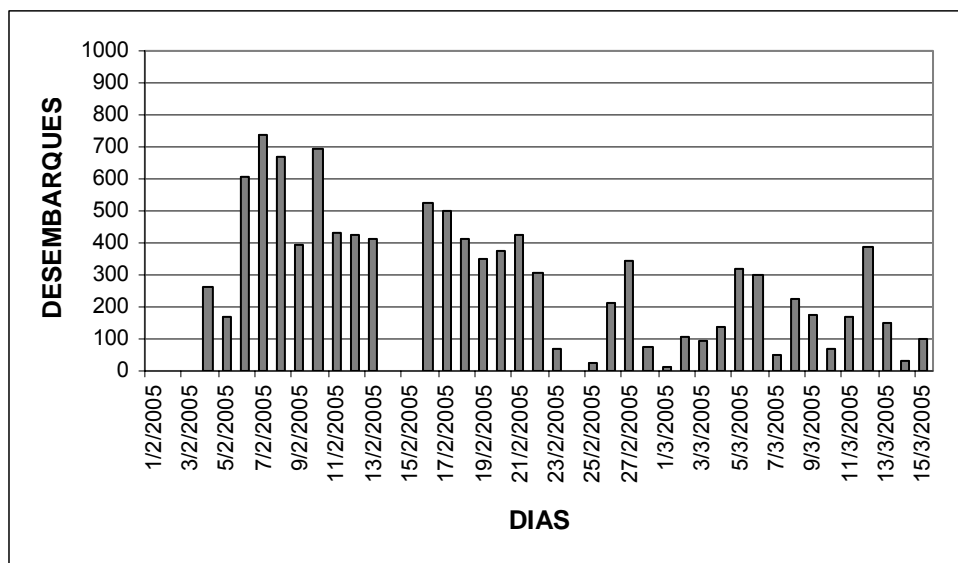


FIGURA 87 – Desembarques diários de visitantes entre 01/02/2005 e 15/03/2005

Fonte: CHAMAS (2005), modificado

No verão seguinte os dados foram levantados entre o início de dezembro de 2005 e meados de março de 2006¹⁸, igualmente indicando maior concentração nos meses de janeiro e fevereiro (Fig. 88), que, juntos, totalizam 19.898 desembarques (Fig. 89).

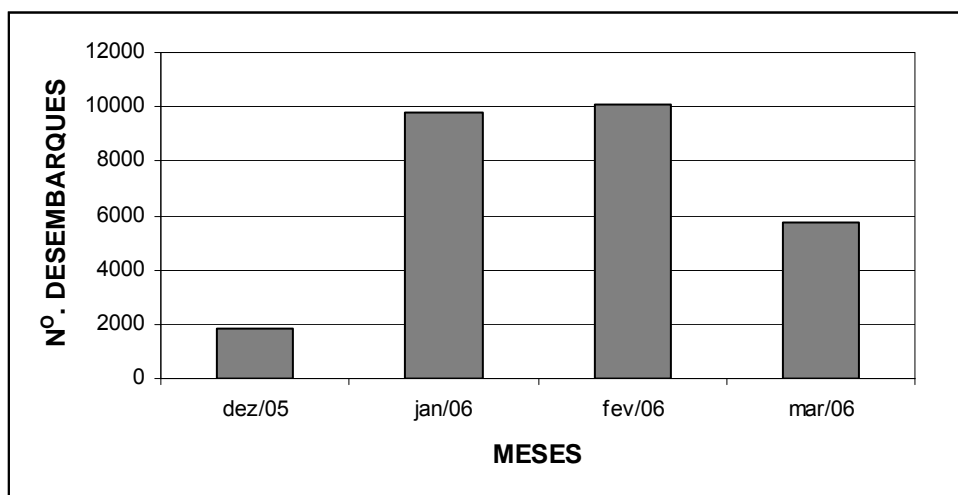


FIGURA 88 – Desembarques mensais de dez/2005 a mar/2006

¹⁸ Visitação e Uso da Ilha do Campeche - Desembarques - dezembro/2006 a fevereiro/2007. Relatório. Florianópolis: 11^a. SR/ Iphan/SC. 11p.

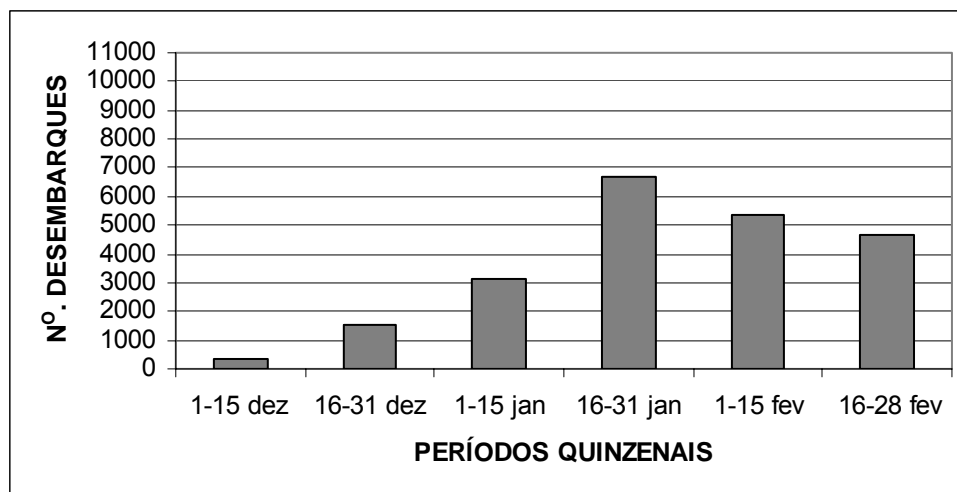


FIGURA 89 – Desembarques quinzenais entre dez/2005 e fev/2006

Para o verão 2006/07 os dados indicam considerável incremento, tendo havido um total de 28.065 desembarques nos meses de janeiro e fevereiro de 2007 (Fig. 90). Sabe-se que a demanda turística tem aumentado, porém houve também contribuição decorrente do aperfeiçoamento no sistema de coleta de informações, o que minimiza a perda de dados de desembarques.

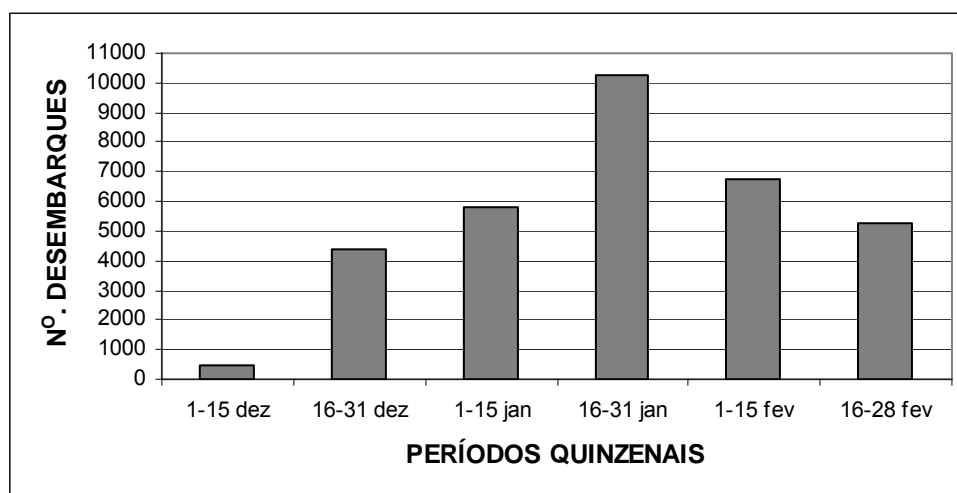


FIGURA 90 – Desembarques quinzenais entre dez/2006 e fev/2007

Consultando os dados levantados para monitoramento da visitação pelo Iphan, observa-se que a opção de passeio nas trilhas somente é feita por uma parcela dos visitantes, ficando a maior parte na área da praia e do mar. Pode-se notar também a maior

procura por trilhas terrestres, explicada pela maior oferta de percursos, menor custo e natural aptidão ao meio (Tab. 5).

TABELA 5 – Análise comparativa entre desembarques e visitas às trilhas

Mês	Desembarques quant.	Visitas às trilhas					
		Terrestres		Subaquáticas		Total	
		quant.	%	quant.	%	quant.	%
Janeiro/ 05	11.363	2.365	20,81	486	4,28	2.851	25,09
Fevereiro/ 05	8.422	1.631	19,37	297	3,53	1.928	22,89
total	19.785	3.996	40,18	783	7,81	4.779	47,98
Janeiro/ 06	9.821	2.842	28,94	513	5,22	3.355	34,16
Fevereiro/ 06	10.077	1.275	12,65	276	2,74	1.551	15,39
total	19.898	4.117	41,59	789	7,96	4.906	49,55
Janeiro/ 07	16.062	3.001	18,68	400	2,49	3.401	21,17
Fevereiro/ 07	12.003	2.089	17,40	276	2,30	2.365	19,70
total	28.065	5.090	36,08	676	4,79	5.766	40,87

Há dois tipos de permanência para os visitantes: algumas horas do dia e pernoite, esta última exclusivamente para os ocupantes representados pelos sócios e convidados da Acompeche. O número diário desses sócios, apesar de inferior aos dos outros visitantes, representa um impacto diferenciado por pernoitarem. Até o verão de 2004 ainda era permitido acampamento e os ocupantes extrapolavam a disponibilidade de leitos, utilizando parte da área da praia, acampados. A área da Pioneira da Costa também era utilizada para montagem de barracas.

4.3.5.5 Relatórios

Os relatórios são importante fonte de dados para um completo diagnóstico da ilha do Campeche. Feitos em distintas datas por diferentes pessoas, possibilitam uma leitura do problema de forma abrangente e impessoal.

A síntese dos relatórios compõe o Apêndice C, construído seguindo o critério de desconsiderar fatos isolados (p.ex., em 31/01/07 turistas foram desrespeitosos com monitores e tentaram entrar na trilha sem autorização). Porém, se o fato implica em questão de segurança / proteção, foi incluído mesmo sendo único (p.ex. em 27/02/07 houve início de afogamento de visitante). Em resumo, a listagem considera as informações genéricas e que significam impacto no ambiente.

Os dados levantados foram agrupados por agentes (Acompeche, Pioneira, Restaurante, etc) ou em “visitação”. Outros, mais genéricos foram agrupados sob o título “ações antrópicas” e “meio ambiente” por não ser possível definir um único agente.

Os documentos de 1998 atestam a necessidade de uma intervenção governamental em função da constatação de atividades e ações impróprias à fragilidade ambiental e patrimonial.

Em 2000 há referências quantitativas de geração de recursos financeiros sem indicação de reinvestimento em prol da conservação da Ilha.

No ano de 2001 realizou-se a tentativa de implementar a gestão participativa sendo, portanto, um importante diagnóstico por representar a leitura feita pelos principais agentes. No mesmo ano, um relatório da Amaisc apresenta os primeiros sinais de reação à intervenção governamental, em função da interrupção do regime de total liberdade.

A partir de 2002 os relatórios se revestem de uma postura imparcial, pois são elaborados por técnicos e não por agentes, e traduzem uma grande preocupação com as agressões ao ambiente e ao patrimônio. São importantes documentos, pois relatam em detalhes, situações impróprias, respaldando a tomada de decisões e medidas de precaução que passam a fazer parte dos TACs e das ações dos órgãos governamentais.

4.4 PROTEÇÃO LEGAL

Toda a Ilha foi tombada como Patrimônio Nacional Arqueológico e Paisagístico em 18 de julho de 2000, através da Portaria nº. 270 do Ministro de Estado da Cultura, publicada no Diário Oficial em 19 de julho de 2000 (BRASIL, 2000). A figura jurídica do tombamento, instituída pelo Decreto-lei nº 25/37 (BRASIL, 1937), dispõe sobre a proteção do patrimônio nacional atestando o reconhecimento da excepcionalidade de um bem. Isto significa uma proteção específica considerando a legislação existente de proteção ao patrimônio arqueológico, ou seja, a Lei nº. 3.924/61 (BRASIL, 1961) e o conjunto que rege o licenciamento de intervenções em áreas de sítios arqueológicos.

A Lei nº. 3.924/61 dispõe sobre os “monumentos arqueológicos e pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram que ficam sob guarda e proteção do Poder Público” qualificando a destruição e a mutilação dos monumentos como crime contra o Patrimônio Nacional, definindo critérios para autorização de escavações arqueológicas e respectivos procedimentos.

Para licenciamento envolvendo sítios arqueológicos, pode-se contar com a salvaguarda propiciada pelas seguintes regulamentações (BASTOS & TEIXEIRA, 2005):

- Resolução Conama¹⁹ n° 001, de 23 de janeiro de 1986, que na definição das questões relativas a impactos ambientais atende “as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente” (art. 1º.) e contempla, nas Avaliações de Impacto Ambiental, os “sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade...” (art. 6º.);
- Portaria Sphan²⁰ n° 07, de 01 de dezembro de 1988 (BRASIL, 1988), regulamenta a proteção e o controle das pesquisas arqueológicas, complementando a lei n° 3.924/61;
- Portaria Iphan n° 230, de 17 de dezembro de 2002, discrimina e organiza todos os procedimentos necessários para concessão de licença a empreendimentos potencialmente danosos ao patrimônio arqueológico;
- Portaria Interministerial n° 69, de 23 de janeiro de 1989, entre os Ministérios da Marinha e da Cultura, define as normas sobre a “pesquisa, exploração, remoção, demolição de coisas ou bens de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob a jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos, e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar”;

No âmbito municipal toda a ilha do Campeche é considerada Área de Preservação Permanente (APP) pela Lei n° 2.193/ 1985 (FLORIANÓPOLIS, 1985) que dispõe sobre o zoneamento e a ocupação do solo nos balneários da ilha de Santa Catarina. O Art. 21, em seu item V, define praias, costões, promontórios, tómbolos, restingas e ilhas como áreas de preservação permanente por serem “necessárias à preservação dos recursos e das paisagens naturais, à salvaguarda do equilíbrio ecológico”.

Também protegida pela legislação ambiental, com especial destaque para a Lei de Crimes Ambientais, lei n° 9.605/ 98 que “dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente”, e contempla em seus artigos 62, 63, 64 e 65 a proteção ao Patrimônio Cultural definindo penas aos infratores (BRASIL, 1998).

A proteção definida pela Lei n° 4.771/ 1965 (BRASIL, 1965) que institui o Código Florestal foi analisada por Mazzer (2001), que mapeou as Áreas de Preservação Permanente (Fig. 91).

O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro instituído pela Lei n° 7.661/ 88 (BRASIL, 1988) prevê, em seu artigo terceiro, o zoneamento de usos e atividades da zona costeira priorizando a conservação e proteção com destaque para:

¹⁹ Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) é vinculado ao Ministério do Meio Ambiente

²⁰ O Iphan foi criado em 1937 sob a designação de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan)

I - recursos naturais, renováveis e não renováveis; recifes, parcéis e bancos de algas; ilhas costeiras e oceânicas; sistemas fluviais, estuarinos e lagunares, baías e enseadas; praias; promontórios, costões e grutas marinhas; restingas e dunas; florestas litorâneas, manguezais e pradarias submersas;

II - sítios ecológicos de relevância cultural e demais unidades naturais de preservação permanente;

III - monumentos que integrem o patrimônio natural, histórico, paleontológico, espeleológico, étnico, cultural e paisagístico.

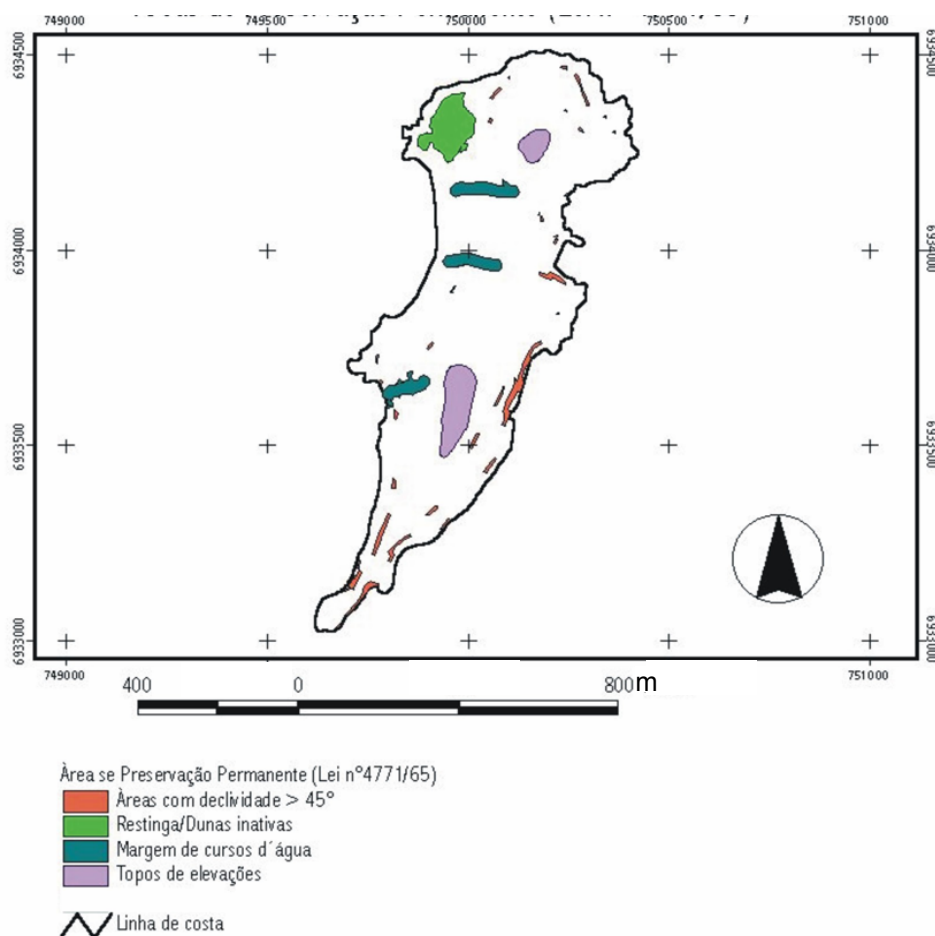


FIGURA 91- Áreas de Preservação Permanente da ilha do Campeche, (segundo a lei 4771/ 1965)

Fonte: MAZZER (2001, p.215)

A ilha do Campeche está atendida nos três incisos, pela condição geográfica, ilha, e pelo patrimônio cultural. Esta lei foi regulamentada pelo Decreto 5.300/ 2004 (BRASIL, 2004) que além de dispor sobre regras para uso e ocupação da zona costeira, estabelece critérios de gestão da orla marítima.

O Plano de Manejo da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo, aprovado pela Portaria Ibama nº. 81-N de 10 de setembro de 2004, estabelece uma Zona de

Amortecimento com área total de 850 mil hectares, definidos por uma poligonal irregular de 50 km do entorno dos limites da reserva limitando ao sul com a Ponta das Campanhas e incluindo a ilha do Campeche (BRASIL, 2004). A categoria Zona de Amortecimento está prevista no artigo 2º. inciso XVIII da Lei 9985/2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, 2000) sendo definida como “o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade”. No caso desta UC a Zona de Amortecimento destina-se a regular as atividades de prospecção e exploração de hidrocarbonetos (petróleo e gás) (BRASIL, 2004).

CAPÍTULO 5 – APLICAÇÃO DA METODOLOGIA GIWA E DISCUSSÃO

Após o levantamento de dados, foi iniciada a aplicação da metodologia escolhida para entendimento das questões referentes ao objeto de estudo. Os procedimentos seguiram os passos descritos no capítulo 3, com a atenção centrada em minimizar a importância dos diagnósticos e propostas vivenciados como funcionária do Iphan.

A fundamentação para esta etapa encontra-se na caracterização e histórico da área de estudo (item 4.1, 4.2 e ANEXOS), nos processos de gestão (item 4.3 e APÊNDICES) e na explanação da proteção legal existente (item 4.4).

5.1 SELEÇÃO E PRIORIZAÇÃO

A área de estudo selecionada é a **ilha do Campeche**, compreendendo a porção **emersa** e seu **entorno marinho imediato**.

O processo de análise inicia-se com a identificação preliminar dos aspectos Ambientais e problemas ambientais e impactos associados prioritários a partir de listagem apresentada pela Metodologia Giwa (Tab. 6).

TABELA 6 – Avaliação dos impactos ambientais nos problemas principais

ASPECTOS AMBIENTAIS	PONTOS	PESO %	PROBLEMAS AMBIENTAIS	MÉDIA PONDERADA
1 – Modificação de vazão (águas superficiais)	0	0	I – Escassez de água	1,00
2 – Poluição das fontes de abastecimento	1	60		
3 – Mudança no nível freático	1	40		
4 – Poluição microbiológica	1	60	II – Poluição	1,00
5 – Esgotos (carga orgânica, nutrientes)	1	20		
6 – Poluição química (orgânicos persistentes, metais, etc.)	1	10		
7 – Sólidos em suspensão	0	0		
8 – Resíduos sólidos	1	5		
9 – Poluição térmica	0	0		
10 – Radionuclídeos	0	0		
11 – Vazamentos (derrames de óleo)	1	5		
12 – Perda de ecossistemas	1	30	III – Modificação <i>habitat</i> e comunidades	1,70
13 – Modificação de ecossistemas ou ecótonos, incluindo estrutura de comunidades e/ou composição de espécies	2	70		
14 – Sobrepesca	2	45	V – Exploração não sustentável de recursos pesqueiros	1,90
15 – Captura acidental e descarte excessivos	1	10		
16 – Práticas de pesca predatória	2	45		
17 – Redução de viabilidade dos estoques devido à poluição e doenças	0	0		
18 – Impacto na diversidade biológica/genética	0	0		
19 – Mudanças no ciclo hidrológico	0	0	V – Mudanças globais	0
20 – Mudanças no nível do mar	0	0		
21- Aumento na radiação UV-b devido à destruição da camada de ozônio	0	0		
22 – Mudanças na função do oceano como fonte e sumidouro de CO ₂	0	0		

A pontuação (coluna 2) segue as indicações fornecidas em planilhas de Giwa (2001, p.20-31) que apresentam os critérios de pontuação para cada um dos impactos ambientais referentes aos cinco Problemas Ambientais avaliados na tabela 6. O intervalo definido para pontuação foi definido entre zero e três, sendo:

0 = sem impacto conhecido;

1 = impacto baixo;

2 = impacto moderado e

3 = impacto severo.

A seguir é apresentada uma breve justificativa de cada escore (a numeração das linhas abaixo corresponde à das linhas da tabela):

1- Não há informações sobre alteração de vazão dos corpos d'água;

2- Embora não haja monitoramento, a localização das fossas é um indício de existência de contaminação. A água captada por ponteira é salobra e de qualidade inferior àquela anteriormente coletada nos poços;

3- Houve abandono de poço de captação e passou-se a fazer uso de ponteiras. Embora este fato possa ter sido motivado por insuficiência quantitativa, pode também ser indicador de rebaixamento do lençol freático;

4- Não são conhecidas avaliações ambientais anteriores à instalação do sistema de fossas. Porém a implantação na planície da praia induz a uma alta probabilidade de contaminação do lençol freático;

5- Já houve extravazamento de fossas em diferentes ocasiões e há que se considerar o acúmulo de nitratos oriundos de urina humana;

6- Não há controle quanto ao uso de detergentes e outros produtos de limpeza;

7- Inexistente;

8- É visível o descarte de lixo tanto na porção emersa quanto na área marinha;

9- Inexistente;

10- Inexistente;

11- Embora seja comum a ocorrência de vazamentos de óleo de embarcações, não há dados disponíveis que justifiquem uma pontuação coerente com seu poder de alteração ambiental;

12- Houve fragmentação do ecossistema restinga devido a ocupação humana na área da planície da praia;

13- Há indícios de alterações estruturais na composição de fauna e flora por introdução e manejo;

14- A pesca industrial, e também a artesanal, são realizadas sem considerar a possibilidade de esgotamento dos recursos pesqueiros. Há indícios de exploração predatória;

15- Há informações sobre capturas acidentais e descartes;

16- A permissividade da legislação de pesca quanto ao uso de artefatos e a mecanização são incompatíveis com a conservação dos *habitats* marinhos. Há pesca de arrastão em várias áreas pelo menos até 10 vezes ao ano, além disso é sabido que a pesca industrial exerce significativo impacto;

17- Não há indícios de introdução de espécies estranhas ou “geneticamente modificadas”;

18 – Não há estudos que indiquem este impacto;

19 a 22- Não há evidências considerando o escopo deste estudo.

Os pesos foram atribuídos considerando-se a severidade do aspecto no sistema.

Assim, para o Problema Escassez de água, enfatizou-se a gravidade de existência de potencial contaminação das fontes de abastecimento.

Para o Problema Poluição, a importância do aspecto poluição microbiológica suplanta os eventuais extravazamentos de fossas. Estes, por sua vez, apresentam maior dificuldade de controle do que o lixo sólido, que pode ser removido sem deixar resíduos. E o potencial vazamento de óleo de embarcações, apesar de não comprovado, foi ponderado em função de sua conhecida capacidade de degradação de ambientes marinhos.

Quanto a Modificação *habitat* e comunidades, a remoção parcial da restinga representa uma grande perda para o sistema, porém sendo passível de recuperação. O mesmo não pode ser afirmado quanto a introdução de espécies exóticas pois além da inequívoca alteração ocasionada no sistema, possivelmente foi responsável por extinção de espécies.

E, para a Exploração não sustentável de recursos marinhos, tanto a sobrepesca quanto o uso de práticas predatórias concorrem de forma equivalente para o comprometimento da biodiversidade. Já a captura acidental e os possíveis descartes, por sua frequência, são problemas menores a serem tratados.

Os resultados (médias ponderadas) indicam o mesmo valor para os problemas Escassez de Água e Poluição. E os problemas Modificação de *habitats* e exploração não sustentável de recursos pesqueiros tiveram valoração superior.

Para a definição da pontuação, a metodologia indica avaliações individuais de especialistas de uma equipe multidisciplinar. Apesar do presente exercício de Análise da Cadeia Causal ter sido conduzido individualmente, optou-se pela pontuação e ponderação na avaliação dos impactos ambientais (Tabela 6). O mesmo procedimento ocorrerá na Análise das Opções Políticas (item 5.3).

A metodologia prevê a indicação dos impactos sócio-econômicos que serão apresentados no item a seguir.

5.2 ANÁLISE DA CADEIA CAUSAL

No processo de construção da Cadeia Causal são previstas várias versões, incluindo melhorias sucessivas através de revisões (Marques, 2002, p.12). Pode-se dizer que somente ao elaborar a cadeia, a autora pôde alcançar o real significado desta citação, diante das tantas versões que se sucediam, da percepção da necessidade de aprofundar certos pontos antes aparentemente esclarecidos, da visualização de incorreções em função de discussões, enfim, dos inúmeros retrocessos e avanços havidos.

Conforme já definido no item anterior (Seleção e Priorização) são quatro os problemas principais da Ilha do Campeche: I- **escassez de água**, II- **poluição**, III- **modificação de habitats e comunidades terrestres** e IV- **exploração não sustentável de recursos marinhos**. Este estudo considera que o primeiro e o terceiro referem-se ao ambiente terrestre, o quarto ao marinho e o segundo a ambos. A opção de restrição do terceiro à porção emersa fundamenta-se na falta de avaliações e indicadores de possíveis impactos no entorno marinho. Porém, as atividades ocorrentes são analisadas no item 4.

Para construção das Análises da Cadeia Causal que serão apresentadas, houve consulta às listagens oferecidas pela bibliografia disponível (GIWA, 2001, 2002; MARQUES, 2002) que são expressas nos organogramas em itálico.

O recorte temporal feito alcança o início do século XX e segue até o ano de 2007, ficando assim excluído o período da indústria baleeira que, apesar de implicar em grande alteração de uso, já não mais apresenta repercussões significativas atualmente no local.

Quanto às Atividades Setoriais, foram identificados dois setores da economia: **turismo e pesca**. Estes, por sua vez, podem ser associados a três classes de agentes, a saber, os ocupantes anteriores, os ocupantes atuais e os externos que são:

- **AOP** - ocupantes até 1950, isto é, os pescadores artesanais que lá instalaram ranchos e cultivo,

- **AO** - ocupantes a partir de 1950, isto é, Acompeche, Pioneira e todos serviços e associados a estes relacionados e

- **AE** - usuários externos atuais, ou seja, visitantes, transportadores, pescadores etc.

As Atividades Setoriais identificadas podem ser resultado da ação tanto do agente construtor, responsável pela implementação, quanto do agente usuário atual, que, eventualmente, podem não ser coincidentes. Por exemplo, os restaurantes, foram implementados por ocupantes e deles fazem uso os visitantes externos. Importante notar que ambos, AO e AE, exercem as duas atividades (turismo e pesca). Em termos de turismo diferem, principalmente, no tempo de uso, pois os visitantes externos permanecem na Ilha por volta de três horas e os ocupantes (associados e funcionários) pernoitam, provocando um impacto diferenciado.

5.2.1 Escassez de água

A figura 92 apresenta a ACC aplicada à *Escassez de Água*, que é aqui analisada em função de duas formas de captação lá existentes, poços e ponteiras.

A pesquisa realizada (entrevistas no ANEXO B) indicou a escavação de três poços em períodos diferentes, que forneciam água de boa qualidade, todos em desuso atualmente. Em uma primeira análise, optou-se pela hipótese de redução da vazão da nascente ser o motivo do abandono.

Segundo Scheibe (com. pess., 2007), alterações na vazão dos poços tem como causa a super-exploração do recurso além de mudanças no regime hídrico (precipitações), ou intervenções no meio ambiente, como a supressão da vegetação, erosão ou compactação do solo. Não tendo sido identificada qualquer ação passada que resultasse em alguma das três possibilidades, a hipótese mais provável para a necessidade de substituição e conseqüente abandono dos poços referidos seria, portanto, o aumento da demanda e, conseqüentemente, do bombeio excessivo em função da quantidade maior de ocupantes (Acompeche) e de visitantes externos.

Não foi comprovada alteração de vazão nos cursos d'água. Estes foram identificados por Mazzer (2001) como intermitentes e atestados pelo testemunho de antigo usuário: "Os rios não mudaram, quando chove corre" (ANEXO B, p. 168-169). Diante do exposto, não podendo ser constatadas alterações no regime hídrico, pela falta de dados, optou-se pelo termo *possibilidade* quanto à redução de vazão de nascente na identificação de Aspectos Ambientais da figura 92.

Quanto ao lençol freático, indica-se probabilidade de alteração de nível em função dos procedimentos empíricos utilizados, há décadas, para a instalação de ponteiras. Não há qualquer verificação da situação do lençol freático, tampouco monitoramento de sua utilização. Considera-se como agravante a construção de ponteiras na planície da praia em área coincidente com a restinga removida.

Devido a falta de critérios técnicos para implementação das ponteiras, há razoável possibilidade de haver contaminação pelas fossas que foram construídas na mesma área.

De qualquer forma houve *modificação de qualidade de água utilizada* (aspecto ambiental identificado), pois a água dos poços era doce e límpida e a das ponteiras é de qualidade inferior, salobra.

Os relatórios de visitação indicam que nos dias de intensa visitação há necessidade de que a bomba permaneça ligada em tempo integral para o uso dos banheiros (BRASIL, IPHAN, 2007). Embora situações como esta sejam preocupantes, não há dados que propiciem uma avaliação do impacto que o uso atual exerce no lençol freático, pois são desconhecidas as possibilidades de recarga do aqüífero.

5.2.2 Poluição

Ao analisar o quadro da poluição (Fig. 93), evidencia-se o impacto ambiental por contaminação superficial e do subsolo, causada por poluição microbiológica, esgotos, resíduos sólidos e vazamentos.

O diagnóstico indica a instalação de fossas em área não permitida pela legislação ambiental e a inadequabilidade deste sistema explicitada pelos extravazamentos havidos (Fig. 80 e 81).

Além disso, não há qualquer preocupação quanto ao uso de detergentes e produtos similares que, opcionalmente, podem ser encontrados no mercado em linhas biodegradáveis. Não menos preocupante é a falta de controle dos nitratos originados de urina, na medida em que as fossas foram construídas sem estudo prévio ou planejamento para suas locações. Na mesma área da planície da praia foram implementadas as ponteiros para captação de água, sem avaliação técnica para locação. Pode-se supor que o lençol freático esteja sendo contaminado com índices superiores aos valores máximos permitidos pela legislação em vigor. A Portaria do Ministério da Saúde nº. 518/ 2004 indica o nitrato em uma lista das substâncias químicas que representam riscos para a saúde e define seu padrão de potabilidade em 10 mg/l (BRASIL, 2004).

No caso específico da ilha do Campeche há o agravante de potencial contaminação dos sítios arqueológicos subsuperficiais da planície da praia.

Estes fatos evidenciam a necessidade de criação de um sistema de saneamento adequado para a ilha.

O descarte de *Resíduos Sólidos* é facilmente mensurável na área terrestre e tem diminuído com as ações de educação e organização orientadas pelos órgãos públicos. Foram reduzidos também os descartes feitos das embarcações comerciais, sendo que todas as escunas possuem coletores de lixo e, da mesma forma, seis das 23 embarcações da APAAPS atualmente utilizadas no transporte de turistas.

O aspecto ambiental *Vazamento* identificado para as embarcações, embora conhecido, não pode ter suas conseqüências mensuradas sem que se inicie um monitoramento do ecossistema.

5.2.3 Modificação de *habitats* e de comunidades terrestres

Na área terrestre, atualmente, as modificações impactam o patrimônio cultural (sítios arqueológicos) e o natural e são geradas pela atividade turística (Fig. 94).

O quadro abrange inúmeras ações e atividades danosas ao longo do tempo, que resultam de falta de planejamento, de monitoramento e de atendimento à legislação.

O processo de ocupação humana até o final da primeira metade do século XX removeu a vegetação de algumas áreas (parte central da fachada oeste, noroeste e

nordeste) para plantio. Na segunda metade do mesmo século, alterando-se o grupo principal de ocupação, cessou o plantio, permitindo a regeneração natural das encostas. Na planície da praia ocorreu a situação inversa, com a substituição da formação vegetal existente, provavelmente restinga, por espécies exóticas frutíferas e ornamentais. Reis (1998) indica a necessidade de instalação de um processo de substituição da vegetação exótica para a “recuperação gradual da paisagem original”.

Esta modalidade de ocupação iniciada a partir de meados do século XX, não considera a legislação ambiental e a proteção ao patrimônio cultural. Ocorre em área coincidente com os sítios arqueológicos subsuperficiais (sítios de habitação), exercendo impacto direto e irreversível sobre eles. Além das edificações e constantes alterações da topografia, conta com várias fossas e sumidouros significando intervenções também no subsolo.

Para a questão específica de *introdução de espécies* há manifestações da comunidade científica destacando, na atual composição vegetal da Ilha, algumas exóticas invasoras (item 4.2.1.4). São feitas também menções sobre as alterações causadas pelos animais introduzidos. O quati, em especial, significou grande impacto sobre a fauna (item 4.2.1.4) e, mais recentemente, vem apresentando problemas para a visitação. Há vários registros de alimentos e até bolsas carregadas por quatis e ataques a pessoas que portavam alimentos (BRASIL, IPHAN, 2007; BRASIL, IPHAN, 2006).

Quanto à *insustentabilidade das práticas de exploração*, nota-se que a reorganização incorporada pelos órgãos públicos ainda carece de modificações estruturais.

As interferências na área marinha serão analisadas no item a seguir.

5.2.4 Exploração não sustentável de recursos pesqueiros

Há uma substancial diferença nos relatos sobre atual oferta de pescados e os depoimentos referentes ao início do século XX. O significativo aumento do esforço de pesca indicado por Lima (2007), com o advento de embarcações a motor, há cerca de 40 anos atrás, recebe atualmente um novo catalisador, a pesca industrial, munida de refinada tecnologia e alta produtividade pesqueira.

Desta forma pode-se apresentar os seguintes Aspectos Ambientais visíveis (Fig. 95): *Sobrepesca, Captura Acidental e Descartes Excessivos, e Práticas de Pesca Predatória* gerados por variadas artes de pesca e mecanização, indicadas na Figura 95 como atividades dos Setores pesqueiro e turístico (Causas Setoriais).

Segundo Lima (2007) no entorno da ilha do Campeche a atual atividade pesqueira explora grande variedade de espécies, através de diversos petrechos, durante todo o ano. Isto torna a área suscetível à sobrepesca, fazendo-se necessário o monitoramento da atividade e a avaliação dos recursos marinhos.

Embora não se disponha de dados quantitativos sobre exploração dos recursos marinhos da ilha do Campeche, Schmidt & Lima (2007) identificaram cinco espécies associadas a costões rochosos, listadas em portaria do Ministério do Meio Ambiente: uma ameaçada de extinção, mero (*Epinephelus itajara*) e quatro sobreexploradas, caranha-vermelho (*Lutjanus sp*), garoupa (*Epinephelus marginatus*), cherne (*Epinephelus niveatus*) e cavalo-marinho. Também estão listados cinco macro-invertebrados do infralitoral rochoso: quatro espécies ameaçadas de extinção, ouriço-satélite (*Eucidaris tribuloides*), estrela-vermelha (*Echinaster brasiliensis*), estrela-azul (*Asterina stellifera*), estrela-de-oito-braços (*Coscinasterias tenuispina*) e uma espécie sobreexplorada, a lagosta (*Panulirus sp.*). Entre os peixes não residentes, três figuram como sobreexplorados ou ameaçados: tainha (*Mugil spp*), anchova (*Pomatomus saltatrix*) e corvina (*Micropogonias furnieri*).

Há poucos registros de capturas incidentais de tartaruga marinha em redes na ilha do Campeche, sendo um em 2005 e três em 2006 de tartaruga-verde (*Chelonia mydas*). Porém, o Programa Brasileiro de Conservação das Tartarugas Marinhas (Projeto Tamar) tem conhecimento de ter havido um grande número de ocorrências devido a relatos informais dos pescadores, que admitem não ter o costume de encaminhar as informações (TAMAR-SUL, 2008). Este fato evidencia a carência de um canal de comunicação eficiente entre as instituições e o setor pesqueiro. A eficiência na comunicação garantiria não somente a divulgação das normas, mas, principalmente, o conhecimento da realidade por parte dos pesquisadores e tomadores de decisão.

Pupo (2006), baseado em pesquisa junto a pescadores, indica que a rede que mais captura e mata tartarugas marinhas é a feiticeira.

A colocação de redes feiticeira junto aos costões (BRASIL, IPHAN, 2006; ANEXO B) confronta a Portaria Ibama nº. 143-N/ 1994 que indica em seu artigo terceiro a proibição de “utilização de redes de emalhar fixas (espera e feiticeira) até 50 m ao redor de ilhas e ao largo dos costões do litoral do Estado de Santa Catarina” (BRASIL, 1994).

A mesma Portaria (BRASIL, 1994) é permissiva quanto à caça submarina, sendo claramente uma Causa Raiz de governança.

O entorno da Ilha é comumente utilizado por barcos industriais, que permanecem dias ancorados na baía. Os atuneiros praticam a captura de isca viva, em especial no lado oeste, para pesca industrial de atum em alto mar. Extraem também outros recursos da ilha tais como manjuvas, mariscos e lulas. É comum também a permanência de camaroneiros nos períodos em que não estão pescando em mar aberto (BRASIL, IPHAN, 2006; LIMA, 2007; SCHMIDT & LIMA, 2007b). A permissividade da legislação (causa raiz) inviabiliza a ação da fiscalização.

Os pescadores manifestam preocupação quanto ao impacto que a pesca industrial exerce sobre os recursos marinhos e, conseqüentemente, na atividade pesqueira artesanal.

Esta preocupação justifica-se pela incapacidade de competir com a sofisticação de equipamentos dos pescadores industriais e com a redução da abundância de alimento para os peixes de grande porte (ANEXO B). Esta última, caracterizando-se como uma importante Causa Imediata a ser considerada na gestão governamental da pesca artesanal.

Lima (com. pess., 25 jun. 2007) afirma que durante o verão, normalmente ficam ancorados na baía entre três e 14 embarcações industriais e que exercem impacto ambiental (Causa Imediata) pela ancoragem que interfere no ambiente, pela poluição por óleo e pelo lixo que é normalmente visto no mar e na praia pela manhã. Acrescenta ainda impacto sobre a abundância, exercido pelos atuneiros.

É possível que a concentração de atuneiros na ilha do Campeche (Causa Setorial) tenha aumentado pela proteção dada a outras áreas (Causa Raíz). Wahrlich (1999) supõe que as restrições impostas à frota atuneira na Zona de Transição da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo gere uma concentração de operações na costa oceânica central e sul da Ilha de Santa Catarina.

Assim, pode-se observar que a permissividade da legislação representa um impacto sobre a ilha do Campeche. Esta permissividade, aqui indicada como Causa Raiz, indica a necessidade de uma normatização específica para a ilha do Campeche em relação ao uso de seu entorno marinho.

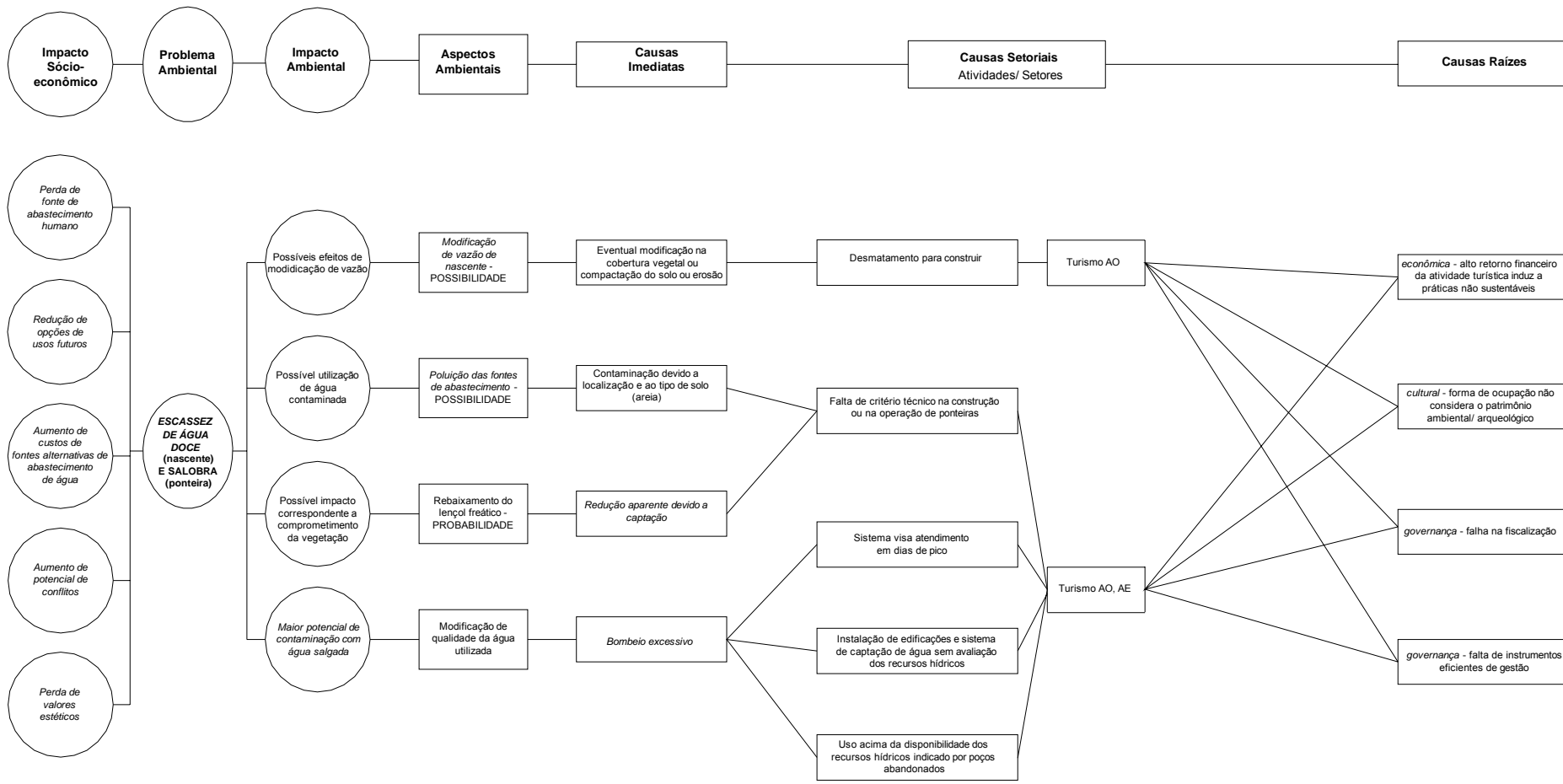


FIGURA 92 - ACC do Problema Ambiental Escassez de Água

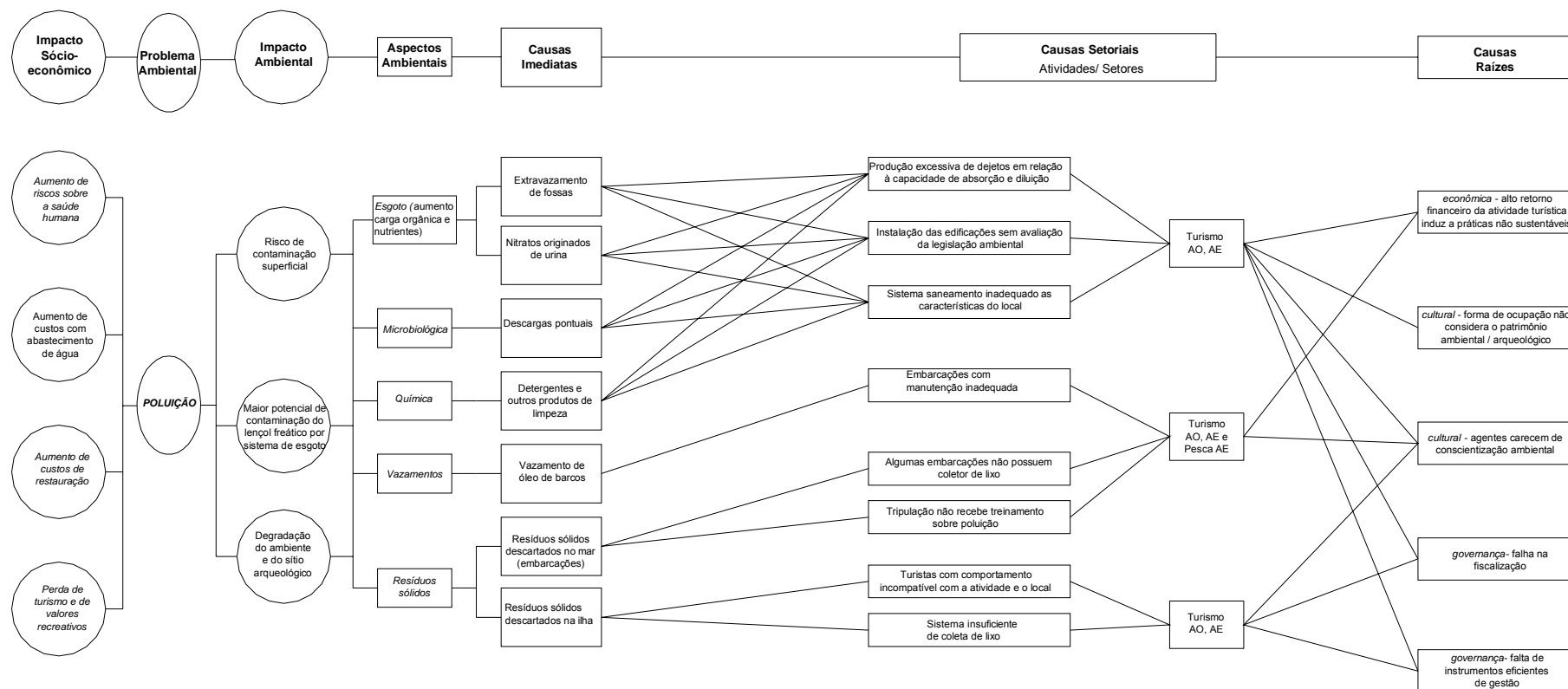


FIGURA 93 - ACC do Problema Ambiental Poluição

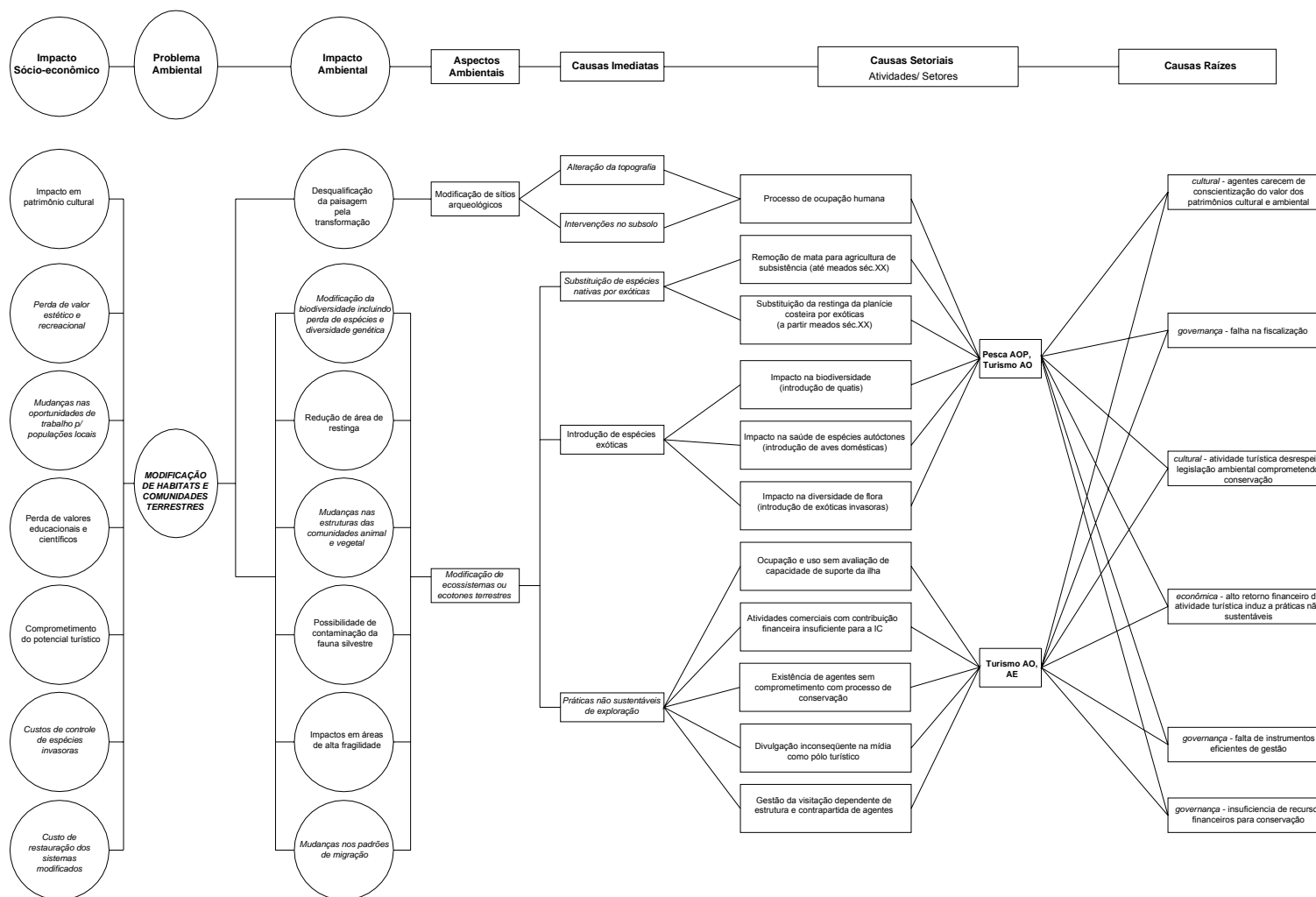


FIGURA 94 - ACC do Problema Ambiental Modificação de *Habitats* e de Comunidades Terrestres

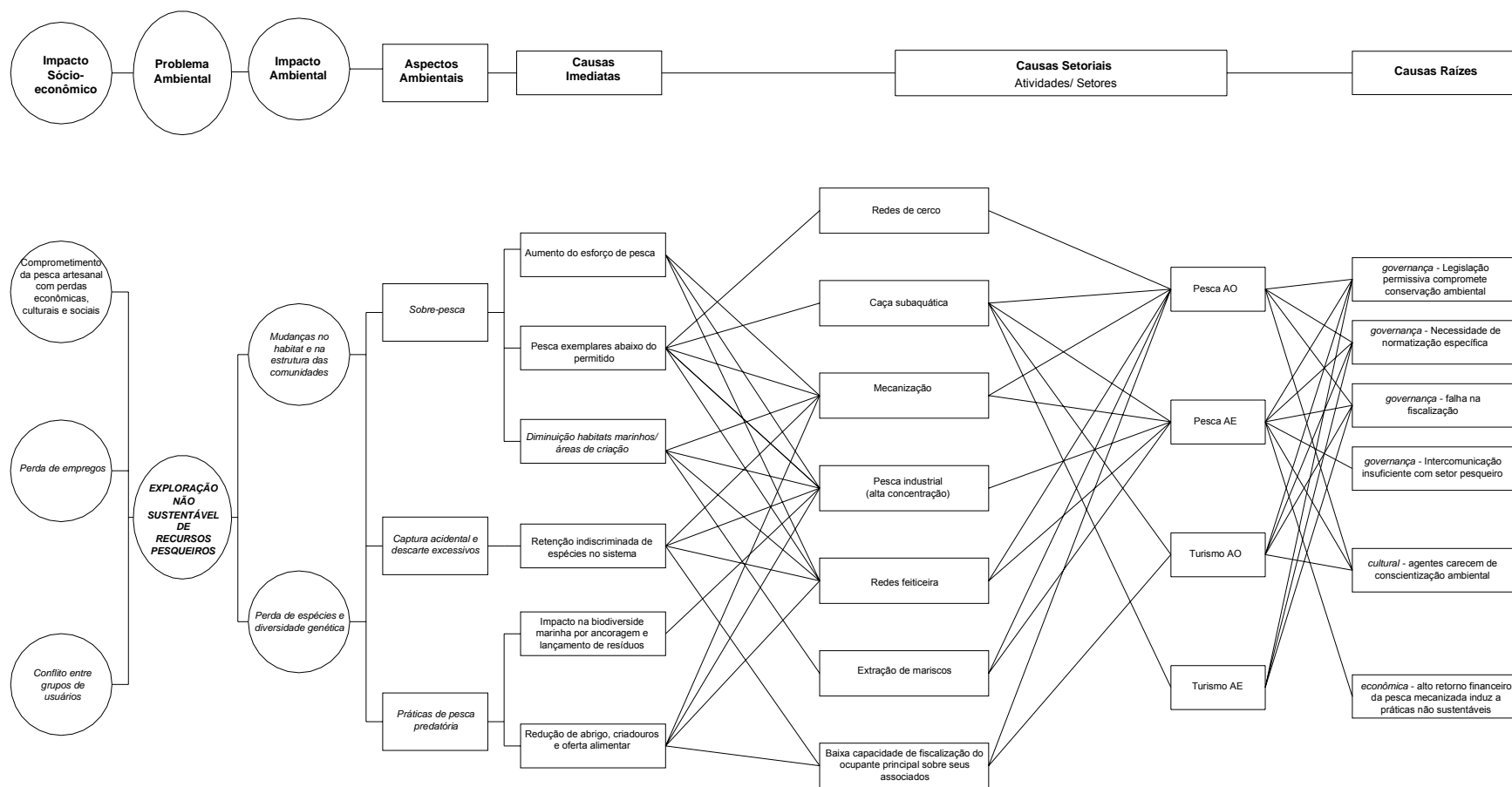


FIGURA 95 - ACC do Problema Ambiental Exploração Não Sustentável de Recursos Pesqueiros

5.2.5 Causas Raízes

A análise dos quatro Problemas Ambientais indicou Causas Raízes coincidentes, totalizando nove e aqui agrupadas em três: cultural, econômica e governança. Observe-se que as causas culturais, associadas às econômicas, fazem necessárias ações de governança.

O quadro a seguir (Quadro 2) foi criado para facilitar a análise das Opções Políticas, conforme indicado na Metodologia, para melhor entendimento da susceptibilidade a mudanças políticas.

QUADRO 2 – Suscetibilidade a mudanças políticas das Causas Raízes identificadas

<i>Causas Raízes</i>	Análise das intervenções				
	<i>Possibilidade de controle</i>	<i>Eficiência</i>	<i>Tempo de resposta</i>	<i>Dificuldades</i>	<i>Impactos negativos</i>
CULTURAL					
Agentes carecem de conscientização do valor dos patrimônios cultural e ambiental	alta	média	médio	baixa	nulo
Agentes carecem de conscientização ambiental	alta	média	médio	baixa	nulo
Forma de ocupação não considera o patrimônio ambiental/arqueológico	alta	alta	baixo	média	nulo
Atividade turística desrespeita legislação ambiental comprometendo conservação	média	média	médio	média	nulo
ECONÔMICA					
Alto retorno financeiro da atividade turística induz a práticas não sustentáveis	alta	alta	médio	média	baixo
Alto retorno financeiro da pesca mecanizada induz a práticas não sustentáveis	média	média	alto	alta	médio
GOVERNANÇA					
Falta de instrumentos eficientes de gestão	alta	alta	médio	média	nulo
Falha na fiscalização	média	alta	médio	alta	nulo
Legislação permissiva compromete a conservação ambiental	média	alta	alto	alta	baixo
Necessidade de normatização específica	alta	alta	baixo	baixa	nulo
Intercomunicação insuficiente com setor pesqueiro	média	média	médio	alta	nulo
Insuficiência de recursos financeiros para conservação	média	alta	baixo	média	nulo

5.3 ANÁLISE DAS OPÇÕES POLÍTICAS

Todos os procedimentos da metodologia Giwa realizados até esta etapa embasaram a construção das Cadeias Causais. Para tanto foram explorados os processos que afetam a ilha do Campeche em detalhes possibilitando que sejam analisadas as potenciais opções políticas para solucionar ou minimizar os problemas ambientais.

Para aplicação da Análise das Opções Políticas foi de especial importância a utilização de Bardach (2000) por estabelecer as diretrizes e os detalhamentos de forma minuciosa e didática.

A seguir são detalhadas as etapas do caminho de oito passos indicado na bibliografia (BARDACH, 2000; GIWA, 2002): 1- definir o problema, 2- reunir alguma evidência, 3- construir as opções de política, 4- selecionar o critério de avaliação, 5- projetar os resultados, 6- confrontar as inter-relações, 7- formular as recomendações e 8- apresentar o produto final.

5.3.1. Definir o problema

Como ponto fundamental da metodologia, o problema é o conjunto de alterações promovidas e de impactos em curso sobre o ambiente natural e sobre o patrimônio cultural da ilha do Campeche, um quadro criado devido à quantidade e à forma de atuação dos agentes envolvidos. Entenda-se por agente qualquer pessoa física ou jurídica que faça uso direto ou indireto daquele território.

5.3.2 Reunir evidências

Seguindo o roteiro de Giwa (2006) cabe a esta etapa a reunião das evidências e das informações sobre o contexto ambiental e sócio econômico do problema. Com isso, torna-se possível caracterizar os agentes e respectivos interesses, o respaldo institucional da situação, as competências das autoridades envolvidas e o *status* do ecossistema, bem como os processos significativos para os problemas ambientais identificados.

Assim, separou-se os agentes em três grupos, em função dos diferentes interesses:

- 1- Ocupantes e visitantes – lazer;
- 2- Prestadores de Serviço – lucratividade;
- 3- Governo – conservação.

As ações e relações entre estes grupos possuem as seguintes bases institucionais:

- Inscrição de Ocupação - formalização da ocupação feita pelo SPU;
- Tombamento – proteção especial ao patrimônio cultural instituída pelo Iphan ;
- Termos de Ajustamento de Conduta – estabelecidos pelo MPF desde 2003;
- Legislação de Pesca – fomentada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (Seap/ PR).

Estas bases institucionais contam com o envolvimento de autoridades cujas funções e capacidades estão discriminadas no quadro 3, na página seguinte:

QUADRO 3– Discriminação de funções e capacidades das instituições envolvidas

INSTITUIÇÃO (ESFERA)	FUNÇÃO	CAPACIDADE
Iphan (federal)	Proteger, normatizar e fiscalizar	Limitada pela inexistência de fiscais (só há técnicos) Restrita por não poder multar
MPF (federal)	Mediar e fiscalizar o cumprimento da lei	Restrita por falta de entidade que assuma totalmente a administração
Polícia Ambiental (estadual)	Fiscalizar e autuar	Limitada pela insuficiência de instrumentos legais
Marinha do Brasil (federal)	Fiscalizar a segurança de navegação	Limitada pela pouca disponibilidade de pessoal
Seap (federal)	Fomentar a pesca	Suscetível a pressão de grandes grupos econômicos
SPU (federal)	Administrar o patrimônio imobiliário da União	Limitada pelo déficit de funcionários
Susp (municipal)	Fiscalizar serviços e comércio	Limitada pela falta de interesse em considerar as ilhotas como área municipal. Suscetível a pressão política local.

A matriz formada pelo conjunto de aspectos listados acima é a base para o entendimento dos problemas ambientais da ilha do Campeche.

Os Problemas Ambientais, a saber, 1-escassez de água doce, 2- poluição, 3-modificação de *habitats* terrestres e 4- exploração não sustentável de recursos pesqueiros, estão correlacionados aos três tipos de ecossistemas identificados através de processos indicados no quadro 4 abaixo:

QUADRO 4 – Análise do *status* e dos processos ocorrentes na ilha do Campeche

TIPOS	STATUS	PROCESSOS IMPORTANTES
Terrestre	Frágil	1- uso incompatível com disponibilidade 2- forma de uso degrada ambiente 3- intervenções continuadas degradam ambiente 4- --
Marinho	Frágil	1- --- 2- --- 3- --- 4- forma de uso compromete biodiversidade
Cultural	Frágil e finito	1- --- 2- uso continuado pode comprometer sítio arqueológico (fossas em área de potencial ocorrência) 3- intervenções físicas impactaram o sítio arqueológico 4- ---

Em síntese, ao agrupar os agentes em classes de interesses (lazer, lucratividade e conservação) evidencia-se a desconexão existente. O efeito desta é minimizado pelas competências das bases institucionais (órgãos públicos do quadro 3) que, ao normatizar ou fiscalizar, costuram as relações. Perceba-se porém, que a existência das limitações indicadas no quadro 3, expõem a fragilidade do processo e justificam os impactos negativos listados no quadro 4.

5.3.3 Construir as opções de política

Bardach (2000) sugere que a primeira aproximação do problema seja: “deixemos que as tendências atuais continuem sem alteração”.

No caso em estudo, a estruturação do sistema de proteção vem contando com a gradual interferência de alguns órgãos públicos. Deixar as tendências naturais se manifestarem significa retroceder à situação caótica inicial.

Desconsiderada a proposta de congelamento de ações condutoras, faz-se necessário ressaltar as dificuldades de se implementar uma fiscalização eficiente, o que traz grande fragilidade à gestão. A fragilidade também é visível nos setores administrativo e financeiro, sendo necessário o estabelecimento de nova estrutura organizacional que traga eficiência e fluidez às ações. Uma última característica que reforça o risco potencial da inação é a naturalmente crescente tendência de surgimento de novos agentes em busca de lucratividade e desvinculados dos compromissos que, formal ou culturalmente, vêm permeando os processos.

Parece mais adequado retomar, então, o caminho em busca de soluções para os problemas da ilha do Campeche.

5.3.3.1 Propostas dos agentes

Seguindo com as indicações de Bardach (2000), no quadro 5 é apresentada a discriminação das propostas aparentes ou subliminares dos agentes-políticos-chaves envolvidos:

QUADRO 5 – Relação das propostas de agentes chaves, declaradas ou identificadas

AGENTES CHAVES	PROPOSTAS
ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS (ESFERA)	
Iphan (federal)	Monitorar a conservação do bem tombado Controlar interferências físicas Consolidar a visitação pública Envolver agentes no processo de conservação Construir um sistema com autonomia financeira para a visitação
Marinha do Brasil (federal)	Cuidar exclusivamente de segurança de navegação
MPF (federal)	Viabilizar a conservação através do entendimento entre os agentes
Polícia Ambiental (estadual)	Aguardar que os órgãos gestores criem instrumentos legais para respaldar a fiscalização
Seap (federal)	Fomentar a pesca
Susp (municipal)	Isentar-se de responsabilidades na ilha do Campeche
OCUPANTES E VISITANTES	
Acompeche	Manter sua inscrição de ocupação. Utilizar a ilha para lazer e pesca, preferencialmente sem frequência de turistas
Pioneira da Costa	Manter sua inscrição de ocupação
Visitantes externos	Utilizar a ilha para lazer

QUADRO 5 (cont.) – Relação das propostas de agentes chaves, declaradas ou identificadas

PRESTADORES DE SERVIÇO	
Amaisc	Participar da visitação conduzindo visitantes às trilhas Promover aluguel de equipamentos de mergulho
APAAPS	Transportar turistas para ganho complementar ao exercício da pesca
Botes do Campeche	Manter comércio com lucratividade Desconsiderar a normatização definida no TAC
Escunas da Barra da Lagoa	Manter comércio com lucratividade
Restaurante arrendado por Acompeche	Manter comércio com lucratividade
Restaurante arrendado por Pioneira da Costa	Manter comércio com lucratividade

5.3.3.2 Propostas alternativas

Neste item são criadas alternativas diferentes das corriqueiramente discutidas pelos agentes. Para tanto partiu-se de uma listagem intitulada “Coisas que o Governo Faz” (Bardach, 2000, p.87-95) subdividida em 11 itens: I- taxas, II- regulamentação, III- subsídios e premiações, IV- fornecer um serviço, V- orçamentos da agência, VI- informação, VII- modificar a estrutura de direitos privados, VIII- modificar a rede de atividades econômicas, IX- educação e consultorias, X- financiamento e contratação, XI- reformas políticas e burocráticas. Com a proposta de fomentar a criação de novas propostas, cada item possui várias opções para serem analisadas quanto à sua adequabilidade ao problema existente.

A seguir as propostas são apresentadas, sendo que foram somente transcritas as sugestões aplicáveis ao presente problema.

I- Taxas

Propostas pelo Método:

- Adicionar uma nova taxa;
- Mudar o valor da taxa;
- Mudar a base da taxa;
- Melhorar o mecanismo de cobrança;
- Taxar externalidades.

Situação atual:

Imposto direto sobre:

- ocupantes – pagam um valor proporcional a área sob Inscrição de Ocupação. O valor cobrado pelo GRPU não retorna para a Ilha e resulta em empoderamento e insatisfação do ocupante principal, pelo que considera um valor alto.

Taxações diretas sobre:

- prestadores de serviço - taxa de conservação e administração da Ilha, definida pelo TAC;
- restaurante (Acompeche) - 1% da arrecadação bruta;
- transportadores (escunas Barra da Lagoa e botes Campeche) - 1% da arrecadação bruta;
- visitação às trilhas (ingressos) – 10%;
- aluguel de equipamentos de mergulho (Amaisc) – 20%.

Taxações indiretas sobre prestadores de serviços, aplicadas sob a forma de contrapartida para:

- restaurante (Pioneira) – cessão de almoço para equipe de visitação;
- transportador (APAAPS) – cessão de transporte para equipe de visitação.

A taxa prevista para ser reinvestida na ilha é exígua e não se tem garantia do cumprimento do pagamento. Assim, há permanente necessidade de busca e alocação de recursos externos para manutenção das atividades.

Alternativas:

1- As taxas devem ser reavaliadas em direção da auto-sustentabilidade do sistema de visitação;

Para tanto, indica-se um cálculo proporcional ao serviço prestado em função do número de desembarques ou de refeições fornecidas, bem como a criação de um instrumento para controle da movimentação financeira;

2- Criação de taxa para externalidades negativas: lixo resultante da visitação, saturação de esgoto pelo uso de restaurantes, poluição causada pelos barcos, etc.;

3- Criação de taxa proporcional ao uso de água;

4- Criação de taxa para potenciais geradores de impacto ambiental, os empresários ou autônomos que fazem uso indireto da Ilha do Campeche. Alguns exemplos: aluguel de equipamento de mergulho fora da ilha, atividades comerciais de mergulho próximo à ilha, aluguel de caiaque feito na praia do Campeche, publicitários que fazem uso da imagem da Ilha;

4- Criação de taxa para pesca amadora, ou seja, praticada por qualquer um que não seja pescador profissional, aplicada a visitantes externos e, a partir de determinada quantidade, para ocupantes também.

II- Regulamentação

Propostas pelo Método:

- Adicionar um regime regulatório novo ou abolir um antigo;
- Escrever novos padrões ou remover alguns antigos;
- Apertar ou afrouxar os padrões existentes;
- Melhorar as bases técnicas e científicas para definir padrões;
- Fechar ou abrir brechas;
- Adicionar, treinar e melhor supervisionar a equipe de execução;
- Melhorar os mecanismos de seleção para eliminar elementos nocivos ou aumentar a intimidação ou aumentar a eficiência do recurso;
- Aumentar o nível de sanções efetivas;
- Mudar os procedimentos de registro e auditoria;
- Adicionar, eliminar ou melhorar os mecanismos de queixas para trabalhadores ou público.

Situação atual:

A estrutura existente é falha quanto à definição e cobrança de responsabilidades, informalidade demasiada na estrutura administrativa, falta de garantias de eficiência e segurança da gestão financeira.

Baseia-se em uma gestão instituída por órgãos públicos (Iphan e MPF) através de Termos de Ajustamento de Condutas.

O Iphan tem o dever de proteger o patrimônio cultural, pelo disposto no Decreto-lei nº. 25/ 1937, que institui o Tombamento. No entanto, a atribuição de estabelecer multas nunca foi realmente instituída por não ter sido feita a regulamentação legal. Também como elemento dificultoso, inexistente um corpo de fiscais na estrutura do Instituto cabendo aos técnicos o exercício desta função.

Assim, impedido de multar e sem a capacidade de exercer com eficiência a atividade de fiscalizar (opinião pessoal da autora), o órgão gestor busca parcerias com outras Instituições. Estas, por sua vez, não efetivam a fiscalização necessária sob a justificativa de falta de respaldo legal para realizar as autuações.

Quanto à estrutura administrativa, faz-se necessária a criação de um novo modelo, pois o atual baseia-se na distribuição de direitos e deveres a agentes (Acompeche e Amaisc) que não têm demonstrado autonomia e aptidão executiva, tanto administrativa quanto técnica. Em função disso, o Iphan estruturou a visitação e responsabilizou-se por sua implementação e monitoramento para controle da qualidade, além de manter suas atribuições de orientar e fiscalizar.

A geração de conhecimentos pela pesquisa científica faz-se importante para embasar o estabelecimento de padrões conservacionistas. Para tanto o Iphan tem envidado esforços no sentido de apoiar pesquisas na e sobre a ilha do Campeche, elaborar projetos com instituições de ensino (p.ex. caracterização do entorno marinho, realizada com o apoio da Univali) e elaborar estudos com funcionários da Casa (p.ex. pesquisa sobre a cultura do pescador artesanal da Armação do Pântano do Sul).

Alternativas:

1- Contratação de estudo científico para definir a capacidade de suporte da praia, visando dar respaldo técnico à normatização legal: criação de regulamentação do Iphan, específica para ordenamento geral do uso e continuidade dos TACs anuais;

2- Criação de um novo regime de uso tendo em vista a necessidade de preencher as lacunas existentes e promover, com eficiência e segurança, o Processo de Visitação. A seguir os requisitos principais a serem atendidos:

- definição e cobrança eficiente de responsabilidades;
- garantia de continuidade de incorporação da comunidade no processo;
- gerenciamento financeiro eficiente e transparente (criar instrumentos para auditoria das finanças visando a fluidez dos trabalhos e transparência das aplicações);
- formalização da prestação de serviços para a visitação;
- criação de mecanismos de seleção e de garantia de cumprimento das responsabilidades assumidas para a equipe de visitação;
- meta de auto-sustentabilidade da visitação;
- controle de qualidade de todos serviços ligados à visitação;
- garantia de cessar o ingresso de novos agentes desautorizados e descomprometidos com as necessidades conservacionistas (usufruem da estrutura sem deixar retorno e, geralmente, exigindo incremento no serviço de fiscalização);
- controle das externalidades;
- implementação de sistema de aplicação de sanções e interrupção de atividades não autorizadas ou prejudiciais ao processo;
- alteração das ações do Iphan, de executor para coordenador e fiscalizador;
- continuidade do caráter regulamentador do Iphan.

3- Otimizar a comunicação e registro das impressões do usuário, hoje restrito a um livro de ocorrências. Melhorar o sistema criando novos canais de comunicação (vide item VI);

4- As pesquisas promovidas ou financiadas pelo Iphan, assim como o estabelecimento de outras parcerias com instituições de pesquisa, devem ser fomentados para potencializar a produção de conhecimento e o interesse da comunidade científica pela ilha do Campeche.

III- Subsídios e Premiações

Propostas pelo Método:

- Adicionar novas formas;
- Mudar o nível;
- Enrijecer as formas de fazer cumprir.

Situação atual:

Na atual situação da Ilha não há disponibilidade de recursos financeiros para premiações, mas o mote pode ser aproveitado na reorganização das atividades da equipe de visitação. Atualmente o controle comportamental dos monitores é feito através de sanções que vão desde suspensão de um dia de trabalho até o completo desligamento das atividades.

Alternativas:

A reorganização proposta transformaria a forma de recebimento pelos serviços prestados, atendendo a uma tabela progressiva de qualidades e atitudes presentes no dia a dia de cada monitor.

IV - Fornecer um serviço

Propostas pelo Método:

- Adicionar um novo serviço;
- Expandir um serviço existente;
- Organizar o alcance visando beneficiários potenciais que não são atuais usuários;
- Otimizar um serviço existente para um grupo particular;
- Ligar dois ou mais serviços existentes para tirar vantagem da sinergia potencial ou para facilitar o trabalho dos receptores de serviço;
- Reduzir as dificuldades dos usuários para acessar o serviço:
 - informatizando processos introduzidos ou escolhidos;
 - simplificando as formas;
 - alocando serviços;
 - facilitando dúvidas e reclamações pessoais.

Situação atual:

Atividades de visitação:

- sob a coordenação do Iphan - recepção ao visitante, trilhas terrestres e trilhas subaquáticas;
- sob a fiscalização do Iphan: aluguel de equipamento de mergulho;
- sob a normatização do TAC: transporte de visitantes e restaurantes.

Há um projeto de educação ambiental e patrimonial aprovado pelo MPF, a ser financiado por um Termo de Ajustamento Judicial, que objetiva a apropriação da Ilha do Campeche pela comunidade do sul da Ilha de Santa Catarina. O projeto prevê visitas e palestras dirigidas à comunidade escolar e adulta.

Há um Termo de Cooperação Técnica com o curso de Oceanografia da Univali (Universidade do Vale do Itajaí) para promoção de pesquisas e apoio à conservação da ilha do Campeche, que tem viabilizado pesquisas e a estruturação das trilhas subaquáticas.

Formas de comunicação dos usuários:

- com equipe de visitação: telefone celular e centro de informações na praia da Armação;
- com transportadores: telefones próprios.

Alternativas:

Embora as atividades de visitação submetam-se à sazonalidade do turismo de Florianópolis, já há uma primeira iniciativa de quebra desse ciclo, com o projeto para a comunidade do sul da ilha de Santa Catarina. Pode-se estender essa estrutura planejada para as escolas particulares, com previsão de pagamento, visando o incremento de recursos para facilitar a visitação de escolas públicas.

Outras duas possibilidades, estas também com ônus para o usuário, são:

- iniciar uma atividade de turismo científico, inicialmente explorando a temática arqueológica, que é o aspecto mais significativo do bem tombado. Similarmente, pesquisar as possibilidades de adotar outros temas, além da arqueologia;
- implementar um roteiro de volta à ilha em uma baleeira, conduzido por pescador experiente e acompanhado por monitor do projeto de visitação. O tema do roteiro será a ilha e a pesca, sob a ótica do pescador artesanal, e as informações repassadas abrangerão a história, as técnicas de pesca, a biodiversidade e o imaginário popular local.

Quanto aos passeios já oferecidos, há possibilidades de estudo de novos roteiros de trilhas subaquáticas e de otimização da transmissão de informações ao visitante. E para as trilhas terrestres, deve-se aprofundar a interpretação ambiental e incrementar o sistema de sinalização.

Em relação aos termos de cooperação técnica ou convênios, buscar novas opções e novos parceiros.

As propostas de intercomunicação com usuários via internet estão no item VI.

V- Orçamentos da Agência (Iphan)

Propostas pelo Método:

- Incrementar um pouco o orçamento;
- Manter o orçamento no nível do último ano;
- Mudar as alocações de um item do orçamento para outro.

Situação atual:

Através de projetos específicos têm sido conseguidos, anualmente, recursos do governo federal para conservação da Ilha e manutenção da visitação.

Alternativas:

As verbas do governo federal são instáveis, totalmente à mercê de circunstâncias políticas. Para segurança de continuidade do processo, há que se criar um mecanismo que perenize a inclusão de uma verba governamental anual mínima para manutenção.

Outras alternativas viáveis são o estabelecimento de parcerias para apoio e a busca de recursos externos.

VI- Informação

Propostas pelo Método:

- Padronizar a exposição (comunicação visual) ou formato;
- Simplificar a informação;
- Subsidiar a produção de informações;
- Subsidiar a disseminação de informações (*release*).

Situação atual:

No verão de 2007, duas providências simples aumentaram em muito a fluidez dos serviços de visitação, diminuindo significativamente os rotineiros conflitos, por divulgar previamente informações aos visitantes que se dirigiam à ilha do Campeche. São elas: a colocação de placas nos pontos de embarque, contendo informações e orientações aos visitantes, e a aquisição de uma linha de telefone celular para uso do encarregado geral da visitação. Uma terceira, a confecção de folder informativo, não foi plenamente aproveitada no último verão devido à falta de estrutura para distribuição nas agências turísticas e nas diversas opções de hospedagem da cidade.

A Superintendência do Iphan em Santa Catarina está desenhando um *site* para o patrimônio cultural do estado de Santa Catarina e, naturalmente, a Ilha do Campeche está incluída. Esta forma de disseminação de informações representará um marco significativo e o conteúdo será de dados técnico-científicos e administrativos visando uma crescente interação do público com o bem tombado.

Alternativas:

O *site* em construção, referido acima, a exemplo de situações similares na iniciativa privada, pode constituir um canal de comunicação com os visitantes, considerando o alcance limitado do livro de ocorrências. Deve também atingir a comunidade científica através de banco de dados sobre os estudos realizados. Além destas, deve-se estudar outras formas de criar e manter um canal de comunicação aberto ao público, atendendo a sua diversidade e, conseqüentemente, aos diferentes tipos de interesse.

A presença da ilha do Campeche na mídia merece uma atenção especial e poderia ser objeto de programação do Iphan, no sentido de manter acesa sua imagem, trazendo ao público o conhecimento dos estudos e atividades ocorridos (POLETTE, com. pess., outubro de 2006).

A promoção de visitas pela comunidade do sul da ilha de Santa Catarina e escolas de um modo geral, conforme citado no item IV, é outra forma de disseminação de informações.

VII- Modificar a estrutura de direitos privados

Propostas pelo Método:

- Contratar direitos e deveres;
- Direitos de propriedade;
- Encargos obrigatórios;
- Lei trabalhista.

Situação atual:

- Regulamentação existente;
- Concessões de ocupação – GRPU;
- Regulamentação para exploração comercial – TAC;
- Concessão para exploração comercial – inexistente pois o órgão competente (Susp/PMF) não fornece;
- Não há responsabilização por desobediência ou promoção de dano;
- Informalidade em muitos trabalhos executados.

A informalidade administrativa, resultante dos aspectos listados acima, traz grande fragilidade ao processo de gestão. A gestão financeira da visitação é feita pelas

associações, sem garantia de cumprimento de suas obrigações. Além disso, uma parte significativa do recurso (aluguel de equipamento de mergulho) fica com uma associação, por impossibilidade burocrática de ser gerida pelo órgão público. Todas tentativas para corrigir esta informalidade esbarraram em empecilhos burocráticos e administrativos do órgão gestor (Iphan).

Alternativas:

Criar uma nova estrutura de gestão que contemple soluções para as questões de concessão e exploração comercial corrigindo questões como irresponsabilidade e informalidade. Para o caso, são apresentadas duas possibilidades de implementação de mudança:

- na concessão de ocupação, inspirada em outros bens protegidos pelo Iphan e visando a otimização dos esforços despendidos nas ações de proteção;
- na estrutura administrativa e financeira, buscando modelos similares na iniciativa privada (p.ex. Ilha Porto Belo/ SC).

VIII- Modificar a rede de atividades econômicas

Propostas pelo Método:

- Encorajar a competição;
- Encorajar a concentração;
- Controlar preços e salários (e lucros);
- Aumentar ou diminuir incentivos de taxas;
- Promover empregos públicos.

Situação atual:

Em 1998 havia uma rede de usuários sem capacidade de auto-organização. As intervenções governamentais mostraram-se eficientes na mitigação dos conflitos e dos impactos decorrentes do uso, bem como na estruturação do processo de visitação. Ao rearranjar as relações, o governo passou a interferir indiretamente na rede de atividades econômicas.

O oligopólio anteriormente existente foi mantido e, paulatinamente, vem sendo adequado aos interesses da conservação. Quando necessário, estuda-se, caso a caso, o ingresso de novos agentes.

Alternativas:

Fortalecer a tendência de intervenção governamental no que tange à normatização, coordenação, fiscalização e criação de uma estrutura pessoal qualificada. As formas de

concessão devem atender às necessidades de conservação da Ilha, mesmo com prejuízo dos interesses financeiros dos prestadores de serviço e ocupantes.

Estudar uma nova estrutura para a rede de atividades econômicas de forma a atender às necessidades de manutenção e conservação da ilha do Campeche.

Possibilidades a serem avaliadas:

- estabelecer uma taxaço sobre todo lucro obtido;
- alterar os regimes de uso comercial.

IX- Educação e Consultoria

Propostas pelo Método:

- Advertir riscos ou perigos;
- Elevar a consciência através de conscientização ou inspiração;
- Promover assistência técnica;
- Potencializar as aptidões e competências;
- Mudar os valores;
- Profissionalizar os fornecedores de serviço através de treinamento ou certificação ou licenciamentos.

Situação atual:

Há um processo organizado e contínuo, que é aplicado anualmente à comunidade: a capacitação para exercer a função de monitor. A partir de 2006 a participação foi aberta, com sucesso, para qualquer pessoa que desejasse adquirir conhecimento, independente de sua intenção de participar das atividades na ilha do Campeche.

Alternativas:

A extensão desse processo aos outros agentes, devidamente modelado aos diferentes perfis, possibilitará uma melhor compreensão dos objetivos, resultando em ganhos para a conservação. Trabalhar com a disseminação de conhecimento e a conscientização dos agentes é fundamental também para, a médio e a longo prazo, reorganizar e adequar as forças existentes. São possibilidades de iniciativas nesse sentido:

- Fomentar a qualificação dos prestadores de serviços, as medidas preventivas de segurança e a profissionalização das associações a partir da criação de instrumentos de incentivo tais como certificações e cursos;
- Promover oficinas para apresentação de resultados de projetos de pesquisa, para que a comunidade se aproprie dos resultados e ofereça suas contribuições baseadas na cultura local. Essas oficinas são essenciais quando os resultados implicarem em alteração nas regulamentações existentes;

- Valorizar a pesca e a cultura tradicional, que podem ser recuperadas através de oficinas visando a incorporação da história e das técnicas tradicionais na rotina de trabalho.

X- Financiamento e contratação

Propostas pelo Método:

- Criar um novo mercado (governamental);
- Arrendar os recursos que são mantidos pelo governo;
- Alterar a estrutura de taxa de usuário;
- Redesenhar os sistemas de comando;
- Estabelecer um empreendimento público;
- Modificar práticas de obtenção.

Situação atual:

Atualmente há exploração de serviços e de uso por grupos da iniciativa privada, ficando as questões de manutenção e conservação a cargo do governo. Este conta, em alguns casos específicos, com contrapartida para serviços como transporte e apoio operacional. Há retenção de uma pequena parte (1%) dos lucros obtidos pela exploração da Ilha, resultando em um valor exíguo, quando comparado com as necessidades existentes.

Alternativas:

Criar um novo mercado, de iniciativa governamental, que poderá ser um fator de equilíbrio nas finanças. Há casos similares em órgãos afins, como o Ibama, que mantém em seus parques uma estrutura físico-administrativa para cobrança e prestação de serviços e outra de pessoal para garantir as necessidades básicas.

O modelo exposto no estudo de caso, a Ilha de Porto Belo, possui situação e atividades similares à ilha do Campeche e apresenta um equilíbrio entre receita e gastos. Havendo uma taxa adequada nos lucros obtidos, poder-se-ia criar uma situação em que a receita das atividades turísticas cobrisse seus custos de manutenção e de pessoal. Feito isso, as receitas públicas serão destinadas a ações conservacionistas a médio e longo prazo.

XI- Reformas políticas e burocráticas

Propostas pelo Método:

Neste item, Bardach (2000) não apresenta uma lista, sob a justificativa das possibilidades serem inúmeras, variando entre atividades, reorganizações, substituição de chefias, melhoria dos sistemas de informação e aumento de salários.

Situação atual:

Até o momento somente houve intervenção parcial do governo, limitando-se a regular as estruturas existentes. Os resultados positivos são visíveis, porém há uma grande desproporcionalidade, se comparados aos esforços despendidos. A seguir, são discriminados os principais problemas pendentes.

O primeiro é a falta de capacidade de fiscalizar. Não havendo uma estrutura, a conservação fica refém de contrapartidas de ocupantes e prestadores de serviço.

Segundo, a falta de recursos financeiros. A criação de uma estrutura administrativa autônoma, isto é independente dos agentes, criaria condições mínimas para gerenciamento da unidade protegida. Com isso seriam aproveitados recursos que são apropriados por outros agentes em função das dificuldades burocráticas do Iphan em promover a gestão financeira. Isto viabilizaria também a busca e gestão de recursos externos.

Terceiro, a falta de uma regulamentação eficaz que abranja todas as atividades exercidas na Ilha e entorno.

Alternativas:

Ao longo dos nove anos de gestão do Iphan foram experimentadas diversas formas de atuação conjunta com os vários agentes. Esta atuação gerou uma compreensão dos processos que justifica uma reorganização profunda atingindo as bases, como contraponto à estratégia em curso, de paulatinas intervenções.

Possibilidades:

- alteração do sistema de ocupação com inclusão do Iphan na divisão de áreas (RECK, com.pess., agosto de 2002). Ao assumir responsabilidade por uma porção da Ilha o Iphan precisaria criar uma estrutura administrativa mínima que se enquadrasse na estrutura organizacional da instituição gestora;

- alteração do sistema de ocupação, com inclusão de um novo agente (ONG ou empresa) para responsabilizar-se pela administração e proteção da Ilha, ficando o Iphan com os encargos de orientar, normatizar e fiscalizar;

- manutenção do sistema de ocupação com adequação das intervenções físicas existentes (principalmente casas, saneamento, captação de água) e criação de um regime eficiente que atenda as necessidades administrativas, financeiras, políticas e, em especial, as conservacionistas.

Ainda não há o entendimento de que uma intervenção radical do governo seja a única solução.

5.3.3.3 Voltando à Análise da Cadeia Causal

Uma terceira sugestão de Giwa (2002) e Bardach (2000) é a criação de opções a partir de “nós” da ACC onde se possa intervir. Assim, foram identificados os pontos:

1- Forma de ocupação:

A atual forma de ocupação possui pontos positivos e negativos. Os ocupantes apresentam-se como colaboradores na medida em que sua presença inibe invasões físicas de pessoas interessadas em fazer uso da área. Por outro lado o comportamento instável e descomprometido com os propósitos dos órgãos públicos fragiliza e compromete o processo de gestão compartilhada;

2- Forma de arrendamento da prestação de serviços:

Os serviços são arrendados pelos ocupantes não havendo reserva de parcela para ser investida na Ilha. Uma alteração no regime de arrendamento significará um retorno de recursos para a administração da Ilha;

3- Gestão administrativa e financeira:

A criação de uma estrutura administrativa que centralize os recursos, direcionando seu investimento para a Ilha, e que disponha de uma equipe para a manutenção, poderia solucionar os problemas de gestão existentes, favorecendo a conservação. Esta estrutura cuidaria também do planejamento e organização das atividades;

4- Capacitação e conscientização:

Muitos problemas originam-se na falta de consciência das questões que envolvem o patrimônio cultural e o ambiental. Isso expõe a urgência em se trabalhar mais com educação junto aos agentes envolvidos;

5- Procedimentos de exercício da pesca:

Os estudos já realizados indicam a importância do entorno marinho da ilha do Campeche, bem como os impactos que as artes de pesca causam atualmente. As recomendações do item anterior já indicam ações voltadas para a conscientização. Porém faz-se também necessária a criação de uma normatização específica e coerente com a fragilidade e a importância do ecossistema em questão. É importante ressaltar que a normatização deve considerar a necessidade de não só manter, mas apoiar as atividades do pescador artesanal;

6- Procedimentos de manejo da área tombada e entorno:

A falta de um sistema de fiscalização eficiente, somada a brechas deixadas pela atual regulamentação – como, por exemplo, a inexistência de sanções – fragiliza de tal modo o processo a ponto de comprometer a gestão que vem sendo implementada. Considerando que inúmeras tentativas de acordos foram feitas, justifica-se promover um manejo diferenciado da área protegida.

5.3.4 Selecionar os critérios de avaliação

A seleção dos critérios de avaliação apresentados por Giwa (2002) baseou-se nas especificidades do estudo em questão. Assim, considerando-se que a condução do processo é feita por um órgão público, as questões legalidade e aceitabilidade política não poderiam deixar de ser contempladas com especial ênfase. Devido à existência de uma rede de agentes que se inter-relacionam enquanto exercem suas atividades, escolheu-se o critério equidade. E, em função de muitas medidas representarem alterações em sistemas já estabelecidos e consolidados, foram incorporadas também avaliações quanto à robustez e eficiência.

A fim de garantir uma análise isenta e específica e para clareza conceitual, são adotados os significados a seguir (GIWA, 2002):

- legalidade – não violar os direitos constituintes, estatutários ou de lei comum;
- aceitabilidade política – combinação de pouca oposição (considerando amplitude e/ou intensidade) e muito suporte (plenitude e/ou intensidade);
- robustez – independente das dificuldades existentes no processo, a robustez é indicada pela capacidade de consecução da implementação;
- eficiência – possibilidade de maximizar os benefícios existentes;

E para equidade, HOUAISS (2001) atribui o sentido de “respeito à igualdade de direitos”.

5.3.5 Projetar os resultados

Para análise dos cenários alternativos foi construída uma matriz (Tab. 7) com as Opções Políticas, os critérios de avaliação das respectivas aplicabilidades e a soma que servirá de indicativo para a seleção.

As Opções Políticas apresentadas na Tabela 7 resultam de uma síntese de todas as possibilidades apresentadas no item denominado “Propostas Alternativas” (5.3.3.2).

A atribuição de pontuação teve dois momentos, com diferentes procedimentos de análise. Inicialmente fez-se uma avaliação utilizando a faixa de zero a 100. Após sucessivas revisões pôde-se constatar a dificuldade de justificar a pontuação definida e a cada nova análise muitas das pontuações atribuídas sofriam alteração. Concluiu-se, então, que o nível de precisão era inadequado em razão da subjetividade inerente aos critérios de julgamento. Assim, definiu-se um novo procedimento, subdividindo a faixa de zero a 100 em cinco sub-faixas que receberam denominações proporcionais a seu valor. Os conceitos qualitativos ficaram assim definidos: nulo (zero), mínimo (25), médio (50), alto (75) e máximo (100).

Com os resultados obtidos na Matriz de Opções Políticas construiu-se um gráfico para possibilitar a visualização dos resultados (Fig. 96).

TABELA 7 – Matriz de Propostas Alternativas

Nº.	OPÇÕES POLÍTICAS	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO					RESULTADOS	
		Legalidade	Aceitabilidade política	Robustez	Eficiência	Eqüidade	SOMA	%
I - Taxas								
1	Aumentar taxaço sobre lucros visando sustentabilidade	100	75	100	100	100	475	95
2	Criar taxa para externalidades	75	75	100	100	100	450	90
3	Criar taxa para uso direto dos recursos (p.ex.água)	100	75	100	100	100	475	95
4	Criar taxa para agentes que usam indiretamente estrutura da Ilha	25	25	25	50	50	175	35
5	Criar taxa para pesca amadora de visitantes externos	100	100	100	100	100	500	100
6	Criar taxa para pesca amadora de ocupantes (estabelecer máximo)	0	0	0	50	100	150	30
II - Regulamentação								
7	Fomentar a produção de conhecimento sobre a ilha do Campeche	100	100	100	100	100	500	100
8	Pesquisa científica como respaldo à normatização	100	100	100	100	100	500	100
9	Implementar regime de sanções	75	100	75	100	100	450	90
10	Criar instrumentos para auditoria das finanças	100	75	100	100	100	475	95
11	Controle de qualidade dos serviços da equipe de visitaço	100	100	100	100	100	500	100
12	Controle de qualidade dos serviços dos agentes envolvidos	75	75	75	100	100	425	85
13	Instituir definição e cobrança de responsabilidades	100	100	100	100	100	500	100
14	Garantir continuidade da participação da comunidade	100	75	75	100	100	450	90
15	Formalizar a prestação de serviços	100	100	75	100	100	475	95
16	Criar mecanismos de seleção de pessoal	100	100	100	100	100	500	100
17	Criar mecanismos para garantia de cumprimento de responsabilidades assumidas pela equipe de visitaço	100	100	100	100	100	500	100
18	Criar mecanismos para cessar ingresso de agentes estranhos à gestão	75	50	75	100	50	350	70
19	Criar mecanismos para interrupço de atividades prejudiciais	75	75	100	100	100	450	90
20	Alcançar a autosustentabilidade da visitaço	100	75	75	100	100	450	90
21	Controle de externalidades	100	75	75	100	100	450	90
22	lphan: de executor passa para coordenador e fiscalizador	100	100	75	50	100	425	85

TABELA 7 (cont.) – Matriz de Propostas Alternativas

Nº.	OPÇÕES POLÍTICAS	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO					RESULTADOS	
		Legalidade	Aceitabilidade política	Robustez	Eficiência	Eqüidade	SOMA	%
III - Subsídios e premiações								
23	Tabela progressiva de qualidades e atitudes p/equipe visitaçao	100	100	100	100	100	500	100
IV - Fornecer um serviço								
24	Visitaçao de escolas na baixa temporada	100	100	100	100	100	500	100
25	Implementar o turismo científico	100	100	100	75	100	475	95
26	Agregar o pescador artesanal à visitaçao	100	100	100	100	100	500	100
27	Qualificar os roteiros de trilhas terrestres e subaquáticas	100	100	100	100	100	500	100
28	Estabelecer novas parcerias e cooperaçoes técnicas	100	100	75	100	100	475	95
V - Orçamentos da Agência (IPHAN)								
29	Garantir verba governamental anual para manutençao	100	50	50	100	100	400	80
30	Estabelecer parcerias como apoio	100	75	75	100	100	450	90
31	Busca de recursos externos	100	75	50	100	100	425	85
VI - Informaçao								
32	Criar canal de comunicaçao informatizado para usuários	100	75	75	75	100	425	85
33	Disponibilizar pesquisas científicas em <i>site</i>	100	100	100	100	100	500	100
34	Manter divulgaçao periódica na mídia	100	75	75	75	100	425	85
VII - Modificar a estrutura de direitos privados								
35	Alterar regime de concessões de ocupaçao	100	75	75	100	75	425	85
36	Alterar estrutura financeira e administrativa (modelo: iniciativa privada)	100	75	100	75	100	450	90
VIII - Modificar a rede de atividades econômicas								
37	Intensificar a normatizaçao governamental	100	100	100	100	100	500	100
38	Alterar o sistema de atividades comerciais priorizando a gestao para conservaçao da Ilha	100	50	100	100	100	450	90
39	Estabelecer uma taxaçao sobre todo lucro obtido	75	50	75	100	100	400	80
40	Alterar os regimes de uso comercial	100	50	100	100	100	450	90

TABELA 7 (cont.) – Matriz de Propostas Alternativas

Nº.	OPÇÕES POLÍTICAS	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO					RESULTADOS	
		Legalidade	Aceitabilidade política	Robustez	Eficiência	Eqüidade	SOMA	%
IX - Educação e Consultoria								
41	Trabalhar a capacitação e conscientização dos agentes	100	75	100	100	100	475	95
42	Criar certificação para os prestadores de serviço	100	75	100	50	100	425	85
43	Oficinas para divulgação de dados científicos e aquisição de conhecimento tradicional junto à comunidade	100	100	100	100	100	500	100
X - Financiamento e contratação								
44	Criar um mercado governamental	75	75	100	50	75	375	75
XI - Reformas políticas e burocráticas								
45	Criar estrutura autônoma dentro do quadro do Iphan	100	50	75	100	100	425	85
46	Destinar área na Ilha sob responsabilidade do Iphan	100	75	100	75	100	450	90
47	Destinar área a novo agente responsável por administração/proteção	50	25	50	50	25	200	40
48	Manter a ocupação atual e criar regime de gestão distinto	100	75	75	50	75	375	75
49	Instituir intervenção governamental radical	75	50	100	75	50	350	70

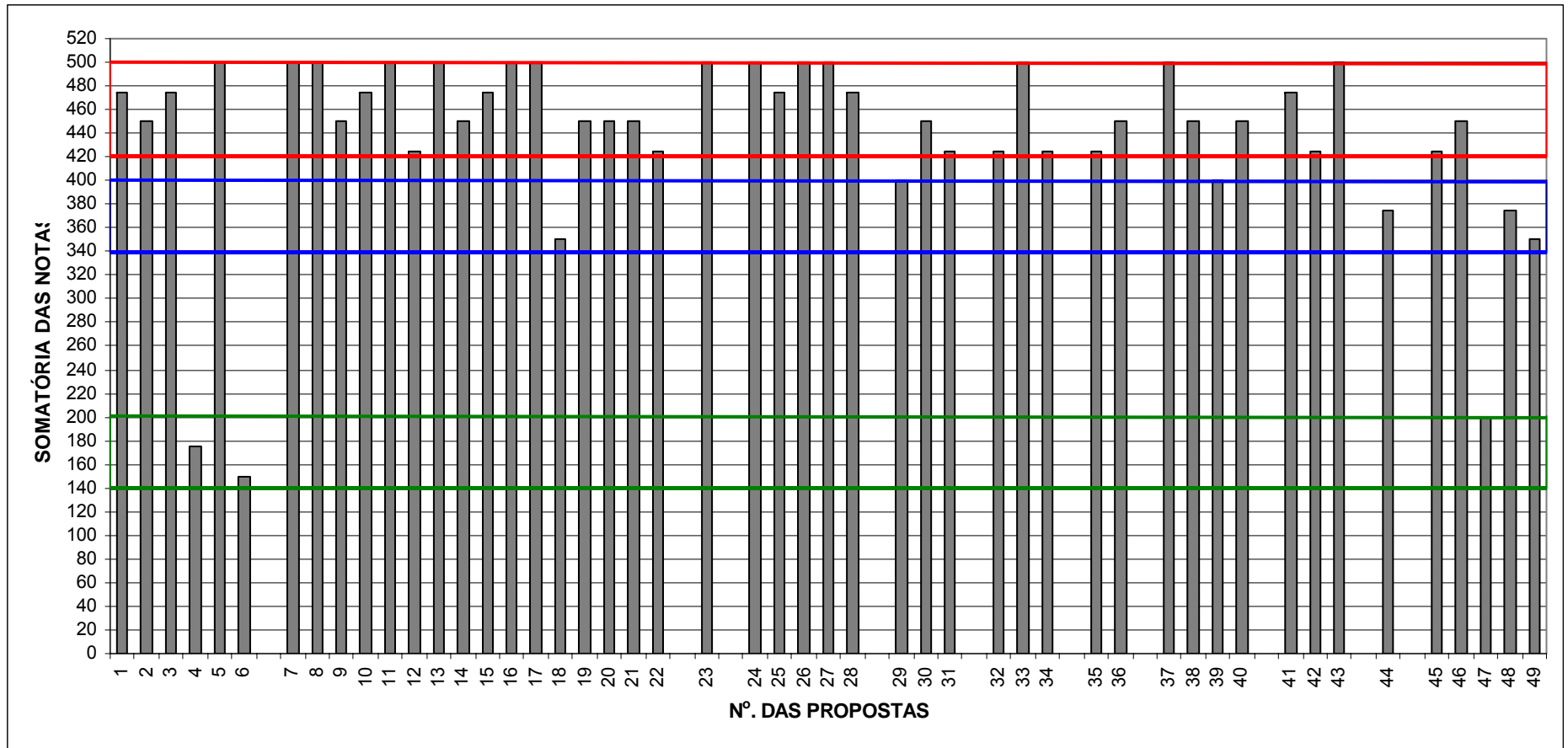


FIGURA 96 – Gráfico dos resultados finais das propostas

Como pode ser observado no gráfico anterior (Fig. 96), a soma das notas atribuídas às propostas concentram-se em três intervalos: 141 a 200, 341 a 400 e 421 a 500 que são ressaltadas pelas cores vermelha, azul e verde, respectivamente. Para estabelecer uma classificação das propostas é construída uma tabela apresentando uma divisão em faixas de 20 pontos com atribuição de conceitos e análise quantitativa (Tab. 8).

TABELA 8 – Análise dos resultados finais das propostas

FAIXA	LINHAS	CONCEITOS	QUANT.	% INDIVIDUAL	% AGRUPADA
001	--	--	0	0	0
140					
141 160	6	R	1	2,04	6,12
161 180	4	Q	1	2,04	
181 200	47	P	1	2,04	
201	--	O até	0	0	0
340					
341 360	18, 49	H	2	4,08	12,24
361 380	44, 48	G	2	4,08	
381 400	29, 39	F	2	4,08	
401 420	--	E		0	0
421 440	12, 22, 31, 32, 34, 35, 42, 45	D	8	16,33	81,64
441 460	2, 9, 14, 19, 20, 21, 30, 36, 38, 40, 46	C	11	22,45	
461 480	1, 3, 10, 15, 25, 28, 41	B	7	14,29	
481 500	5, 7, 8, 11, 13, 16, 17, 23, 24, 26, 27, 33, 37, 43	A	14	28,57	
SÍNTESE					
001	1 a 49	A a D	Total	Total	Total
500		F a H	49	100	100
		P a R			

Os intervalos de maior concentração das propostas indicados na figura 96 e na tabela 8 indicam três grupos separados por intervalos sem propostas. O primeiro, referente às notas superiores e indicado em vermelho, é o mais representativo em termos de

quantidade de propostas abarcando 81,64% do conjunto. Em termos de representatividade é seguido pelo segundo, indicado com a cor azul, com 12,24% e depois pelo terceiro, em verde, com 6,12%. Em função disto, os grupos com pontuação menor (segundo e terceiro) poderiam ser preliminarmente desconsideradas. No entanto serão mantidas para confrontação de *trade-offs* objetivando o cotejo dos resultados.

5.3.6 Confrontar os *trade-offs*

Esta etapa cuida da comparação entre as propostas para seleção final. Havendo uma situação de escolha conflitante, sem possibilidade de determinar o quadro ideal, o confronto pode ser conduzido estabelecendo-se um ordenamento hierárquico. Nesta análise as dominâncias são verificadas possibilitando eliminar as menos conceituadas.

Neste item, as propostas apresentadas na tabela 7 foram rearranjadas e classificadas em: ocupação, gestão política, estrutura econômica e prestação de serviços. A disposição seguiu uma distinção hierárquica do geral para o específico utilizando-se dos seguintes símbolos: “-”, “o” e “•”. Ao final de cada proposta a informação entre parênteses refere-se a sua numeração e conceituação (Tab. 8).

Ocupação:

- Alterar regime de concessões de ocupação (35, D)
 - o Destinar área na ilha sob a responsabilidade do Iphan (46, C);
 - o Destinar área a novo agente responsável por administração/ proteção (47, P);
- Manter a ocupação atual e criar regime de gestão distinto (48, G).

Gestão política:

- Atuação
 - o Fomentar a produção de conhecimento sobre a ilha do Campeche (7, A);
 - Pesquisa científica como respaldo à normatização (8, A);
 - o Estabelecer novas parcerias e cooperações técnicas (28, B);
 - o Garantir a continuidade de participação da comunidade (14, C);
 - Trabalhar a capacitação e conscientização dos agentes (41, B);
 - Oficinas para divulgação de dados científicos e aquisição de conhecimento tradicional junto à comunidade (43, A)
 - o Criar mecanismos para interrupção de atividades prejudiciais (19, C);
 - Implementação de regime de sanções (9, C);
 - Controle de externalidades (21, C);
 - Instituir definição e cobrança de responsabilidades (13, A).

- Criar canal de comunicação informatizado para usuários (32, D);
 - Disponibilizar pesquisas científicas em site (33, A);
- Manter divulgação periódica na mídia (34, D).
- Estrutural
 - Iphan: de executor passa para coordenador e fiscalizador (22, D);
 - Criar estrutura autônoma dentro do quadro do Iphan (45, D);
 - Instituir intervenção governamental radical (49, H);
 - Criar um mercado governamental (44, G).

Estrutura econômica:

- Alterar os regimes de uso comercial (40, C)
 - Intensificar a normatização governamental (37, A);
 - Criar taxa para pesca amadora de visitantes externos (5, A);
 - Criar taxa para uso direto de recursos (p.ex. água) (3, B);
 - Criar instrumentos para implementação de sistema de auditoria das finanças (10, B);
 - Criar taxa para externalidades (2, C);
 - Criar taxa para agentes que usam indiretamente estrutura da Ilha (4, Q);
 - Criar taxa para pesca amadora de ocupantes (estabelecer máximo) (6, R);
 - Alterar o sistema de atividades comerciais priorizando a gestão para conservação da Ilha (38, C);
 - Aumento das taxas sobre lucros visando sustentabilidade (1, B);
 - Criar mecanismos para cessar ingresso de agentes estranhos à gestão (19, C);
 - Alterar estrutura financeira e administrativa (modelo: iniciativa privada - Ilha de Porto Belo) (36, C);
 - Estabelecer uma taxa sobre todo lucro obtido (39, F).
- Orçamento
 - Alcançar a auto-sustentabilidade da visitação (20, C);
 - Busca de recursos externos (31, D);
 - Estabelecer parcerias como apoio (30, C);
 - Garantir verba governamental anual para manutenção (29, F).

Prestação de serviços:

- Qualificar os roteiros de trilhas terrestres e subaquáticas (27, A);
 - o Agregar o pescador artesanal à visitação (26, A).
- Criar novas frentes
 - o Visitação de escolas na baixa temporada (24, A);
 - o Implementar o turismo científico (25, B).
- Controle de qualidade
 - o Controle de qualidade dos serviços da equipe de visitação (11, A);
 - o Criar mecanismos de seleção de pessoal (16, A);
 - o Criar mecanismos para garantia de cumprimento das responsabilidades assumidas pela equipe de visitação (17, A);
 - o Tabela progressiva de qualidades e atitudes para equipe de visitação (23, A);
 - o Formalizar a prestação de serviços (15, B);
 - o Controle de qualidade dos serviços dos agentes envolvidos (12, D);
 - o Criar certificação para os prestadores de serviço (42, D).

As propostas referentes à **ocupação** são excludentes e centradas na alteração ou na manutenção do atual regime. Considerando ser uma ocupação antiga, a alteração de regime é uma opção mais radical e no entanto foi a que recebeu pontuação maior. Este fato é provável consequência do histórico já apresentado (item 4.2) no qual podem ser observadas inúmeras e distintas tentativas frustradas de provocar uma mudança significativa de atitude do ocupante, na direção de uma política conservacionista. Há que se considerar também a possibilidade de que uma alteração na ocupação traga uma mudança de comportamento como consequência natural da perda de empoderamento inerente ao fato de deixar de ser o ocupante principal. E em se alterando o regime de concessão de ocupação, conta-se com indicação de duas possibilidades: lphan ou novo agente. Aqui a pontuação favoreceu, de longe, a primeira opção, estando no primeiro grupo e a outra no terceiro, em função do acirramento de conflitos que geraria a inserção de um agente estranho ao processo.

A **gestão política** apresenta práticas de *atuação* com conceituação alta (todas no primeiro grupo), seguidas de propostas mais genéricas para questões *estruturais* (primeiro e segundo grupo) que, quanto mais profundas, menores conceitos obtiveram.

No subitem *atuação*, a pontuação indica a importância da produção científica, das parcerias técnicas e da continuidade de participação da comunidade. As propostas referentes a mecanismos inibidores de atividades prejudiciais receberam pontuação inferior em função das naturais dificuldades em se implantar medidas coercitivas. Menor pontuação ainda foi dada a questão de comunicação (propostas 32 e 34). Pois se para

criar um canal de comunicação informatizado, devido a seu caráter contínuo, necessita-se de pessoal e equipamentos disponíveis, para manter uma divulgação periódica na mídia, há que se criar fatos interessantes e conseguir a atenção dos meios de comunicação. Já o subitem que trata especificamente de disponibilização de pesquisas científicas, recebeu pontuação máxima por significar ações pontuais e não periódicas.

Quanto às propostas de alterações *estruturais*, percebe-se a possibilidade de trabalhar com as duas igualmente pontuadas (propostas 22 e 45), descartando-se a de caráter mais radical e classificada no segundo grupo. A proposta de liberar do Iphan das atividades executivas (22), não é uma solução plena em função da situação de extrema fragilidade nas relações e da grande dependência da condução do Instituto nos processos de gestão. Já a possibilidade de criação de uma estrutura autônoma dentro do Iphan (45) apresenta dificuldades, que embora transponíveis, carregam o ônus inerente ao ineditismo.

Qualquer modelo que seja proposto necessita análise da **estrutura econômica**. Por conta disso, há propostas que abrangem *regime comercial e orçamento*.

A alteração dos *regimes de uso comercial* (40), embora visivelmente necessária, obteve conceito C por sua abrangência. Assim, a solução que envolve visitantes externos (5) não resulta em reação. Distintamente, a taxação a um ocupante para exercício da pesca amadora (6) classificou-se no terceiro grupo, provavelmente pela perda de direito adquirido e importância de tal atividade para ele. A alteração do sistema de atividades comerciais (38), priorizando a conservação da Ilha, obteve conceito C em função da relativa aceitabilidade política, pois significa uma mudança muito forte nas situações estabelecidas. Apesar disso foi classificada no primeiro grupo, indicando grande aptidão a ser adotada. De qualquer forma, há um forte indicativo, pela recorrência de soluções que trazem embutidas a necessidade de sustentabilidade e conservação, baseadas na contribuição financeira oriunda da exploração comercial. Para compor o *orçamento*, o reinvestimento de recursos da visitação (20) e a busca de recursos externos (31) são soluções mais plausíveis diante da impossibilidade de garantia de recursos governamentais fixos (29, conceito F).

Quanto à **prestação de serviços**, fica clara a necessidade de inovar e qualificar as atividades e o pessoal. A diferença de somas entre os grupos indica a dificuldade de intervir em procedimentos de terceiros (p.ex. item 11, conceito A e item 12, conceito D).

5.3.7 Decidir

Após a análise das especificidades e dos *trade-offs*, é aqui apresentada a síntese das propostas incorporadas.

Na questão da **ocupação**, ficou nítida a importância de promover uma alteração significativa do regime atual sem que haja exclusão de qualquer ocupante. Assim, poder-se-á promover um rearranjo na distribuição de áreas, prevendo a destinação de uma parcela à instituição gestora que, desta forma, terá melhores condições de implementar uma gestão pública. Os critérios para definição desta área podem ser baseados em acessibilidade do visitante, facilidade de monitoramento e vocação para implementação de centro de visitantes, escritório e alojamento. Além disso, poderão também atender à necessidade de se estabelecer um local sombreado com destinação pública, visivelmente importante durante a visita, e de se promover a recuperação da restinga substituída por vegetação exótica. Importa igualmente reorientar as edificações existentes, em área que não conflite com sítios arqueológicos e legislação ambiental.

Considera-se que a reformulação *estrutural* para a **gestão política** deva abranger as duas propostas: criação de uma célula autônoma interna ao Iphan e um processo gradual de transferência de suas atribuições executivas a outrem. Esta última medida requer alterações significativas no sentido de implementar um modelo que pode ser baseado no estudo de caso ilustrativo apresentado neste trabalho, a Ilha de Porto Belo.

Quanto às propostas de *atuações* referentes à **gestão política**, pode-se dizer que a base é a manutenção do envolvimento das populações historicamente envolvidas, direcionamento coerente com as atuais políticas públicas das instituições conservacionistas. Para tanto deve-se fomentar um canal contínuo de troca de informações e implementar um programa de capacitação e de conscientização dos diversos grupos. Além das relações sociais, também importantes são as inter-institucionais, que não somente atenderão a lacunas deixadas pela veia cultural do Iphan, mas também poderão propiciar a implementação de projetos por injeção de recursos externos.

Outro canal de atuação, a produção de conhecimento que pode ser fruto de uma ação direta do Iphan ou resultado de parcerias institucionais, é importante ferramenta para o planejamento e a normatização do uso. A divulgação dos produtos dessas pesquisas deve estar prevista, assim como a de outras ações ligadas à ilha do Campeche. Nesse sentido faz-se importante o estabelecimento de um canal de comunicação com os usuários, tanto para as informações técnicas quanto para as comunicações operacionais.

Ainda sobre a diversidade de atuação, não menos importante é o estabelecimento de mecanismos para coibir atividades prejudiciais e para controlar as externalidades. Ambos podem ser otimizados se houver distribuição e apuração de responsabilidades sobre todos envolvidos, bem como implementação de um sistema conveniente de sanções.

A eficiência da gestão política está diretamente envolvida com a **reestruturação econômica**. Partindo do orçamento que apresenta dependência dos irregulares recursos oriundos do Iphan, deve-se trabalhar a diversificação, quer seja na busca de recursos

externos ou na implementação de um novo sistema que permita uma efetiva participação na sustentação da visitação, daqueles que exploram comercialmente a Ilha. Para tanto, faz-se necessária uma profunda transformação nos regimes de uso comercial informalmente instituídos, criando-se instrumentos para aplicação de várias taxações (uso dos recursos, externalidades, etc), favorecendo-se o retorno de recursos obtidos pelo uso da Ilha e limitando-se a quantidade e o tipo de exploração em função da organização e da proteção. Tal reestruturação deve ocorrer paralelamente à qualificação e diversificação da **prestação de serviços**. São propostos programas de incentivo e mecanismos de controle de qualidade, bem como formalização das relações profissionais como ferramentas para qualificação pessoal.

Em síntese, as propostas somadas pretendem uma reestruturação profunda partindo do regime de ocupação, promovendo uma reestruturação política, econômica e social como direção de uma gestão conservacionista inclusiva.

CAPÍTULO 6 – CONCLUSÕES

Considerando que as mudanças em regimes de apropriação alteram a sustentabilidade dos recursos (SEIXAS & BERKES, 2005), pode-se dividir a história recente da ilha do Campeche em três etapas. A primeira, até meados do século XX, é focada na atividade pesqueira que, por algumas décadas teve destaque para a caça a baleia, e no cultivo de subsistência. A segunda, iniciada com a instalação da Acompeche, por volta de 1950, apresenta uma alteração na forma de ocupação sem interferir na atividade pesqueira da área marinha. A terceira tem início com o processo de tombamento, entre 1998 e 2000, representando o momento que o poder público passa a interferir, paulatinamente, nas formas de uso.

Na etapa primeira, centrada sócio-economicamente na **pesca**, houve uma relação equilibrada entre disponibilidade e uso dos recursos marinhos. Exceção feita à caça à baleia que, no entanto, ocorreu por um curto período. A porção emersa foi visivelmente impactada pela remoção de madeiras e implementação de cultivos.

Já na segunda o quadro alterou-se significativamente, tanto na porção terrestre quanto na área marinha. Na terrestre, com a substituição da ocupação dos pescadores pelo Clube de Caça, Pesca e Tiro Couto de Magalhães, inviabilizou-se a continuidade do uso da terra pelas comunidades pesqueiras, resultando na **recuperação**, ainda que parcial, da formação vegetal das encostas. No entanto a ocupação promovida da planície da praia cuidou da remoção da **restinga** e impactou diretamente uma área de alta fragilidade ambiental e de sítios arqueológicos. Este último impacto é especialmente grave, por ser irreversível.

A terceira foi marcada pelo ingresso do Iphan em 1998. Ao contrário da segunda, não altera nem usos nem ocupação mas passa a **restringir** as interferências físicas em atendimento ao Decreto-lei nº. 25/ 1937. O caráter amplo e abrangente deste Decreto, conforme já apresentado, não define procedimentos específicos mas institui uma política generalista para abarcar toda a diversidade do patrimônio cultural brasileiro. Assim sendo, cada bem tombado é potencial objeto de diferentes medidas de proteção adequadas à sua respectiva categoria. Para o caso da ilha do Campeche, que possui especial destaque para o aspecto natural, não se encontrou modelos a serem utilizados como base. Além disso, outra peculiaridade encontrada foi a diversidade de grupos envolvidos e as formas de uso e exploração comercial. Estas especificidades demonstraram que a proteção não seria alcançada simplesmente com fiscalização, mas com uma gestão centrada na relação com todos os agentes. Assim, o Iphan construiu um processo atendendo às necessidades de condução de conflitos, conscientização e capacitação, planejamento e execução de

estruturas físicas e sistematização e coordenação do uso público. O caminho foi trilhado com bastante dificuldade em função do ineditismo dentro da instituição, contando com apoio de outros órgãos públicos e buscando parcerias com instituições do terceiro setor.

Ao construir a gestão, buscou-se inspiração em identidades com áreas naturais protegidas por órgãos ambientais e, utilizando-se do método de tentativas e erros, mostraram-se preciosas as avaliações dos resultados obtidos e de relatórios e diagnósticos elaborados. É interessante marcar o caráter inclusivo do primeiro diagnóstico elaborado sobre o *status quo* da Ilha. Representa o fruto de um frustrado processo de gestão participativa alimentado durante vários meses do ano de 2001 e abortado pela inadaptabilidade, por parte de alguns agentes, a uma gestão conservacionista. Ao longo dos anos relatórios e estudos científicos foram compondo um rico acervo, cumprindo o papel de potenciais e efetivos embaixadores de medidas reguladoras e planos de uso.

As medidas reguladoras construídas tenderam a afunilar-se em Termos de Ajustamento de Conduta, cuja recorrência por quatro anos expõe a necessidade de uma regulamentação específica pelo órgão gestor.

Neste momento em que se busca não somente uma regulamentação, mas uma mudança de direção, surge a necessidade de um entendimento global e detalhado. E este é alcançado com a utilização da Metodologia Giwa, que atendeu a busca por um processo analítico que minimizasse os efeitos da vivência da autora com o objeto de estudo.

A metodologia Giwa foi criada para identificar as principais ações para minimizar os problemas ambientais em águas internacionais nos níveis regional, nacional e global. Apesar da amplitude inerente a seus propósitos, constatou-se pelo presente estudo, sua total adaptabilidade a uma pequena área com influência de limitado alcance. A metodologia é composta por passos que são sobrepostos e complementados por outros e, através de sucessivas fragmentações e agrupamentos, sistematizam os problemas conduzindo às soluções. Por sua aplicação, esquadrinhou-se a ilha do Campeche a partir do início do século XX: os problemas, os agentes e suas inter-relações; os processos, suas causas raízes e implicações e, fechando a análise, os encaminhamentos propostos.

Para caracterização dos problemas e agentes foi necessário o levantamento de dados ambientais e históricos. Assim, o perfil do objeto de estudo foi construído com o aporte de significativa produção científica existente e da documentação arquivada nos órgãos públicos. Permanecendo ainda lacunas, referentes ao último cinqüentenário, recorreu-se à memória oral da comunidade e a fotografias aéreas do século passado, tendo sido a recuperação da história construída a partir do cruzamento dessas informações.

Seguindo as etapas da metodologia, aplicou-se a Análise da Cadeia Causal aos quatro problemas ambientais identificados: escassez de água, poluição, modificação de *habitats* e comunidades terrestres e exploração não sustentável de recursos marinhos. A

construção da Cadeia Causal foi exaustiva, pelas constantes modificações geradas pelas discussões e pelas análises do material apresentado nos anexos e apêndices.

Para o problema **Escassez de Água** constatou-se alteração qualitativa, pois atualmente só se faz uso de água salobra. E embora não se tenha indicativo da disponibilidade, é preocupante o uso indiscriminado através de ponteiras cujas bombas chegam a funcionar horas seguidas nos dias de alta visitação. O quadro aponta para a necessidade de um diagnóstico que será determinante para a definição da capacidade de suporte da Ilha.

Situação similar é encontrada no aspecto mais crítico do problema ambiental **Poluição**, no que diz respeito ao desconhecimento da extensão do risco de contaminação microbiológica e química no lençol freático e no sítio arqueológico de habitação existente na planície da praia. Identicamente aqui se faz necessário um diagnóstico e a instalação de um sistema adequado à fragilidade do ambiente em questão.

O problema ambiental **Modificação de Habitats e Comunidades** foi restrito à porção **terrestre** pela falta de indicadores ambientais para a área marinha. Assim, a única atividade passível de análise seria a pesca, que é atendida no último problema da ACC.

As modificações exercidas no ambiente terrestre atingem tanto o ambiente natural quanto o patrimônio arqueológico. Enquanto a remoção da vegetação para alimentar a indústria baleeira e para o plantio nas encostas, teve sua regeneração iniciada com a interrupção dessas atividades, as intervenções físicas ocorridas na planície da praia significaram um impacto irreversível nos sítios arqueológicos de habitação e um potencial risco de comprometimento do lençol freático e ainda a introdução de espécies exóticas invasoras comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio. Em suma, o cultivo havido até a metade do século XX significa um impacto prolongado e reversível, enquanto que a ocupação da praia e arredores representa um impacto concentrado em praticamente seis décadas e com aspectos irreversíveis.

Na análise da **Exploração dos Recursos Pesqueiros**, evidencia-se uma significativa mudança de direção, rumo à insustentabilidade, determinada pelo aporte da pesca industrial. Este aporte vem atender às questões econômicas e passa a ser impactante na medida em que a atenção ao meio ambiente ainda é insuficiente.

A primeira alteração tecnológica significativa é tida pela substituição do remo pelo motor nos barcos e pelos instrumentos de pesca, antes redes de barbante e hoje petrechos variados de alta eficiência. No entanto esta evolução ocorrida na pesca artesanal representa um impacto diminuto se comparada com a pesca industrial. Esta é especialmente preocupante na ilha do Campeche por criar problemas não somente ambientais mas também sociais, ao competir pelos recursos com a comunidade de pescadores artesanais. E se, como foi indicado, a proteção dada a outras áreas incrementa a exploração da ilha do

Campeche, faz-se necessário portanto dotá-la de instrumentos especiais também nesta questão.

As causas raízes, resultantes da análise dos quatro problemas ambientais discutidos acima, são de natureza **cultural, econômica** e de **governança**. A questão cultural claramente demonstra a falta de conscientização e a necessidade de estender os processos de educação ambiental e patrimonial a todos segmentos envolvidos. Já as causas de origem econômica, embora possam ser minimizadas pelos efeitos de uma alteração comportamental, necessitam de normatização específica e fiscalização, solucionadas ao interferir na questão da governança.

Em síntese, fica clara a necessidade de continuidade de ações educativas, com ampliação do público alvo, e da mesma forma para a política normativa, aqui sendo indicada uma maior rigidez.

Assim, a metodologia Giwa, pela aplicação da ACC, conduziu para a organização do grande acervo de informações agregadas ao longo dos anos (resumido nos APÊNDICES e no capítulo 4) e montagem de um diagnóstico detalhado. Poder-se-ia, como feito em outros estudos, finalizar neste ponto a dissertação sem com isto estar imputando-lhe um menor valor. No entanto, neste caso específico em que há possibilidade de aplicação dos resultados obtidos como colaboração a uma efetiva gestão em curso, evidenciou-se a importância de dar prosseguimento e aplicar o método de Análise das Opções Políticas. Nesta última parte, assim como foi oferecido pela ACC, os procedimentos indicados foram de especial eficiência na organização das inúmeras informações acumuladas e na seleção de prioridades.

Inicialmente, para reunião das evidências, detalha-se os grupos envolvidos, bem como suas atividades e competências. Sobressaem duas questões definidoras da situação estabelecida: a falta de um corpo de fiscais no Iphan e a não regulamentação do direito de multar do Decreto-lei nº. 25/ 1937. Ambas conduzem à necessidade de apoio de outros órgãos públicos e expõem uma fragilidade institucional criada pela falta de autonomia. Quanto aos grupos da sociedade civil envolvidos, constatou-se que todos possuem interesse de usufruto ou exploração comercial, diferindo o grau de conscientização. Diferentes também são os impactos resultantes de suas interações e, sob este enfoque, pode-se estabelecer uma comparação entre o uso turístico pelos visitantes externos e pelos ocupantes. Os primeiros permanecem na ilha em torno de três horas e os segundos hospedam-se por vários dias representando uma maior interação. Esta merece uma investigação detalhada da dimensão das conseqüências que resulte em uma normatização mais criteriosa.

No fechamento da metodologia, é apresentada uma listagem (Coisas que o Governo Faz) que apresenta uma ampla gama de propostas. Aqui o método abre ao máximo a

identificação de inúmeras possibilidades para, após feito o detalhamento, afunilar através de uma seleção. Para tanto utiliza uma matriz onde é avaliada a aplicabilidade. Nesta foi feito, inicialmente, um estudo utilizando notas de zero a cem, o que dificultou o prosseguimento das etapas pela dificuldade de justificar a pontuação. Optou-se então por trabalhar com faixas (nula - zero, mínima - 25, média - 50, alta - 75 e máxima - 100) resultando em um incremento de coerência significativo. Seguindo na direção de extrair a essência, ainda são feitas avaliações até a síntese final.

Enfim, considerando-se a necessidade principal de organização das informações e condução do processo analítico minimizando a subjetividade inerente à vivência da autora, reafirma-se o indiscutível potencial de sistematização da metodologia Giwa, criada para grandes sistemas aquáticos, e aqui aplicada de forma inédita a uma pequena área insular.

Mas a principal contribuição é a análise e a avaliação do *status quo* e das ações potenciais para a gestão da ilha do Campeche, constituindo-se em um documento de apoio aos tomadores de decisão: foram alcançados resultados aplicáveis e a indicação de que a gestão vinha seguindo em uma direção correta, necessitando, no entanto, de adequações e reforços.

REFERÊNCIAS

- ABDALLAH, P. R; MARQUES, M.; LANNA, A. E. & POLETTE, M. **Policy options**. In: GLOBAL INTERNATIONAL WATERS ASSESSMENT. Brazil Current, GIWA Regional assessment 39. p.109-121. University of Kalmar on behalf of United Nations Environment Programme. Abril 2004, 192 p. Disponível em: <http://www.giwa.net/areas/reports/r39/policy_options_giwa_r39.pdf>. Acesso em: 3 set. 2006.
- AGUIAR, R. **Levantamento de arte rupestre na ilha de santa catarina e ilhas adjacentes**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997. p. 49-52.
- ALMEIDA, E. B.; DOMINGUES, J. & ROSA. Planejamento e Gestão Sustentável de Empreendimentos Turísticos: o caso da Ilha de Porto Belo/ SC. In: X ENTBL – Encontro de Turismo com Base Local. João Pessoa/ PB, 2007.**Resumos**.
- BARDACH, E. **A Practical Guide for Policy Analysis: the eightfold path to more effective problem solving**. New York, London: Chatham Houser Publishers, 2000. 102p.
- BASTOS. R. L. & TEIXEIRA, A. **Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico**. Organização Haroldo Gallo, Rossano Lopes Bastos e Marise Campos de Souza. São Paulo: 9ª. SR/ IPHAN, 2005. 201 p.
- BELAUSTEGUIGOITIA, J. C. Causal Chain Analysis and Root Causes: The GIWA approach. **Ambio**, v. 33, n. 1-2, p. 7-12, 2004. Disponível em: <http://www.giwa.net/publications/articles/ambio/article_2.pdf>. Acesso em:8 abr.2007.
- BERKES, F. Conexões institucionais transescalares. In: Vieira, P. F.; Berkes, F. & Seixas, C. S. **Gestão Integrada e participativa de recursos naturais: conceitos métodos e experiências**. Florianópolis: Secco/APED, 2005. 416 p.: il. p.293-332.
- BOITEUX, H. Corsários na Costa Catharinense. **Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico de Santa Catharina**, v. VII. Florianópolis: Typ. da Escola de Aprendizes Artífices, 1918. p. 23-27.
- BOITEUX, J. A. (org.) **Diccionario Historico e Geographico do Estado de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Azevedo Irmaões, 1915. v.1
- BONATTI, J. **Uso e Seleção de Hábitat, Atividade Diária e Comportamento de *Nasua nasua* (Linnaeus, 1766) (Carnívora; Procyonidae) na Ilha do Campeche, Florianópolis, Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em Ecologia) - Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006. 134p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **Decreto nº 3.551**, de 04 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que Constituem Patrimônio Cultural Brasileiro. Cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em: 12 fev. 2006.

_____. **Decreto nº 5.300**, de 7 e dezembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5300.htm>. Acesso em: 26 dez. 2007.

_____. **Decreto-lei nº 25**, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/legislac/decretolei25.htm>>. Acesso em: 20 ago.2004.

_____. IPHAN. **Visitação na Ilha do Campeche - dezembro/2005 - abril/2006**. Florianópolis: 2006. 33p., anexos.

_____. IPHAN. **Visitação e Uso da ilha do Campeche**. Relatórios dezembro/2006 a abril/2007. Florianópolis: 2007. 93 p.

_____. **Lei nº 378**, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=225>>. Acesso em: 12 fev.2006.

_____. **Lei nº 3.924**, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/legislac/lei3924.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2004.

_____. **Lei nº. 4.771**, de 15 de setembro de 1965. Institui o Código Florestal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4771.htm>. Acesso em: 26 dez. 2007.

_____. **Lei nº. 7.661**, de 16 de maio de 1988. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7661.htm>. Acesso em: 26 dez. 2007.

_____. **Lei nº. 7.735**, de 22 de fevereiro de 1989. Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L7735.htm>>. Acesso em: 13/12/2007.

_____. **Lei nº 9.605**, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre a proteção ao meio ambiente. A lei da natureza: lei de crimes ambientais. Brasília: IBAMA, 1998. 62 p.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação-Geral de Vigilância em Saúde Ambiental. **Portaria MS n.º 518/2004**. Brasília: Editora do

- Ministério da Saúde, 2005. 28 p. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/portaria_518_2004.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2007.
- _____. Ministério do Meio Ambiente. IBAMA. **Plano de Manejo da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo**. Encarte 4, jul. 2004. Disponível em: <<http://www.arvoredo.org.br/engine.php?lt=gestao&pg=gestao2&subitem=projeto>>. Acesso em: 17 jan. 2006.
- _____. Ministério do Meio Ambiente. **Lei nº 9.985**, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap/doc/snuc.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2006.
- _____. **Portaria nº 07**, de 01 de Dezembro de 1988. Regulamenta as pesquisas de campo e escavações arqueológicas no País. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/legislac/arqueologica/portaria07-88.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2004.
- _____. **Portaria nº 07**, de 18 de julho de 2000. Declara o tombamento nacional do Sítio Arqueológico e Paisagístico da ilha do Campeche. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Seção 1**, p.46.
- _____. Portaria nº 143-N, de 22 de dezembro de 1994. Disponível em: <www.ibama.gov.br/cepsul/legislacao.php?id_arq=151>. Acesso em: 31 dez. 2007.
- BURDA, C. L.; POLETTE, M. & SCHIAVETTI, A. Análise da Cadeia Causal para a Criação de Unidade de Conservação: Reserva Extrativista Marinha de Itacaré (BA) – Brasil. **Revista de Gestão Costeira Integrada**, v.7, n.1, 2007. p. 57-67. Disponível em: <http://www.aprh.pt/rgci/pdf/rgci7_7_Burdaetal.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2007.
- CARUSO JÚNIOR, F. Mapa geológico da Ilha de Santa Catarina. **Notas Técnicas**, n. 6. Porto Alegre: Centro de Geologia Costeira e Oceânica- CECO, Universidade do Rio Grande do Sul, 1993. 28p.
- CHAMAS, C. Tombamento como proteção ao patrimônio cultural e natural - o caso da Ilha do Campeche/ SC. In: MILANO, M. S. & THEULEN, V. (org.). Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, 2., 2000, Campo Grande. **Anais...** Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2000. Volume II. Trabalhos Técnicos, p. 562-571.
- _____. A evolução do processo de visitação na ilha do Campeche. In: Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação, 1., 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Grupo de Estudos Ambientais – GEA, 2005. 1 CD-ROM.
- COMERLATO, F. Preservação, educação e patrimônio arqueológico: a experiência do curso de capacitação dos monitores da Ilha do Campeche. **Revista de Arqueologia**. [Org. Anderson Loureiro]. Florianópolis: 11ª. S.R./ SC- IPHAN, 2002. p.39-46.

- _____. **Análise espacial das armações catarinenses e suas estruturas remanescentes: um estudo através da arqueologia histórica.** Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1998. 305p.
- _____. **As Representações Rupestres do Litoral de Santa Catarina.** Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2005.
- _____. As representações rupestres do Estado de Santa Catarina, Brasil. **Revista Ohun.** Revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da UFBA. Salvador/ BA, ano 2, n. 2, out 2005b. p. 150-164. Disponível em: <<http://www.revistaohun.ufba.br/html/artigo5n2.html>>. Acesso em: 24 mar. 2006.
- CONSENS, MARIO. Rock art sites of Southeastern South America. In: STEINBRING, JACK. Rock art studies in the Americas. **Oxbow Monograf**, n.45, p.151-163. Grã-Bretanha: The Short Run Press, 1995.
- COURA NETO, A.B. & KLEIN, R.M. Vegetação. In: INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS – IPUF **Mapeamento Temático do Município de Florianópolis.** Florianópolis. IBGE/ IPUF, 1991.
- COUTINHO, A. & SOUSA, J. G. de. **Enciclopédia de Literatura Brasileira.** São Paulo: Global; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Academia Brasileira de Letras, 2001: 2 v.
- CRUZEIRO DO SUL, 1957. **Levantamento do Estado de Santa Catarina (1957).** Folhas 1347, 1348. , esc aprox 1:25.000, altura vôo 3825m, câmara Fairchild F.224, f=153mm.
- CRUZEIRO DO SUL, 1977. **Fotografia aérea vôo1977/78/79.** Folhas 20562, 20561, escala média das fotografias 1:25.000, filme Pancromático, câmara Zeiss RMK-15/23, distância focal nominal 153m.
- DA ROS, J. P. **Turismo: algumas memórias sobre a Ilha do Campeche.** Dissertação (Mestrado em Mídia e Conhecimento) - Curso de Pós-graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. 123 p.
- ELLIS, M. **As Feitorias Baleeiras Meridionais do Brasil Colonial.** 1966. Tese de livre docência – USP, São Paulo. Tomo I.
- _____. **A Baleia no Brasil Colonial.** São Paulo: Melhoramentos, EDUSP, 1969. 235p.: il. p. 57-87
- FLORIANI, D. C. **Situação atual e perspectivas da Área de Proteção Ambiental do Anhatomirim – SC.** Dissertação (Mestrado em Geografia), Departamento de Geociência, Universidade Federal de Santa Catarina, 2005. 103p.

- FLORIANÓPOLIS. **Lei nº 2193**, de 03 de janeiro de 1985. Dispõe sobre o zoneamento o uso e a ocupação do solo nos balneários da ilha de Santa Catarina declarando-os área especial de interesse turístico e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br/sc/florianopolis/>>. Acesso em: 20 ago. 2004.
- GARCIA-PÉREZ, L. & HEYER, W. R. Description of the advertisement call and resolution of the systematic status of *Leptodactylus gracilis delattini* Müller, 1968 (Amphibia: Leptodactylidae). **Proc. Biol. Soc.**, Wash., n. 106, p. 51-56. 1993. Apud: SILVA, A. P. Z. *et al.* Chromosomal and molecular analyses of *Leptodactylus gracilis gracilis*, *L. gracilis delattini*, and *L. plaumanni* (Anura, Leptodactylidae): taxonomic implications. *Amphibia-Reptilia*, n. 25, p. 185-196. 2004
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206p.
- GIWA - GLOBAL INTERNATIONAL WATERS ASSESSMENT. Disponível em: <<http://www.giwa.net>>. Acesso em: 2 set. 2005.
- _____. Annexes. In: **Challenges to International Waters: Regional Assessments in a Global Perspective**. 2006. p. 94-120. Disponível em: <<http://www.giwa.net/publications/finalreport/annexes.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2007.
- _____. **GIWA Metodología: Evaluación Detallada. Análisis de Cadena Causal. Análisis de Opciones de Política.** Versión final mayo 5, 2002. Disponível em: <<http://www.giwa.net>>. Acesso em: 2 set. 2005.
- _____. **Metodologia GIWA: etapa 1 – Avaliação da Escala Geográfica e do Alcance dos Impactos**, versão 10 jul. 2001. Disponível em: <<http://www.giwa.net>>. Acesso em: 2 set. 2005.
- GRUPO DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL DA ILHA DO CAMPECHE. **Projeto para tráfego marinho na baía da ilha do Campeche**. Mimeo, Florianópolis, 2001. 29 p.
- INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. **Dicionário eletrônico da língua portuguesa**. Versão 1.0. [S.l.]: Editora Objetiva, 2001. 1 CD-ROM.
- IBAMA. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Guia do chefe**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/siucweb/guiadechefe/guia/c-1corpo.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2006.
- IBGE. Diretoria de Geodésia e Cartografia. **Carta do Brasil**. Folha SG-22-Z-D-V-2 (Lagoa), [19--]. Escala 1:50:000.
- IPHAN. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Ilha do Campeche/ SC: proposta de tombamento**. Florianópolis: 11^a. Coordenação Regional/ IPHAN/ SC, 1998. 147p.: il.

- _____. Localização e Implantação das Edificações. Prancha 01. In: **Levantamento Arquitetônico - Ilha do Campeche**. Florianópolis: 11^a. Superintendência Regional/IPHAN/ SC, 2006. 19 pranchas.
- _____. **Portal**. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em: 12 fev. 2006b.
- IKONOS/ GOOGLE EARTH, 2004. **Imagem digital 2004**. Resolução 1 m.
- IPIUF. INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS. **Restituição escala 1:10.000**. Levantamento Aerofotogramétrico. Aglomerado urbano de Florianópolis. Folha SG.22-Z-DVI-1-SO-C. 1979.
- JUNKS, K. R. **Eles franceses voadores lá nós ilhéus cá**. História do Campeche, enquanto pouso de aviação francesa. Primeira metade do século XX. Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.
- KANAN, M. I. C. & BASTOS, R. L. **Collaborative attitudes in the context of archaeological conservation in Brazil: the case study of Campeche Island and Middens Shells in Santa Catarina State**. In: Fifth World Archaeological Congress, Washington, DC. 2003. p.190-212.
- KLEIN, R. M. Ecologia da flora vegetal do vale do Itajaí. Itajaí: **Sellowia**, n. 32, 1980.
- LANNA. E. A. **Consultoria de apoyo para la preparación del Analisis de Diagnostico Transfronterizo (ADT)**. Montevideo/ Uruguay: Proyecto para la Proteccion Ambiental Y Desarrollo Sostenible del Sistema Acuifero Guaraní, 2006. 77 p. Digitado.
- LANNA, A. E.; MARQUES, M.; ABDALLAH, P. R. & POLETTE, M. **Causal Chain Analysis**. In: GLOBAL INTERNATIONAL WATERS ASSESSMENT. Brazil Current, GIWA Regional Assessment 39. p. 86-108. University of Kalmar on behalf of United Nations Environment Programme. Abril 2004, 192 p. Disponível em: <http://www.giwa.net/areas/reports/r39/giwa_regional_assessment_39.pdf>. Acesso em: 2 set. 2005.
- LIMA, M. L. P. **Recursos naturais do entorno marinho da ilha do Campeche**. Subsídios para a Gestão. Monografia (Especialização em Gestão dos Recursos Naturais) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2007.
- LIMA, M. L. P.; SCHMIDT, A.; CHAMAS, C. & WEGNER, E. **Implantação de trilhas subaquáticas guiadas – Ilha do Campeche, Florianópolis-SC**. In: Agência Brasileira de Gerenciamento Costeiro (org.). ENCOGERCO – Encontro Nacional de Gerenciamento Costeiro. Florianópolis, 2006.
- LUCAS, K. **A arte rupestre do município de Florianópolis**. Florianópolis: Rupestre, [19--] 153p.: il.
- MARQUES, M. **Análise da Cadeia Causal da degradação dos recursos hídricos: Proposta de Modelo Conceitual do Projeto GIWA UNEP/GEF**. In: 2o Simpósio de Recursos Hídricos do Centro Oeste, 2002, Campo Grande-MS. Anais do 2o Simpósio

- de Recursos Hídricos do Centro Oeste SIMPORH. Campo Grande : Associação Brasileira de Recursos Hídricos ABRH, 2002.
- MARQUES, M. & KNOPPERS. **Regional definition**. Disponível em: <http://www.giwa.net/areas/reports/r39/regional_definition_giwa_r39.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2006.
- MASI, M. A. N. DE. A arte pré-histórica da ilha do Campeche. **Revista de Arqueologia**. [Org. Anderson Loureiro]. Florianópolis: 11^a. S.R./ SC- IPHAN, 2002. p.47-56.
- MARGHOTI, A. M. **Um Estudo sobre os aspectos sócio-ambientais e turísticos da ilha do Campeche**. Monografia - Curso de Especialização em Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. 121p.
- MARINHA USA, 1938. **Fotografia aérea vôo 1938**. Folhas 227, 228, 249, 250. Esc. Aprox. 1:30.000.
- MAZZER, A. M. **Análise de ecologia da paisagem em ilhas do litoral do Estado de Santa Catarina**. 1998. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Oceanografia) - Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí/ SC, 1998. 200 p.
- _____. **Análise da Estrutura da Paisagem da Ilha do Campeche, (SC)**: um breve ensaio sobre manejo insular. Itajaí, 1999. 52 p.
- _____. **Aspectos de ecologia da paisagem da Ilha do Campeche (Florianópolis-SC)**: Uma Contribuição ao Manejo Insular. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001. 242 p.
- _____. Caracterização da Costa Rochosa da Ilha do Campeche (Florianópolis-SC). In: Simpósio Nacional de Geomorfologia, 4. **Anais...** São Luiz/ MA, 2002.
- _____. Relatório. **Estudo de capacidade de suporte da Ilha do Campeche - Florianópolis**. Florianópolis, 2007. 19 p.
- MAZZER, A. M. & BONILHA, L.E. Estudo de gradientes costeiros em ilhas do litoral de Santa Catarina, através de Análise de Componente Principal (PCA). In: V Simpósio de Ecossistemas Brasileiros. **Anais...** Vitória/ ES: ACESP/ ABC, 2000.
- MAZZER, A. M. & PANITZ, C. M. N. Environmental analysis and zoning of Campeche island (Florianópolis, Brasil): a landscape ecology approach to insular management. **Journal of Coastal Research**. Brasil, n. SI 39, 2004.
- MAZZER, A. M. & POLITANO, A. T. **Aplicações do sistema de informações geográfica (SIG) na análise ambiental da Ilha do Campeche (Florianópolis-SC)**. GIS Brasil, 2002.
- MONTEIRO, M. M. & FURTADO, S. M. de A. O Clima do Trecho Florianópolis-Porto Alegre: uma Abordagem Dinâmica. Florianópolis: **Geosul**,n.19/20, p.117-133,1995.

- MEDEIROS, J. de D. **Relatório de Vistoria a Ilha do Campeche (Florianópolis, SC)**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina/ Depto. Botânica, 20067p. (il.).
- MOTTA, P. C. S. da. **Diagnóstico e análise da Cadeia Causal dos problemas ambientais em RPPNs e no entorno**: municípios de Silva Jardim e Casimiro de Abreu, RJ. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. 133 p.
- MÜLLER, P. Beitrag zur Herpetofauna der Insel Campeche (27°42'S/48°28'). **Salamandra**, n. 4, 1968. p 47-55. *Apud*: SILVA, A. P. Z. *et al.* Chromosomal and molecular analyses of *Leptodactylus gracilis gracilis*, *L. gracilis delattini*, and *L. plaumanni* (Anura, Leptodactylidae): taxonomic implications. *Amphibia-Reptilia*, n. 25, 2004. p. 185-196.
- NAKA, L. N. & RODRIGUES, M. **As aves da Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2000. 294p.:il.
- NIMER, E. **Climatologia do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. 422p.: il.
- PELUSO JUNIOR, V. A. **Aspectos geográficos de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991. *Apud* MAZZER Aspectos de Ecologia da Paisagem da Ilha do Campeche (Florianópolis-SC): Uma Contribuição ao Manejo Insular. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) -Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001. 242 p.
- PIAZZA, W. F. **Santa Catarina**: sua história. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983
- PIETRO FILHO, J. E. **Ilha do Campeche**: a importância do estudo de capacidade de carga. 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. 82 p.
- PUPO, M. M.; SOTO, J. M. R. & HANAZAKI, N. Captura incidental de tartarugas marinhas na pesca artesanal da ilha de Santa Catarina, SC. **Revista Biotemas**, v.19, n.4. Florianópolis: UFSC/ Centro de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Santa Catarina, 2006. p. 63-72. Disponível em: <<http://www.biotemas.ufsc.br/pdf/volume194/p63a72.pdf>>. Acesso em 30 dez. 2007.
- REIS, A. **Manejo e Conservação das florestas catarinenses**. Monografia (Concurso de professor titular) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993. 137 p.
- REIS, A. Vegetação da Ilha do Campeche – Florianópolis – SC. In: IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Ilha do Campeche/ SC**: proposta de tombamento. Florianópolis: 11^a. Coordenação Regional/SC, 1998. 107p.: il.
- REITZ, P.R. Os nomes populares das plantas de Santa Catarina. **Sellowia**, n.11, p.9-148. Itajaí: Herbário Barbosa Rodrigues, 1959.
- RENNIE, J. K. & SINGH, N. C. Participatory research for sustainable livelihoods: a guidebook for field project. Winnipeg, Canada: International Institute for Sustainable Development, 1996. p. 49. *Apud* SEIXAS, C. S. Abordagens e técnicas de pesquisa

- participativa em gestão de recursos naturais. *In*: Vieira, P.F.; Berkes, F. & Seixas, C.S. **Gestão Integrada e participativa de recursos naturais**: conceitos métodos e experiências. Florianópolis: Secco/APED, 2005. p. 73-105.
- ROHR, J. A. Petroglifos da Ilha de Santa Catarina e ilhas adjacentes. **Pesquisas**, Série Antropologia, n.19, p.1-30. São Leopoldo/ RS: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1969. p.18-27,29.
- RÖPER, M. Geografia Social e Unidades de Conservação. Reflexões teóricas e exemplos da bacia do Alto rio Paraguai (MG). **Geosul**, v. 14, n. 27, p.45-66. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.
- ROSA, O. R. & HERRMANN, M. L. Geomorfologia. *In*: INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS – IPUF **Mapeamento Temático do Município de Florianópolis**. Florianópolis. IBGE/IPUF, 1991
- ROSA, R. G. & DOROW, S. H. Administração da Visitação Turística Vs. Operacionalização: o caso da Ilha de Porto Belo. *In*: Encontro de Turismo com Base Local. 10, 2007. João Pessoa/ PB.
- ROSÁRIO, L. A. do **As aves em Santa Catarina**: distribuição geográfica e meio Ambiente. Florianópolis: FATMA, 1996. 326p.
- RUSCHMANN, D. M. & ROSA, R. G. A Sustentabilidade como Estratégia de Desenvolvimento em Empreendimentos Turísticos- o caso da Ilha de Porto Belo/ SC. *In*: IV Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul/ RS, 2006.
- RUSCHMANN, D. M. & ROSA, R. G. O monitoramento da Sustentabilidade como Estratégia Competitiva em Empreendimentos Turísticos: o caso da Ilha de Porto Belo. *In*: SLADE Brasil e Encontro Luso-Brasileiro de Estratégia. **Anais...** Balneário Camboriu, 2006b.
- SANTA CATARINA. GAPLAN - Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. Subchefia de Estatística e Informática. **Atlas de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1986. 173 p.
- SCHEIBE, L. F. Aspectos geológicos e geomorfológicos. *In*: PEREIRA, N. do V. *et al.* (org.) **A ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2002.
- SCHMIDT, A. D. & LIMA, M. L. P. Diagnóstico da comunidade de pescadores artesanais da Armação do Pântano do Sul, Ilha de Santa Catarina, SC, Brasil. *In*: Encontro Nacional da ANPEGE, 7, 2007a, Niterói/ RJ. **Resumos...** 1 CD ROM.
- SCHMIDT, A. D. & LIMA, M. L. P. Relatório. **Diagnóstico do entorno marinho – Patrimônio Nacional Ilha do Campeche**. Florianópolis: IPHAN – 11°SR/ SC, 2007b.

- SEIXAS, C. S. Abordagens e técnicas de pesquisa participativa em gestão de recursos naturais. In: Vieira, P. F.; Berkes, F. & Seixas, C. S. **Gestão Integrada e participativa de recursos naturais**: conceitos métodos e experiências. Florianópolis: Secco/APED, 2005. p. 73-105.
- SEIXAS, C. S. & BERKES, F. Mudanças Socioecológicas na pesca da lagoa de Ibiraquera, Brasil. In: Vieira, P. F.; Berkes, F. & Seixas, C. S. **Gestão Integrada e participativa de recursos naturais**: conceitos métodos e experiências. Florianópolis: Secco/APED, 2005. 416 p.: il. p.113-146.
- SILVA, A. P. Z. *et al.* Chromosomal and molecular analyses of *Leptodactylus gracilis gracilis*, *L. gracilis delattini*, and *L. plaumanni* (Anura, Leptodactylidae): taxonomic implications. **Amphibia-Reptilia**, n. 25, p. 185-196, 2004.
- SILVA, L.C. & BORTOLUZI, C.A. **Texto explicativo para o mapa geológico de Santa Catarina**. Florianópolis: DNPM/SECTEME, 1987. Escala 1:500.000. Apud MAZZER, A. M. Aspectos de Ecologia da Paisagem da Ilha do Campeche (Florianópolis-SC): Uma Contribuição ao Manejo Insular. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) -Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.
- SILVA FILHO, F. A. da **Introdução ao levantamento florístico da Ilha do Campeche- SC**. Florianópolis, 1983. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1983. 62 p.
- SOARES, F. F. Expressões Gráficas na Ilha do Campeche, Município de Florianópolis-SC. In: **História**, Porto Alegre, n. 6, 2002. p.61-72.
- _____. **Expressões Rupestres da Ilha do Campeche - SC**. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. 215p.
- SOUZA FILHO, C. F. M. de **Bens culturais e proteção jurídica**. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1996. 139p.
- STODIECK, A. A Ilha João da Cunha. In: KOHL, D. H. B. **Porto Belo**: sua história, sua gente. Blumenau: Odorizzi, 2. ed, 2001. 326p.: il.
- TAMAR-SUL. **Tartarugas ilha do Campeche** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <c.chamas@terra.com.br> em 10 jan. 2008.
- VÁRZEA, V. **Santa Catarina- A Ilha**. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1985. 240p.: il
- WAHRLICH, R. **A Reserva Biológica Marinha do Arvoredo (SC) e a atividade pesqueira regional**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999. 140 p.
- WEGNER, E. (org.) **Guia de Mergulho**: Florianópolis: Ilha de Santa Catarina. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2004. 112p.: il.
- WEGNER, E.; SCHIMDT, A. & LIMA, M. L. P. **Diagnóstico preliminar da porção marinha da ilha do Campeche**. Relatório Técnico – UNIVALI – Laboratório de Mergulho Subaquático. 2004b.

ANEXO A – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM PESCADORES

A entrevista é iniciada com a coleta de dados pessoais do entrevistado, seguida de perguntas relacionadas à ilha do Campeche. Divide-se em três partes: descritiva, analítica e propositiva.

DESCRIÇÃO

É feita a pergunta “Qual a primeira vez que foi à ilha do Campeche?”. Quando a resposta for monossilábica seguir com as perguntas “Com quem foi?”, “Por quê?”, “Como era naquela época?”.

Seguir conduzindo o entrevistado para caracterização do ambiente na época, bem como das transformações ocorridas até hoje. A seguir são apresentadas sugestões de perguntas para serem utilizadas em função da pertinência com a situação criada:

- Cultivo

Já houve cultivo na Ilha? De quê? Quando? Por quem?

- Pesca

Quem pescava na época? Como? E hoje?

Há alguma atividade que deva ser mudada?

Percebe alguma alteração na oferta de pescado? Sabe por quê? Sugere alguma alteração ou providência?

Percebe alguma alteração de pontos interessantes para pesca?

Como é a relação dos pescadores artesanais com os barcos de pesca industrial?

- Água

Havia água na Ilha? Havia poço? Ainda há?

Como era córrego? Como é hoje?

Sobre a outra forma de captação, ponteiras: Quantas existem e a quem servem? Quem construiu? Quando?

Qualidade de água: mudou? Quando? Porquê? E o sabor?

- Uso do solo

Como eram as construções? Quem fez?

- Flora

Que plantas havia? Quais foram levadas para a Ilha? Quando? Por quem? Onde plantaram?

- Fauna

Que animais havia? Quais animais foram levados para a Ilha? Quando? Por quem?

Há algum que não seja mais visto? Qual? Desde quando?

- Descreva o que se lembra. E como é hoje?

ANÁLISE

É pedido ao entrevistado para listar os eventos que considera importante na história da ilha do Campeche.

PROPOSTA

São feitas perguntas tais como “Como você gostaria que a ilha do Campeche fosse para seus netos?” e “O que pode ser feito hoje para alcançar seu desejo?”.

ANEXO B –ENTREVISTAS - PESCADORES

As entrevistas a pescadores tiveram como critério de escolha as pessoas mais idosas da comunidade que tenham freqüentado a ilha do Campeche por um período significativo de suas vidas.

Todas foram aplicadas pela autora e transcritas por terceiros e são aqui apresentadas pela ordem cronológica em que foram realizadas.

B.1 ALDO CORREIA DE SOUZA

Material utilizado: papel e caneta.

Material produzido: anotações feitas a mão.

Local e data entrevista: calçada da residência (Armação), 29/06/2007, das 9h às 10h.

Presentes durante entrevista: Andreoara Schmidt.

Observações: A entrevista foi interrompida pois o entrevistado tinha um compromisso. Os trechos entre aspas são transcrições literais.

Nasci em 1940 na Armação.

Fui a Ilha pela primeira vez aos sete anos levado pelo meu pai que era pescador.

Quando ia para a Ilha era cuidado por Sr José Tiago que era pescador de Gancho e pescava na ilha do Campeche.

Na ilha do Campeche “tinha 12 galpões de nossos pescadores”. “Meu tataravô já pescava na ilha do Campeche”.

Em 1949 foi inaugurado o Clube de Caça e Pesca e o primeiro presidente foi Luiz d’ Acampora. A sede era no Clube 12 de Agosto, no terminal.

“Fizeram o Casarão em 1952” construído pelo Sr. Joaquim (falecido).

Meu pai foi o primeiro patrão da lancha do Clube e colocou Rodolfo para carregar a madeira para construir o Casarão. Meu pai saiu do Clube mais ou menos em 1958.

Meu pai pescou por 47 anos. Eu já tenho o mesmo tempo de pesca, tirei minha primeira carteira de pescador em 1960.

Os pescadores tinham doze ranchos de palha na Ilha. “Era cortado o coqueiro lá [...] e rachado em quatro” e amarrado com imbé. A estrutura: “eram seis pés [...] um em cada canto e no meio um”. Levava imbé e tiririca daqui. Há dois tipos de tiririca: branca e vermelha. Usava a vermelha, “cortava no caminho do Pântano do Sul”.

“Rachava o bambu para fazer esteira”.

O único galpão de telha era o do Sr João de Jorge (onde era o do Nabor). “com telhas feitas nas coxas [...] depois secava e queimava [...] de cem telhas aproveitava oitenta [...] eram feitas no Duarte, lá em cima, ele tinha um amassador.”

“Na Armação tinha cinco tanques de óleo”. O Capitão Isidro Pires era chefe de escravos e minha mãe (Maria Pires) era bisneta, eu sou trineto do Capitão”. Por parte de pai: meu avô (Pacífico) era português e minha avó era italiana. Por parte de mãe: meus avós eram portugueses açorianos

Na ilha do Campeche “tinha dois tanques em frente ao Nabor [...] o rancho do Nabor era lá”

“A ilha do Campeche pertenceu à Inglaterra, na praia tem um cabo submarino que veio da Inglaterra.”

“Nossos pescadores faziam plantio, quando nasci já tinha roça lá [...] o português gosta de feijão [...] plantava mandioca, feijão, abóbora, milho e tomate [...] o tomate era um compridinho [...] a mandioca levava para o Campeche para fazer farinha [...] em 1952 já plantavam [...] daí tocaram fogo nos ranchos e disseram que compraram a Ilha e foram expulsando os pescadores [...] o Lajeano e o Andrino tem (casa) e nós não, por que não dão direito a nós que somos a quinta geração.”

“Não plantamos café lá”. “O Clube plantou laranja de enxerto (e depois) morreu”

“Em 1954 parou de ter roça [...] último foi pai do Nabor, João Jorge dos Santos [...] por causa do Clube”.

“O Dr. Sebastião Neves [...] diretor da Penitenciária era sócio e levou um casal de macaco prego e um de quati (por volta de) 1956 [...] tinha muito gambá nativo e os quatis comiam tudo [...] tatu não tinha [...] levaram cotia [...] levaram paca que não aguentou.”

Rios: “só tem quando chove [...] o poço atrás da casa do clube foi feito por escravos e reformado pela Couto”.

“Pela parte sul, na frente da casa do chacreiro fizeram um poço, eu tinha 22 anos [...] feito de pedra, junto pé de laranja nativa grande [...] eu ajudei a construir [...] eu não sei como está porque eles não deixam a gente entrar lá.”

Cíntia: Na escavação do poço acharam algo?

“Para cavar esse poço não achamos nada [...] mas achamos uma pombinha de pedra, Sr. Morico, irmão do Floriano que achou [...] com bico, asa, só tinha uma patinha [...] foi a maré que cavou”. “Atrás da casa do Nabor tinha um poço natural que foi abandonado”.

“Os rios não mudaram, quando chove corre, faz quinze anos que não entro [...] quando vou fico na praia, no Nabor, no Lajeano”.

“A Ilha era do Manfredo Leite que passou para o filho, Trajano Leite [...] disse que passaram a posse para o filho”.

“A pesca era muita mudança de peixe mas não tinha valor, mas não tinha como vender, não tinha caminhão [...] tinha que escalar na Ilha”.

“O primeiro caminhão que chegou aqui [...] Ford 49 a gasolina [...] veio do Centro [...] eu tinha cinco seis anos [...] veio para dizer que era o primeiro carro motorizado que vinha para o Pântano do Sul [...] Senhor Panhóca, depois veio diversas vezes, depois comprou um taxi”.

“O pessoal do Clube vinha de caminhão fretado F6”.

“Era muita quantidade de peixe, mas ganhava menos dinheiro, vendia bem pouco peixe fresco”

“Quando eu tinha 17 anos ainda pescava baleia com o barco Luz Divina, com o pai do Nabor e quem matava a baleia era o Arlindo da Costa, (hoje) dono da Pioneira [...] depois fecharam (a caça a baleia)”.

B.2 NABOR JOÃO DOS SANTOS

Material utilizado: papel, caneta e mapas (Fig. 14, 46).

Material produzido: anotações feitas a mão.

Local e data entrevista: quintal da casa (Armação), 29/06/2007, entre 10h15min e 11h30min.

Presentes durante entrevista: vários familiares.

Observações: os presentes participaram de vários momentos da entrevista com informações complementares. Os trechos entre aspas são transcrições literais. Os demais correspondem a anotações feitas pelo entrevistador.



Nasceu em 1947, no dia 12 de julho, mas como na época não registravam na data certa, na certidão está como 8 de agosto.

Foi à Ilha pela primeira vez aos 12 anos com o pai, para passear. Havia galpões de pescador e o casarão do Clube. O Presidente era o General Rosinha.

O galpão ficava uns 3 m a frente da figueira, após o muro do tanque e antes da praia “ainda tinha muito mato”. Tinha medo de ir do galpão ao casarão porque só tinha mato. Tinha madeira tajuveira (mostrou diâmetro com os braços, aproximadamente 60 cm).

Tinha o galpão do pai, do Salentino e do Andrino. O do Andrino “onde é hoje, quando conheci era do Acácio, pescador da Armação”.

Os galpões eram de madeira, sem assoalho, de chão batido (areia).

“Não tinha beliche, tinha tarimba que é feito de coqueiro rachado (sobre ele) colocava tábua, depois manta e já deitava”

“Naquela época tinha macaco e paca. A paca a gente matava para comer [...]”. O macaco pulou em cima de uma mulher do clube que estava deitada e “mataram ele”.

“Tinha plantação [...] o pai colheu muito feijão e farinha para fazer mandioca.”

“Só mataram uma cobra, uma jararaca [...] encheu um balde de madeira”.

“Tinha muito tiê-sangue, mais que hoje [...] tinha muita aracuã [...] mais que hoje [...] tinha gambá, meu pai escalava e trazia para botar no feijão ou assar”.

“Plantação, antes do Clube vir, não vi”

“Tinha uma pedra grande e por baixo dela roça de feijão, era do pai e da turma que trabalhava com ele [...] cinco pessoas” (indicou elevação norte no mapa)

“no vale atrás do casarão também plantava aipim e mandioca” (indicou elevação central no mapa).

“Quando fui já não tinha estas plantações: só pé de chuchu [...] parreira de uva e muita laranja de enxerto (baixinha), carambola, caju, mamão e goiaba da casa 3 até o casarão.”

Pesca - “Na praia há muita cabeça de baleia [...] eu e pai contamos 53 cabeças em uma ressaca (eram tantas que) não dava para chegar com a embarcação [...] Faz 14 anos que ele morreu, ele teve 2 anos doente.”

“Na frente do casarão, na praia, tem um monte de cabo submarino enterrado.”

“A pesca mudou, quando comecei a ir tinha muito cação, quando era menino [...] fazia as mantas e pesava em arroba de 15 kg [...] as embarcações não tinham motor, tudo a remo, vendia um pouco para um e um pouco para outro, tudo escalado. Quando eu comecei a trabalhar (tinha) 14 anos, era anchova e tainha (depois) mudou tipo de rede (antes?) era puxada para praia, (antes era) fio de cordão tipo Gebo ou Gelbo e Barbante, o chumbo era saquinho com areia.”

“Mudou rede [...] mais ou menos 50 anos [...] para essa de agora: náilon e chumbo. Com essa mudança foi melhor porque é mais leve e pega mais peixe.”

“(O Clube) era mais ajeitado, o presidente tratava muito bem a gente, a gente tinha um medo danado. Pai conversava muito com esse General Rosinha. Ele ia sempre armado. Eles levavam arma para lá, espingarda, para caçar (havia) um tal de Camargo (que gostava de caçar), era sócio, eu era novo e ele já era de idade.”

Na Ilha, na época quando cheguei lá a “primeira rua que abriram: do casarão até (uma) casa do Clube [...] era tudo mato, era tudo fechado, árvore... baraço²¹ (esporão de galo, unha de gato, tajuveira), tinha muita grandiuva, árvore grande, é comida para gado”

(Sobre árvore chamada campeche: nunca ouviu falar.)

O restaurante já foi mudado três vezes.

Na elevação norte: “a pedra aparecia todinha, era linda, hoje está tudo cheio de baraço.”

Onde? “Tinha muita banana, abacate, caju, a gente trazia de sacola para casa.”

Pesca - “pescava muito de caniço, meu pai trazia muito marimbau e garopa escalado (pescava) no lajeado, no saltador. No saltador dava mais marimbau. Saltador era o melhor lugar para encostar com a proa e saltar” Filho ajuda: “em frente a caverna do morcego”

“a pesca hoje está muito fraca, cada ano diminui, até gente para trabalhar não se encontra. (Os ajudantes) antigamente eram mais da Armação (mas também) ia do Campeche e do Ribeirão na época da tainha. Isso no tempo que o pai mudou a rede para cerco [...] eu não trabalhava porque era novo, era meu irmão (o encarregado).”

“Hoje tenho duas redes de cerco [...] tem licença (..) foi a Pioneira que fez (o pedido da licença) para o pai. Eram quatro redes: o Acácio tinha duas. (Depois) o Arlindo comprou as do Acácio. (Depois) passou de quatro para duas porque não dava conta (aproximadamente em) 1980”

Tipos de pesca atualmente na Ilha:

- Cerco – “acredito que não vai ficar por muito tempo porque não se acha gente para trabalhar

- Arrasto de praia – “quase não tem mais, esse ano mesmo ninguém fez [...] no verão não dá, antes fazia muito”

- Rede para anchova – em qualquer ponto do costão – “põe uma pedra no costão e outra para fora

- Rede feiticeira no costão – pouco usada, “hoje pescador não usa mais, mas tem quem use”

- Espinhel – pescador e todos em geral, “uma vez ou outra [...] não vale muito a pena [...] não dá camisa para ninguém”

²¹ Baraço: vários tipos de trepadeira

- Caça submarina – “pescador não faz, a maioria são turistas, do clube não vejo quase ninguém, só uns três ou quatro”

- Caniço na pedra – “já nem existe, quase não tem peixe

- Linha – “tem bastante, pescador (usa) do barco ou do costão”

- Zanga ou zangarilho – só para lula, só janeiro e fevereiro, usa luz, “todo mundo faz”, até os barcos industriais “que as vezes atrapalha [...] todo mundo gosta, todo mundo vai”

Limpeza de trilhas - “as trilhas quem fazia era o pescador [...] a Associação não queria redes e fez trato que pescador cuidava da limpeza [...] as trilhas já existia, a única feita depois foi da Pedra Fincada para o norte, há uns 5 ou 6 anos atrás.” (2002/01)

Fatos que marcaram na história da ilha do Campeche:

± 40 anos atrás (1967) – “o primeiro motor de barco que chegou na Armação era do pai, foi comprado no Gancho, o barco era o Luz Divina (antes) era tudo a vela feita de saca de açúcar e a remo [...] era canoa a vela e baleeira. Minha mãe morava no Morro das Pedras e ia para a Ilha de barco a vela para plantar feijão e milho. (O aparecimento do) bote deve fazer uns dez anos, o primeiro foi do Chico que tem rancho na praia. Bote é mais fácil de trabalhar e mais seguro e quase não tem manutenção. Uma tábua de pinho que põe na baleeira custa R\$40,00 e bote é feito com piqui que é mais fácil.”

1969/70 – “era tudo muito fechado, daí foi mudando toda a vida, de dia para dia. A gente chegava e era obrigado a puxar as embarcações porque não tinha ferro bom para ancorar. Tinha medo de andar na Ilha, era muito escuro, não podia sair do galpão.”

27/28 anos atrás (1980/79) – tipo de comunicação “era fumaça aqui no escombro alto (que significava) doença e nas Campanhas era peixe. (As vezes não se sabia se a fumaça era para aviso e) para tirar dúvida da fumaça colocava lençol branco na ponta de um bambu no Campeche. Na Ilha era em cima da Pedra do Vigia, era para peixe ou para pegar alguém doente.” Até que chegou o rádio amador e Nabor foi o primeiro a ter. Era da marca MotoRádio e a estação chamava-se Iemanjá II. “Depois a Couto comprou um também e o nome era Juriti.”

2 a 3 anos antes da morte (1982/81) – “pegou fogo na Ilha [...] fui ver minha rede a noite e vi o fogo e chamei o Lajeano [...] queimou bastante, o pai trabalhava lá ainda, na queimada plantamos abóbora [...] até hoje ninguém sabe como aconteceu, estava uma noite muito bonita de nordeste”. Local: na elevação do norte, costa leste (marcação 2)

± 23 anos atrás (1984) – Morte de um barqueiro na Ilha. “Era sexta feira de carnaval e meia noite foi todo mundo dormir [...] deixou uma vela acesa [...] às 2 horas avisaram que estava pegando fogo na casa do chacreiro, ele era o patrão da Associação, foi no tempo do Gilson Presidente, depois veio o Pantera.”

± 1985 – “trocamento de pesca: tipo de embarcação era remo e tipo de rede era diferente, a manutenção não podia fazer lá, não tinha condições.”

B.3 ESPERANDIO JOÃO DOS SANTOS



Material utilizado: máquina digital para filmar e fotografar, papel, caneta e mapa (Fig. 46).

Material produzido: três arquivos de filme digital tipo videoclipe (durações 47:12, 42:37, 28:57; total 1:58:46 h), fotografias, anotações escritas e em mapas.

Local e data entrevista: copa da residência (Armação), 04/07/2007, às 8h49min.

Presentes durante entrevista: no início, a filha Elza.

Observações: esta entrevista não foi transcrita mas interpretada por Sarah Penido.

Data nascimento: 29 de junho de 1933, na Armação. Primeira ida à Ilha foi aos seis anos de idade com o pai. Aos onze, começou a pescar com ele.

Na época a Ilha tinha uma paisagem bem distinta da atual, não possuía todo o verde denso que hoje ali existe, era uma vegetação mais rasteira e a maior madeira da Ilha era o vassourão, uma árvore de crescimento rápido e vida curta, muito comum na Ilha naquele período.

Na Ilha não havia vegetação de grande porte. Nas partes norte e sul, onde existe uma pedra hoje não aparente, podia-se encontrar um "mato" mais alto, assemelhando-se ao atual.

Também havia uma pedra denominada do "elegante", voltada para a parte sul, na descida para a pedra do lajeado, que possuía muitas parasitas. Na ponta sul da praia, entre o rancho do Nabor e o casarão, onde foi feita a roça, a vegetação era pouca e baixa. Nenhuma árvore de grande porte foi derrubada; inclusive havia duas figueiras grandes na Couto, próximas ao casarão, que não foram cortadas. Imagina-se que tenham caído, pois eles não mexiam com medo de alterar algo na água do poço situado próximo. O poço de água ficava perto do casarão, não em cima do morro mas na parte mais baixa, onde fica o atual depósito de gás. Era o poço mais antigo dos pescadores. Durante anos eles foram para Ilha e utilizaram-se da água, que nunca secou. Hoje já caiu em desuso.

O rancho localizava-se entre a terceira casa e o casarão, onde é a gruta, entre a edificação 03 e a churrasqueira. Servia para guardar os pescados; o material utilizado para sua construção era telha de barro. Por isso atualmente existem muitos vestígios de telha enterrados no local. Este foi o primeiro rancho a ser construído na Ilha. Durante a infância esta era a única construção existente. Depois vieram a construir um de palha como cobertura e o restante de madeira, localizado na parte da pedra do lajeado para o sul. Foram construídos então três ranchos de pescadores e a parte estrutural era feita com a madeira de um coqueiro existente na Ilha, e era coberto por uma planta denominada localmente de mato-molhado. A palha era trazida do costão, e faziam uma esteira para cobrir os ranchos.

A extensão da praia era maior na época, em frente ao rancho do Nabor era possível ver a praia da Armação, mas da praia da Armação não era possível avistar o Ilha, somente do morro do Campeche. As plantações existentes eram feijão, milho, mandioca. O cultivo era feito do bar do Nabor passando pelo casarão e indo até o norte da Ilha. A abóbora era mais utilizada para adubar a terra. Em meados de 48 e 49 foi o clube Associação Couto de Magalhães para a Ilha e o cultivo foi se extinguindo, a vegetação mais densa aumentando. A causa de não haver uma vegetação rica e densa não é conhecida, pois mesmo antes do início do cultivo no local a vegetação existente era de pequeno porte e pouco densa, dominada pela planta "vassourão". Com o fim desta árvore houve o aumento da vegetação. Imagina-se que tenha sido ela a causa dessa escassez, por "ressecar" muito o solo. O animal que habitava a Ilha era somente o gambá, natural da mesma e em grande quantidade. Eles tinham o costume de caçar alguns animais e o local era muito limpo naquele tempo. Para todos os resíduos da pescaria (cabeça de peixe, rabo de peixe...) era feito um buraco na própria praia onde eram enterrados. Apesar da falta de banheiro todos os dejetos eram feitos em buracos e depois enterrados.

Eram poucas pessoas que freqüentavam a Ilha, somente os pescadores, a tripulação usual que era de 5 pessoas, mas na época de tainha e anchova esse numero aumentava devido a pescadores de outros ranchos, que faziam moradias provisórias (barracas), permaneciam cerca de um mês e depois iam embora. A população da Ilha era em torno de 50 pessoas, a extensão da praia na época era até a pedra do Jaques, ao sul. Aos 8 anos, com o pai, "Seu" João Jorge dos Santos, ia pescar de tarrafa nessa pedra. E ao lado onde hoje são pedras era mato, uma vegetação baixa, sendo que as maiores árvores eram os araçás.

Dos onze aos 25 ele pescou em companhia de seu pai, indo depois para a pesca com a Pioneira (de Seu Arlindo). Eram 4 cercos. Mesmo antes de se incorporar à Pioneira, já trabalhava em um cerco conjunto com o pai, por um período de 5 anos. Eram os seguintes: um do Acácio, dois do pai e o último do João, situado no Refogador, ao norte da Ilha. Depois passou a ser dois cercos, com a desistência do Acácio e do João, ficando todos sobre o domínio da família e lá permanecendo lá até os dias de hoje. Um pouco mais tarde veio a questão das terras entre o pessoal do Clube e a Pioneira, entrando também na disputa já que um cerco pertencia ao pai do dono desta, e ganharam aquele pedaço que até hoje pertence a eles, com três mil metros quadrados.

Quanto a questão dos ranchos, o primeiro foi instalado perto da grutinha. Posteriormente os ranchos de palha situados da pedra do Lajeado para o sul e, na seqüência, o Arlindo junto ao seu cerco fez um rancho abaixo do tanque mais retirado. Este tanque tinha cerca de 2 metros de altura e em época de chuva enchia e levava, em média, uns 4 meses para esvaziar. Hoje uns dos muros está voltando a superfície, pois com o tempo foi enterrado, mas ainda existem os 4 muros. Naquele tempo não tinha ferro para segurar as redes. Então eram usadas pedras. O tanque tinha a forma de um quadrado tendo aproximadamente de 10 a 12 metros de lado. O que tinha na prainha tinha na

Armação contendo as mesmas medidas. Hoje também está aterrado. Próximo ao tanque da prainha tinha um muro de 3 m de altura que hoje esta abraçado por uma figueira. Sua finalidade é desconhecida. O terceiro rancho foi construído perto deste tanque, mudando mais para cima, quando houve uma ressaca forte e destruiu a parte da frente. Mas nesta época já não trabalhava mais na Ilha. O Nabor fez um próximo ao bar na parte norte da Ilha, e outro próximo a uma pedra que costumavam fazer churrasco, que também foi desmanchado. E hoje onde existe uma rampa de madeira para visitação das trilhas próximo ao Nabor era um rancho, o do Acácio, também destruído por uma ressaca. Isto ocorreu após ter ido para a pesca de barco.

Na época em que pescava na Ilha havia uma parte entre o rancho do Nabor e o casarão que era um mato em frente, onde eles colocavam as redes para secar, cerca de 40 m de extensão, para depois vir a praia e então o mar.

A  gua utilizada era retirada do poço citado acima, que eles mesmo construíram. Retiravam a água com potes de barro. O poço era coberto com tábuas velhas e a água era retirada com os potes, amarrava-se uma corda em torno destes e colocavam no poço e retiravam cheios de  gua. A data deste é desconhecida pois desde a primeira vez o poço já existia. O que hoje existe na parte mais alta, foi feito mais tarde pelo pessoal do Clube prejudicando a quantidade de água do primeiro, chegando até a acabar com a água de ambos e a serem abandonados. Ao sul do casarão, cerca de 30m de distancia, também foi feito um poço grande pelos pescadores para o clube. Sua construção foi demorada e difícil, devido a existência de uma pedra tipo arei o, que demorou a ser rompida. A escolha do local foi ao acaso, contando somente com a sorte.

As  guas que descem do morro, uma situada próxima ao clube e outra próxima ao rancho do Nabor sempre existiram, e toda vez que chovia aumentavam sua vazão, trazendo "sujeira" para a praia, continuando igual nos dias de hoje. Existem também outras ao sul da Ilha mas com a vazão bem mais fraca.

A  gua do primeiro poço, hoje extinto, era uma água boa, distinta da atual que   salobra. A pesca cada vez está piorando para os pescadores locais, devido a concorrência com os barcos industriais. Antigamente com uma tarrafada da ilha do Campeche enchia-se um balde. Hoje a situação não é mais a mesma. Para a pesca era utilizada rede, como hoje, diferenciando-se no material, hoje nailon, antes barbante, sendo sua vida útil bem reduzida, de um ano apenas. A durabilidade de uma de nailon pode chegar a 20 anos. As redes eram confeccionadas pelos próprios pescadores, a quantidade de barbante variava, de acordo com o tamanho, entre 5 a 10 kg. Após esta etapa ia-se ao brejo e tirava-se a raiz da corticeira e fazia a cortiça da rede para ser a bóia e do guarapuvu branco tirava o tronco e deste faziam fatias como postas, furavam estas no centro para passar a corda e funcionavam como bóias pr  rede. Para a rede de barbante durar mais eles tiravam a casca da capororoca, amassavam, ferviam, dela soltando-se uma colora o marrom na água e passava na rede, criando uma espécie de impermeabiliza o para esta rede de malha de anchova. Tinha também a rede de cação que punham no mar e conferiam esta de tr s em três dias. A anchova acabava em novembro e o cação começava em dezembro, mas a rede era bem maior que a de anchova. Era utilizado o mesmo material contudo a malha possuía um palmo de comprimento. Depois veio a rede de cerco o que trouxe muito mais dinheiro, enchendo de dois a três barcos de peixe por dia. Houve uma vez, cerca de 40 anos atrás, em que encheram 12 barcos de anchova em um dia, no cerco do norte. Por um período acabou a anchova, mas hoje, depois de quatro anos, está voltando, sendo que a pesca melhora a cada ano, tudo devido ao defeso deste peixe em época de reprodução. Esta medida foi muito boa mas não   opinião de todos os pescadores.

A pesca da Ilha ficou muito comprometida após a entrada do pessoal do clube, já que todo mundo tem rede e exerce a pesca, prejudicando assim o pescado. Os associados do clube possuem todos os tipos de redes, a de anchova, espinhel e pescam para vender. Fatos como o que pescaram 200 kg de anchova em um dia parece exagero, para consumo próprio. Hoje a pesca, na Ilha,   do espinhel (bacalhau, garopa), o cerco, a rede de malha e o caniço, utilizado mais para anchova. Essa pesca do clube não é para comer e sim vender. Os pescadores dependem dela para viver e são prejudicados. Antigamente a pesca valia mais. Contudo tinha a dificuldade de vender devido ao baixo custo do peixe, sendo então obrigado a partir para pesca de barco por 29 anos, seu Arlindo (77) foi como segundo pai dando condições de trabalho. Chegaram até a pescar tr s baleias na década de 50 pois em 60 já havia parado. Duas foram na Armação e uma no Pântano do Sul. Para pescar uma baleia iam 4 pessoas em um barco e mais 3 em outro para apoio. Usavam dinamite para matar o animal, o arpão era carregado de dinamite. Quando a baleia saía da água para respirar lançavam o arpão com o estopim aceso e ao mergulhar, este explodia.

Antes na ilha do Campeche não era necessário entrar na água para ver o peixe. Do próprio rancho os pescadores já podiam avistar a chegada dos cardumes e durante vários anos pescaram muita tainha na prainha da Ilha.

De animais, durante a infância, existia somente o gambá. Os outros animais foram colocados posteriormente no local pelo clube. Depois de um incidente com uma turista resolveram exterminar os macacos da Ilha.

Depois disso o clube resolveu introduzir o quati, por volta de 60 a 65, que gerou um grande problema, existente até hoje. Levando apenas um casal gerou toda a população existente lá hoje. Com apenas 5 anos de estadia na Ilha os quatis acabaram com toda a população de gambás nativos. Existia também muito escorpião, principalmente próximo ao tanque os tipos eram o preto e o vermelho. Houve um caso de suspeita que sua picada tenha provocado a morte de um bicho. Até hoje ainda existe escorpião, embora em menos quantidade. Naquela época tinha escorpião somente no tanque, e eles não tinham o conhecimento de se tratar de um bicho peçonhento, também não se sabe a causa da diminuição destes animais. Quanto a cobras, foi vista uma jararaca há tempos atrás, tendo a mesma sido morta na ocasião.

Outro animal introduzido pelo clube foi a paca, na época de sua instalação na Ilha e construção do casarão. Tendo procriando em grande número, extinguiu-se devido os associados do clube que matavam e levavam para casa. O mesmo acontece até hoje com os quatis. O homem que fazia isto com mais frequência, acredita-se que seja para alimentação, já veio a falecer. Levaram também tatus, que hoje já não se encontra mais lá, um casal de capivaras mas imaginam que elas tenham ido a nado para a praia do Campeche, devido a pegadas encontradas na praia. Voltando às pacas, estas destacavam-se por se alimentar de aipim, cultivo feito na Ilha pelos pescadores para consumo próprio. Depois disso trouxeram passarinhos para Ilha mas os quatis acabaram com todos não vingando sua proliferação. A espécie que já existia na Ilha era o tiê-sangue, mas os quatis diminuíram muito sua população. De aves também levaram o faisão para criar, mas por ser um animal agressivo e atacar as pessoas acredita-se que tenham matado. Tentaram também introduzir o tucano. Em relação a outros animais tem o macaco-sagui mas não se sabe ao certo a causa de seu desaparecimento do local, todos levados pelo clube.

Espécies nativas da Ilha eram tico-tico, sabiá (preto, amarelo), tiê-sangue. Havia grande quantidade do caramujo africano, mas não sabe o motivo de sua extinção da Ilha. Um animal que é recente é o rato. De planta é o bacariú que possui um fruto pequeno e amarelo, e outras tais como laranjeira e outras árvores frutíferas hoje existentes, que foram plantadas pelo clube.

O fato mais importante foi a chegada do clube e seus integrantes, mudando muito a paisagem da Ilha. As mudanças mais fortes começaram a ocorrer em meados dos anos 80, aumentando muito a população diária da Ilha, atrapalhando o trabalho de pesca dos antigos pescadores, já que os associados também iam pescar. Outro fator para a diminuição da pesca foi o farol implantado na praia do Campeche há uns 10 anos atrás e deste então atrapalhando muito, pois os peixes diminuíram muito no local. Nesse mesmo período aumentou muito o número de visitantes na Ilha.

Anteriormente a essa época, o que levava o pescador à Ilha era a fartura de peixes. Após a ida do clube para lá começaram os problemas entre ambos, que persistem até hoje. Com o turismo veio uma renda que auxilia o pescador na temporada, mas atrapalha muito a atividade pesqueira que é a principal finalidade do pescador. Outro problema são as compras de barcos em nome de pescadores da associação por pessoas que não são pescadores. Na própria Armação começou isso há quatro anos atrás.

Outro problema foi quando começaram as grandes embarcações de pesca industrial que diminuíram muito as quantidades de peixes no local, já que este tipo de pesca reduz o alimento do peixe grande refletindo no pescador artesanal e nativo. Iniciou com um barco há 15 anos e hoje já são vários.

Antigamente os pescadores separavam um dia somente para recolher gravetos e pedaços de madeira para empilhar e ser utilizados em fogueiras. Nunca foi necessário derrubar uma árvore. O tanque sempre foi uma curiosidade sobre o que existia em seu fundo. Acreditam que seja uma placa de cobre utilizada na pesca da baleia, sendo que hoje ele encontra-se todo fechado mas foi o mar que fez isso. O que os pescadores colocavam nele era a palha que sobrava da construção do rancho, areia, mas os restos de pesca eram todos enterrados fora do tanque. Para a construção dos ranchos a única madeira que era retirada da Ilha eram os coqueiros, que rachava ao meio para fazer o forro da cama e a parede do rancho. Levavam também bambu e outras madeiras que eram usadas para fazer os esteios do rancho. A cama era confeccionada da seguinte forma: a base de bambu rachado e em cima ia capim melado e era dividida com um pedaço de madeira de acordo com o número de pessoas que dormiam no local. Usavam roupas de cama de sua casa do continente. Voltando ao rancho, o tapume (cobertura) era com uma palha retirada do morro do Campeche semelhante a do coqueiro existente na Ilha. Era feita a estrutura e coberta com estes. O único rancho que possui telhas em sua cobertura foi do pai mas após ser destruído pela ressaca optaram pela construção somente em palha. Todo ano tinham que refazer o tapume pois o material não durava muito. Devido a

isso começaram a recolher junco na lagoa do Peri para fazer a telha e a esteira desse material já possuía maior durabilidade.

O desejo do pescador para o futuro da Ilha que ficará para seus netos e bisnetos é que voltasse ao estado inicial de quando criança. Mas a pesca nunca mais voltará a ser a mesma. Há falta de fiscalização dos navios que entram e saem da costa brasileira, que deveria ser como nos outros países do Mercosul o que protegeria muito os pescadores do país. Aqui é muito comum ver grandes navios de pesca pescando onde tem a quebrada sendo que deveriam ficar na costa. Locais como a ilha do Arvoredo, onde tem fiscalização, os peixes se desenvolvem mais e melhor. Deveria ser proibido pôr rede nas pedras, o que por um tempo foi vedado, mas agora já está liberado novamente.

Por ser uma ilha a quantidade de peixes é muito maior próxima a esta do que na costa, por isso a necessidade de um maior cuidado com o limite de pesca deveria ser de pelo menos 300 metros, mas o que vemos hoje é rede colocada na pedra todos os dias durante o período noturno. Não deveria pôr rede em nenhum dos costões. Em lugares como a Barra e o Costão do Santinho, onde é proibido, a quantidade de peixes é muito maior. Quanto à pesca industrial, a distância devia ser de cinco a seis mil metros da praia porque esses barcos acabam com a manjubinha que vem para a praia trazendo com ela peixes maiores. Por isso os peixes maiores não chegam até a praia. Pelo tamanho da embarcação eles têm porte suficiente para ficar a essa distância.

Quanto ao uso da Ilha, o pescador encontra-se meio desacreditado que ela possa voltar a ser o que era. Primeiramente deveria tirar o pessoal do clube, principalmente porque eles não vivem da pesca e tiram o ganha pão do pescador. Os sócios deveriam ir para Ilha somente para lazer. Proibir a rede na pedra na ilha do Campeche, porque ela atrapalha o ciclo de vida do peixe, conseqüentemente o trabalho do pescador. Retirar o farol do Campeche que atrapalha a pesca. E ter um regulamento para o número de turistas na Ilha. O problema é que os pescadores da Armação cumprem esse regulamento e os demais como do Campeche, não. Nessas outras localidades que saem turistas deveria ter um regulamento como na praia da Armação, ou um fiscal para que façam eles cumprir com a cota. Mas o maior problema é mesmo o Campeche. A Barra e a ponta sul (Armação) estão cumprindo com a cota determinada.

Quanto ao problema de desentendimentos na Ilha, parece ser algo mais complicado e não interessa o frete por causa das brigas freqüentes entre pescadores na hora da divisão de pagamentos. A embarcação que era a principal da Ilha, a lancha está se extinguindo hoje. São somente duas, isso devido à falta de confecção deste tipo de barco. Quem fazia morreu e esta cultura foi se acabando, não passou para as gerações novas.

Hoje os filhos não querem seguir a profissão de pescadores por ser instável e pouco valorizada e os impostos estão cada vez maiores também.

Na praia da ilha calcula-se que tenha cerca de umas 30 cabeças de baleia enterradas. Há uns cinqüenta anos houve uma grande ressaca que destruiu quase tudo. Encontraram também cabos submarinos, tudo isso em frente ao casarão. Após essa ressaca nunca mais apareceram esses destroços. Na parte sul da Ilha a praia está diminuindo cada vez mais. Antigamente ocorria um ciclo em que a praia diminuía durante 2 a 3 anos e depois voltava ao tamanho normal. Hoje isto não está mais acontecendo, a praia está só diminuindo. Vai acontecer o mesmo que na praia da Armação, em que onde é a igreja existia aquele calçadão e depois vinha um bom pedaço de areia que hoje não existe mais. Talvez seja pelas dunas na entrada da praia, que foram retiradas para construção de casas.

B.4 SERAFIM ARTUR ARSÊNIO



Material utilizado: máquina digital para filmar e fotografar, papel e caneta.

Material produzido: um arquivo de filme digital videoclípe (duração 35h29min), fotografias, anotações.

Local e data entrevista: na sala da residência (Armação), 05/07/2007, às 10h36min.

Presentes durante entrevista: participação parcial da esposa, Sra. Bernardina Maria Pires Arsênio, nascida na Armação em 1928.

Observações: não foi feito uso de mapas para identificação dos locais devido à cegueira do entrevistado. Entrevista transcrita por Mariana Tabacow. Abreviaturas utilizadas: S para Serafim, B para Beatriz e C para Cintia.

Nasceu em março de 1924 no Pântano do Sul e veio para praia da Armação há 58 anos.

C – O senhor pescava?

S - Pescava desde pequenininho, com 4 anos já andava dentro d'água, com 8 anos já comecei minha vida de pescaria (...) no Pântano do Sul (...) com meu avô, meu tio, tinha 3 tios.

C – Qual foi a primeira vez que foi a ilha do Campeche?

S – (...) Deve fazer 60 anos.

C – Foi em 1947 então?

S – Mais ou menos.

C – E o senhor ia para lá para quê?

S - Ia pra pesca, a gente tirava marisco, pescava garopeta, fazia de tudo, (naquela época) dava tudo.

C – E o senhor pescava sozinho?

S – Não, não. Pescava com meus colegas, era cinco homens.

C – Mas quando o senhor foi a primeira vez, com 8 anos?

S – Não. Fui com meu pai no Pântano do Sul.

C – E vocês eram um grupo de cinco... você lembra o nome de todo mundo?

[...]

S - Seu Biel, Manuel Pedro (avô do Joca, pai do Egídio), compadre Flor e... me lembro depois o resto. O Floriano também...

C – Só falta um. Mas quem sabe você se lembra no meio da conversa, não faz mal. [...]

C - Como era a ilha naquela época? O senhor disse que foi lá mais ou menos em 1947

S - Eu ia prá lá pesca, levava rede e tudo pra pesca, né. Às vezes ficava cinco ou seis dia, no tempo não era tópe como agora...

C – Como é que era?

B – Tinha rancho.

S - Cada um tinha seu rancho lá, tinha um... dois... três ranchos, era nosso mesmo, um era meu, o outro era do rapaz da cidade- do Campeche, (...) outro era do João do Jorge (pai do Nabor).

C – E o rancho era só seu, ou era da sua família?

S – Era só meu. Nós ia no mato ali, tirava a folha do coqueiro, um coqueiro da baguinha, tem vários, tirava para fazer a esteira para tapar por cima assim, a telha dele era a folha do coqueiro, pegava ele e fazia assim ó, cruzava assim ó, amarrava, fazia tipo de um telhado assim.

C – E a parede do rancho?

S - Era barro e madeira.

C – Que madeira que era? Era aparelhada, ou não?

S – Não, não. A madeira era tábuas... tábuas de pinho.

C – E daí tinha cama?

S – Tinha. Nós fazia cama dentro do barraco e nós dormia a noite, no cantinho lá fazia o fogão de lenha, botava a panela no fogo, fervia água do feijão, era assim ó...

C – E a lenha que vocês conseguiam... era difícil?

S - A lenha? ... você botava a mão e quebrava, ela já tava seca, a lenha era a coisa mais comum do mundo.

C – Qual foi a última vez que o senhor foi na ilha?

S - Agora que não me lembra mais... mas foi... 64, 65 mais ou menos quando não fui mais lá.

C – Porque agora o senhor sabe que os morros estão cheios de árvores, né? Como é que era na época, era assim?

S – Era a mema coisa. Tudo cheio, botava no chão a madeira e plantava mandioca, plantava aipim, plantava batata, (...) milho, batata doce, só doce. Podia botar de tudo lá, tudo nascia.

C – Mas daí o senhor tinha que botar a madeira no chão antes? Não tava limpo não?

S – Derrubava.

C – Tinha madeira muito alto?

S – Tinha.

C – O que tinha?

S - Tinha de tudo, maria-mole, (...) guamirim, camboatá, biguaçu,,,

C – E isso era no morro ou perto da praia?

S – Era na praia mesmo. Você ia na praia pegava a areia, daí já subia fazia o ranchinho.

C – Mas essas madeiras tinham no morro, ou perto da praia?

S – No morro. Mas que é perto da praia né.

C – Mas isso tudo é que tinha lá, não foi levado não, né?

S – Tudo, Aqui se você pedia aqui pra leva pra lá, lá já tinha.

C – Quem que plantou?

S – O Mané Pedro é que planto o bambú. O Vivica também. Eles levavam um pedaço de bambú assim ó, pegavam e espetavam no chão lá e plantava.

S – Ah, o que madeira lá tem tudo, só não tem memo é o pinho, o pinho é que não tem.

C – O senhor ouviu falar de alguma planta chamada “Campeche”? Alguma árvore?

S – Não.

C – E onde que eram essas plantações? O senhor lembra?

S – A plantação é onde é hoje... é onde é hoje a casa do clube Couto de Magalhães.

C – No casarão?

S – É. Ali é que fazia o varal, secava o cação, a raia, aí ó, secava tudo, quando tava seco trazia pra cá pra vender aqui na praia...anchova, tudo!... tudo que era pra escalar porque as vezes fazia hoje e não dá pra trazer amanhã, aí tava lá, escalava, botava no sol, secava, depois no fim de semana vinha aqui, vendia e pronto. (...) Tirava as tripas dele e só ficava a carne e põe no sol, botava o sal... três quatro dia, a noite recolhia.

C – E bicho não pegava, não?

S - O bicho que tinha naquela época era só gambá, não tinha cachorro, não tinha nada.

C – Mas o gambá era de lá ou foi levado?

S - Era de lá mesmo, nativo de lá mesmo.

C – Mas hoje não tem mais...

S – Não, não tinha (?) Ele fica grávido e quando vai ter nos canto lá, é seis, oito, dez, vinte bichinho daqueles, deste tamanhinho assim ó.

C – Que bicho tinha mais naquela época?

S - Naquela época era só gambá.

C – E de pássaro?

S – Pássaro? Tinha de tudo, tudo que tinha aqui na terra, lá tem. Tinha gaivota, tinha mergulhão, é de fora que vinha, né. Que passava aí e quando é de noite saia.

C – Que passarinho que tinha?

S - Passarinho tudo. De tudo que você tem na cabeça pode buscar porque tem. Lá tinha sabiá? Tinha, tinha. Lá tinha beija-flor? Tinha.

S – Lá tinha sabiá... tinha, tinha. Lá tinha beija-flor... tinha.

C – Beija-flor? Muito?

S – É... tinha muito.

B – Inda tem.

S – Tinha muito inda tem.

C - A senhora ia muito pra ilha?

S - Tinha muito inda tem

B - Eu não

- C – Ia pouco?
 B – Não. Não vo e nunca fui.
 C – Nunca foi?
 B – Não
 S – Sé bicho do mato nunca foi lá.
 B – Não gosto de mato.
 S – Ela ia lá? Não não não... num vo não. Num vo lá não. Tinha medo di í lá. Mais hoji num tem mais medo né.
 C – E o senhor disse que escalava o peixe lá perto do casarão, onde hoje é o casarão, né?
 S – É, picava o bambú, e dobrava ele botava e em cima [...] dobrado pra seca. Ficava o dia todú pra seca.
 C – Tá. E onde que plantava?
 S – Aí memo do lado
 C – Na parte plana?
 S – É.
 C – E no morro?
 S – Nu morro nós num plantava não. Só feijão, o milho. É só feijão, milho e mandioca né.
 C – E o senhor tinha a sua roça, né?
 S – Não. É... nós cinco... então nós cinco fazia uma roça só.
 C – Uma roça só?
 S – É. Uma roça pra planta.
 C – Mas tinham outras pessoas que tinham roça?
 S – Ah, tinha. Uma porção de gente.
 C – Quem mais? O senhor lembra?
 S – Não.
 C – E eles plantavam aonde? Nos morros também?
 S – É. Na beiradinha do morro, é. O pai do Esperandio, o João Jorge, eles plantam muita coisa lá. Plantava, é. Plantava lá encostado no morro. No lado, onde tinha a capoeira, que é o rancho dos rapazi... perto da praia. E dipois mudou... fomo lá pro meio do rancho. Do morro né.
 C – Mas o morro do norte?
 S – (indica na mão) Aqui ó. Aqui é o morro. Aqui é onde a gente começo a [...]. Plantando milho, feijão, arroz, essas coisa assim ó. Dipois mudô. Mudaram. Não quiseram mais ir ali. O pessoal do clube, naquela parte do morro, né. E então ele mudo [...] aonde hoje é o galpão das mulheres. (...)
 C – Mas isso tudo era lá pro morro do norte, e na praia. No morro do sul não tinha nada?
 S – Não. Só tinha pedra, e mato.. aquela coisa lá né.
 C – É é? E aquele morrinho do meio?
 S – Qual é?
 C – Porque você olhando aqui de frente, você vê três morrinhos, né? O do meio é um menorzinho.
 S – É um morro só
 C – É... Tá naquela parte do meio. Lá ninguém plantava?
 S – Não, não. Só plantava daquela parte do meio pro norte.
 C – Do meio pro norte. Tá... . E a água como é que era? Onde vocês pegavam?
 S – A água é no canto aonde hoje é o pessoal do clube. Aí no fundo do buraco deles tinha um poço de água grande ali ó. Não foi feito por nós não. A natureza que fez aquilo ali ó.
 C – Ele não era farrado não? Só na terra?
 S – Só na terra. Hoje no canto ali tem água tudo.
 C – E como é que era essa água, era boa?
 S – É... boa é. É boa memo, é.
 C – Não era salobra, salgada, não?
 S – Não, não. Não tinha nada de salobra não.
 C – Doce, doce?
 S – Doce.
 C – Enquanto o senhor ia lá, o senhor tinha água nesse poço?
 S – Ah, tinha tinha. O ano inteiro. A gente pescava o ano inteiro.
 C – E nunca parou de ter água nesse poço?
 S – Não. Baxava, ia embaxo até o fundo, e aí enchia. Tinha água, tinha.
 C – E de onde vinha essa água, o senhor sabe?
 S – Da natureza.
 C – Mas a nascente dela você sabe onde era?
 S – Não

- B – Do morro, do morro.
 C – Mas assim, a nascente dela você sabe aonde é?
 S – Isso aí não tinha uma pessoa que dizia “onde tá a água minada?”. Não...
 C – Você não conhece nenhuma fonte lá?
 S – Não. Ela fazia uma baixada assim ó (faz com as mãos). No colo vinha aqui, vinha, vinha... parava aqui embaixo.
 C – E em outro lugar tinha? Em outro lugar da ilha?
 S – Tinha em tudo quanto é lugar, até acaba. Água doce, né?
 C – É. Mas cavaram em algum outro lugar?
 S – Não.
 C – Então todo mundo se contentava com esse pouco.
 S – Com aquela água que tinha ali, é.
 B – Saiu. Saiu pra joga no clube, saiu.
 C – O senhor saiu de lá depois?
 B – É.
 S – É. Depois de 64... 65 sai de lá.
 C – Por que o senhor saiu?
 S – É porque eu achava que no clube... me arrumaram pra uma pescaria que eu tinha, e me apresentaram.
 C – Mas o senhor veio pra cá porque o senhor não gostava de ficar na ilha, é isso?
 B – Não.
 C – Por que o senhor parou de ir lá? Não entendi...
 B – É porque acabou o emprego.
 S – Não... É porque acabou o emprego e... saiu um, saiu outro.
 C – Ah, o senhor era empregado do clube?
 S – Era.
 C – E que ano o senhor deixou de ser pescador e passou a ser empregado do clube?
 S – Em 64... 65 mais ou menos.
 C – E quando é que você deixou de ser empregado?
 S – 68.
 C – Ficou só 4 anos?
 S – 4 anos.
 C – E daí o senhor não quis voltar a ser pescador?
 S – Não. O quê? Pescador? Fui. Fui pescador ainda.
 C – Mais não quis ficar na ilha?
 S – Não, não. É chato né.
 C – Por quê?
 S – Ganhava uma mixaria.
 C – Mas qual é a diferença de pescar aqui ou na ilha? Porque o senhor parou de pescar na ilha?
 S – Me aposentá né. Me arrumá...
 [...]
 C – Enquanto o senhor estava lá o senhor viu algum bicho ser levado?
 S – Não. O bixo, né, que tá vivo... pra comer em casa, é escalado, é o gambá.
 C – E levou alguma coisa pra lá?
 S – Não! Levemo sim. Levemo, levemo. Levemo tatu.
 C – Quem que levou?
 S – Eu.
 B – Na caxinha.
 C – Por que o senhor levou?
 S – Levei pra solta lá na ilha.
 C – Pra quê?
 S – Pra vive né. Pra fazê criação lá, pra fazê criação.
 C – Mas tatu não se come não, né? Deve ser ruim.
 S – Pra nozi?
 C – É.
 S – Comemo sim.
 C – É bom?
 S – É.
 B – Hoje não mais.
 C – Hoje não, mas naquela época era bom então?

S – É.

C – Levou um casal ou um só?

S – Levei quatro. Três viveu, e um morreu. Todu mundu chorava. por causa do bichinho, tadinho. Pra come né.

C – Sei... Mas então esse daí que levou não era pra comer.

S – O quê? O tatu? Era. Levei não era pra come, era pra criá.

C – Mas não deu criação não, né?

S – Deu.

(...)

C – Isso em que ano foi? No início?

S – Foi logu no começo do meu trabalho na ilha do Campeche.

C – Que mais que levaram?

S – Só. Por enquanto é isso.

C – E de planta que levaram?

S – É mandioca, é milho, feijão.

C – Tá, daí tinha aqueles três ranchos de pesca que o senhor falou? E quando o senhor saiu de lá tinha mais alguma coisa construída?

S – Não.

C – E o clube usava esses ranchos?

S – Depois nu final é que fizeram uma casinha né. As mulheres ficavam na casinha, e os homens ficavam lá no rancho. As mulheres e as crianças ficavam na casinha...

C – Então fizeram duas casinhas?

S – É. Duas casinhas.

C – Uma pras mulheres, e o outra pros homens.

S – Os homem eram pescador né.

C – Isso era o pessoal do clube?

S – É, pessoal do clube.

C – E onde eram essas casinhas que o clube construiu? O senhor lembra?

S – Não, num me lembrou não.

C – O que o senhor acha que foi importante na história da ilha?

S – O que é importante?

C – É. Se falasse assim: pro senhor escrever uma história da ilha, o que que o senhor ia dizer?

S – Você saía... saía daqui sem nada. Só cum um bucado de farinha, açúcar, essas coisa assim e levava cada um a sua né.

C – Açúcar e farinha?

S – É. E café. Às vezes vinha aqui busca pão. E assim cumeçava a vida. O pessoal do clube não. A gente da cidade né, levava aquelas coisinha ou então um pãozinho

[...]

C – Ninguém? Não lembra o nome de ninguém? Quem era o seu patrão na época no clube?

S – Era u...

B – Vivico.

S – .Rosinha.

C – Rosinha era aquele que era militar?

S – É é. Aquela época ele era comandante né.

C – E ele era o que? O chefe lá do clube?

S – Era.

C – Como é que era chamado?

S – O Liliico...

C – Lilico foi depois dele?

S – Foi. Foi o [...] Hidebrando (?)

C – Tudo na mesma época?

S – Tudo na mema época. Era quinze, vinte pessoa daquela né.

C – Ah, o clube era só isso?

S – É. Mas tinha mais. Mas o responsável pela ilha é aquele que tá falando aí ó.

C – Então Rosinha, Lilica? Hidelbrando?... mas alguém que o senhor lembre?

S – O Simorite, o irmão deli...

(Filha do casal entra e conversam)

C – Quem mais o senhor lembra que ia naquela época lá?

S – Ah, todo mundo ia.

C – Então, o que o senhor acha que foi importante na história da ilha?

S – A coisa mais importante é que você ia pra passear, chegava lá tinha festêra da turma que ficava. Agora, só não podia dormir de noite porque eli num aceitavam.

C – Por quê?

S – Num sei.

C – E teve alguma coisa que mudou que foi importante?

S – Na... o qui mudo daquela época era a liberdade qui nós tinha né. Qui depois foi, foi mudando, foi mudando. Aí cumeçaru a fazer cumida, i chamava nós pa cumê, i foi indo até qui fico tudo a mema coisa. Agora... não podia mexer em nada lá sem falar cum elis. Tinha qui corta uma madeira, tinha qui fala cum elis. Qui madeira é coisa (?). U pior di tudo era figuera, essax coisa assim ó.

C – E daí como é que fazia com o fogão à lenha né?

S – Ah é. Ih, a madeira pegava di monti né.

C – Pegava do chão?

S – Pegava do chão. Pegava do chão esquentava um pouco e ia lá no forno. [...]..fazia de tudo: cação, arraiá, garopa, [...] tudo isso aí.

C – Com o que o senhor pescava na época? Que material que o senhor usava, era rede?

S – Era rede. Era rede [...] tainha não [...] é apropriado só pra tainha memo

C – Mas o senhor pescava tainha?

S – Também. Cercavam (faz movimento com a mão), puxava aquela rede pra praia, carregava e trazia pra praia.

C – Mais alguma coisa que o senhor acha importante lá na história da ilha?

S – Não, aqui eu acho pra mim não.

C – Então era pesca e o clube, é isso?

S – É, pesca e o clube, é. Foi em 52 parece, tiveram lá a ilha do Campeche e não deixavam mais. O capitão Niel forço, até qui deixou nós trabalhandu lá.

C – Ah é? Porque que o capitão Niel forçou?

S – Sei lá.

C – Se o senhor imaginar assim: uma ilha do Campeche que o senhor queria para os seus netos, como é que seria essa ilha do Campeche?

S – Pescaria memo né. Vai lá, pesca lá na ilha do Campeche.

C – Esse é o ideal pra ser hoje?

S – É.

B.5 ACÁCIO COELHO DOS SANTOS



Material utilizado: máquina digital para filmar e fotografar papel, caneta e mapa (Fig. 14, 46).

Material produzido: um arquivo de filme digital tipo videoclipe (duração 2h22min), fotografias, anotações escritas.

Local e data entrevista: sala da residência (Armação), 10/08/2007.

Presentes durante entrevista: -

Observações: Entrevista transcrita por Adriana Marghoti. Abreviaturas utilizadas: A para Acácio e C para Cintia. A “voz ao fundo” é a esposa que estava próxima ao recinto.

C – Bom, então, eu trouxe os mapas, caso a gente precise de informação ... primeiro o nome do senhor...

A – Acácio Coelho dos Santos.

C – o senhor nasceu aqui na armação?

A – pois é, é a tal coisa, hehehe.

Voz no fundo – nasceu no Saco dos Limões, mas já mora aqui há 32.

Voz – 54 anos de casado, ele tem 80.

A – mais ou menos uns 50 anos, eu vim prá aqui eu tinha 10 ou 11 anos, eu moro aqui uns 70 anos.

C – então veio com 12 anos? Que ano que o senhor nasceu?

A – Em que ano eu nasci? 9 de 23.

Voz – 9 de fevereiro de 1923.

A – às vezes eu me esqueço.

C – normal, eu também, daí a primeira vez que o senhor foi a Ilha o senhor tinha quantos anos?

A – aí eu já tinha mais ou menos, uns 16 anos, primeira vez, né?

C – e como é que foi?

A – com o pai, a passeio.

C – ah a passeio, o seu pai pescava?

A – nós era comerciante, nós tinha pescaria entendeu [...] aí tinha aquele rolo que ele gostava e tal, não como profissional, mas pescava, meu pai tinha rede, nós tinha comércio, meu pai era comerciante, vivia atrás do balcão.[...] e depois então, comprou aparelho de pesca, e aí ele pescava, metade era do proprietário. [...] uma pescaria, peixaria não, aparelho de pesca, como se fosse empregado, os que trabalhavam, vamos supor assim, se fizesse 100 mil reais, 50 prá lá, 50 prá cá, dividido prá quem pescava, 50 era do dono.

C – e como era o nome do comércio do seu pai?

A – era o comércio de seco e molhado [...] antigamente não tinha nome e também negociava com o peixe, a peixaria comprava, entendeu, depois vendia pro mercado. [...] o equipamento era dele, entendeu, vamos supor, o equipamento é meu, mas pescava comigo mais 3, 4 ou 5 pessoas, era bem assim, então apareceria meu e ganhava a parte, não era empregado pois não tinha vencimento, era parte então, se a gente tinha vamos supor 20 pescadores, a rede é minha, hipótese, então eu tinha a metade a outra metade era prá aquela gente, então se aparecia mais ou menos regular, então eu comprava o peixe todo, e depois pagava prá gente o dinheiro [...] ele vendia pro mercado, procurava o mercado.

C – e daí a ilha do Campeche era um dos pontos que a equipe dele pescava.

A – e, e aí já tinha pescaria na época, o pessoal que trabalhava com ele na época.

C – na ilha do Campeche?

A – é na ilha do Campeche.

C – e então quando o senhor foi lá, quando o senhor tinha 16 anos, e ele já pescava na Ilha já há bastante tempo?

A – não, não, depois em seguida que nós viemos morar aqui e que ele comprou o aparelho de pesca e aí os pescadores foram pescar conforme eu falei agora.

C – tá, mas o senhor veio morar quando tinha 10, 12 anos [...] depois sua primeira vez na Ilha foi aos 16 anos, mais ou menos?

A – é, a passeio.

C – e depois dessa ida a passeio é que ele se interessou por pescar na Ilha?

A – é justamente, aí comprou o aparelho de pesca, aí os pescadores foram trabalhar na Ilha com esse aparelho.

C – e antes ele não trabalhava com pesca?

A – não, não antes a pesca era esporte.

C – como é o nome do seu pai?

A – Antonio Borges dos Santos.

C – e o comércio dele onde era, o secos e molhados?

A – começa aqui nessa esquina aqui, aqui no trevo ali.

C – e não tem mais a casa?

A – a casa não tem mais, quem veio morar aqui, fez uma casa maior, outra maior, a casa do compadre do meu irmão, veio, desmanchou e fez aquela que tá ali, a casa não existe mais, é outra, tá entendendo agora?

C – sim, então, quando o senhor acha que seu pai começou a pescar na Ilha?

A – foi anos depois, não foi assim que nós viemos prá aqui, ele sempre trabalhou com comércio, anos depois é que ele entrou nessa coisa aí, que comprou o aparelho de pesca para outros trabalhar, então ele era comprador do peixe, então, depois quando teve nova safra, se fosse cem mil reais de pesca, pagava 50 para os que trabalhavam e o outro era dele.

C – ele vendia no mercado?

A – vendia no mercado.

C – e tinha um caminhão?

A – não, a vida que eu me lembro aqui foi sacrificada [...] era carroça com dois cavalos, nem carro quase vinha aqui, naquele tempo nem estrada tinha, era um caminho, depois com o tempo e que vinha um carro, e uma vez na vida, e não era qualquer um que vinha aqui também, tinha medo da estrada, pois aqui depois da estrada do Ribeirão, para o Rio Tavares era areia, muitas vezes, as vezes se matava mais peixe, aí precisava trazer um caminhão aqui, não era qualquer um que vinha aqui pegar o peixe, do trevo do ribeirão até a entrada do Campeche, era respeitado, você vê como é que tá hoje, imagina, né [...] naquele tempo o peixe era puxado com carroça, quando as muitas vezes, era mais e na carroça, saí daqui de casa, prá fazer a feira uma hora da madrugada, prá chegar as 6 horas no mercado, era 4 ou 5 horas de vigem de carroça, agora vai e daqui a pouco está em casa... veja como mudou a coisa.

C – o senhor consegue lembrar do ano que ele começou a pescar lá na Ilha?

A – ah isso eu não sei, foi uns 10 anos depois.

C – mais ou menos, quando o senhor tinha 20 anos?

A – é, mais ou menos uns 20 anos, dá um retoque aí.

C – e o senhor pescava junto?

A – não, não, eu segui o mesmo ritmo do meu pai, mas eu pescava também.

C – mas sem compromisso, por *hobby*?

A – é claro!

C – e ele pescava por trabalho? E o que o senhor lembra da Ilha nessa época? O senhor tinha 23, foi mais ou menos em 43 que ele começou a pescar na Ilha?

A – na Ilha, naquela época não tem o que é hoje, é claro, o clube lá e o rancho dos pescadores, nem a Couto não era, era um barraco lá.

C – o senhor tem alguma foto dessa época?

A – não, não [...] nada, naquele tempo não se interessava nisso [...] depois então que eu fiz o galpão para os meus pescadores, era uma casa para os pescadores, está lá [...] você já entrou na Ilha, não? [...] a casa que é do Andrino, era meu, eu que fiz, aquilo ali [...] ele pegou a pesca, eu acabei com a pesca lá, aí vendi o galpão prá ele.

C – o senhor lembra o ano?

A – ah, isso deve fazer uns 40 anos que eu vendi, mais ou menos.

C – quando o senhor tinha uns 20 anos o seu pai começou a pescar na Ilha...e com que idade o senhor começou a pescar na Ilha, como trabalho?

A – [...] depois ele (pai) faleceu, aí eu continuei com a pesca, entendeu?

[...]

C – o que o senhor lembra da Ilha naquela época?

A – na Ilha nessa época, pescava um pessoal lá de Ganchos, os pescadores de Ganchos, é o que tinha naquela época né [...] e tinha 3 ranchos...

C – depois o senhor disse que seu pai fez mais um rancho, é onde está o Andrino hoje?

A – não, na época ele não tinha, eles pescavam lá avulso, iam lá e voltavam, ele não tinha barraco lá não, pois naquela época o pessoal ia e voltava a noite, alguns tinham um barraco prá ficar lá no dia em que não podiam voltar, então lá trabalhavam os pescadores de Ganchos, justamente naquela época do começo, então eles ficavam lá, ficavam mais ou menos uns 6 meses na Ilha, mais só ia a casa e voltava, mais ou menos uma vez por mês, em Ganchos, esse é que pescava de contínuo lá.

C – e como era a Ilha?

A – a Ilha era como é hoje, a Ilha é aquilo que está ali, naquele tempo o pessoal plantavam roça de mandioca, milho e feijão.

C – quem plantava? Os pescadores?

A – é os pescadores também, como o pai do Nabor que trabalhou lá [...] o meu pai também tinha a roça lá [...] e pagava o pessoal prá trabalhar.

C – o senhor lembra onde que era (mostra no mapa a localização da Ilha para Sr. Acácio), aqui é a praia, esse aqui é o mapa da Ilha.

A – é, eu sei, mais ou menos dá prá saber, mais ou menos na frente do rumo, mais ou menos na frente da praia [...] daí aqui ó, o rancho do Andrino é bem no sul. Aqui ó, a roça lá e mais ou menos no rumo da praia, só que é em cima, lógico [...] no rumo da praia (mostra no mapa) mais ou menos nisso aqui ó, a praia ficaria na frente.

C – bem, bem na praia, começava logo que terminava a praia?

A – não, dali a mais ou menos uns 30 metros, após a praia, 40 metros, depois da praia

C – e subia a encosta toda?

- A – é, é.
 C – e virava a encosta?
 A – não, a roça era comprida, vamos supor assim, de norte a sul, pegava assim ao correr da Ilha [...].
 C – pegava os três morros? Porque tem esse pequeno no meio e dois maiores, um pro norte e outro pro sul.
 A – esse aqui é a ponta sul do Campeche [...] e justamente, a roça então era daqui (localiza no mapa) até aqui, no rumo da praia, mais ou menos o que eu falei agora, né?
 C – sei, tá, e cada um tinha o seu pedaço ou era comum?
 A – não, a roça era de meia dúzia de pescador, como esse pai do Nabor que trabalhou lá
 C – cada um na sua área?
 A – não era junto, era tudo junto, uma roça só.
 C – tudo junto, os seis plantavam e colhiam juntos?
 A – era bem assim mesmo, o meu pai também mandou botar roça lá também, antes do João do Jorge foi meu pai, pois naquele tempo a mão de obra aqui era fácil, levava o pessoal daqui prá trabalhar lá, trabalhadores prá trabalhar na roça, plantar mandioca, né?
 C – e tinha arvores?
 A – não, aí não tinha árvore, não. [...] tinha até árvore baixa, hoje é alta, é arborizada [...] naquele tempo não, era baixa, eles roçavam [...] cortavam, roçavam, prá botar a roça.
 C – o senhor chegou a ver cortar árvore?
 A – era comum, prá botar a roça tinha que cortar, só que não era árvore alta como tem hoje.
 C – e bichos, o que tinha naquela época? [...]
 A – tinha uma quantidade de pássaros, tiê-sangue, outros passarinhos que eu não me recordo o nome.
 C – e a água como era?
 A – era poço.
 C – aonde o senhor lembra?
 A – eu lembro, como eu vou falar agora?
 C – (mostra no mapa) aqui são as casas hoje, aqui é o restaurante..
 A – ao lado do clube [...] ao lado do casarão do clube, pelo norte[...] é mais ou menos aqui (aponta no mapa). O poço era após o casarão[...] uns 30 metros mais ou menos.
 C – e só tinha esse poço?
 A – só.
 C – e tinha rio?
 A – não [...] só quando chovia.
 C – e como era a água desse poço? Salobra?
 A – não era boa, eles tomavam, a água que eles usavam era doce, se fosse salobra eles não usavam, água doce.
 C – o senhor sabe quem fez esse poço?
 A – não, isso é da antiguidade [...].
 C – e quando o senhor estava lá, usavam este poço, ou depois mudou?
 A – não, foi sempre aquele, acho que deve estar lá ainda com certeza, sempre foi esse, o único poço que tinha lá era esse [...].
 C – quando parou de usar o senhor não estava mais lá?
 A – não, não, não.
 C – porque depois eles fizeram um outro poço também, o senhor não tava lá ainda?
 A – eles fizeram outro poço?
 C – muito mais tarde.
 A – aquele poço artesiano, com bomba né, mas naquela época não tinha isso, tinha um poço comum.
 C – tá. Voltando à questão das construções [...], quando o senhor chegou lá tinha três, depois os pescadores construíram mais, o senhor sabe quantos, o senhor sabe como eram construídos esses ranchos?
 A – madeira, material não, era de madeira.
 C – o senhor sabe, lembra quando parou de ter plantação?
 A – isso eu não me lembro.
 [...]
 C – os pescadores usavam de uma maneira diferente de que usam hoje, né? [...] Quando foi essa mudança?
 A – essa mudança...faz muitos anos..eu não posso me lembrar disso...

C – mais o senhor lembra como e o que foi?

A – não me lembro. Era outro tipo de rede né, isso eu não me recordo.

C – o senhor parou de ir na Ilha que ano?

A – depois que eu arrendei pro Andrino, terminei com a pesca, eu vou lá a passeio.

C – se o senhor fosse fazer uma marcação de acontecimentos importantes da ilha do Campeche, para o senhor listar...o que o senhor achou na história da Ilha, que eventos importantes aconteceram, o que o senhor diria se fosse escrever a história da Ilha?

A – dessa parte eu não posso dizer nada.

C – da parte que o senhor viveu?

A – justamente a parte onde está o Andrino, e isso aí, eu fiz o barraco, e depois vendi para o Andrino, porque antes eu ia lá a passeio como eu falei.

C – o senhor vai escrever a história da Ilha no período que o senhor viveu lá, o que o senhor diria dos fatos?

A – eu não posso explicar nada, acontecimentos, acontece o que tá acontecendo hoje, só que naquela época quando eu comecei não tinha o Clube, não tinha o movimento de praia na Ilha, depois é que veio o Clube e o...

C – como e que foi essa transição dos pescadores pro Clube? [...] Tinha o pescador e depois veio o clube, o senhor viveu essa mudança...

A – depois do Clube, veio a embarcação também. O Clube, quando começou não tinha embarcação eles pagavam baleeira prá levar eles lá, aí depois de um certo tempo eles compraram a embarcação, aí que continua.

[...]

C – e sobre a pesca naquela época, o senhor lembra com era feito? O que era muito diferente de hoje?

A – escalava muito peixe na Ilha quando era pouco e quando podia trazer na praia eles traziam

C – então só quando era pouco é que escalava?

A – salgava na praia

Voz no fundo – tem que falar alto porque ele é surdo!

C – e como era a pesca assim, o barco... como era, era baleeira?

A – baleeira.

C – e a rede?

A – era a rede de anchova, que existia mais, ainda existe hoje, a pesca é quase a mesma.

C – mas a rede era do mesmo material?

A – era.

Voz no fundo – só a de cação que era de outro material.

[...]

C – e os peixes, o senhor acha que tem alguma diferença da quantidade de peixes daquela época e de hoje?

A – naquela época dava mais peixe, né?

C – o senhor acha mesmo? Não é impressão não..a gente tem mania de falar ..antes era melhor..

A – nessa parte, justamente...antigamente dava muita anchova na Ilha , muita, muita mesmo, e hoje prá cá não vem mais, não tem mais, só que hoje eles não matam na Ilha, matam por fora, fora da Ilha..quer dizer..dá muita as redes são maiores, a aparelhagem é melhor e naquele dia, naquele tempo era uma coisinha, hoje tem mais peixe mas em pescaria braçal como antigamente, então dava muito peixe, não tinha esses barcos que tem hoje, né?

C – então na verdade, não dá nem prá dizer, se tinha mais ou menos?

A – e justamente...antigamente , tinha muito peixe mais não se matava como hoje, devido a aparelhagem...a nossa redinha.

C – agora uma pergunta: como e que o senhor gostaria que a ilha do Campeche fosse para os seus netos? Imagina o ideal para os seus descendentes que estão vindo, como e o que o senhor gostaria que ela fosse?

A – prá mim nada porque os meus netos não são de pesca, tem poucos netos e não são de pesca, mas naquele tempo eu vou explicar a ilha do Campeche era dos ingleses e tinha como dono um funcionário do cabo submarino, Trajano Leite , esse era o responsável, era o dono da Ilha.

C – dono ou responsável?

A – praticamente como dono, porque era ele que cuidava, colhia uma percentagem das plantas, não de todas, da algumas só plantava lá com ordem dele, tá?

C – e tinha que dar uma parte prá ele?

A – não uma porcentagem, coisa mínima porque outras coisas não queria. E lá pescava só quem ele queria também, porque lá tinha o cabo submarino que vinha da Inglaterra aqui prá Florianópolis, lá no mercado ainda tem um relógio com o nome de cabo submarino, né? [...] o cabo vinha pelo mar, a ilha do Campeche [...] e na Ilha tinha depósito, o cabo vinha da Inglaterra, de navio, eles passavam aí dias trabalhando e fazia depósito na praia, parece que era de gás se eu não me engano, e daí seguia pro Rio Tavares e dali ia pro centro, cabo submarino, aquele relógio não era ali o lugar dele [...] Era naquela rua de baixo..não a Tiradentes , a João Pinto, na João Pinto ali onde que tinha o negócio dos ônibus ali... então tinha essa repartição do cabo submarino, então o cabo vinha para ali, ali era depósito prá conserto daquela coisa lá e dali então ia prá Ilha, pro Rio Tavares e ia por terra ate lá, pela beirada da estrada, então o Trajano Leite como era funcionário, dono do cabo submarino, tinha a Ilha como dele então quando queriam plantar na Ilha era com ordem dele, entendeu? Essa você não sabia, né? Essa eu também tô bem ciente.

C – o senhor falou que era depósito na Ilha... depósito de quê?

A – quando eles precisavam de cabo, aquelas coisas prá conserto, o navio ia pegar ali.

C – e porque não aqui no Campeche (aponta no mapa)?

A – não, não, porque vem do mar, vem de fora, ali no Campeche, ali é rio, no Rio Tavares, o navio fizeram na praia, talvez ainda apareça, então tem um grande buraco na praia e ali tinha um grande depósito do cabo submarino [...] na praia da ilha do Campeche, e depois dali então seria prá baixo do Rio Tavares, ali seguia prá o centro.

C – e o senhor sabe porque passava pela Ilha e não vinha direto?

A – não pode, direto como, se vem pelo mar [...] lá no Rio Tavares lá não chega navio entendeu? Então, pois o navio chegava ali na Ilha entendeu, aí faziam o depósito, o navio chegava lá na Ilha, lá no Rio Tavares e praia baixa, dali é que seguia prá o Rio Tavares tá? E de lá seguia prá o centro.

C – e até quando foi isso? o senhor lembra?

A – agora a senhora me enrolou todo, mais isso aí eu estou muito ciente, isso ai quem deve saber e alguém de idade, isso não e difícil não.

C – e o Trajano leite, ficou lá...

A – o Trajano Leite, que era o responsável pela Ilha [...] depois que ele saiu ele vendeu pro clube, ai ele faleceu, ficou prá o filho e o filho vendeu a Ilha para o clube.

C – quem é o filho o senhor lembra?

A – Manfredo Leite [...] eu conheci muito, eu era guri mais me lembro muito [...] (ele) já faleceu.

C – o filho passou pro clube... mas como é que ele podia passar? Pois na verdade ele era um funcionário.

A – é, funcionário era o pai, o Trajano Leite, mas a Ilha era do Trajano Leite, o Trajano Leite faleceu aí vendeu prá o clube, o Manfredo.

[...]

C – como o senhor imagina que a ilha do Campeche deva ser daqui prá adiante , para as futuras gerações.

A – eu não sei, tem que ficar como está mesmo, acho eu..ficar a mesma coisa, todo mundo pesca.

C – faz tempo que o senhor não vai lá?

A – faz uns dois anos.

[...]

C – então é isso..viu como o senhor lembrou de um monte de coisa.

A – eu acho que essa foi a melhor de todas da Ilha né, esse Manfredo eu sei que ele fez negócio com o Clube, e depois veio aquela briga lá que a Pioneira querer um pedaço da Ilha...

C – é, e hoje a pioneira já tá legalizada.

A – isso você já tá sabendo.

C – quando o senhor chegou já estava o Trajano lá?

A – ah sim, nem sei de quando isso, coisa muito antiga, foi muito nosso amigo aqui de casa

A – tinha casa aqui, ali onde tem o grupo, escola, [...] o novo em frente a casa que tem muito bambu, tudo aquilo ali, até onde está o grupo hoje também era do Trajano Leite, pasto grande, tinha grande propriedade ali, ele tinha uma fazenda ali, ele tava quase sempre ali, ele morava no centro eu sei onde era a casa dele, sabe onde tem o Hippo? [...] ali, prá lá um pouquinho do Hippo [...] ali era morava, mas ele tava quase sempre aqui, tinha a propriedade ali, então, quando o pessoal queria botar roça lá, falava com ele prá poder botar roça.

C – então ele não ficava lá?

A – não, não, não sei se foi na Ilha, de certo foi alguma vez com certeza.

C – mas ele punha um funcionário lá?

A – não, nunca vi ninguém, era solto [...] todo o mundo pescava, vinha o pessoal de Ganchos como eu falei ainda há pouco, 20 homens mais ou menos, ficavam na Ilha uns 5 ou 6 meses, vinham outros da Santa Marta, todo o mundo quase todo pescava na Ilha, ia embora...

C – a roça, o senhor disse que dava uma porcentagem prá ele [...] então era tudo na confiança, porque ele não ia lá prá fiscalizar.

A – porcentagem que davam prá ele era milho, ele exigia, mandioca, não exigia nada, como ele tinha cavalo na época, aquela história que eu falei ainda há pouco, ele tinha cavalo carroça, charrete, naquele tempo não tinha ônibus aqui, o nosso carro aqui era a charrete[...] era só milho, a porcentagem do milho, eles davam o que queriam, eles não exploravam, não exploravam.

C – então tá

A – então valeu?

C – valeu!

B.5 ADOLFO PEREIRA DUARTE



Material utilizado: gravador digital, papel, caneta e mapa (Fig. 14).

Material produzido: um arquivo de som digital extensão VM1 (duração 49h40min), fotografias, anotações escritas.

Local e data entrevista: copa da residência (Armação), 10/08/2007.

Presentes durante entrevista: esposa e duas netas crianças.

Observações: Entrevista transcrita por Sarah Penido. Abreviaturas utilizadas: A para Adolfo, C para Cintia e E para esposa.

C – Então o seu nome é?

A – Adolfo Pereira Duarte

C – O senhor nasceu aqui na armação?

A – Sim.

C – Quando?

A – 1 do 10 de 1931.

C – E o senhor foi para a Ilha a primeira vez quando?

A – A primeira assim, assim eu era guri, 12 ano, 13 ano, por ai assim, já comecei a andá na Ilha, né? [...] Que aí meu pai pescava, eu tinha um, meu padinho de batismo. Ele era [...] ele me levava pá lá.

C – Quem é seu padrinho de batismo?

A – É Olíbio Correa. [...] Então eu ia lá pescá com ele, naquela época eu era pequeno pescava de caniço. [...] Na época já pescava de (caniceco?), com baleeira [...], ficava ali na Ilha pescando (aham). Era assim, depois eu cresci em 1951, ai eu comecei a trabalhá como [...] de uma embarcação, porque naquela época na baleeira eram 5 homens que trabalhavam. [...] Cinco homens numa baleeira, quatro num lado e o patrão atrás na [...] de pau dirigindo a embarcação. Então naquela época comecei a pescar lá, então lá tinha vários rancho de palha. A gente ia ali no morro, a gente cortava sempre usava três pé de parmite. Sabe o que é parmite? É içara essa pranta. [...] Dá aquela içara cumprida, grandona, que dá muita grande. A gente levava três daquela, que ficava no reboque da embarcação, por causa do vento sul amarrava ali e levava. Lá cortavam as estacas e a gente fazia um rancho, e lá no fundo do rancho, a gente fazia uma terça parte do rancho, chamava tarimba que uns cinco homi dormia tudo ali. [...] Chamavo tarimba era a cama que a gente dormia.

Então a gente rachava coqueiro, e botava tudo assim ó e amarrava com cipó, sabe como é. Com cipó atravessado alí e a gente botava uma esteira, naquele tempo não existia essa esteira de peri que a gente comprava aí. Aí dormia por cima.

C – Mas esse não era o içara, esse coqueiro que vocês falam?

A – Não, era esses coqueiro comum que dava na Ilha...

E – Dava no morro. Uns coqueiro grande.

C – É gerivá?

A – Ah, agora não sei. É um que tem na Ilha? É, que tem na Ilha, esses que tem na Ilha esses comum. [...] Olha não tem muito, tudo é o mesmo, na Ilha inteira tem esse ali. [...] E tem a içara também arriba, por aqui não tem só ali.

C – E porque que prá casa era içara?

A – Aquela, três ripa que fazíamos de içara era a cumeeira e as duas laterais.. [...] Era assim. Tanto que o rancho ficava nessa posição ó, tá entendendo comé? Ai botava três estacas lá taras, uma maior com a ripa aqui, outra mais baixinha com a ripa aqui, ficava uma ripa aqui outra aqui outra aqui ó. No meio tinha outra, e ali na porta ahn, naquela época lá faziam tudo com coqueiro, rachava os coqueiro aquele e fazia as parede tudo amarrado no pezinho assim com cipó. E a gente levava daqui ó, aqui na beira desse rio aqui tinha muita tiririca, umas tiririca a gente chamava tiririca, uma tiririca braba aquela que tem uma sereia, tá? Então a gente colocava aqui uns molhe desse ali e levava uns 10 molhe mais ou menos daquele ali, prá pega peixe né?

Então a gente pegava tudo assim ó, pegava ali enrolava ai pegava o bambu, esse bambu grande levava também, prá lá, e rachava o bambu e ia butando ele ali assim ó, tá? [...]

Prá depois a gente fazia aquele bambu chegá ali cheio das palha puxava, tá entendendo? A água tava aqui em cima dos caibro, naquela ripa, depois ia uns caibro atravessado assim ó. Tudo feito com madeira roliça lá da Ilha com cotá, ai botava assim por cima prá fazê, já viu essas casa de palha como é que é? Fazia aquilo prá gente mora lá na ilha do Campeche. Então a gente lá, a gente às vezes passava dependendo da pescaria, por exemplo, nessa época, nessa época de outubro que dá muita anchova, então quase todo dia a gente vinha prá casa. Porque se matava peixe né, dava um mil peixe, quinhentos peixe, daí a gente tinha que vim trazê e quando não matasse que não desse prá trazê a gente ficava lá na Ilha. E muito peixe era escalado né, também. É assim mais ou menos que eu sei contá da Ilha, peguei a época com o pai do rancho. Hoje é porque o rancho com o pessoal do clube, que formaram lá o Magalhães em 52, que fizeram aquela casa lá, tá? Primeira casa de madeira, ai eles foram indo, foram tomando conta foram queimando as cabana, né?

C – Sozinhos?

A – Sozinhos é, não o pessoal mesmo do clube queimaram muito rancho lá. É... botavo fogo queimavam, prá eliminar o pescador né, até isso aconteceu. E outro rancho lá que se acabava sozinho lá. A praia do Campeche era uma praia bem larga, hoje aonde tem os rancho, aquilo ali era uma mata fechada, uma mata mais baixa. A gente fazia assim ó, o rancho dentro daquela mata, depois abria um caminho assim dentro daquela mata prá gente passar pro rancho. Hoje o mar comeu a praia toda, veio até aqui em cima. [...] A gente ia prá lá também, ó, depois quando era assim época da anchova, da tainha, o pessoal matava o peixe e trazia. E assim no verão o pessoal ia prá lá e botava muita rede [...] e se espalhava tudo. Fora do rancho fazia um ranchinho piquininho, chamava-se salgador.

C – Salgador?

A – É... salgador do peixe tá? Então a gente escalava o peixe ali ó, e tinha gente olhando aquele peixe escalado né? Depois dormia quando ali dava no sol, botava no sol depois secava, prá depois amarrava tudo em, usava em arroba e amarrava com cipó trazia tudo... tudo no pacotinho de peixe prá vendê.

C – E... em 52 ele fizeram a primeira casa.

A – É aquela casa lá foi feita em 52.

C – Que é onde é o casarão?

A – Onde é o casarão. Depois foram fazendo as outras, né?

C – Ah. Então mas espera aí, o senhor nasceu em 31 foi com 12 anos, então foi a primeira vez que o senhor foi prá lá o senhor foi em 43 mais ou menos.

A – É em 45, 43 por ai assim que eu andava lá na Ilha, né?

C – É, mas daí não tinha o clube ainda?

A – Não, não o clube, eu não lembro o ano que eles arrendaram o clube. Agora foi um ano antes, a casa foi em 52.

C – Ah. E o que tinha em 43, 45?

A – Só rancho de pescador, né?

C – Mas não tinha ninguém responsável?

A – Não, aqui é o seguinte ó. Tinha um, um, não sei se Seu Acácio já te falou isso ou alguém já lhe falou. Onde era o grupo escolar, era inglês, então ó ele veio prá aqui por causa do cabo submarino. Sabe a história do cabo submarino?

C – Ele falou.

A – Então esse homem. [...] Ele compro aquele terreno ali, ó. Nós aqui chamava, ele era conhecido por Trajano Leite. [...] Esse homem, esse homem então ele cuidava da Ilha. [...] ele tava lá, então ele passou a ser, quer dizer, naquela época o mais esperto era ele, né? Quando veio. Então foi quando aleitou um pessoal prá plantá mandioca, plantavam muito milho.

C – Aonde que plantavam?

A – Lá na ilha do Campeche. [...] Naquela, naquela nas parte do maio ali mais baixa.

C – Que aqui ó, aqui a praia do Campeche e aqui tá a ilha do Campeche, a praia da Ilha.

A – A praia da Ilha, por ai assim, por essa região toda aí do meio mais baixa, a baixada ali ó. [...] Em beira praia, só que os rancho todo mundo plantava roça, tais entendendo? [...] só na baixada ali tá, né?

C – No meio do morro não?

A – Não, lá no morro onde é... é que se faziam porque lá não tem baixada.

C – Começa a subir.

A – Começava a subi, e também derrubava aquela roça né? Só lá no tope que não, mas derrubavam e plantavam mandioca, milho, lá o pessoal plantava. Abóbora, batata doce né? Então esse, esse... [...] O feijão também, mas era pouco. Então esse inglês ai, o pessoal dava uma terça parte prá ele, porque aqui é assim ó, os antigos aí ó você tinha um terreno entendeu? Então eu não tinha, então eu plantava no seu terreno depois a produção nos fazia em três. Então você ganhava em uma parte sobre a terra, assim o pescador pagava prá esse homem, tá. Carregava o milho, a mandioca, a farinha feita dava prá ele.

C – Mas como é que, ele não controlava? Ele não ficava lá na Ilha?

A – Não, ele ia lá poucas vezes né, mas não ficava na Ilha não. [...] Só, porque lá tinha o cabo submarino. E lá no norte, lá o cabo passava lá no norte da praia ali, onde tem casarão onde tem o restaurante. Ali teve, teve um tempo que eles acharam ali um submarino dos grosso com fungo tudo enterrado lá tá.

C – E ainda tá lá?

A – Não, não sei se tá. Isso aí eu não sei né? Lá no norte da praia onde tem um restaurante, tem um restaurante lá. [...] É por ali assim, em frente era por aquele recanto ali que tinha isso.

C – Então, mas aí o cabo vinha da Europa e chegava aqui no costão...

A – Não sei se ele passava aqui no costão, não sei onde é que ele é. Eu sei que aqui, aqui nesse cantinho da praia aqui eles enterravam cado de cabo lá tá. [...] No cantinho da praia do norte.

C – Bem perto daquela pedra?

A – É bem no norte ali, no cantinho. Mas isso já na areia em cima né? Não tinha aqueles capim, aquelas...

C – Enterravam?

A – É, tinha uma parte enterrada, quem sabe isso foi prá guardar ou era preciso, aí não sei explica né? Depois com um tempão aí, o pessoal aí andaram achando aqueles cabos lá cavando não sei como é que foi que encontraram. Que tiravam prá fazer os fundo da tarrafa....

[...]

C – E essa roça, quem que tocava?

A – Não, a roça era o pescador daqui, sabe os pescador daquele rancho lá que é que nem eu te falei. Cinco numa baleeira.

C – Mas porque fazer roça lá?

A – Porque lá era um terreno bom entendeu? Mandioca.

E – batata.

A – É também plantava batata doce, essa coisa abóbora né que lá tinha o abrobão. [...] os pescador que não tinham terreno prá plantá ai iam lá plantá lá. Iam lá pescando né, então plantavam lá, porque era assim ó, eu tinha uma baleeira então eu arrumava mais quatro pessoas prá trabalhá comigo. Ai trabalhava as vezes, pescador ai ó, que trabalho dez, quinze com outro ta entendendo. Só de, as vezes trabalhava um ano saia, uma safra só de anchova não ia podê pescaria prá outra, era assim.

C – E quando o senhor chegou já tinha roça, em 43?

A – Já, naquela época tinha roça já.

C – E tinha ainda vegetação de lá ou tava tudo no chão?

A – Não, não vegetação era só uma parte onde eles botavam a roça, eles faziam a roça vamos dizer assim tá. Aí derrubaram aquela parte ali, queimava e plantava ali, mas não era na Ilha

toda não, era só mais era só mais naquela baixada grande, aquela parte que tinha o casarão prá lá ali assim ó, ai botavam roça aquela baixada que tinha a casa.

C – Mais prá cá aqui no sul ali, tinha o que?

A – Vegetação...

C – Igual tem hoje?

A – Igual tem hoje. Naquele tempo lá na Ilha só tinha passarinho, por exemplo tié-sangue, tinha muito.

C – Mais que hoje?

A – Eu não sei, porque faz tempo que não vou mais lá, né? Tinha muito o que tinha lá era só gambá. Ai o pessoal foi lá eles mesmo levaram, esse pessoal do Couto Magalhães levaram macaco prá lá, levaram... levaram macaco, levaram muito quati que ainda hoje, dizem que acabo com o gambá dizem que o quati come, não sei. E levaram uns passarinhos lá que na minha época não sei, mas tinha um não sei se era come? Não sei se era jacubemba não sei que bicho era aquele que botaram lá. [...]

C – Então o que, que eles levaram? Foi macaco, quati, paca e jacupemba...

A – É, eu não sei qual é a raça do passarinho eu sei que levaram uma raça de passarinho diferente né? Passarinho grande não sei. Tá?

C – Tá, daí disso tudo só ficou o quati.

A – É, disso tudo só ficou o quati.

C – E o gambá, até que ano teve o gambá?

A – Isso eu não sei, logo em seguida botaram foi se acabando né? Em 52 quando levaram o quati prá lá foi se acabando.

C – Em 52 que eles levaram o quati?

A – Não, ai eu não sei, eu acho que eu não sei. Não lembro, né? Teve o macaco levaram o macaco prá lá, ta. Depois acabaram.

C – Mas acabaram como?

A – Mataram, acabaram matando porque o macaco é um bicho que faz esculhambação, né? Então parece que quebrava as coisa dentro de casa, não sei o que faziam lá sujera não sei o que acabaram lá. Não sei o que mas eles eliminaram o macaco. Tudo isso foi pessoal da Ilha né, do clube. Mas que eles levaram casal de macaco lá levaram... Isso é o que a gente sabe da Ilha.

C – Ah. E essa roça o senhor...

A – Só que eu não cheguei a ter roça, né? [...] Naquela época ainda tinha roça. Depois que o pessoal do clube de 52 prá cá a roça acabou. Eu comecei a ir pescar lá no clube. A pescar como adulto, remá embarcação pescaria mesmo foi em 55 a 58, pescando, tá? Depois eu sai por causa da policia (ambiental ou militar), fiquei três anos na pescaria, pescando ai pescando. Tinha rancho prá pesca, nós amarrava o rancho fazia lá prá nois por causa da anchova agora no mês de outubro. Trabalhei muito lá, mas só nessa época 52 eu não trabalhava porque eu servi. 52 nessa época eu tava pro Rio Grande do Sul e eu lembro muito bem o que a minha avó. O dono desse terreno aqui é minha avó, 143m de frente. Aqui é, prá lá da borrachera e até ali um pouco [...]. Daqui até o mar grosso e na lagoa. Então a minha vó tava no Rio Grande em 52, que a gente sai daqui prá ir pescar lá, que tava muita pescaria ganhava-se muita propaganda. Então lá, naquele tempo escreveram prá mim que minha avó tinha vendido o terreno. Minha vó vendeu ali aquela parte do Sagás, você vê tem o Sagás do lado ali tem o estacionamento do Sagás. Na frente do estacionamento do Sagás da frente. Minha vó vendeu tudo lá em 1952, vendeu tudo por oito conto de réis. Então, então são as historia que eu sei. Eu sei que em 52 que eu tava no Rio Grande, quando cheguei já tinham feito a casa, ai o pessoal do clube já tinha comprado uma baleeira uma lancha a motor. Aqui esse meu padrinho que eu falei trabalhava de patrão na lancha, ele é [...] [...] Trabalhou de empregado do clube e de patrão na lancha.

C – Ah, do clube?

A – É, a lancha primeira foi dele depois apareceram várias. Saiu a outra lá.

C – E foi lá por 52 também?

A – É, 52.

C – Mas antes ele já ia na Ilha?

A – É, essa Ilha foi assim ó. Antes dele ir dentro da Ilha, tá? Eles iam prá cá até, eles afretavam um caminhão e vinham prá cá e a firma dele ficavam ali na casa mesmo. Meu padrinho lá embaixo na praia e nos rancho das embarcação que tinham ali. [...] aqui na praia.

A – Lá no outro dia, comé? No sábado levava prá pesca no sábado ficava a noite, no barraco daquele rancho depois eles traziam prá cá, pagava eles, afretava eles prá levá. Ai depois que esses ai requereram a Ilha, eles compravam as embarcação por eles aqui. Então o negocio ali era tudo com o clube.

C – Mas daí a convivência era boa com os pescadores?

A – A convivência com o pescador no começo era, mas hoje em dia já não é, né? Apesar que eu não vivo lá, mas só vejo reclamação. Querem tirar o pescador de lá, que não mais fazer isso, não pode fazer... Até aquelas picadas que saem da floresta são uma vergonha, até a picada você vê hoje em dia ta tudo explorado. Você prá ir prá ilha do Campeche paga vinte reais por aí, chega lá tem que pagá mais cinco reais prá conhecer trilha, é um absurdo isso. Então naquela época era vantagem, hoje, hoje... meu irmão um dia chegou lá na ilha do Campeche, pescou muito tempo depois saiu. Uns anos passado agora ele levou uns parentes lá, que veio lá do Rio Grande. Chego lá a diretora, a presidenta do clube garrou ele não queria que ele passasse. Ele disse – Não, você quando veio prá cá minha filha eu nasci meu umbigo caiu aqui dentro, tá. E eu vou entrar – e assim, então aquilo ali hoje em dia tá explorado né senhora?...

E – Porque a Ilha era do pescador, agora não é mais.

A – Hoje não é mais, pescador não manobra mais coisa que, mas é assim esse Brasil é assim, né? Poderoso que tomam conta de tudo, né?

C – Tá, então naquela época, de 43 a 50, tinha roça, os bichos foram levados...

A – Mas não, muito antes de 42 entendeu? Isso quando eu comecei a andar, quando eu era guri, mas antes já tinha roça já.

C – Então o senhor não sabe desde quando?

A – Não, não lembro não. Esse, esse...

C – Seu pai tinha roça lá?

A – Não, meu pai não tinha roça. Meu pai não trabalha com pescaria assim, né?[...] Meu pai trabalhava assim na roça que nós tinha engenho, trabalhava aqui e minha vó tinha um engenho e a roça. Mas nós fizemos muita farinha, o pessoal traziam a mandioca de lá, nós ia pro [...] fazia naquele engenho lá, e ganhava uma parte. De três parte, ganhava uma. E davam duas, né? A coisa era assim. Então, mas antes disso já eu de pequeno, muito antes já tinha pescador antigo muito antes dessa época que já plantavam lá. Já pescava, plantava né?

C – E a água como é que era?

A – A água lá onde tem o casarão mais ali perto tem uma fonte de água não sei, ainda tem até. Depois eles foram prá lá melhoraram fizeram poço botaram a bomba, tudo.

C – Mas como é que era naquela época prá pegar água?

A – Não, prá pegá água naquela época eles não pegavam. O pescador ia lá pegava...Era uma fonte no chão.

C – Tinha poço?

A – Não, não tinha, tinha uma, uma fonte assim por natureza entendeu? Comé que nós chegamo na fonte, cachoera que corre ali tem uma buraca faz uma, um trevo de água. Então ali, a gente tirava água dali.

C – Então não tinha parede?

A – Não, não depois do clube prá cá que nos fizemos com a maquina lá, parece que eles andaram cavando um poço lá, andaram melhorando.

C – Ah, então o buraco era natural?

A – Era, era natural. Na minha, na época quando eu conheci lá era natural.

C – Que ano que era isso?

A – Ah isso é como eu to falando, quando eu tinha uns 12, 13 ano que eu fui prá lá né? Depois fui prá lá pescá, a gente pescá, tá?

C – Até quando ficou esse, esse...

A – Esse ficou até, pois é esse ai é até na época de 52. Depois prá cá nós fizemos, que ai eu não trabalhei mais no clube né?

C – E como é que era essa água?

A – Não, a água doce.

C – Porque hoje só tem água salobra lá.

A – É, ela não era bem, bem assim por dizer bem doce, né? Um gostinho salobro. Tá?

C – Mas tinha um rio?

A – Tinha um, mas a água já era. Era uma fonte como nós chamamos, esse morro aí é cheio tem cachoeira tudo, meu avô tinha...

C – Mas tinha cachoeira?

A – Não, não é cachoera. Cachoera é assim, cachoera todo lado tem né? Uma parte do morro lá, mais ou menos assim, então aquilo ali mais na parte debaixo dava nascente de água.

C – Mas no riozinho não corria água né?

A – Não, não corria água não, não.

C – Nunca correu?

- A – Não, não.
 C – Nenhum riozinho lá?
 A – Só tinha aquele nascente de água ali, aquela poça. Você já viu aqui na ilha das Campanhas, foi lá que nunca viu? Então era assim lá tem...
 C – Mas lá não tem. Na Campanha não tem água.
 A – Tem, tem.
 E – água doce?
 A – O dia que você for na Campanha ali, cê vai naquele monte de pedra ali assim, não tem? Bem prá lá assim ó.
 C – Mas prá cá perto do galpão do... do clube?
 A – Não, não. Não tem aquelas pedras alta lá, tem dois monte de pedras, não tem bem no meio.
 C – Lá em cima?
 A – É lá em cima. Então você vai na ultima de lá assim ó. Cê olha lá prá baixo, cê pode descendo por ali que você vê, vê uma buraca dou duas de água ali. É água salobra. Porque mais ali é o seguinte, tem o mar. Quando dá o vento o mar bati ali, é água salgada. Porque acredito que se não batesse água do mar ali, seria água mais ou menos boa. Pelas Campanha tem.
 C – Tá, e, então depois o Sr. perdeu o contato e não sabe o que aconteceu?
 A – É. É não sei o que aconteceu.
 C – É de planta de lá que tinha, o Sr. Sabe, o Sr. lembra?
 A – Não, nativa lá era muito araçá né? Goiaba é que o pessoal levava e plantava, né? Mas também não sei explica, o araçá era nativo lá. Ah, tinha outra coisa, tinha aquela não sei se ocê conhece, aquela plantinha do mato que nasce uma palmeirinha cheia de espinho, o tucum. Aquele lá é nativo.
 C – E vocês usavam alguma coisa?
 A – Não, só a gente panhava aqueles cachinho prá chupá, né?
 C – É boa?
 A – É... É como um coco, né? É uma amendinha durinha, você quebra, inté como a amenda coco só que é um poco mais durinha. A gente usava mais quando ele tava bem assim roxinho. Fica bem roxinho que dá bastante de chupá.
 C – Que mais que tinha de planta?
 A – Olha, de planta eu não sei dizê ô, de planta comum né que tem um, arvore assim, né? Agora planta mesmo eu acho que não tinha. Nada, não lembro. Tinha esse coco comum ai, coqueiro tinha muito e o tucum e...
 C – E o palmito.
 A – Não o parmito, não sei se lá tinha o parmito, não lembro não.
 C – Tá, que ela tava falando?
 E – Eu tava falando que, que o esquecimento dele.
 C – Os pescadores?
 A – Os pescadores só que andava lá né, não levava planta assim. Plantava laranja...É, tinha, tinha, conheci assim lá o pé de laranja que o pescador levo e planto, né?
 C – Muito?
 A – Não, eu me lembro um pé ou dois de laranja lá. Tinha um pé que plantaram lá, de laranja de noite, chamava laranja azeda. Tais vendo a história?
 C – É prá tentar entender como que era lá.
 E – Tem uma rapaz aí que já se formou, o Zezinho ele sabe tudo, tudo, tudo, tudo. O bisavô, o tataravô era um tal de Izidoro.
 C – E o avô dele?
 A – Não o tataravô dela.
 E – O Izidoro.
 A – Então...
 E – ele sabe tudo, tudo...
 A – Ele é formado em historia. Ele ia nos cartórios ai, seu... mora aqui
 E – se quizé falar com ele...
 A – Mas ela dicerto também, eles vão no cartório tudo... Olha, não sei se ele tá ai. Porque a gente não vê ele ai, só quando tá em casa. Mas se você quisé ir ali, tem a borracharia. Do lado da borracharia aquela casa, né? A primeira casa depois da borracharia, só divide o muro aquela casa amarela ali.
 [...]

C – E eu não sei se o Sr. acompanhou depois, o turismo na Ilha. Assim quando começou mais forte ou o senhor já estava afastado?

A – Eu já tava afastado de lá, né? Que o turismo...

E – Também faz tempo que ele não vai lá né, Adolfo?

A – É depois deles aí, que o pessoal veio, veio o pessoal de fora começava a alugar uma ranchinha dessa. Aquela coisa, né? Agora então até que eles formaram uma associação, então antes era cada um prá si, ir lá. Então cada vez tá aumentando mais o turismo lá, né?

C – Mas o Sr não sabe marcar época?

A – Não, não.

C – Se o Sr fosse escrever a historia da ilha do Campeche, o que o Sr colocaria como fatos assim que, que o Sr escolheria prá falar? Assim este acontecimento esse, esse....

A – Não, não tenho um assim, né? Acontecimento nenhum, como lhe falei ali agora...

E – O que, que foi de principal que o Sr vê que tem acontecido na história da Ilha desde que o Sr conheceu a primeira vez.

A – O principal que eu conheci é como era antes, né?...

E – O pescador né?..

A – Hoje o pescador vai lá, mas não é mais...

E – O pescador não manda mais nada lá.

A – O pescador não manda mais nada, quer dizê. Até teve épocas que como é, eles criou exigências lá. O pescador não pode mais fazer isso, não pode mais fazer aquilo, então.

C – E hoje continua?

A – E hoje não pode, você vê, não deixa construir nada lá, né? Só que a liberdade para o pescador seria melhor, não só daqui como em geral. Você sabe quem é pescador, um barco vem a naufragar você tem que parar nas Ilha. Então a Ilha pertence aos pescador, mas hoje em dia você vê que a maioria. Você vê o pescador quer fazer uma toca mas eles não dão licença. Mas como o que aconteceu lá do [...] esse pobrema agora comê? Do, da federal não sei o que aí verde, né?

C – moeda verde?

A – moeda verde. Então é isso os poderoso que manda.

C – É. Então, então na historia o senhor se fosse marcar, dizer o que aconteceu assim foi a mudança.... como o Sr. tava falando como era antes pro pescador, não é? Então isso foi um fato importante pro Sr. essa mudança, né?

A – Não, importante não foi. Prá mim eu gostaria que fosse como...

C – Mas foi uma coisa que marcou.

A – É marcou mas,

C – Marcou, as pessoas.

A – Mas eu preferia se, se... o pescador ter mais liberdade, mais dono da Ilha do que hoje. E você vê, quem ta lá hoje quem foi prá lá, era o general do exército o general Rosinha, o Dr Rubico Mendes e outros mais. Gente da arta, né? Que passaram por lá.

C – Quem que era, o Sr. lembra quem mais?

A – Não, tem, tinha vários eu não lembro o nome.

C – General Rosinha...

A – General Rosinha era um, Dr Vitor Mendes, Antonio Mendes que era o irmão.

C – Eles eram o que? Os primeiros?

A – Eles eram os primeiros naquela época né, O lá da Campora, um tal de ...

C – É o que, que ele era?

A – Não sei, não sei. Não sei que, (confuso diálogo entre Adolfo e esposa) não, não. Esse D'Acampora ele parece, se eu não me engano, ele trabalhava no departamento de saúde, não sei o que era. Você, eles eram tudo sabe como é, funcionário da arta, do Estado, que vieram prá cá assim, general do exército, né?

C – Mas esse D'Acampora ... já me falaram que uma época ele foi o responsável pela Ilha.

A – Foi, porque o fundador da Ilha mesmo foi ele, até tinha um nome, pode ver que lá tem um a comê? Campora não sei o que lá, tal tal tal.

C – Ele foi o fundador do clube?

A – É do clube é.

C – Ah ta então é por isso que falam dele. O Sr sabe o nome dele todo?

A – Não, não. Não sei não, não sei.

C – Então é, então assim de marcado na história essa mudança de... de liberdade do pescador.

A – É.

C – Né? E outra seria... Outra coisa que aconteceu lá de marcante de...

A – Não, eu prá mim eu não tenho nada de marcante. Os turistas essas coisa, que você vai lá, você tem que pagar. Isso aí é um absurdo, uma Ilha pequena que nós tem tanta. Já cobro do turista prá ir prá lá, chega lá o turista tem que pagar prá ir no banheiro, pagar prá, né? Aquilo ali é uma coisa que eu não sei, mas isso aí não depende da gente, né?

C – Como é que o senhor imagina a ilha do Campeche pro seus netos, como é que o Sr gostaria que fosse?

A – Ah pois é (risos), prá mim eu gostaria que fosse, que continuasse aquela liberdade que o pescador tinha, né? Mas hoje não tem mais, o que vai se fazê?

C – E o que que pode ser feito prá ser como o Sr imagina que seja bom?

A – Eu acho que isso aí só depende das autoridade né, se interver nisso aí, mas isso não vai acontecê, né?

E – Liberdade, né? pro pessoal ir e votar, não precisar pagar, né?

A – Liberdade prá ir poder pescar lá, né? Essa coisa toda.

C – Tá! Agora, voltando lá prá trás, teve uma coisa que eu esqueci de perguntar pro senhor. É como era a pesca naquela época? Aí entre os anos 40 E 50, os materiais, os barcos?

A – Os barcos, os mais usados eram essa [...], né? E as redes eram tudo rede de fio, de barbante, de amário naquela época, né? Os cabos de onde iam a rede eram feitos de cipó aí da mata, a gente tirava o cipó. Ou então o imbé, não sei se já ouviu falar?

C – o imbé?

A – é, o imbé. Então dali que se faziam as cordas prá afundiá a rede. Naquela época não existia ferro prá ajuda o pescador, pegava um pedra mais ou menos assim comprida pegava dois pedaço de 50, 60 cm meia corda cruzava uma com a outra, pegava [...] botava a pedra ali dentro e amarrava tudo ali. Isso aí prá fazer, prá jogar lá no fundo do mar. E as bóias hoje é tudo comprada, naquela época procurava onde tinha aquele bambu grosso como é. E as bóia era feita com bambu, pedaço de bambu três quatro bambu, amarava com cipó e jogava na água. Tinha a rede, as curtiça da rede eram feita no mato, tiravam agora bambu, cedro madeira velha, faziam tudo bolinha e amarava na rede. O chumbo uma pedrinha de mais ou menos meio quilo e amarrava na rede.

E – Prá pintá a rede era com, a casa da...

A – Prá pintá a rede tirava a casca da [...] ou do mangue, também do mangue ele tiravam a casca. Aí na madeira caporoca eles tiravam a casca, socava, fervia botava areia dentro prá tingi porque a rede, quando pegava tanta arema durava mais.

C – Ah bom. E os peixes que davam eram os mesmos?

A – Os mesmos, a anchova, o mata... também as vezes fazia o arrastão lá de tainha, que as tainha arrastão prá fazê. E a anchova era mais peixe de manhana, sai de manhana. (confuso) na ilha do Campeche muita garopa, marimbau, (criança gritando) dava muito tainha, cação-anjo, cação-mangona.

C – Então anchova, tainha, cação-anjo, cação-mangona...

A – Ah... garopa muita, muito marimbau dava na ilha do Campeche, dava com fartura. Quer dizer, tem ainda lá, né? Então era os peixe que dava era isso aí. Muita pescadinha, pescada, né?

C – E de quantidade o Sr. acha que era igual a hoje?

A – Não hoje, aqui nos anos depois veio o cerco. O cerco veio em 57 prá Armação e usaram também na ilha do Campeche, lá dava muita anchova, tá. Assim... de manhã. De manha ia abrir a rede era... Tirava duas três baleera cheia de anchova, pescadinha, um peixinho que dava muito aquele vermelhinho, ainda tem. Isso em geral tudo quanto era peixe que dá hoje...

C – E vocês já foram prá ilha do Campeche?

Neta – No Campeche acho que já.

A – Não, não foi não.

C – Não acredito.

A – A mãe dela não conhece a Ilha.

E – Devia ter deixado ela de ir, porque uma vez eu fui lá peguei um mar de vento que me arrepiou tudo lá, nunca mais na minha vida.

A – Você falou com o Aldo?

C – Eu falei, mas não acabei não. É não deu tempo de acabar, porque ele tinha que fazer um negócio na praia.

A – O Aldo é bem apessoado. O Aldo sabe.

C – É, ele falou um monte de coisa.

A – O Aldo é filho desse meu padrinho, né? Esse que me levou a primera vez prá Ilha. O Aldo é o seguinte, ele ta lá desde piquinininho. Pescou muito na Ilha né, muito, muito mais que eu.

E – Desde menino. O Aldo pescou muito mais que eu.

C – Aqui é tudo parente, né?

A – O Aldo é primo dela. E a mãe do Aldo é irmã da mãe dela né? Família Faustino de onde que é?

A – Família Faustino, essa aí é Faustino lá de Paulo Lopes. (Risos)

E – Maria Pires. Sou da família do Pires.

A – Capitão Izidoro foi um poderoso que tomou conta.

E – Falava a minha mãe que eles iam prá Itália de navio, levavam 6 meses. Quando lá era frio aqui era quente. Onde é que já se viu, o mundo lá é frio e aqui é quente?

C – Mas o capitão Izidoro é na época da... Armação.

A – É, era sim do começo da Armação. Outro dia até passou um firme aí, aqui passou um dia aqui nessa... no supermercado ali.

E – Sul da Ilha disfarçou e ninguém foi visto.

A – Ali o supermercado fechou ali. Bernuce é o nome ali, então eles ali passam o firme, eles passaram uma cena, eu não sabia não fui. Agora quando tiveram aquele santana lá então passaram em três partes, três dias, né? Comé aqui passou os anos 70 e agora aqui passou a última parte. Aquilo ali prá quem faz assim é bom você fazê pesquisa.

C – então tá, Seu Adolfo, o senhor me autoriza botar a sua entrevista no meu trabalho?

A – no seu trabalho pode botar.

E – Vais pegar e fala com o Serginho ali?

C – Ta eu quero pegar, só que não hoje porque eu to indo pro centro agora. Mas eu venho outro dia...

A – Bem aqui na frente deve ter o ponto de ônibus.

C – Certo.

B.7 NICOLAU BERNARDINO MACHADO



Material utilizado: gravador digital, máquina digital para filmar e fotografar, papel, caneta e mapa (Fig. 14).

Material produzido: um arquivo de som digital extensão VM1 (duração 1h03min45seg), um arquivo de filme digital tipo videoclipe (duração 49h44min), fotografias, anotações escritas.

Local e data entrevista: copa da residência (Armação), 11/09/2007, entre 9h e 10h.

Presentes durante entrevista: esposa.

Observações: Entrevista transcrita por Alice Sato.

Abreviaturas utilizadas: N para Nicolau e C para Cintia.

N – Não tá escuro, quer que eu acenda a luz?

C – Não, não precisa não, tá bem... será?

C – Bom, Seu Nicolau, qual o seu nome todo?

N – Nicolau Bernardino Machado.

C – O Senhor nasceu aqui na Armação?

N – Han han.

C – Quando?

N – (mostra a tatuagem em seu antebraço) Dez de fevereiro de 1930.

C – Deixa eu arrumar, (filma a tatuagem) levanta um pouquinho mais. (Risos) Legal! (Pausa) ...1930.

C – E.. E a primeira vez que o senhor foi na ilha do Campeche, foi com quantos anos?

N – Olha, eu tinha mais ou menos 22 anos para 21, quando eu comecei a trabalhar lá.

C – Trabalhar com que?

- N – Na pesca. Pescaria, né?
 C – Era seu barco?
 N – Não, (pausa) era de outros, né? A gente pescava como [...]
 C – E quem era o dono do barco?
 N – Era o Serafim. Você pode “fazê” entrevista com ele, não dá? Eu comecei a pescar com ele. Foi em 1952, 53, uma coisa assim.
 C – E quantos trabalhavam juntos?
 N – Eram cinco. Naquele tempo, mais ou menos, era a braço, né? É, a gente não tinha motor. Não existia motor. Se ia daqui prá lá, lá prá Ilha, morrendo, e voltava andando, quando tinha vento, voltava mais leve. E quando era travaria, ai vinha (gestos), vinha remando. Agora tá tudo mais fácil, né? É motor, dá prá aqui, dá prá ir daqui até lá. Ah, mas naquele tempo não! Se ia lá dentro, pegá peixe, tinha que vim, né! [...] Ou vinha de lá até aqui. Chegava aqui, com braço morto!
 C – Bom, daí eram cinco para remar, né? Vocês revezavam, cada um remava um pouco?
 N – Não! Tudo junto! Tudo junto! Pegava lá, ia aqui. Não dava prá parar, se parava, a viagem já parava também!
 C – Não, às vezes podia pegar dois, o outro descansar...
 N – Não [...] era quatro no remo e o patrão lá atrás. Quatro no remo e o patrão lá atrás... e assim ia atrás da vida! (Risos) [...] – E eu aqui, puxando a embarcação, calçava ela, pegava as coisinhas que a gente levava, o peixe que ia, trazia prá cá, e vinha embora prá casa.
 C – E como é que era a Ilha nesta época?
 N – Ah, naquele tempo quase não existia nada, né? Só tinha o rancho dos “pescador” lá, né?
 C – Quantos ranchos?
 N – A gente ia pescar lá, a gente ia até prá dormir de noite lá, a gente ficava a noite né, nós fazia um ranchinho de madeira, fincava quatro estaca, um tapumezinho de tiririca, a gente cortava tiririca aqui no Sinésio(?), cortava a tiririca, fazia aquela telha em cima, tapava, as parede era de lasca de coqueiro, as parede a gente fazia de lasca de coqueiro, encostava uma na outra, assim, passava dois galhinho, assim, trancava... Ficava ali. As tarimba ... cama...fazia com o que tem lá, né?
 C – A cama chamava tarimba?
 N – É, tarimba. A gente fazia aquelas tarimba, fincava quatro estaca, botava aquelas... aquelas lasca de coqueiro assim, fazia as coisa , né? Quando ficava aquele valo no meio a gente enchia de capim, botava umas tira por cima, umas tirinha por cima, naquele tempo a gente fazia as tira a mão mesmo, né, prá brincar. Nós botava em cima... lá lá em cima daquele morro, lá em cima, lá naquele sapé? que tem lá, lá atrás do Matadeiro [...] A gente ia buscá capim lá em cima.
 C – E que capim que era?
 N – Capim-colchão, chamava de capim-colchão. Um capinzinho fino, comprido, a gente cortava o pé direitinho e amarrava uma na outra.
 C – E tem ainda desse capim?
 N – Existe, né? Lá pro morro, lá próximo existe. Mas aqui por baixo vão queimando, vão desprezando, vão (pausa) acabando, vão deixando tudo que é mata.... lá embaixo tinha, mas agora tá tudo com casa.
 C – Mas não é a tiririca, não?
 N – Não. Tiririca era só prá fazer o telhado.
 C – Ta certo. E esse coqueiro, que coqueiro era?
 N – Desse coqueirinho miúdo ali. Tem lá em cima do morro, ó. Lá em cima do morro (aponta para janela).
 C – Aquele lá?
 N – É, aquele lá em cima, lá em cima do morro. Dá aqueles coquinho miúdo. Que as gralha come muito, os arapuá come muito, os tucano...
 C – E quantos ranchos tinha?
 N – Quantos anos tinha?
 C – Não, quando o senhor começou lá, em 52, quantos ranchos tinha?
 N – Ah, tinha, perai, deixa eu pensar... tinha o nosso... dois... três... Tinha uns quatro ou cinco, só.
 C – Lembra de quem era?
 N – Era do avó desse Joca, um... o outro era do Manoel Patrocínio...E tinha o nosso que era do Serafim... São, né? E tinha outro que era do Faustino Olíbio. E tinha mais um também... perai deixa eu me lembrar... o outro era do... faz muitos anos... (pensando) Ah, outro era dum cara lá da Barra da Lagoa, chamado... como era o nome dele... me esqueci o nome dele... era tão conhecido... na hora a gente esquece...
 C – É o Andrino?

- N – Não, não... é outro... Assim... já tá de idade...
- C – Mora aonde?
- N – Mora na Barra da Lagoa. Pescava até com um rapaz chamado Reduzino [...] Trabalhava junto com ele. Com esse cara que tinha um ranchinho lá.
- C – E esse Reduzino, ta vivo ainda?
- N – Ah, não sei se ele ta vivo ainda, não sei porque ele mora muito longe, mora lá na Barra da Lagoa.
- C – Hum, tá. Desse pessoal, dessa época, é, é, o Seu Serafim eu falei com ele, O avô do Joca já faleceu, né?
- N – É.
- C – o Seu Manoel Patrocínio...
- N – Já faleceu também.
- C – E o Faustino Olíbio...
- N – Já morreu também.
- C – E o pessoal que trabalhava com eles?
- N – Agora já morreram quase tudo... O Paulo [...]o filho...Eu sei que uns dois ou tres já morreram.
- C – Tá, e o senhor trabalhava com seu irmão no barco?
- N – Não, naquela época não. Ele trabalhava em outro.
[...]
- C – Tá, então vocês tinham um rancho só prá vocês?
- N – É, um ranchinho só, só era prá aqueles cinco.
- C – E daí...
- N – O outro era só prá aqueles cinco.
- C – Todos... Sempre era cinco?
- N – É. Todos eles... todos eles era cinco. A embarcação só ocupava cinco. Que tinha quatro remo e com o patrão, cinco. Ai cada um fazia a sua pesca. Seu pano de rede, tampava o barbante, naquele tempo era barbante, não existia náilon ainda, né? Quase não existia náilon, então era barbante, fazia a rede na mão, ia pro mar, pegava atrás da [...]. Cortava ela em pedacinho [...] Fazia aquelas [...] de madeira
- C – Tratava, ou não, só punha do jeito que cortava e já usava?
- N – Não. Cortava e fazia direitinho, arredondado tudo...
- C – Lixava?
- N – É, deixava ela bem direitinho, com a faca, depois alisava bem com a faca, ia cortando direitinho, fazia a rodinha direitinho, fazia o furo, pegava enfiava, colocava no fogo [...]
- C – E o barbante, tratava?
- N – Ah, o barbante comprava lá embaixo.
- C – Mais tratava ele ou usava do jeito que vinha?
- N – Não todo ano tinha que fazer, né?
- C – Não passava nada no barbante.
- N – Aquela rede que a gente fazia a estiana, prá cercar de volta, já não dava mais, então a gente deixava aquela prá (sindeio?), e fazia a nova e mandava aquela prá... porque a anchova puía muito, a anchova picava muito, né, a anchova corta a rede, porque a anchova tem dente, ela cortava muito e ai ela ficava mais estragada, então a gente remendava prá (sindeio?), quando o peixe passava, ficava, porque era mais na costa. E a outra era só prá cercar mais no mar.
- C – E aqui é a foto da Ilha, então...Que lugares o senhor acha importante, assim, por exemplo, tem a Pedra da Vigia, né?
- N – É, tem a Pedra da Vigia.
- C – Que outros lugares vocês tinham como referência, assim...?
- N – Ah, prá pescar? Por cima da pedra de caniço, né?
- C – Prá qualquer coisa, assim, que lugares eram importantes na vida de pescador de vocês, aqui?
- N – Tem esse cercado, também, esse cercado aqui em volta...
- C – Quando o senhor se referia assim – ah, que era importante como referência a Pedra do Vigia era uma referência importante, né? Que mais que era importante aqui na costa?
- N – Essa ponta aqui se pescava muito, nós tratava de saltador, prá quando a gente encostava a embarcação prá saltar ali, porque tinha uma lajinha boa, prá gente saltar. A gente encostava a proa da embarcação e saltava prá cima da pedra, prá pescar de cima da pedra.
- C – E que mais que era importante aqui?

N – Também tinha a Toca da Cabra também que era muito bom prá pescar de caniço. Era um lugar que sempre encontrava mais peixe.

C – Que mais?

N – E aqui por trás do Campeche tem a Pedra Preta, O Saco da Pedra Preta. Eu acho que é esse aqui, ó, eu acho que é esse aqui. E esse último [...] Vira prá cá, vira prá cá, tem a pedra Trincada. Não é isso assim?

C – É. Tem mais algum ponto importante?

N – Ah... depois vem prá cá, da pedra Fincada vem prá cá, tem a Ponta do Paredão. Que eles pescavam muito sábado de noite, até nessa ponta aqui...

C – É bem no norte ou é mais no meio...

N – É no norte, é no norte.

C – Ah... então eu acho que eu sei. Uma que tem os desenhos mais baixos?

N – Que tem uma laje, tem um balcão alto assim...

C – Bem na altura da gente?

N – Isso. Tem um balcão alto assim...

C – Bem aqui no norte? Onde a trilha sai, logo depois...

N – É.

C – Ah, tá. Chama ponta do Paredão? Lá era bom de pesca?

N – Pessoal morreu nessa ponta desse paredão aí. O barco levou lá em cima, deu a volta lá por trás, o mar tava muito grande, carregou com uns três ou quatro!

C – É mesmo? Quando?

N – Ah, já faz muitos anos.

C – Morreram os quatro?

N – Duas pessoas.

C – Não sabia.

N – Pode perguntar aí, muita gente sabe. Muita gente. Um, enterraram lá no Matadeiro. O outro ninguém sabe. Uns dizem que acharam lá nos Ingleses... outros dizem que não acharam mais.

C – Eles estavam muito lá na ponta?

N – Eles pescavam não aqui em baixo, né? Mas o mar de noite ficou ruim... mas o mar ficou ruim de noite. Bateu lá naquele paredão que fica no lado, né? Bateu lá, e despejou prá água. Daí foi levando tudo, foi levando balaio, caniço, todo mundo. Diz que dois, dois se escapou porque a camisa encostou na... pegou na casca do marisco, né, daí segurou, daí quando o mar passou, esses dois se escaparam.

C – Ah, tá. Então, vamos ver – Tem a Pedra do Vigia, Saltador, Toca da Cabra, Pedra Preta, Saco da Fonte, Pedra Fincada e Ponta do Paredão. Tem mais algum ponto importante?

N – Tem o Refugador, aqui prá dentro, aqui. [...] Hoje só tem um. [...] Um no norte e um no sul. Ah, então... então aquele do norte o outro ficava na parte onde se chama Refugador.

C – É onde era o centro do norte?

N – É.

C – O senhor sabe mostrar aqui, não?

N – O centro do norte, aqui, ó, já trabalhei nele. Esse centro aqui. Que era de um dono, hoje, o dono morreu, aí ficou prá outro dono. E a gente chamava Refugador, o nome.

C – Refugador é esse lugar?

N – É. O círculo de fora. Refugador é mais prá dentro. Ali na... pequena [...] Pedra redonda que tem.

C – Ah. E mais algum lugar?

N – Ai tem aquela Piteira ali, né? A Piteira vem a....

C – A Piteira era um marco importante?

N – É. A Piteira. E tinha mais prá dentro que chamava Laje da Guincha. Mais prá dentro. E atrás ali da praia. [...] Pró quem sai da praia, aqui ó... Pró norte. Pró quem sai da praia [...] A gente entrava aqui por cima, aqui, e descia, vinha pescar [...] deixava minha afilhada ali, quando ia lá vê tinha dois, três peixes... [...] Era aqui a Laje da Guincha. [...] Era o que o pessoal antigo chamava, né? [...]. A gente chamava porque já era o nome antigo já, né? [...] ninguém sabe porquê.

C – E aqui era bom de pescar também...

N – É... bom...aqui era mais areado. Só se pescava de linha prá deixar fundiar assim. A gente amarrava com uma varinha lá, né, e vinha fazer um lanche, vinha almoçar, ia ali no mercado, e quando via lá tinha dois, três peixes... A gente ia prá lá no sábado... na segunda feira de madrugada, e voltava as veis sábado, ou domingo de manhã. A gente ficou uns dez anos...

C – Dez anos?

N – É. No cerco. [...]

- C – Mas esse cerco... Então era de vocês esse cerco do norte?
 N – Era. [...] Do Refugador. Nós trabalhava ali. [...] Era do cunhado do Serafim. João Hipólito.
 Do João Hipólito.
 C – Ta, então o cerco do refugador, esse que não tem mais, era do João...
 N – Hipólito.
 C – ...que é cunhado do Serafim.
 N – É. [...]
 C – O João Hipólito é vivo?
 N – Não... já morreu.
 C – E vocês trabalhavam lá. E ficaram dez anos trabalhando lá. E fora isso, o senhor ficou mais tempo depois?
 N – Antes disso já...
 C – Ah, antes disso?
 N – ... vinha trabalhando lá. Desde o tempo quando era... se trabalhava a remo e não usava motor ainda.
 C – Ta. Mas quando o senhor foi prá lá com 22 anos, o senhor falou que foi prá lá com 22 anos, né? Daí foi prá trabalhar no cerco ou prá trabalhar na... na...
 N – Não. Comecei a trabalhar... primeiro no braçal.
 C – Que era com 22 anos...
 N – É. Com 22 anos. A não ser que eu já era casado, já tinha uns cinqüenta e poucos anos já.
 C – Tá. E como é que era a Ilha, além desses cinco ranchos que tinha na Ilha, quando o senhor começou a ir lá, com vinte e poucos anos, como é que era a Ilha?
 N – Tinha uma praia bonita, né? Uma praia grande. Uma praia linda, né? Quando dava maresia aparecia... cavava ali em volta, ali em frente, cavava ali aparecia até osso de baleia.
 C – Ah, é?
 N – Mas depois de um tempo também, enterrava tudo e deixava tudo certinho.
 C – Muito osso?
 N – Deixava tudo certinho. Muito passarinho, muito ... existia lá muito passarinho.
 C – Quais, o senhor se lembra?
 N – Ah.. tinha [...] tinha dessas pombinhas do mato, né? [...] aracuã [...] Mais outro bicho lá também... [...] passarinho grande que ninguém sabia o nome dele qual que é.
 C – Mas algum bicho que foi levado?
 N – Não, que eu me lembre, o tatu lá desapareceu. O tatu desapareceu um certo tempo depois, não se viu mais.
 C – Então era só tatu e quati?
 N – Aracuã e [...] também. E nunca fui mais lá não. E já faz o quê? Uns dez a quinze anos. Diz que vinham até ao redor do rancho.
 C – É. Vem roubar a comida de dentro da bolsa da gente.
 N – (risos). É eu sei. mas naquele tempo nós matava, né?[...] uns peixinho bom.
 C – Mas vocês comiam a carne do quati?
 N – De vez em quando nós comia.
 C – É boa?
 N – Mas nós ia matando. [...] Era boa. Já comi, matava ali [...] nesses morro aí. A carne do quati é boa [...].
 C – As plantas, o morro, como é que era, era igual o que é hoje?
 N – Não. As planta lá, existia pouca planta, só natural mesmo. Era araçá, goiaba, tinha lá. Ainda tem goiaba lá, né?
 C – A goiaba era de lá ou foi levada?
 N – Não, foi levada também.
 C – Mas o que era de lá?
 N – Naquele tempo só tinha lá, o que eu me lembro, no tempo só tinha lá era esse [...] que dava no mato. E lá parece que, dizem existiu um pé de laranja lá, laranja muito boa, mas eu nunca vi.
 C – E... e os morros tinham árvores, como é que era, é igual a hoje, tudo cheio de árvore?
 N – É, era tudo fechado de árvore.
 C – Era tudo assim, cheio de árvore?
 N – É, tudo fechado de árvore. Era tudo mato [...] E, na beirada do mato, tinha até duas entradinhas assim, pouquinho assim, na beira do mato, prá nós entrar. [...] Na beirada do mato, a gente fazia o rancho um pouquinho mais prá dentro, prá ficar mais prá dentro, porque o vento sul entrava pela frente.

- C – Mas tinha plantação, plantava alguma coisa?
 N – Tinha. Nós plantava, é... mandioca, lá. Plantava mandioca e milho. Mandioca, mesmo nós plantava lá. Pró comer. Eles traziam prá cá pros engenhos aqui.
 C – O senhor lembra onde era a plantação?
 N – [...] Mais ali atrás, junto do clube, ali.
 C – Aqui, vamos ver no mapa?
 N – Dali, assim, pro norte, mais prá ali assim.
 C – Mostra aqui no mapa, por favor.
 N – O clube fica aqui, né?
 C – É, aqui.
 N – É mais perto daqui assim, um pedaço prá trás, essa parte aqui da frente, aqui, depois vem um pouco assim prá onde tem aquele poço, poço ali, prá cima um pouco. Do poço prá cima, assim. Plantava mais ali.
 C – Só o João do Jorge que plantava?
 N – É, naquele tempo, só quem plantava mais era ele.
 C – Mais ou menos em que época era isso, essa plantação.
 N – Ah! Isso era quando a gente pescava lá mesmo, mais ou menos 55, mais ou menos 52...
 C – E depois vieram outras pessoas fazer plantação, não?
 N – Não. Ai quando ele deixou de plantar, daí o mato foi crescendo.
 C – E quando ele deixou de plantar, o senhor lembra?
 N – Ah, não, não lembro não.
 C – E esse poço que o senhor falou, onde era?
 N – O poço ficava atrás casa do clube, né? Não tem uma baixadinha ali...
 C – Mas em que casa, a casa casarão?
 N – Não tem uma malha de bambu grosso, esse bambuçu...
 C – Ah, então é mais prá cá, né?
 N – É tem uma malha de bambuçu aqui, ele ficava mais prá cima lá, numa baixadinha que fazia assim, depois tinha uma descidinha e o poço era mais na frente. Um poço feito de pedra, todo feito de pedra.
 C – Quem fez esse poço?
 N – Ah, esse poço já tinha tempo, desde os primeiro que tiveram lá, né?
 C – O senhor não sabe quem fez?
 N – Não.
 C – Quando o senhor chegou já tinha?
 N – É, já. Já era velho!
 C – Então, por que o senhor sabe onde hoje é a casa do clube, o casarão, a sede social? É junto dessa... por que essa casa não tinha nessa época, né?
 N – Não não tinha...
 C – É junto dessa casa? É onde é essa casa, ou é mais prá cá, mais pro sul?
 N – O poço?
 C – Ó, porque hoje a gente tem isso tudo de casa lá (mostra o mapa), tá? Aqui é o casarão, a sede social, né? E tem uma moita de bambu aqui!
 N – Isso, isso! Em direção ao bambu, mais aqui [...] Dessa malha de bambu, corre reto assim, prá cima, prá trás, pro Campeche, pro sul.
 C – Pró trás, pro mar aberto?
 N – É. Mais prá trás. Do bambu prá trás.
 C – Aqui assim, prá dentro?
 N – Quem desce assim pro bambu, o poço fica ali [...] De costa pra rocha, para o clube, você vai descendo, o poço, o bambu fica a esquerda e o poço fica na mesma direção do bambu, o poço fica a uns 6 a 8 metros a frente, ao máximo, um pouquinho.
 C – Mas hoje ele ta coberto, né? Ta fechado...
 N – Ah, mas eles modificaram, né?
 C – Não tem mais, né?
 N – O poço existe lá, né?
 C – Mas tá enterrado.
 N – É, pois é. Não, mas tão usando esse poço lá, não tão usando esse poço? Acho que tão!
 C – Então acho que tem outro... nós tamos falando de outra moita de bambu...
 N – Porque só tinha água prá se tomar pois era só ali, água doce.
 C – Não, hoje eles usam ponteira.
 N – Ah, é?

- C – Mas tem um poço abandonado, que eu queria entender qual que é.
- N – Pois é no bambuzeiro assim, ó, a senhora passa por detrás do clube, por trás do clube, e vai em direção do bambuzeiro, deixa o bambuzeiro desse lado (aponta para a esquerda), e o poço fica desse lado, naquela curvinha...
- C – Mas já, já no começo da subida? Já tá subindo o morro...
- N – É. Se eu não me engana, naquele tempo que eu tava lá, tinha um pé de...de... como é que era... de carambola! Um pé de carambola.
- C – E a água, como que era?
- N – Olha, a senhora chega lá, pergunta [...] donde é que fica o poço que o pessoal antigo, quando pescava lá, tirava água. Antes do clube chegar, que ele mostra prá senhora.
- C – Tá. E como é que era a água desse poço?
- N – Era boa. Se tomava, fazia comida.
- C – Doce?
- N – Era água doce, água boa.
- C – Por que que vocês pararam de pescar lá?
- N – Eles pararam porque o peixe foi se acabando também, né?... o peixe foi se acabando, o pessoal ali praticamente foi saindo, foi ficando mais velho, o pessoal mais antigo foi ficando mais velho, uns foram prá outro tipo de pescaria, foi ficando velho, foi morrendo... foi se acabando!
- C – Mas daí o senhor trabalhou lá até quanto tempo? Até quantos anos?
- N – Eu trabalhei lá até mais ou menos... já faz o que... eu tinha mais ou menos uns cinqüenta e poucos anos, né, Maria? Um cinqüenta anos, já, uns cinqüenta... eu me casei com 56, nós nos casamos com 56... em 56 não foi? O rapaz ainda não tinha nascido... em 50... em 60, mais ou menos eu trabalhava lá. 60, mais ou menos...
- C – Nos anos 60, ou com 60 anos?
- N – 1960, mais ou menos assim.
- C – Então o senhor trabalhou de 52 a 60...e em 60 o senhor parou de trabalhar lá na Ilha?
- N – É.
- C – Por quê? Foi prá outro lugar?
- N – Não... eu vim trabalhar aqui na Armação, no cerco que tinha na Armação. Pescava lá no cerco lá, aí o cerco lá se acabou, então o cara lá desprezou aquele ponto lá e ficamos pescando aqui na Armação. [...] Entende? Aqui também tinha cerco.
- C – Daí o senhor não ia mais pescar lá.
- N – Não. Só ia lá a passeio, levar gente lá... depois voltava, voltava prá cá, não tinha mais estadia lá. [...] O dono se aborrece, né? Acaba se aborrecendo. É mais uma despesa, né? Fica com nós também, o transporte também, acaba ficando mais caro. Tinha outro aqui que acaba dando mais que aquele lá. Então deixa aquele lá. Depois o clube veio também, e acaba ficando mais ruim... [...] Ah... mudou tudo...
- M (esposa) – Mais facilidade, né, prá circular... e acabou com a pescaria tudo. Daí se aposentaram como?
- C – Mas assim, como é que foi a relação, assim, de vocês com o pessoal do clube?
- N – Ah, era boa, eles gostavam da gente lá, gostava...
- M (esposa) – Pessoal bom também, pessoal amigo. Pessoal muito bom.
- C – Mas na época já era pessoal amigo?
- N – Era.
- M (esposa) – Nunca brigaram, né, nunca fizeram questão, né?
- C – E o... o turismo, como é que, como é que... o turismo aqui. Quando que começou a ter mais turismo? Quando a Ilha... porque aqui tinha 5 ranchos em 1950. Depois veio o pessoal do clube. Daí hoje a gente tem uma situação completamente diferente.
- M (esposa) – Porque o pessoal foi vendendo. O pessoal foi vendendo. O pessoal de fora.
- N – Quando eu tava lá ainda, eu trabalhava lá, só tinha só o pessoal do clube, só aquela sociedade deles ali, né, de dez a quinze homens ali, que iam lá, passavam o final de semana lá, mas depois vinham embora...
- C – Isso quando que era de dez a quinze pessoas?
- N – Isso no começo quando eu fui trabalhar no cerco, né?... [...] (em) 60, 65... 65 prá frente [...] quando eles (clube) entraram, né? [...] era pouca gente. Mais ou menos, mais ou menos assim. Foi juntando, quando a sociedade começou a ficar maior, foi juntando mais.
- C – Hum, tá. E quando começou a ter mais turista? [...]
- N – Daí eu não posso dizer mais.
- C – Se o senhor fosse fazer uma história da Ilha, desde quando o senhor conheceu até agora, que fatos importantes o senhor marcaria?

N – Nós fazia lá?

C – Não. Eu pedi pro senhor escrever a história da ilha do Campeche. Daí o senhor vai escrever desde que o senhor conheceu. O que que o senhor ia dizer? De que acontecimentos o senhor ia falar? [...]

N – [...] Teve uma ocasião que nós tava lá, que deu uma ressaca grande, a maré subiu muito, e agorriu a embarcação que nós tava e saiu a fora, agorriu na praia e saiu prá fora e foi parar lá. Ai quando aquilo passou, 'puxamo' prá terra, 'puxamo' a embarcação prá terra. Ai foi enxutando né, a água foi sumindo, foi sumindo, foi sumindo, foi aparecendo terra, foi aparecendo terra, até quando voltou... mas subiu lá em cima, lá perto do mato, a embarcação agorou, foi empurrando prá baixo, o cara pulou prá dentro, e saiu com a alçapa prá baixo...

C – Quando foi isso?

N – Ah já faz anos já.

C – E o que o senhor acha de importante assim, na vida de vocês com a Ilha, o que teve de importante...

N – Ah era pouco naquele tempo a gente era novo...

M (esposa). – Tinha muita amizade, uns amigo bom, né?

N – A turma que a gente pescava era tudo gente boa...

M (esposa) – ...gente boa...

N – Era só na brincadeira, né? Eu ia prá lá...

M (esposa) – Não achava ruim com nada.

N – Achava que todo mundo brigava um com o outro, ninguém brigava... parecia ser tudo irmão! Era a coisa melhor que a gente tinha, né? Viver bem com os outros, tudo amigo, não brigava, o que pedia o outro fazia, o que dizia o outro aceitava. Era assim.

C – O que aconteceu que mudou isso?

N – O que mudou é que um se aborreceu uma vez com o patrão, sai, vai prá outra... o outro já tava com dois filhos, saiu de lá, foi prá outra... e foi tudo mexendo. Tava pescando lá veio pescar aqui... foi o meu caso também, tava chateado lá... [...] então chateia prá nós também, né? Tava doido prá pescar aqui... aqui trazia peixinho todo dia prá casa, o mais importante.

C – Como é que o senhor gostaria que a Ilha fosse para os seus netos, o que que o senhor imagina, assim, que seria?

N – Que fosse como naquele tempo antigo era, né?

C – E o que pode ser feito prá mudar isso?

N – Só arrancar com aquela raça lá, né? [...] Aqueles turistas lá, né? [...] só deixar os pescador lá, né?

C – Mas o ideal seria só deixar pescador?

N – Antigamente era, né? Mas agora não dá nem prá gente ir mais. Agora não.

C – E o senhor não vê uma forma de conviver?

N – Não, agora não.

C – Os pescadores, com os turistas, com o pessoal de lá...

N – É porque agora lá não é só questionar. Já dá muita gente prá ajudar a lavar a mão, né? Não tem mais aquela condição que tinha naquele tempo, né? A gente chegava lá, podia chegar, ia pro outro lado, deixava lá... mas hoje não se pode fazer mais isso! Naquele tempo deixava dinheiro dentro do rancho ...

C – Só uma coisa que destacou – os peixes, que o senhor pescava lá naquela época, no cerco, os peixes que vinham no cerco qual eram?

N – O que mais dava em quantidade era anchova. Anchova tinha dia que a nós matava 6, 9 toneladas, por dia. Dava em quantidade mesmo. [...] Dava pescadinha, também dava muita pescadinha... dava esses peixe tábua grande... [...] Dava enchoqueta, bastante enchoqueta também dava, desse tamanho assim... dava palombeta... dava muito gordinho...dava gordinho... aquele peixe grandão. A maioria era esses peixes que dava, mais em quantidade. Sardinha, dava muita sardinha. [...] A sardinha pois tinha dia que tinha que bater com um pau, com um bambu, dentro do cerco prá ela sair a metade, prá gente carregar duas, três lancha, e o resto ia tudo pro mar. O que dava mais era sardinha. Ia pro cerco lá do sul tava cheio, tava roxo. Ia lá pro norte, e se lá tinha lá tinha mais, aqui tava levantando tudo, tudo. Tinha que soltar o toldo, prá soltar tudo, soltava aquele toldo prá cobrir o outro lá que tinha menos, mas ainda vez, tinha duas embarcações que nós tinha lá, carregava aquilo lá, ia embora, e deixava ir.

C – E... e fora do cerco...

N – Naquele tempo tinha fartura. Tinha fartura, né? Mas hoje não tem mais disso! A gente ia lá no cerco chegava lá via o cerco agora de manhã, as cinco horas da manhã, seis horas, tinha peixe, voltava lá duas horas tinha mais, voltava de tarde também tinha, passava o dia todo ali, tinha uma

montueira de peixe, né? Passei o cerco aqui, estendi aqui, peguei só uma palinha ou duas. Tem dia que não tem nada! Olha esses tempo eu tava falando com um cara... um cara dum cassino lá do Rio Grande do Sul. Ele alugou a casa aqui prá passar o verão aí. Então ele soube que tinha... andei pescando na região, do Rio Grande do Sul, na península. Aí ele soube e veio conversar comigo. Aí, quando chegou lá, conversando com eles, conversando, que eu fui lá, 52, 52 eu fui lá, voltei em 53... fui em 52, final de 52 prá 53. Aí eu contando os peixes que a gente matava lá, na pedra, e colocava uma rede lá, e vinha cheia de peixe em quantidade, carregava dois, três, quatro caminhões de curvina, bagre, camarão, a gente levantava a rede, saia metade, parecia que ia pula prá cima.

C – Que ano?

N – Ah! 52... 52, 53... lá no Rio Grande do Sul. Aí ele disse – “Seu Nicolau, isso lá não existe mais! O que o senhor ta contando que vocês pegavam lá, lá de dez parte eles não tão matando mais”. A população vai crescendo. Vai crescendo, cada vez mais vai avançando, a pesca antigamente se via tainha na praia, em quantidade, se via quantidade, cercava o peixe ia duas, três embora, quatro anta de peixe embora. Às vezes a maioria ficava prá trás, soltava mais um pouco na frente... hoje... os barco pegam tudo! [...] Barco de pesca! Esses barco de pesca, já profissional, tem radar, já vão buscar peixe num quilômetro longe...

C – Barco industrial?

N – É.

C – Mas o senhor acha que ele tá atrapalhando a pesca?

N – É claro que tá. O peixe com ova, eles se metem em cima, já não nasce mais. Já vai lá fora, uns 50 metros d'água. Então tem gente matando do Rio Grande até aqui. Eles tem barco prá mais de 2 milhões de tonelada. De tainha! Uma coisa desconforme. Nas praia quase não dá mais!

ANEXO C – ENTREVISTA – CONSTRUÇÃO DE PONTEIRAS

Esta entrevista foi feita para complementar as informações sobre o sistema de coleta de água em uso.

C.1 FRANCISCO ANTONIO DA SILVEIRA

Entrevistado por: a autora e o orientador Prof. Luiz Fernando Scheibe

Material utilizado: papel e caneta

Material produzido: anotações feitas a mão

Local e data entrevista: Ribeirão da Ilha, 20/07/2007 –tarde

Faz ponteiras na ilha do Campeche há mais ou menos 30 anos. Antigamente eram de ferro, hoje todas são de PVC. Para refazer uma ponteira, pode-se manter o mesmo ponto. Pode-se limpar a ponta em vez de refazer: com água (ele chama de retrolavagem) ou com um produto químico (pequena quantidade, 50/100 ml).

Já foram feitas muitas e abandonadas por estarem entupidas por ferro.

Ponteiras em funcionamento na ilha do Campeche:

Sr. Nabor: bateria (2 em uma só): 7 ou 8 m. Durante a construção foi atingida a camada de argila (camada muito grande!), parou e retrocedeu;

Couto: duas em funcionamento (11 ou 12 m- acima da 2^a. camada de argila) + uma para o restaurante do Poeta, a direita da casa, com profundidade aproximada de 6m.

“Abaixo de 6-7 m pega argila, nível d’água a partir de 4 m”

As ponteiras não possuem risco de contaminação pois estão a mais de 50 m de distância das fossas.

Esquema do sub-solo da praia da ilha do Campeche:



ANEXO D –ENTREVISTA –EMPREENHIMENTO ILHA DE PORTO BELO

Entrevista feita para fundamentação do estudo de caso (item 2.2) e concedida pelo proprietário do empreendimento, Alexandre Stodieck, na presença do administrador Aarão Francisco Mafra Filho, que complementava com detalhes do cotidiano dos trabalhos.

Como não houve gravação, é apresentado um texto corrido resumindo as anotações feitas.

D.1 – ALEXANDRE STODIECK E AARÃO FRANCISCO MAFRA FILHO

Material utilizado: papel e caneta

Material produzido: anotações feitas a mão

Local e data entrevista: Escritório Ilha de Porto Belo, Porto Belo/ SC, 13/07/2007, às 9 horas

Primeira ocupação da Ilha foi em 1826: João da Cunha comprou e foi morar. Montou um engenho, fez tanque para queima de gordura de baleia.

Seus herdeiros a venderam a João Eufrásio Clímaco em 1895. Os herdeiros deste, em 1953, a venderam ao meu avô. Na época moravam 10 famílias que mudaram-se para outro local. Cerca de 70 % da área da Ilha era destinada a agricultura e meu avô manteve somente 10%.

Entre 1980 e 95, o cenário era negativo: muita degradação, a visitação não era controlada e era um *camping* informal, sem infraestrutura e sem cuidados. Também havia caça e retirada de plantas ornamentais, em especial orquídeas e bromélias. Muitas pessoas alugavam suas casas durante o verão e acampavam durante 3 meses na Ilha. Além disso, faziam churrascos, cada um já tendo seus lugares certos.

Quanto a situação legal, há escritura pública e na Secretaria do Patrimônio da União –SPU há registro para a faixa de 33 m após maré média da praia. Além da taxa do SPU, também é pago IPTU pois a Ilha é caracterizada como terreno a beira mar.

A atividade comercial da ilha de Porto Belo começou em 1996 com a licença do Ibama. Não foi solicitado EIA/RIMA e a Licença de Operação de número 31/99 é renovada periodicamente, de acordo com as novas condicionantes do IBAMA. São feitos relatórios semestrais e, referente a coleta de água subterrânea, mensais. O exame de qualidade de água é providenciado por nós, são sete pontos: três na praia, um no trapiche (óleo, graxa, coliformes), fontes, poços artesianos e fases do esgoto. Cada exame englobando os sete pontos custa R\$1.415,00. A coleta é feita pela empresa contratada. Pela intensificação do uso, no verão o exame é quinzenal.

No início da implantação houve um choque brutal na região. Os pescadores trabalhavam lá com transporte de campistas e pensaram que não poderiam continuar. Achavam que íamos destruir tudo. Por conta disso um homem foi lá e removeu muitas orquídeas sob alegação de estar protegendo-as.

Começamos fazendo reuniões com os grupos isoladamente. Com o tempo tudo passou a ser bem aceito porque era para o bem comum e perceberam que não queríamos mexer nas atividades existentes. **“Ter alguém com a palavra final é um facilitador para que as pessoas compreendam o processo.”**

Havia muitas trilhas e tivemos que cercar em certos pontos com cerca de arame farpado de nove fios para que a vegetação pudesse se recompor.

Antes do primeiro verão de operação removemos 18 toneladas de lixo. Ainda hoje brota material de lixo dos antigos acampamentos.

Sempre envolvemos a comunidade e a atividade mais rentável é o transporte. Nós ficamos com o custo maior, fazemos a propaganda. Tudo é organizado de forma que os visitantes tenham que ir com os barcos de pessoas da comunidade. Ajudamos a organizar e criamos um sistema de fila, pois antes era o barco da vez. Levamos 2 anos... No primeiro ano eram seis barcos, no segundo ano 10, no terceiro 15. Sugerimos uma associação e eles concordaram. Foi criada por volta de 1999 com o auxílio da prefeitura.

Hoje cobram R\$10,00/pessoa para ida e volta. A Associação possui 14 barcos de pescadores e há ainda dois barcos de pescadores que saem de outro ponto. Há quatro escunas de empresários independentes. E são poucos os barcos particulares.

Limitamos o número de barcos que operam comercialmente e não deixamos novos entrarem porque a Ilha tem capacidade limitada.

Cada escuna leva 100 pessoas por viagem e às vezes três vezes ao dia. Em dias de muito movimento (carnaval e final de ano) nós limitamos o número de pessoas transportadas por escunas, para benefício dos pescadores.

A praia é pública mas a Ilha é propriedade privada. E a praia e os banheiros são limpos por funcionários pagos pela empresa. **Não há cobrança de ingresso pois seria ilegal.**

A área marítima da praia é fechada por bóias no verão, exceto 50 m, de forma que os barcos possam entrar somente pelo trapiche. Se não tivéssemos a linha de bóia não teríamos como controlar. No inverno retiramos as bóias.

Não temos problema com os barcos atuneiros, pois é sabido que a Ilha tem vigia e cachorro. O vigia tem um silibim (lanterna com luz muito forte).

A praia é pública, mas conseguimos controlar e não deixamos desembarcar com isopor ou saco de carvão. O controle é feito no trapiche por um funcionário-fiscal que trabalha junto com a equipe de atendimento. Tudo é conseguido através do convencimento pessoal. Às vezes reclamam, mas somente costumam confrontar os advogados e os juizes. Também não permitimos a entrada de cachorros. Os barqueiros tem conhecimento desta norma, se ele levar, nós lhe devolvemos a responsabilidade: ou fica tomando conta do cachorro ou leva de volta e devolve o dinheiro. Os turistas podem trazer suas cadeiras.

A equipe de trabalho na Ilha é de 33 a 35 pessoas, incluindo os contratados permanentes e os terceirizados, sendo que cada atividade (por exemplo, restaurante) contrata seus funcionários. A divisão é:

Trapiche - 10 pessoas

Flutuante (*deck* menor de atracação) –3

Trapiche superior –3

Contagem –2 (um controla a corda)

Triagem –para direcionar a pessoa para o barco –1 a 3 (três no horário de pico, 16h)

A parte de gastronomia na ilha de Porto Belo no verão emprega 110 pessoas diretamente.

A Univali é uma grande parceira. O trabalho dos estagiários funciona muito bem e há um professor responsável. Os estagiários se adequam às normas pois se causarem problemas terão consequências em sua vida universitária. Há um termo de compromisso de estágio: contrato de 6 horas com salário mínimo, alimentação, uniforme, hospedagem, transporte e certificado no final.

São 16 estagiários com vários horários de entrada. Não dormem lá pois há uma estrutura para hospedagem em Porto Belo. Iniciam suas atividades em 26 de dezembro. O treinamento é feito inicialmente pela Univali e complementado por nós. Na maioria são estudantes de Turismo e Hotelaria. Os estudantes de Oceanografia são mais voltados para a área de pesquisa.

É feito seguro para os estagiários e o custo total é de R\$100,00/mês. Seguro de vida (de acidentes pessoais durante o horário de trabalho incluindo o tempo dos deslocamentos) no valor de 15 a 20 mil reais referente aos três meses de trabalho.

Sugestão para ilha do Campeche: “começar do zero e criar uma estrutura que não fique tão engessada como o Arvoredo. Lá [na ilha do Campeche] o público está tão acima do privado, é tão visível”.

Temos projeto para aumentar a estrutura e uma das contrapartidas é a criação de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN em 50% da Ilha, que é a área de visitação: sítio rupestre, restaurante, etc. Essa RPPN passará para uma fundação que será da família e serão envolvidos no processo Prefeitura, Ministério Público Federal, etc. Essa área será separada do novo empreendimento e manterá o mesmo aspecto. Estará apta a receber recursos de financiadores que não aplicam recursos em negócios privados. A garantia é que RPPN e fundação não podem ser revertidas.

Os transportadores de Porto Belo faturam perto de 1 milhão de reais por verão e cerca de 90% é com a Ilha.

A receita da ilha Porto Belo corresponde a:

20% - ganho de transportadores

60% - bebidas e refeições (restaurante e petiscaria da praia)

20% - trilha, aluguel de cadeiras, esportes náuticos (mergulho, banana boat)

Essa receita paga as despesas com: funcionários, alimentação e óleo diesel. Não é rentável por conta da sazonalidade.

Permanece fechada de **abril a novembro**, porém praia e banheiro são acessíveis e mantidos limpos. Tudo o mais que depende de energia elétrica é fechado. Neste período são seis funcionários: Aarão (administrador), 4 manutenção (sendo 1 limpeza) + 1 vigia noturno. São mantidos ainda dois cachorros.

Os contratados permanentes, pelo ano todo, são **seis**.

No verão (dezembro a março) contrata-se:

22 estagiários

6 pesquisadores

6 atendimento

Some-se ainda os seis fixos.

Para atendimento a emergências temos maca e a equipe é treinada para encaminhamento do problema. Este verão haverá um ambulatório.

Temos quatro grupos geradores que fornecem toda a energia que precisamos, eles trabalham de forma alternada, sempre tendo um grande de reserva.

APÊNDICE A – DIAGNÓSTICO ELABORADO EM 2001

O processo de gestão teve, em 2001, intensa participação dos diversos grupos envolvidos com a Ilha do Campeche conforme explicitado no capítulo 4.

Houve várias reuniões que resultaram na identificação dos principais problemas gerados pelo uso (Ata da Reunião do Grupo de Trabalho Pró-Conservação da Ilha do Campeche. 07/06/2001. Arquivos Iphan). Estes foram agrupados em:

- organização/ normatização
- uso e ocupação da ilha
- trilhas
- infra estrutura básica
- informação e educação
- capacidade de suporte da ilha
- pesca
- mergulho
- extrativismo
- relacionamentos instituições, ocupantes e empresas
- planejamento

Neste apêndice é apresentado um quadro resumo com a análise de cada um dos problemas identificados, as medidas tomadas para sua solução e os resultados alcançados.

São introduzidas as seguintes abreviaturas para designar os grupos:

OP – Órgãos Públicos e

SC – Sociedade Civil.

A.1 ORGANIZAÇÃO/ NORMATIZAÇÃO

PROBLEMAS IDENTIFICADOS		SOLUÇÕES ADOTADAS		CONSEQUÊNCIAS	
discriminação	responsáveis	ações	responsáveis	resultados	motivos
Introdução de plantas exóticas	ocupantes	Conscientização	Iphan	Continuidade do processo	Descomprometimento SC
Retirada de animais domésticos (galinha, ganso)	ocupantes	Pressão OP	Iphan e MPF	Permanência dos animais	Descomprometimento SC
Mergulho recreativo predatório	Agentes da visitação	Implementação de sistema de visitação	Iphan	Problema eliminado	Eficiência OP
Caça submarina		Regulamentação no TAC	MPF	Continuidade do processo	Falta fiscalização
Embarques e desembarques desorganizados	Transportadores, ocupantes e particulares	Implementação de sistema de raia e bóias	OP SC	Problema minimizado (muitos desrespeitam)	Eficiência OP + Falta fiscalização OP
Ancoragem junto a área de banho					
Presença de jet-ski no entorno da ilha	visitantes	-			
Poluição sonora (*)	Ocupantes, transportadores e visitantes	Regulamentação e pressão OP	Iphan e MPF	Minimização impacto	Eficiência OP
Desrespeito ao horário de visitação	transportadores	Não há horário para visitação	Todos agentes	Horário irregular	
Esgoto e lixo de embarcações (resíduos)	transportadores	conscientização	Iphan	?	Decompr SC
Acampamento na ilha	ocupantes	Proibição no TAC	MPF	Menor número de pessoas hospedadas	conservação
Descaracterização da ilha por ação antrópica (**)	Ocupantes e turistas	Regulamentação no TAC	MPF	Não houve mais churrascos. Questão do lixo melhorou mas ainda é preocupante	Fiscalização eficiente Descomprometimento usuários
Desembarque de material de construção somente com aprovação de projeto e obra	ocupantes	embargos	Iphan	Cessaram obras desautorizadas	Conservação preventiva
Agressões a sítios arqueológicos	Ocupantes e turistas	Monitoramento da visitação	Iphan	Minimização de impacto	Eficiência OP Inoperância SC

(*) fogos de artifício, buzinas de embarcações, aparelhos de som, etc.

(**) churrasqueira, fogueira, lixo, material depositado a céu aberto, etc.

A.2 USO E OCUPAÇÃO DA ILHA

PROBLEMAS IDENTIFICADOS		SOLUÇÕES ADOTADAS		CONSEQÜÊNCIAS	
discriminação	responsáveis	ações	responsáveis	resultados	motivos
Intervenções físicas sem autorização do Iphan	ocupantes	embargos	Iphan	Cessaram obras desautorizadas	Conservação preventiva
Ocupação desordenada	ocupantes	Congelamento pedidos de novas construções	Iphan	Cessamento da crescente ocupação	Conservação preventiva
Uso e ocupação da praia	Ocupantes e turistas	Definição de limite diário de desembarques	Iphan E MPF	Minimização de impacto	Eficiência OP
Interferência na paisagem (*)	ocupantes	Situação congelada, aguardando Plano Manejo	Iphan E MPF	Cessamento da crescente interferência	Conservação preventiva
Circulação dos turistas pela ilha e próximo as casas	turistas	Implementação de sistema de visitação	Iphan	Problema eliminado	Gestor eficiente
Livre acesso dos sócios pela Ilha	ocupantes	Não encontrou-se solução	ocupantes	Conflitos com turistas e ações inadequadas	Conflito uso privado x público
Falta de infra-estrutura para recepcionar visitantes (**)		Situação congelada, aguardando plano de manejo	Iphan E MPF	Falta estrutura mínima para recepção visitantes	Caos!
Falta de local para pernoite dos pescadores	ocupantes	Não encontrou-se solução	ocupantes	Conflitos pescadores e ocupantes	Conflito uso privado x público

(*) poluição visual (cerca, placas,...) e edificações

(**) (centro de visitantes, banheiros, etc.)

A.3 TRILHAS

PROBLEMAS IDENTIFICADOS		SOLUÇÕES ADOTADAS		CONSEQÜÊNCIAS	
discriminação	responsáveis	ações	responsáveis	resultados	motivos
degradação das trilhas	ocupantes	Aplicação de recursos públicos	Iphan	Qualificação do sistema de trilhas	Eficiência OP

A.4 INFRA ESTRUTURA BÁSICA

PROBLEMAS IDENTIFICADOS		SOLUÇÕES ADOTADAS		CONSEQUÊNCIAS	
discriminação	responsáveis	ações	responsáveis	resultados	motivos
Saneamento e disponibilidade de água potável na Ilha	ocupantes	nenhuma	ocupantes	Possibilidade de esgotamento e contaminação lençol freático	Descomprometimento SC
Coleta e destinação do lixo	ocupantes	Coleta melhorada	Ocupantes, equipe de visitação e Amaisc	Minimização impacto	Início de sensibilização SC
Material descartável dos restaurantes espalhados pelo vento	Proprietários restaurantes	Exigência em TAC e fiscalização	Iphan e coordenadores da visitação	Pequena melhoria	Início de sensibilização SC
Esgoto, lixo e óleo das embarcações	Transportadores e pescadores	Educação ambiental	Iphan	?	?

A.5 INFORMAÇÃO E EDUCAÇÃO

PROBLEMAS IDENTIFICADOS		SOLUÇÕES ADOTADAS		CONSEQUÊNCIAS	
discriminação	responsáveis	ações	responsáveis	resultados	motivos
Falta de orientação aos usuários na origem: turista, associado, pescador	Transportadores e associações	Processo de sensibilização dos envolvidos	Iphan	mínima	Descomprometimento SC
capacitação de monitores ambientais	Amaisc	Elaboração e financiamento de cursos	Iphan	Qualificação da visitação	Eficiência OP Incapacidade SC
Falta de recursos para capacitar monitores, fiscalização e projetos	Todos agentes	Busca de recursos	Iphan	Cursos de capacitação, obras de manutenção de trilhas	Eficiência OP Incapacidade SC

A.6 CAPACIDADE DE SUPORTE DA ILHA

PROBLEMAS IDENTIFICADOS		SOLUÇÕES ADOTADAS		CONSEQUÊNCIAS	
discriminação	responsáveis	ações	responsáveis	resultados	motivos
Excesso de usuário na Ilha	Ocupantes, transportadores e OP	Adoção de limite definido em TAC	MPF e OP	Estabilização da crescente demanda	Minimização impacto ambiental
Grande n.º de visitantes levados pelas Escunas/ sobre carga dos passageiros	escunas	Adoção de limite definido em TAC	MPF e OPS	Estabilização da crescente demanda	Minimização impacto ambiental
Falta de cadastramento das embarcações: Barra da Lagoa, Praia do Campeche, Pântano do Sul	OP	Levantamento de dados de desembarques	Iphan	Listagem de embarcações que fazem o percurso	Operância OP

A.7 PESCA

PROBLEMAS IDENTIFICADOS		SOLUÇÕES ADOTADAS		CONSEQUÊNCIAS	
discriminação	responsáveis	ações	responsáveis	resultados	motivos
Pesca predatória	Órgãos ambientais	-	Órgãos ambientais	Manutenção situação Impacto ambiental	Falta fiscalização
Desrespeito a normatização oficial da pesca	Agentes de pesca	-	Órgãos ambientais	Manutenção situação Impacto ambiental	Falta fiscalização

A.8 MERGULHO

PROBLEMAS IDENTIFICADOS		SOLUÇÕES ADOTADAS		CONSEQUÊNCIAS	
discriminação	responsáveis	ações	responsáveis	resultados	motivos
retirada de exemplares marinhos por turistas	Agentes da visitação	OP assume controle do processo de visitação	Iphan	Diminuição significativa	Eficiência OP
inexistência de controle ou área pré-definida	Agentes da visitação	OP assume controle do processo de visitação	Iphan	Organização trazendo segurança ao visitante	Eficiência OP

A.9 EXTRATIVISMO

PROBLEMAS IDENTIFICADOS		SOLUÇÕES ADOTADAS		CONSEQUÊNCIAS	
discriminação	responsáveis	ações	responsáveis	resultados	motivos
Retirada de sementes de mariscos dos costões	Ocupantes e externos	Conscientização	Iphan	?	Descomprometimento SC
Retirada de moluscos	visitantes	Conscientização	Iphan	?	Descomprometimento SC

A.10 RELACIONAMENTOS INSTITUIÇÕES, OCUPANTES E EMPRESAS

PROBLEMAS IDENTIFICADOS		SOLUÇÕES ADOTADAS		CONSEQUÊNCIAS	
discriminação	responsáveis	ações	responsáveis	resultados	motivos
Conflitos entre Associação de Pescadores e Associação Couto de Magalhães	associações	mediação	OP		Imaturidade(?) SC
Conflitos entre Associação de Monitores e Associação Couto de Magalhães	associações	OP assume controle visitação e mudança composição da Amaisc	Iphan e Amaisc	Cessamento conflitos	maturidade SC
Conflitos entre Associação de Monitores e Escunas	associações	OP assume controle visitação e mudança composição da Amaisc	Iphan e Amaisc	Cessamento conflitos	Eficiência OP
Duplicidade de representação ref. área Pioneira: Sr. Arlindo e Sr. Nabor	Pioneira da Costa	nenhuma	Pioneira da Costa	Indefinição de obrigações	

A.11 PLANEJAMENTO

PROBLEMAS IDENTIFICADOS		SOLUÇÕES ADOTADAS		CONSEQUÊNCIAS	
discriminação	responsáveis	ações	responsáveis	resultados	motivos
Falta de plano de manejo	ocupantes	Pressão de OP	Iphan E MPF	nenhuma	Descomprometimento SC
Falta de recursos	ocupantes	OP busca recursos	Iphan	Melhoria da estrutura física e do sistema de visitação	Descomprometimento SC
Viabilizar apoio a pesquisas	Ocupantes e OP	OP apóia pesquisa	Iphan	Realização de pesquisas	Eficiência OP
Remoção de plantas e animais exóticos	ocupantes	Pressão de OP	Iphan E MPF	nenhuma	Descomprometimento SC

APÊNDICE B – TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O item 4.3.4, dedicado aos Termos de Ajustamento de Conduta, apresenta uma leitura geral desde o primeiro, firmado em 2003. Porém, para um perfeito entendimento dos problemas, das ações mitigadoras e suas conseqüências, faz-se necessária uma análise minuciosa e detalhada. E, no processo de aplicação da Metodologia Giwa, o uso desta análise evidenciou-se como extremamente necessário.

Assim, devido sua importância foi incorporada ao trabalho e dissociada do texto principal, por motivos organizacionais.

É apresentada sob a forma de quadro subdividido em seis temas principais: medidas mitigadoras, medidas conservacionistas, comprometimentos, competências, fiscalização, vigência. Cada um, subdividido em vários sub-temas de forma a agrupar os assuntos similares. Por fim, os tópicos (itens de TACs) são apresentados em ordem cronológica para favorecer a percepção da evolução do processo.

A primeira coluna indica o ano de assinatura do TAC, sendo as vigências apresentadas na tabela a seguir:

ANO	DATA ASSINATURA	VIGÊNCIA
2003	19/12/2003	dezembro/2003 a abril/2004
2004	15/12/2004	segunda quinzena de dezembro/2004 a páscoa/2005
2005	29/11/2005	dezembro/2005 a dezembro/2006
2006	29/11/2006	dezembro/2006 a dezembro/2007

Para otimizar a organização dos quadros definiu-se as seguintes abreviaturas para designar os grupos:

- **Acompeche** - Associação Couto de Magalhães de Preservação da Ilha do Campeche;

- **AE** - agentes externos, ou seja, entidades da sociedade civil que não pertencem ao processo (não atores);

- **Amaisc** - Associação de Monitores Ambientais da Ilha de Santa Catarina;

- **APAAPS** - Associação de Pescadores Artesanais da Armação do Pântano do Sul;

- **AS** - agentes da sociedade civil atuantes (associações, empresas, autônomos, etc);

- **CP** - Capitania dos Portos;

- **OP** - órgãos públicos;

- **PC** - Pesqueira Pioneira da Costa Ltda;

- **RI** - Restaurante da Ilha (área sob inscrição da Acompeche).

- **RB** - Restaurante Bacalhau (área sob inscrição da Pioneira da Costa).

Na coluna de análise da implementação, as abreviaturas tem os seguintes significados: **s** (sim), **n** (não) e **p** (parcial).

B.1 MEDIDAS MITIGADORAS

Controle de tráfego marítimo na enseada

DETALHAMENTO TAC			IMPLEMENTAÇÃO			CONSEQUÊNCIAS	
ano	Item - discriminação	responsáveis	s/ n/ p	descrição	causa	resultados	motivos
2003	9- Planejamento e implantação de sinalização de desembarque	Iphan, CP e APAAPS	n	-	Falta apoio das AS	Falta de segurança na enseada	Descomprometimento AS
2004	01- Implantação projeto de demarcação de usos	Iphan, CP	p	Instalação na última quinzena do verão	Empenho Iphan Providencia CP	Desembarque organizado e segurança do banhista	Comprometimento OP
2005	01- Implantação projeto de demarcação de usos	Iphan, CP	p	Instalação início verão	Empenho Iphan Providencia CP Apoio APAAPS	Desembarque organizado e segurança do banhista	Eficiência OP, comprometimento AS
2006	01- Demarcação área aquática com dois canais	CP	p	Implantado somente um canal	Falta de recursos	Melhoria de condições segurança para banhistas e para desembarques	Comprometimento OP

Tolerância em relação à manutenção dos restaurantes da Ilha (Acompeche) e Bacalhau (PC):

DETALHAMENTO TAC			IMPLEMENTAÇÃO			CONSEQUÊNCIAS	
ano	Item - discriminação	responsáveis	s/ n/ p	descrição	causa	resultados	motivos
2004	10- atividade não adequada ao ambiente. Contrapartida fornecimento refeições equipe de visitação	RI e RB	s	O RI forneceu refeição a equipe de trabalho		Viabilizou trabalho equipe visitação	Comprometimento AS
2005	Claúsula inexistente		-	Apesar de não estar previsto no TAC, o RB forneceu refeição a equipe de trabalho. Houve Vazamento de fossa dos dois restaurantes na praia		Viabilizou trabalho equipe visitação Impacto ambiental pelo vazamento das fossas	Comprometimento parcial AS
2006	33- alteração de cardápio, programa de limpeza de sanitários, de descarte de lixo e de manutenção de fossas sépticas. Comprovação da destinação do óleo de cozinha	RI e RB	s	Determinações atendidas	Respeito às condições de utilização previstas no TAC	Impacto ambiental minimizado	Comprometimento AS

DETALHAMENTO TAC			IMPLEMENTAÇÃO			CONSEQÜÊNCIAS	
ano	Item - discriminação	responsáveis	s/ n/ p	descrição	causa	resultados	motivos
2006	34- fornecimento de alimentação a equipe de visitaçao	RB	s	Determinação atendida		Viabilizou trabalho equipe visitaçao	Comprometimento AS
2006	35- término tolerância de permanência até abril/ 2007	RB e RI	n	Determinação não foi atendida	Medida opõe-se a interesses financeiros	Continuidade de impacto ambiental	Descomprometimento AS

Reforma em instalações sanitárias

DETALHAMENTO TAC			IMPLEMENTAÇÃO			CONSEQÜÊNCIAS	
ano	Item - discriminação	responsáveis	s/ n/ p	descrição	causa	resultados	motivos
2004	11- Conforto e controle de higiene	Sr Nabor (PC)	p	Reforma limitada	condições físicas edificação	Problema minimizado	Comprometimento AS

Divulgação de normatização junto setor turístico

DETALHAMENTO TAC			IMPLEMENTAÇÃO			CONSEQÜÊNCIAS	
ano	Item - discriminação	responsáveis	s/ n/ p	descrição	causa	resultados	motivos
2004	14- esclarecimento de limites e regras	Iphan com apoio Secretarias Est. e Municipal	n	Determinação não foi atendida	Falta de pessoal do Iphan e não cumprimento do apoio acordados	Turistas mal informados	Falta de recursos OP
2006	5- implantação de placas de orientação nos pontos de venda de ingresso e embarque	transportadores	s	Determinação atendida		Visitantes bem informados	Comprometimento AS (APAAPS e escunas)

Limite quantitativo para visitação

DETALHAMENTO TAC			IMPLEMENTAÇÃO			CONSEQUÊNCIAS	
ano	Item - discriminação	responsáveis	s/ n/ p	descrição	causa	resultados	motivos
2004	15- Definição do limite máximo de 800 desembarques/dia	SDS/Gerco e Univali	p	Limite parcialmente observado	Medida opõe-se a interesses financeiros	Super ocupação da Ilha	Fiscalização deficiente
2005	11- Definição limite máximo 800 desembarques/dia	SDS/Gerco e Univali	p	Limite parcialmente observado	Medida opõe-se a interesses financeiros	Super ocupação da Ilha	Fiscalização deficiente
2006	14- Definição limite máximo 800 desembarques/dia	SDS/Gerco	p	Botes do Campeche não cumprem; atendimento parcial pelos demais	Medida opõe-se a interesses financeiros	Super ocupação da Ilha	Fiscalização deficiente
2004	16- Cotas para transporte: 65%-APAAPS, 15%-Acompeche , 20%-Escunas	Transportadores	p	Houve extrapolação da cota	Medida opõe-se a interesses financeiros	Super ocupação da Ilha	Fiscalização deficiente
2005	12- Cotas para transporte: 62,5%-APAAPS, 12,5%-Acompeche , 25%-Escunas	Transportadores	p	Houve extrapolação da cota	Medida opõe-se a interesses financeiros	Super ocupação da Ilha	Fiscalização deficiente
2006	15, 16- Cotas para transporte: 62,5%-APAAPS, 10%-Acompeche, 20%-Escunas, 7,5% botes Campeche	Transportadores	p	Atendimento parcial: Botes do Campeche descumprem	Medida opõe-se a interesses financeiros	Super ocupação da Ilha	Fiscalização deficiente

B.2 MEDIDAS CONSERVACIONISTAS

Interdição de trilhas

DETALHAMENTO TAC			IMPLEMENTAÇÃO			CONSEQUÊNCIAS	
ano	Item - discriminação	responsáveis	s/ n/ p	descrição	causa	resultados	motivos
2006	8- temporária por condições adversas de clima	Coordenadores Iphan	s	Rotina diária de verificação do solo	Organização	Conservação de trilhas e segurança de visitantes	Eficiência da equipe (OP)

Controle resíduos sólidos

DETALHAMENTO TAC			IMPLEMENTAÇÃO			CONSEQUÊNCIAS	
ano	Item - discriminação	responsáveis	s/ n/ p	descrição	causa	resultados	motivos
2004	12- adoção de normas	Associações	p	Fez-se necessária ação de incentivo pelos coordenadores	Falta de consciência	Praia limpa. Havia somente lixo descartável dos restaurantes	Comprometimento AS
2005	10- comprometimento conjunto para controle, coleta e remoção	Associações	p	Amasc, Acompeche e PC: Fez-se necessária ação de incentivo pelos coordenadores	Falta de consciência	Praia limpa. Havia somente lixo descartável dos restaurantes	Comprometimento AS
2006	13- comprometimento conjunto para controle, coleta e remoção	Associações	p	Coleta insuficiente	Falta de consciência	Impacto minimizado	Comprometimento parcial AS
2004	13- remoção de lixeiras de tubulão de concreto sem tampa	Acompeche	s	Turista passam a levar seu próprio lixo embora	Poluição visual e acúmulo de lixo	Elimina impacto visual causado pelos tubulões de concreto	Comprometimento AS
2004	29- restaurantes responsáveis por limpeza e colocação de lixeiras com tampa	restaurantes	p	Lixeiras transbordando, lixo voando na praia	Falta compromisso	Impacto ambiental	Falta de comprometimento AS

Interdição de desembarque de animais, equipamentos geradores de poluição, churrasqueiras e outros potencialmente causadores de riscos ambientais

DETALHAMENTO TAC			IMPLEMENTAÇÃO			CONSEQUÊNCIAS	
ano	Item - discriminação	responsáveis	s/ n/ p	descrição	causa	resultados	motivos
2005	05- dirigida a responsáveis por transporte de turistas	transportadores	p	Casos de cachorro e de churrasco na praia	Falta conscientização	Impacto ambiental, conflito	Falta de comprometimento AS
2006	05- dirigida a responsáveis por transporte de turistas	transportadores		Houve casos de descumprimento, p.ex. pesc. Barra da Lagoa (churrasco)	Falta conscientização	Impacto ambiental, conflito	Comprometimento parcial AS

Organização da área de visitação

DETALHAMENTO TAC			IMPLEMENTAÇÃO			CONSEQUÊNCIAS	
ano	Item - discriminação	responsáveis	s/ n/ p	descrição	causa	resultados	motivos
2006	25- recolhimento de artefatos de pesca na área de visitação	Ocupantes e usuários	p	Houve casos de não recolhimento	Falta conscientização	Poluição visual, conflito	Comprometimento parcial AS

Saída de botes infláveis com turistas da praia do Campeche

DETALHAMENTO TAC			IMPLEMENTAÇÃO			CONSEQUÊNCIAS	
ano	Item - discriminação	responsáveis	s/ n/ p	descrição	causa	resultados	motivos
2003	20- Interdição pela CP de embarcações impróprias	CP	n	Botes desrespeitam interdição	Medida opõe-se a interesses financeiros	Aumento número de visitantes	Fiscalização deficiente
2004	09- Interdição pela CP de embarcações impróprias	CP	n	Botes desrespeitam interdição	Medida opõe-se a interesses financeiros	Limite máximo de desembarques extrapolado	Fiscalização deficiente
2005	08- Interdição pela CP de embarcações impróprias	CP	n	Botes desrespeitam interdição	Medida opõe-se a interesses financeiros	Limite máximo de desembarques extrapolado	Fiscalização deficiente
2006	11- Liberado desde legalizado junto CP e SUSP	CP e Susp	n	Botes legalizados pela CP. Botes descumpriram limite de sua cota	Medida opõe-se a interesses financeiros	Superlotação na Ilha: impacto ambiental	Fiscalização deficiente

Exploração turística por operadoras de mergulho

DETALHAMENTO TAC			IMPLEMENTAÇÃO			CONSEQUÊNCIAS	
ano	Item - discriminação	responsáveis	s/ n/ p	descrição	causa	resultados	motivos
2004	31- atividade proibida até definição de plano específico para visitação	AE	p		Medida opõe-se a interesses financeiros	Diminuição do risco de acidentes para os turistas e visitantes	Fiscalização deficiente
2005	25- atividade proibida	AE	p		Medida opõe-se a interesses financeiros	Diminuição do risco de acidentes para os turistas e visitantes	Fiscalização deficiente

Caça subaquática

DETALHAMENTO TAC			IMPLEMENTAÇÃO			CONSEQUÊNCIAS	
ano	Item - discriminação	responsáveis	s/ n/ p	descrição	causa	resultados	motivos
2005	26- proibição atividade que esteja em desacordo com legislação	AE	p		Medida opõe-se a interesses financeiros	Diminuição do risco de acidentes para os turistas e visitantes	Fiscalização deficiente

Promoção de cursos de capacitação para qualificação de monitores

DETALHAMENTO TAC			IMPLEMENTAÇÃO			CONSEQUÊNCIAS	
ano	Item - discriminação	responsáveis	s/ n/ p	descrição	causa	resultados	motivos
2004	06- promoção de curso básico	IPHAN	s	Curso realizado	recursos financeiros + técnico disponível	Qualificação do processo de visitação, capacitação de alunos, educação ambiental e patrimonial	Comprometimento e eficiência OP
2005	06- promoção de cursos básico e complementar	lphan	s	Cursos realizados	recursos financeiros + técnico disponível	Qualificação do processo de visitação, capacitação de alunos, educação ambiental e patrimonial	Comprometimento e eficiência OP
2006	06- promoção de cursos básico e complementar	lphan	s	Cursos realizados	recursos financeiros + técnico disponível	Qualificação do processo de visitação, capacitação de alunos, educação ambiental e patrimonial	Comprometimento e eficiência OP

Localização do quiosque da Amaisc implantado junto sítio arqueológico-histórico da Armação na praia da Ilha do Campeche

DETALHAMENTO TAC			IMPLEMENTAÇÃO			CONSEQUÊNCIAS	
ano	Item - discriminação	responsáveis	s/ n/ p	descrição	causa	resultados	motivos
2004	22- lphan determina retirada e, ou até, relocação	Amaisc	n	Não cumprido	Impunidade	Impacto sítio arqueológico (principalmente no verão)	Fiscalização deficiente OP
2005	16- relocação seguindo instruções do lphan	Amaisc	p	Cumprido após 9 meses	Obediência ao TAC	Cessa tardiamente impacto sítio arqueológico	Fiscalização OP

Fauna exótica introduzida por Acompeche

DETALHAMENTO TAC			IMPLEMENTAÇÃO			CONSEQUÊNCIAS	
ano	Item - discriminação	responsáveis	s/ n/ p	descrição	causa	resultados	motivos
2004	21- esterilização e remoção de quatis	Acompeche	n	Não cumprido	Alegação de falta de recursos financeiros	Impacto fauna e visitantes	Descomprometimento AS

Acampamentos

DETALHAMENTO TAC			IMPLEMENTAÇÃO			CONSEQUÊNCIAS	
ano	Item - discriminação	responsáveis	s/ n/ p	descrição	causa	resultados	motivos
2003	18, 19- interditado na praia e APPs, permitido em área definida da Acompeche	Acompeche	s	Pressão contínua para aumento de área	Possibilitar maior hospedagem	Interdição parcial	Impacto minimizado
2004	27- interditado com exceção de entorno da Acompeche	Acompeche	s	Houve negociação posterior p/ liberação p/ funcionários restaurante área PC	Possibilitar hospedagem funcionários	Interdição parcial	Impacto minimizado
2005	22- proibido	ocupantes	s	Firmeza de OP apesar das pressões	Pressões para conseguir ampliar hospedagem	Cessa impacto ambiental e visual	Impacto eliminado
2006	24- proibido	ocupantes	s	Controle da coordenação do Iphan	Necessidade de fiscalização	Cessa impacto ambiental e visual	Impacto eliminado

Controle de emissão de som

DETALHAMENTO TAC			IMPLEMENTAÇÃO			CONSEQUÊNCIAS	
ano	Item - discriminação	responsáveis	s/ n/ p	descrição	causa	resultados	motivos
2004	28- proibido aparelho som grande potência, foguetes e fogos artifício. Recomendado às embarcações que evitassem o uso buzinas	Ocupantes e transportadores	p	Casos de descumprimento	Falta de conscientização	Impacto ambiental minimizado	Descomprometimento AS e Fiscalização deficiente OP

DETALHAMENTO TAC			IMPLEMENTAÇÃO			CONSEQUÊNCIAS	
ano	Item - discriminação	responsáveis	s/ n/ p	descrição	causa	resultados	motivos
2005	23- proibido aparelho som grade potência, foguetes e fogos artifício. Recomendado às embarcações que evitassem o uso buzinas	Ocupantes e transportadores	p	Casos de descumprimento	Falta de conscientização	Impacto ambiental minimizado	Descomprometimento AS e Fiscalização deficiente OP
2006	26- proibido aparelho som grade potência, foguetes e fogos artifício. Recomendado às embarcações que evitassem o uso buzinas	Ocupantes e transportadores	p	Casos de descumprimento	Falta de conscientização	Impacto ambiental minimizado	Descomprometimento AS e Fiscalização deficiente OP

Instalação de equipamento de captação de energia solar

DETALHAMENTO TAC			IMPLEMENTAÇÃO			CONSEQUÊNCIAS	
ano	Item - discriminação	responsáveis	s/ n/ p	descrição	causa	resultados	motivos
2003	22- Iphan aceita em edificação já existente	Acompeche	s	Instalação sobre telhado do Casarão	Substituição de gerador	Economia de recursos financeiros e ambientais	Comprometimento AS

Estabelecimento de horário de visitação

DETALHAMENTO TAC			IMPLEMENTAÇÃO			CONSEQUÊNCIAS	
ano	Item - discriminação	responsáveis	s/ n/ p	descrição	causa	resultados	motivos
2006	10 – das 9 h às 18 h	Todos	p	Desrespeito por transportadores praia do Campeche	Medida opõe-se a interesses financeiros	Organização dos trabalhos da equipe de visitação, limpeza praia e entorno	Comprometimento AS (exceto botes Campeche). Fiscalização OP

Vistoria completa e conjunta

DETALHAMENTO TAC			IMPLEMENTAÇÃO			CONSEQUÊNCIAS	
ano	Item - discriminação	responsáveis	s/ n/ p	descrição	causa	resultados	motivos
2005	09- vistoria para identificação de condutas lesivas ao meio ambiente	MPF	p	14/09/06 e 20/10/06	Uso impactante do solo	Delimitação de APP e levantamento das edificações a serem removidas	Ação conjunta OPs
2006	12- a. elaboração de Termo de Referência para Plano de Manejo; b. responsabilizar-se por estudos ambientais e arqueológicos	a. Iphan; b. Acompeche	a. s; b. n	Iphan elaborou Termo de Referência		Execução de etapa preliminar do Plano de Manejo	Comprometimento OP; Falta de comprometimento AS (Acompeche)

B.3 COMPROMETIMENTOS

Plano de Manejo

DETALHAMENTO TAC			IMPLEMENTAÇÃO			CONSEQUÊNCIAS	
ano	Item - discriminação	responsáveis	s/ n/ p	descrição	causa	resultados	motivos
2003	13, 14- Plano de Manejo – Acompeche Termo de Referência - Iphan/ Ibama	Acompeche e Iphan / Ibama	n	Determinação não atendida	Falta de recursos financeiros (Acompeche) e falta de pessoal (Iphan)	Falta de planejamento das atividades e ações	Falta de recursos AS e OP
2004	7- Coleta de dados para Plano de Manejo	Iphan	p	Coleta de dados ref. visitaçao	Disponibilidade de monitores para execução	Produção de informação	Comprometimento OP

Fornecimento de material para implementação da sinalização para controle de tráfego marítimo na enseada

DETALHAMENTO TAC			IMPLEMENTAÇÃO			CONSEQUÊNCIAS	
ano	Item - discriminação	responsáveis	s/ n/ p	descrição	causa	resultados	motivos
2004	03- PC ofertou a doação de material	PC	s	Tardia e após reiteração de solicitação	Descompromisso com a própria oferta	Sinalização implantada somente no final do verão	Falta de comprometimento AS (PC)

Manutenção da sinalização implementada para controle de tráfego marítimo na enseada

DETALHAMENTO TAC			IMPLEMENTAÇÃO			CONSEQUÊNCIAS	
ano	Item - discriminação	responsáveis	s/ n/ p	descrição	causa	resultados	motivos
2004	04- manejo de raias e bóias	Acompeche, APAAPS, Amaisc		Determinação atendida parcialmente	Instalação de bóias somente na última quinzena do verão	Organização incipiente	Comprometimento parcial AS
2005	03- raias e bóias	APAAPS	s/n	Realizada pela equipe de visitaçao porque APAAPS não o fez	Organização do tráfego marítimo	Deslocamento de funções. Otimização do uso do equipamento	Falta de comprometimento AS (APAAPS) e comprometimento OP
2006	02- raias e bóias	APAAPS e Equipe de visitaçao	s	Realizada pela equipe de visitaçao	Organização do tráfego marítimo	Otimização do uso do equipamento	Comprometimento OP

Transporte e pernoite equipe de trabalho

DETALHAMENTO TAC			IMPLEMENTAÇÃO			CONSEQUÊNCIAS	
ano	Item - discriminação	responsáveis	s/ n/ p	descrição	causa	resultados	motivos
2004	17- transporte da equipe	APAAPS e Acompeche	p	Transporte da equipe efetuado	lphan transferiu recurso para APAAPS	Organização da visitaçao	Comprometimento parcial AS

DETALHAMENTO TAC			IMPLEMENTAÇÃO			CONSEQUÊNCIAS	
ano	Item - discriminação	responsáveis	s/ n/ p	descrição	causa	resultados	motivos
2005	13- transporte da equipe como contrapartida	APAAPS e Acompeche	p	APAAPS- várias ameaças de corte Acompeche – cumprimento parcial da contrapartida	Utilização da contrapartida como instrumento de barganha	Problemas operacionais para a equipe de visitaçao	Comprometimento parcial AS (APAAPS e Acompeche)
2006	17- transporte como contrapartida	APAAPS e Acompeche	p	APAAPS- relação mais tranqüila que no ano anterior, porém ainda com várias ameaças de corte. Casos de não cumprimento de horário	Utilização da contrapartida como instrumento de barganha	Problemas operacionais para a equipe de visitaçao	Comprometimento parcial AS (APAAPS)

Alojamento e alimentação

DETALHAMENTO TAC			IMPLEMENTAÇÃO			CONSEQUÊNCIAS	
ano	Item - discriminação	responsáveis	s/ n/ p	descrição	causa	resultados	motivos
2003	17- para Polícia Ambiental, Polícia Federal e Capitania dos Portos	Acompeche	-	Não foi necessário utilizar			-
2004	5- para Polícia Ambiental	Acompeche	-	Não foi necessário utilizar			-
2005	4- para Polícia Ambiental	Acompeche	-	Não foi necessário utilizar			-

Gestão de recursos da visitaçao

DETALHAMENTO TAC			IMPLEMENTAÇÃO			CONSEQUÊNCIAS	
ano	Item - discriminação	responsáveis	s/ n/ p	descrição	causa	resultados	motivos
2003	2- reter R\$2,00 de cada ingresso a trilha para custeio Plano de Manejo	Acompeche	n	Não houve prestação de contas		Falta de entrada de recurso para investimento na ilha	Descomprometimento AS (Acompeche)

DETALHAMENTO TAC			IMPLEMENTAÇÃO			CONSEQUÊNCIAS	
ano	Item - discriminação	responsáveis	s/ n/ p	descrição	causa	resultados	motivos
2004	25- abertura de conta específica e prestação de contas quinzenais. Em contrapartida fica com 10% (taxa adm.)	Acompeche		Conta aberta, prestação de contas tardia		Falta de organização	Comprometimento parcial AS (Acompeche)
2004	34- 10% retido para investimento na Ilha	Acompeche		Parcela retida	-	Início de fundo financeiro	Comprometimento AS
2005	20- depósitos na conta específica e prestação de contas mensais. Em contrapartida fica com 10%(taxa administração)	Acompeche		prestação de contas tardia e após cobranças		Falta de organização	Comprometimento parcial AS (Acompeche)
2005	27- 20% retido ref. aluguel de equipamento de mergulho para investimento na Ilha	Amaisc	n	Sem prestação de contas		Falta de entrada de recurso para investimento na ilha	Falta de comprometimento AS
2005	29- 10% das trilhas retido para investimento na Ilha	Acompeche					
2005	30- reter 1% da arrecadação bruta para fundo de conservação	Escunas e APAAPS	p	Escunas prestação de contas tardia APAAPS não aceitou		Desorganização	Comprometimento parcial AS
2006	22- depósitos na conta específica e prestação de contas mensais detalhadas. Comprovar recolhimento e rendimentos 10% Plano Manejo	Acompeche	p	Sem prestação de contas em 2006 (efetuada em 2007)		A Associação somente prestou contas no mês de novembro de 2007	Falta de comprometimento AS
2006	30-. Comprovar recolhimento e rendimentos de 20% retido para investimento na Ilha do aluguel de equipamento de mergulho	Amaisc	n	Não houve prestação de contas		Falta de entrada de recurso para investimento na ilha	Falta de comprometimento AS
2006	31- 10% das trilhas retido para investimento na Ilha	Acompeche	p	Sem prestação de contas em 2006 (efetuada em 2007)		A Associação somente prestou contas no mês de novembro de 2007	Falta de comprometimento AS
2006	34- recolhimento de 1% da receita bruta para investimento na Ilha	RI	s	Determinação atendida		Recurso disponível para investimento na ilha	Comprometimento AS

DETALHAMENTO TAC			IMPLEMENTAÇÃO			CONSEQUÊNCIAS	
ano	Item - discriminação	responsáveis	s/ n/ p	descrição	causa	resultados	motivos
2006	32- reter 1% da arrecadação bruta para fundo de conservação	Transportadores (exceto APAAPS)	p	Escunas – sim; Botes não	Inexistência de sanção	Parte de recurso disponível para investimento na ilha	Comprometimento parcial AS
2006	34- 1% arrecadação bruta	Restaurante Acompeche	s	Foi repassado para Acompeche		Recurso disponível para investimento na ilha	Comprometimento AS

Fornecimento equipamentos e demais providências para viabilizar a visitaçã

DETALHAMENTO TAC			IMPLEMENTAÇÃO			CONSEQUÊNCIAS	
ano	Item - discriminação	responsáveis	s/ n/ p	descrição	causa	resultados	motivos
2004	23- 2 barracas, 6 mesas e 12 cadeiras e tickets p/ trilhas	Acompeche	p	tardio	Desinteresse ref. funcionamento da visitaçã	Dificuldades operacionais na visitaçã	Falta comprometimento AS (Acompeche)
2004	33- rádios de comunicação para uso de Iphan e Associações	Acompeche	p	Determinação parcialmente atendida	Rádios funcionaram somente no início da temporada	Organização da visitaçã comprometida	Comprometimento parcial AS (Acompeche)
2005	17- 1 barraca, 6 mesas e 12 cadeiras	Acompeche	p	Mobília e barraca- sim Guarda volume-não	Desinteresse ref. funcionamento da visitaçã	Dificuldades operacionais na visitaçã	Comprometimento parcial AS
2005	18- tickets p/trilhas e outras despesas para gestão visitaçã	Acompeche	s	Determinação atendida	Interesse em organizar cobrança ingresso	Venda de ingressos de forma organizada	Comprometimento AS (Acompeche) na arrecadação
2005	28- rádios de comunicação para uso de Iphan e Associações	Acompeche	p	Determinação parcialmente atendida; Amaisc ajudou	Rádios funcionaram somente no início da temporada	Organização da visitaçã comprometida	Comprometimento parcial AS (Acompeche)
2006	19- 1 barraca, 6 mesas e 12 cadeiras	Acompeche	p	Mobiliário – sim Barraca - não	Pouco interesse ref. funcionamento da visitaçã	Organização da visitaçã comprometida	Comprometimento parcial AS (Acompeche)
2006	20- tickets p/trilhas e outras despesas p/ gestão visitaçã	Acompeche	s	Determinação atendida	Interesse em organizar cobrança ingresso	Venda de ingressos de forma organizada	Comprometimento AS (Acompeche) na arrecadação

Pró-labore da equipe de visitação

DETALHAMENTO TAC			IMPLEMENTAÇÃO			CONSEQUÊNCIAS	
ano	Item - discriminação	responsáveis	s/ n/ p	descrição	causa	resultados	motivos
2004	26 e 32- Monitores e coordenadores trilhas subaquática pagos pela receita da visitação	Acompeche	p	Pagamentos efetuados	Viabilizado por monitor F. Cardoso	Viabilizou visitação das trilhas subaquáticas	Comprometimento do agente
2005	21- Monitores e coordenadores pagos pela receita da visitação	Acompeche	p	Pagamentos efetuados	Viabilizado por monitor F. Cardoso	Viabilizou visitação das trilhas	Comprometimento do agente
2006	23- Monitores e coordenadores pagos pela receita da visitação (proporções definidas pelo lphan)	Acompeche	p	Pagamentos efetuados	Orientação da coordenação do lphan	Viabilizou visitação das trilhas	Eficiência OP

Centro de Visitação

DETALHAMENTO TAC			IMPLEMENTAÇÃO			CONSEQUÊNCIAS	
ano	Item - discriminação	responsáveis	s/ n/ p	descrição	causa	resultados	motivos
2003	16- organizado em dependências da Acompeche e manutenção recepcionistas e vigilantes sem interferir no trabalho da Amaisc	Acompeche	s	Determinação atendida		Cessou conflito causado no ano anterior pela ação da Acompeche	Comprometimento AS (Acompeche)

Produtos produzidos por associações

DETALHAMENTO TAC			IMPLEMENTAÇÃO			CONSEQUÊNCIAS	
ano	Item - discriminação	responsáveis	s/ n/ p	descrição	causa	resultados	motivos
2003	1- revista como passaporte para ingresso as trilhas	Acompeche	s	A revista foi impressa e utilizada como passaporte		Entrada de recursos para Acompeche	Comprometimento AS (Acompeche) na arrecadação

DETALHAMENTO TAC			IMPLEMENTAÇÃO			CONSEQUÊNCIAS	
ano	Item - discriminação	responsáveis	s/ n/ p	descrição	causa	resultados	motivos
2003	10- revista da Acompeche com página de publicidade sem ônus para APAAPS para pagamento de dívida da Acompeche com a APAAPS	Acompeche e APPAPS	n	APPAPS não concor- dou		Impasse	Conflito APAAPS e Acompeche
2004	20- desvincula venda revista do ingresso a trilha	Acompeche	s	Determinação atendida	Fiscalização lphan	Menor custo para ingresso em trilha	Eficiência TAC
2005	15- desvincula venda revista do ingresso a trilha	Acompeche	s	Determinação atendida	Fiscalização lphan	Menor custo para ingresso em trilha	Eficiência TAC
2006	18- desvincula venda seus produtos do ingresso a trilha	Acompeche e Amaisc	s	Determinação atendida	Fiscalização lphan	Menor custo para ingresso em trilha	Eficiência TAC
2003	2 e 4- Destinação recurso: Acompeche , Projeto de Plano de Manejo, ressarcimento Acompeche , Monitores	Acompeche	n	Houve venda porém o recurso não foi desti- nado a Ilha do Cam- peche	Acompeche justi- ficou que o inves- timento não foi recuperado	Adiado plano de manejo	Falta de planejamento AS (Acompeche)
2003	5- Controle e repasse de verba semanal	Acompeche	n	Desorganização e desrespeito ao TAC	Inexistência de sanção	Desorganização	Falta de comprome- timento AS (Acompeche)

Assessoria para levantamento de informações e controle de escunas

DETALHAMENTO TAC			IMPLEMENTAÇÃO			CONSEQUÊNCIAS	
ano	Item - discriminação	responsáveis	s/ n/ p	descrição	causa	resultados	motivos
2004	18- CP fornecer ao lphan os dados	CP	n			Dados inexistentes	Falta de recurso OP
2005	14- CP fornecer ao lphan os dados	CP	n			Dados inexistentes	Falta de recurso OP

Transporte pago para a Ilha do Campeche

DETALHAMENTO TAC			IMPLEMENTAÇÃO			CONSEQUÊNCIAS	
ano	Item - discriminação	responsáveis	s/ n/ p	descrição	causa	resultados	motivos
2003	6, 7- Acompeche não deve realizar de dez/03 a páscoa/04	Acompeche	s				Comprometi- mento AS

Uso trapiche da Praia da Armação do Pântano do Sul

DETALHAMENTO TAC			IMPLEMENTAÇÃO			CONSEQUÊNCIAS	
ano	Item - discriminação	responsáveis	s/ n/ p	descrição	causa	resultados	motivos
2003	11- Acompeche não pode cobrar pelo uso e APAAPS deve bem zelar e respeitar o livre acesso	Acompeche e APPAPS	s				Comprometimento AS

B.4 COMPETÊNCIAS

Visitação as trilhas

DETALHAMENTO TAC			IMPLEMENTAÇÃO			CONSEQUÊNCIAS	
ano	Item - discriminação	responsáveis	s/ n/ p	descrição	causa	resultados	motivos
2006	7- somente com acompanhamento de monitores credenciados pelo Iphan	Iphan	s	Credenciamento Iphan	Organização consolidada pelo Iphan	Organização e diminuição de conflitos e riscos	Eficiência OP
2006	28- somente com acompanhamento da equipe de visitação	acordantes	p		Organização consolidada pelo Iphan	Organização e diminuição de conflitos e riscos	Eficiência OP

Contas e fundos referenciadas no TAC

DETALHAMENTO TAC			IMPLEMENTAÇÃO			CONSEQUÊNCIAS	
ano	Item - discriminação	responsáveis	s/ n/ p	descrição	causa	resultados	motivos
2005	31- somente utilizadas com anuência	MPF	s	Não foram utilizados	Recursos reservados para uso futuro	Recursos disponíveis	Recursos insuficientes

Sistema de reservas para visitação

DETALHAMENTO TAC			IMPLEMENTAÇÃO			CONSEQÜÊNCIAS	
ano	Item - discriminação	responsáveis	s/ n/ p	descrição	causa	resultados	motivos
2004	19- possibilidade de definição de sistema de reservas com APAAPS e escunas para visita a trilhas	lphan	n	Sistema não implementado	Faltam de condições operacionais	Manutenção da situação anterior	Item de aplicação inviável

Valor ingresso das trilhas terrestres e subaquáticas

DETALHAMENTO TAC			IMPLEMENTAÇÃO			CONSEQÜÊNCIAS	
ano	Item - discriminação	responsáveis	s/ n/ p	descrição	causa	resultados	motivos
2003	3- Valor ingresso fixado no TAC	Signatários do TAC	s	Valor definido	Interesse coletivo dos signatários do TAC	Organização	Atuação conjunta OP/ AS
2004	24- Valor ingresso a ser definido	lphan e Associações	s	Valor definido	Acordo	Organização	Atuação conjunta OP/ AS
2005	19- Valor ingresso a ser definido	lphan	s	Valor definido	Consulta seguida de determinação	Organização	Eficiência OP
2006	21- Valor ingresso e porcentagens a ser definido	lphan	s	Valor definido	Consulta seguida de determinação	Organização	Eficiência OP

Mergulho

DETALHAMENTO TAC			IMPLEMENTAÇÃO			CONSEQÜÊNCIAS	
ano	Item - discriminação	responsáveis	s/ n/ p	descrição	causa	resultados	motivos
2004	30- atividades na região: - normatização e - denúncia de irregularidades	lphan	p				Falta de recursos OP
2005	24- atividades na região: - normatização e - denúncia de irregularidades	lphan	p				Falta de recursos OP

DETALHAMENTO TAC			IMPLEMENTAÇÃO			CONSEQUÊNCIAS	
ano	Item - discriminação	responsáveis	s/ n/ p	descrição	causa	resultados	motivos
2006	27- atividades na região: - normatização e - denúncia de irregularidades	lphan	p				Falta de recursos OP
2005	26- normatização da visitação das trilhas subaquáticas (apnéia)	lphan	s	Visitação e normatização eficientes	Viabilizada por Termo Cooperação Técnica com Univali	Organização e segurança dos visitantes e usuários	Eficiência OP/ AS
2006	29- normatização visitação subaquática	lphan	s	Visitação e normatização eficientes	Viabilizada por Termo Cooperação Técnica com Univali	Organização e segurança dos visitantes e usuários	Eficiência OP/ AS

Informações e documento complementar ao TAC

DETALHAMENTO TAC			IMPLEMENTAÇÃO			CONSEQUÊNCIAS	
ano	Item - discriminação	responsáveis	s/ n/ p	descrição	causa	resultados	motivos
2003	15- Atendimento a dúvidas e, se necessário, definição de regras complementares	lphan	s	Determinação atendida pelo Ofício 435/03-11a. SR/ lphan/SC	Controle da equipe de visitação	Organização	Eficiência OP
2005	32- normatização aluguel de equipamentos de mergulho, atuação de monitores e coordenadores	lphan	s	Elaboradas três normatizações específicas	Controle de qualidade	Organização da visitação	Eficiência OP
2006	36- normatização aluguel de equipamentos de mergulho, atuação de monitores e coordenadores	lphan	s	Elaboradas três normatizações específicas	Controle de qualidade	Organização da visitação	Eficiência OP

B.5 FISCALIZAÇÃO

Fiscalização de atendimento à sinalização implementada para controle de tráfego marítimo na enseada

DETALHAMENTO TAC			IMPLEMENTAÇÃO			CONSEQUÊNCIAS	
ano	Item - discriminação	responsáveis	s/ n/ p	descrição	causa	resultados	motivos
2004	02- vistorias	Cap. Portos	p		-	Casos de desrespeito a normatização	Falta de recursos OP
2005	02- vistorias	Cap. Portos	p		-	Casos de desrespeito a normatização	Falta de recursos OP

Comprometimento OP de estabelecer cronograma

DETALHAMENTO TAC			IMPLEMENTAÇÃO			CONSEQUÊNCIAS	
ano	Item - discriminação	responsáveis	s/ n/ p	descrição	causa	resultados	motivos
2004	05- Policiamento, fiscalização e educação ambiental	CPPA	p		Falta de efetivo	Impactos ambientais e conflitos	Falta de recursos OP
2005	04- vistorias e controle	CPPA	p		Falta de efetivo	Impactos ambientais e conflitos	Falta de recursos OP
2006	03- vistorias e controle	CPPA	p	Descumprimento do TAC	Falta de efetivo	Impactos ambientais e conflitos	Falta de recursos OP

B.6 VIGÊNCIA

Normatização da visitação regular às trilhas

DETALHAMENTO TAC			IMPLEMENTAÇÃO			CONSEQUÊNCIAS	
ano	Item - discriminação	responsáveis	s/ n/ p	descrição	causa	resultados	motivos
2004	08- 15/dez/04 a páscoa/05	Signatários do TAC	s	Atendimento somente na alta temporada	Validade atendida	Respaldo legal	Ação conjunta OP/ AS
2005	07- 01/dez/05 a dez/2006	Signatários do TAC	s	Atendimento somente na alta temporada	Desarticulação na baixa temporada	Impacto pequeno devido a pouca frequência	Falta ação conjunta
2006	09- 01/dez/06 a dez/2007	Signatários do TAC		Atendimento somente na alta temporada	Desarticulação na baixa temporada	Impacto pequeno devido a pouca frequência	Falta ação conjunta

APÊNDICE C – RELATÓRIOS

Os relatórios elaborados sobre a Ilha do Campeche desempenham importante papel conforme pode ser visto nos capítulos 4 e 5.

Independente de sua origem, viabilizam a construção do diagnóstico e, muitas vezes, embasar a produção de normatização.

Neste apêndice serão apresentadas as sínteses desse material organizadas por agentes e por atividades.

C.1 ANO 1998 – OFÍCIO DO IPHAN RESULTANTE DE VISTORIA

BRASIL, IPHAN, 1998. **Ofício 232/98-11^a.CR/IPHAN/SC**. Data: 04/08/1998, Para: Procuradoria da República, Assunto: Relatório de vistoria à Ilha do Campeche.

Ocupantes

falta regulamentação de festas, acampamentos e fogueiras

Acompeche

objetos pregados em árvore

introdução de fauna e flora exóticas

incinerador de lixo

localização das fossas em área potencial de sítios arqueológicos

edificações em excesso e em área potencial de sítios arqueológicos

falta de controle sobre quantidade de sócios na ilha

Pioneira da Costa

objetos pregados em árvore

pedras pintadas

introdução de fauna e flora exóticas

localização das fossas em área potencial de sítios arqueológicos

Visitação

falta de controle sobre quantidade (turistas)

falta estrutura para desembarque

C.2 ANO 1998 – RELATÓRIO DO IBAMA RESULTANTE DE VISTORIA

FILIPPINI, A. **Relatório de Vistoria na Ilha do Campeche**. 25/09/98.

Ilha em excelente estado de conservação com exceção das picadas abertas na mata na área da Pioneira da Costa.

Propostas:

Envolvimento com uma organização independente para gerenciar e fiscalizar a ilha

Proibição de qualquer supressão de vegetação, rochas ou terra

Abolição de introdução de fauna ou flora

Transporte de todo lixo para Florianópolis e abolição de prática de incineração

Proibição de pesca junto ao costão

Redimensionamento e reforma do sistema de fossas e sumidouros

Remoção de estruturas que interfiram na paisagem (cercas, latrinas, casas e barracos velhos,

etc.).

C.3 ANO 2000 – RELATÓRIO DO GRUPO QUE ORIGINOU A AMAISC

ASSOCIAÇÃO DE GUIAS JOVENS DO SUL DA ILHA DE SANTA CATARINA.
Relatório Final do Projeto Guias Jovens da Ilha do Campeche - verão 2000.

Amaisc

equipe de visitação: grupo formado em sua maioria por jovens entre 14 e 18 anos
 alguns visitantes não aceitam abordagem de monitores no desembarque
 grupo de monitores alugam: caiaques, cadeiras e guarda sol, nadadeiras, máscaras e
snorkels, t nis
 monitores vendem artesanato sem retorno financeiro ao projeto
 monitores e APAAPS oferecem passeio volta a ilha
 constru o de quiosque de madeira para gerenciar atividades de visitaço (contou com apoio
 de parceiros e patrocínio)
 Projeto arrecadou aproximadamente R\$70.000 entre dez/99 e mar/00.
 Estimativa de 50.000 a 60.000 visitantes entre dezembro e mar o²²

Visita o

houve curso de capacita o para monitores²³
 a APAAPS d  cortesia para dois monitores por barco com turistas
 acordo com Acompeche: repasse de 25% da arrecada o bruta das trilhas. Segundo relatório
 monitores fizeram o repasse mas a associa o não cumpriu as contrapartidas acordadas.

A oes antrópicas

Houve diversas reportagens em jornais, revista e televisão.

C.4 ANO 2001 – RELATÓRIO DA AMAISC

ASSOCIA O DOS MONITORES AMBIENTAIS DA ILHA DO CAMPECHE E DO
 SUL DA ILHA DE SANTA CATARINA. **Relatório das Atividades Inerentes   Temporada
 Turística 2000/2001 na Ilha do Campeche.** 05/02/01.

AMAISC. **Relatório Final das Atividades do Projeto de Monitores Ambientais da
 Ilha do Campeche-Verão 2001.**

Ocupantes

lixo dos restaurantes e da Associa o Couto de Magalhães
 incinerador de lixo e esgoto a céu aberto

Amaisc

conflitos de monitores com Acompeche

Visita o

ano passado a “Associa o Couto de Magalhães colaborava na coleta do lixo” e neste não
 curso oferecido pelo Iphan: inscri oes “feitas de modo problemático” pois “foram admitidas
 pessoas com idade entre 14 e 18 anos, sem estar no conhecimento do Iphan que nesta idade, não
 poderiam trabalhar”
 curso realizado tardiamente, em dezembro, interferiram negativamente na visitaço
 ano anterior a Amaisc possuía “autonomia para fiscalizar as trilhas” e neste ano “não pode
 fechar trilhas”
 no ano passado as “5 op oes de trilhas contemplavam todas riquezas da ilha” e neste ano as
 “4 trilhas mal definidas por técnicos do Iphan não atendem à demanda”
 “capacidade de pessoas atendidas não chega a 200 pessoas por dia” enquanto no ano
 passado, eram atendidas mais de 300 pessoas ao dia
 ano passado “sugeriu-se uma taxa pela visitaço” e neste os “monitores são podem receber
 gorjetas”
 a visitaço era 1.000 pessoas por dia no ano passado e neste 1.200 a 2.000²⁴

²² observa o da autora: não há nenhum registro de ter havido contagem

²³ observa o da autora: primeiro curso promovido pelo IPHAN

²⁴ observa o da autora: não há nenhum registro de ter havido contagem

“para que se realizassem os trabalhos dos monitores ambientais, uma série de normas foi criada, sendo chamada de Termo de Ajustamento de Condutas” (..) “Muitas destas normas não contemplavam a realidade, o que tornava mais difícil a atuação dos monitores ambientais, já que eram os únicos com suas atitudes em voga.”²⁵

operadores de turismo fizeram churrasco sob as árvores
particulares pescam com arpão próximo aos banhistas
coleta de estrela-do-mar, cavalo-marinho, polvo, caranguejos e pingüins que são “exibidos como troféus”

instalações sanitárias precárias
barcos muito próximos da área de banho
cabos e ferros dos barcos na praia ou amarrados em árvores
inexistência de policiamento e fiscalização

“Não existe atendimento para casos de acidente. Os gravemente feridos têm que esperar cerca de meia hora até que chegue o helicóptero da Polícia Militar.”

“A praia e as trilhas se mantiveram limpas e a integridade da fauna e flora não foi significativamente abalada, assim como os sítios arqueológicos não foram depredados em presença dos monitores.”(p.2)

“Fica como saldo desta temporada uma enorme depredação a um Patrimônio Histórico e Paisagístico Nacional, a cada dia mais divulgado e mais visitado. Ficam muitos erros a serem corrigidos e muitas medidas a serem tomadas. Mas também ficam milhares de pessoas satisfeitas com a existência de uma entidade verdadeiramente preocupada e atuante com e na manutenção deste Patrimônio. E é isto que renova as esperanças e dá novo fôlego à Amaisc.” (p.3)

Meio ambiente

“a água potável deixou de ser potável, em uma das maiores agressões ao meio ambiente jamais vistas em Santa Catarina”

C.5 ANO 2001 – ATA RESUMIDA DE REUNIÃO DO PROCESSO DE GESTÃO PARTICIPATIVA INSTITUÍDO EM 2001²⁶

Reunião do Grupo de Trabalho Pró-Conservação da Ilha do Campeche. Ata.
Local: 11^a. SR/ Iphan/ SC, Data: 07/06/2001. 3p.

Principais problemas identificados na Ilha do Campeche:

Ocupantes

Introdução de plantas exóticas e animais domésticos
Acampamentos na ilha
Material depositado a céu aberto
Desembarque de material de construção e intervenções físicas sem autorização do Iphan
Ocupação desordenada
Interferências na paisagem (poluição visual): cercas, placas, edificações
Livre acesso dos ocupantes por toda ilha
Falta de local para pernoite dos pescadores
Falta de estudo de saneamento e disponibilidade de água na ilha
Falta de planejamento para coleta e destinação de lixo
Falta de Plano de Manejo
Falta de recursos
Devem apoiar pesquisas e retirar plantas e animais exóticos introduzidos

Restaurante da Ilha (Acompeche)

Resíduos sólidos espalhados pelo vento

Restaurante Bacalhau (Pioneira)

²⁵ observação da autora: Não houve TAC. Houve um ofício do Iphan indicando os procedimentos, os passeios liberados e as trilhas que foram interditadas por questão de segurança. Há também um Termo de Audiência de 19/12/2000 na 12^a. Procuradoria do Trabalho no qual os monitores afirmam não ser cobrada nenhuma taxa para visitação e que as contribuições são espontâneas. Neste termo fica definida a idade mínima de 16 anos para esta atividade.

²⁶ Detalhamento apresentado no Apêndice 1

Resíduos sólidos espalhados pelo vento

Visitação

Desrespeito ao horário definido

Circulação livre de turistas pela ilha e entorno das casas

Falta de estrutura para recepção ao visitante (banheiros, centro de visitantes)

Falta curso de capacitação para monitores

Retirada de fauna marinha por turistas

Inexistência de controle e definição de área para mergulho

Ações antrópicas

Agressão a sítios arqueológicos

Mergulho recreativo predatório

Caça submarina

Embarque e desembarques desorganizados

Ancoragem junto área de banho

Jet ski no entorno da ilha

Poluição sonora (fogos de artifício, buzinas de embarcações, aparelhos de som, etc.)

Resíduos sólidos das embarcações

Churrasqueiras, fogueiras, lixo

Uso e ocupação da praia sem critérios

Trilhas degradadas

Poluição gerada por esgoto, lixo e óleo das embarcações

Falta de orientação nos pontos de origem: turista, associado e pescador

Falta fiscalização

Excesso de usuários na ilha

Desrespeito a normatização oficial: pesca predatória

Retirada de moluscos e sementes de marisco no entorno da ilha

Conflitos entre: APAAPS e Acompeche, Amaisc e Acompeche, Amaisc e escunas

C.6 ANO 2002 – RELATÓRIO DE ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE OCEANOGRAFIA/ UNIVALI

SILVA, A. F. DA; SCHORK, G.; MOTTOLA, L.; DOMENICO, M. DI; MONTANARI, T.
– **Relatório dos Estagiários Bolsistas do Curso de Oceanografia da Univali.** Jan/02 e mar/02

Ocupantes

Falta de controle das edificações que utilizam água

Excesso de construções

Acumulo de lixo

Hospedagem além da capacidade de suporte da ilha

Acompeche

Criação de galinhas: “poluição visual” e interferência no ambiente

sócios: prática de pesca submarina, alimentação de quatis e de pássaros, acampamento, “desmoralizam o projeto de visitação educativa”

Ducha do restaurante freqüentemente ligada

Som alto (“pagodão e batucada”)

Acampamento

Superlotação no carnaval (não deixaram estagiários contar o número de barracas e observou-se pelo menos 18)

Alimentação de quatis e pássaros

Restaurante da Ilha (Acompeche)

Som alto

Restaurante Bacalhau (Pioneira)

Lixo nos arredores do restaurante

Queima de lixo

Número excessivo de pessoas almoçando

Mesas sobre sítio arqueológico histórico da armação

Acampamento

Som alto

Visitação

Quantidade excessiva nos dias de pico (p.ex. carnaval - 8 e 9/02) – dificulta ação dos monitores

Amaisc não consegue sempre impedir entrada de visitantes desacompanhados nas trilhas

Guia da Embratur da empresa Ecolub – desobedecendo a norma e levando grupo para trilhas

Dias com poucos monitores (p.ex. 11/fev)

Churrasco na praia (barco Tubarão Branco e agente de turismo da Barra da Lagoa)

Visitação em dia impróprio para transporte marinho (12/02): vento sul forte, ondulação e correnteza de sul. Muitos visitantes assustados ou passando mal. Virou inflável de apoio a Querubin.

Visitantes desacompanhados nas trilhas

Atos de vandalismo

Agressão física entre monitores da Amaisc

Agressão verbal entre sócia Acompeche e monitor Amaisc

Visitante leva 2 garoupas e 1 polvo (escuna Aquarium)

Visitantes alimentam quatis

Visitantes desacompanhados nas trilhas (caminham sobre sítios arqueológicos)

Falta isolamento e sinalização para sítios arqueológicos

Falta de fiscalização

Monitores coletam sacos de lixo abandonados por visitantes na praia

Banheiros em péssimo estado e número insuficiente

Visitantes mergulhando desacompanhados: coleta de cavalos marinhos e estrelas-do-mar (“lembrança”)

Visitantes com nadadeiras danificando fauna bentônica

Visitantes pescando

Trilhas subaquáticas (Amaisc) - algumas são feitas com número excessivo de pessoas impedindo o monitoramento correto (freqüentemente os visitantes apóiam as nadadeiras sobre rochas mais rasas danificando algas e outras espécies)

Passeios em trilha sem condições devido a chuva no dia anterior cria alargamento na trilha e formação de canal de escoamento em local inadequado (26/01)

Ações antrópicas

Pichações nas rochas próximas a gravuras rupestres

Garrafas e cacos de vidro na praia

Prática de pesca e caça submarina (principalmente garoupas e polvos) para consumo dos restaurantes, sócios e moradores praias vizinhas

Captura de garoupas jovens interferindo no ciclo reprodutivo da espécie

Remoção total de mariscos em vários trechos do costão (moradores, pescadores e sócios Acompeche)

23 camaroneiros utilizando o método de arrasto de fundo no trajeto Armação/ Ilha do Campeche (30/01)

C.7 ANO 2002 – RELATÓRIO DE VISTORIA DA POLÍCIA MILITAR DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

1º. Pelotão de Polícia Militar de Proteção Ambiental. **Processo 01.05.014/03-02.**
 DATA: 14/03/02. Origem: atendimento à denúncias repassadas pelo Setor Jornalístico do Grupo RBS. Execução das 10:30 às 17 h do dia 22/02/02. Responsáveis pela infração: Associação Couto de Magalhães de Preservação da Ilha do Campeche e Pesqueira Pioneira da Costa S/A

Constatadas e registradas as seguintes irregularidades:

Ocupantes

Ôbices e falta de objetividade nas ações de sustentabilidade dos recursos naturais identificado pelo Grupo de Gestão Participativa da Ilha do Campeche (09/05/01)

Acompeche

Três edificações com “sistema de saneamento saturado, com visíveis transbordos de resíduos, comprometendo, sobremaneira, os cursos d’água e lenço freático”;

Identificados (próximo aos alojamentos) a existência de:

“grande quantidade de entulho proveniente da demolição de um incinerador” “lançada entre a vegetação”,

“caixas d’água de amianto em desuso armazenadas de maneira imprópria, servindo de criadouro para o mosquito da dengue” e

“desbaste raso de vegetação nativa, com fito, a priori, de instalação de barracas ou futura instalação de edificação”;

Embarque de material de construção (embarcação da Acompeche) flagrado pela fiscalização

Restaurante da Ilha (Acompeche)

Fossas sépticas comprometendo o ecossistema local

Restaurante Bacalhau (Pioneira)

Fossas sépticas comprometendo o ecossistema local

Ações antrópicas

Descaracterização de sítios arqueológicos (“pichações e instalação de fogueiras”)

“Utilização de cabos para atracamento de embarcações fixados em árvores, danificando e lesando seus troncos”

Introdução irregular de quatis, “alimentados, diariamente, com restos de comida caseira, provinda de freqüentadores da ilha, ocasionando, em virtude da abundância, excesso populacional que compromete a biota local”

Instalação de sistema de saneamento precário “com tubulações de esgoto aparentes e fossas sépticas saturadas”

C.8 ANO 2003 – RELATÓRIO DE ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE OCEANOGRAFIA/ UNIVALI

DOMENICO, M. DI & MONTANARI, T.. **Relatório Ilha do Campeche - dezembro/02 e janeiro/03.** jan/03.

Acompeche

Implantação de serviço de monitoria paralelo: disputa pelos turistas que desembarcam, monitores Acompeche não credenciados pelo Iphan, coincidência de horário na mesma trilha (extrapolação do limite das trilhas).

Restaurante da Ilha (Acompeche)

Material descartável espalhado pelo vento

Gasto excessivo de água: ducha disponível para turistas sendo utilizada o dia todo

Restaurante Bacalhau (Pioneira)

Material descartável espalhado pelo vento

Barracas de acampamento a vista (restaurante Bacalhau)

Visitação

Alta ocupação entre 13 h e 15 h: impossibilidade de atendimento aos visitantes e de controle dos que entram nas trilhas desacompanhados (desinformação gera impacto p.ex. pisar em oficinas líticas ou gravuras)

Visitação subaquática: parceria Amaisc e As. Pescadores

Embarcação (Querubim) ancorada próxima ao costão – turistas mergulhando sem controle

Turistas mergulhando desacompanhados- coleta de peixes e invertebrados (estrelas-do-mar, moluscos)

Muitas pessoas praticando caça submarina

Necessidade de controle com normas e responsáveis para organizar os mergulhos

Ações antrópicas

Camaroneiro ancorado frente a praia soltando foguetes constantemente (1 dia)

Meio ambiente

quatis (roubam comida da sacola de visitantes)

C.9 ANO 2004 – RELATÓRIO DE ESTAGIÁRIOS

RIBEIRO, S. & LIVRAMENTO, F. Relatório Final de Campo – Ilha do Campeche/Florianópolis/ SC. Jan/04

Acompeche

Placas de empresa de mergulho divulgando aluguel de cadeiras, caiaque, etc junto ao restaurante da Acompeche

Restaurante da Ilha (Acompeche)

Denúncia de construção irregular junto ao Restaurante da Ilha (Acompeche) em 17/01

Restaurante Bacalhau (Pioneira)

Iphan realiza cercamento provisório (bambus e corda) para proteger área do sítio arqueológico histórico da Armação

Foi removido o cordão de isolamento do sítio histórico da armação e foram colocadas mesas e cadeiras do Restaurante Bacalhau (Pioneira da Costa)

Visitação

Turistas percorrendo trilhas sem guias

Intenso fluxo de botes infláveis vindos da praia do Campeche

Turistas reclamando de óleo na água ao norte da praia (corpo com óleo)

Meio ambiente

Muitos quatis (ninhada recente)

C.10 ANO 2005 – RELATÓRIOS DE COORDENADORES DA VISITAÇÃO

MORENO, D. **Relatório do Plano Emergencial de visitação da Ilha do Campeche 2005.** ref. 21/12/04 - 07/01/05. 3 p.;

SCHMIDT, A. & LUCINI, P. **Relatório-IPHAN- Ilha do Campeche- verão 2004/2005.** ref.27/12/04 - 04/01/05. 2 p.;

KOEHLER, P. R.; PIMENTA, L. H. F. & MORENO, D. **Relatório Ilha do Campeche.** ref.23/12/04 - 12/01/05. 2 p.;

SCHMIDT, A. & LUCINI, P. **Relatório-IPHAN- Ilha do Campeche. 21/01/2005.** ref.15 - 21/01/05. 2 p.;

SCHMIDT, A. & LUCINI, P. **Relatório - Ilha do Campeche/ IPHAN.** 31/01/2005. ref.22 - 28/01/05. 2 p.;

KOEHLER, P. R. & PIMENTA, L. H.F. (**sem título**). ref. 12/01 - 11/02/05. 3 p.;

Acompeche

Ameaça de suspender e suspensão temporária do transporte da equipe de visitação

Reclama de atuação do Iphan

Cumpre alojamento para equipe de visitação

Restaurante da Ilha (Acompeche)

Cumprimento da contrapartida de fornecer refeição para equipe de visitação Reclamação sobre quantidade de almoços cortesia para os monitores em dias de pouca visitação

Entorno limpo

Restaurante Bacalhau (Pioneira da Costa)

Falta limpeza no entorno (material descartável levado pelo vento)

Queima de lixo

Mesas sobre sítio arqueológico histórico da Armação

Associação de Pescadores

Ameaça de suspender transporte de equipe de visitação

Amaisc

Permanece resistência da Amaisc à coordenação e normatização do Iphan:

- monitor reage a preencher planilha de controle de desembarques elaborada pelo

Iphan

- monitores: “reclamações excessivas por qualquer coisa”

- monitores desrespeitam orientações do coordenador gerando clima tenso
- monitores abandonam guarda de entrada de trilha
- alguns monitores ignoram coordenação Iphan e agem autonomamente desrespeitando escalas de folga e de horário de almoço
- questionamento sobre a necessidade e finalidade de se ter “pessoas de fora coordenando as atividades de mergulho”
- articulações entre outros atores para denegrir imagem do Iphan

Monitores de modo geral: falta de postura profissional (desinteresse, atrasos, “postura indesejável perante os turistas”)

Equipamentos de mergulho para aluguel sem a assepsia adequada exige atuação dos coordenadores

Grande quantidade de equipamentos de mergulho alugados dificulta monitoramento sendo potencial causador de impacto ambiental e falta de segurança pessoal

Visitação

Visitantes chegam a ilha sem informações básicas

Atuação independente: condução de visitantes a trilhas subaquáticas e aluguel de equipamentos de mergulho. Visitantes subindo pelo costão e coletando estrela do mar e algas.

Transporte irregular de turistas por botes infláveis da Praia do Campeche

Equipe uniformizada: 2 camisetas (3/01) e 1 crachá (08/01) gratuitos para cada membro

Alguns monitores despreparados para conduzir visitantes nas trilhas em final de dezembro

Visitantes universitários questionam informações repassadas por monitores sobre arqueologia da ilha

Visitantes reagem a pagar para percorrer trilhas alegando não terem sido avisados previamente

Visitante fazendo churrasco na praia

Redes de pesca (aprox. 30m) estendidas na praia interferem no uso da praia

Instalação de linha de bóias (27/01) organiza significativamente o tráfego marinho apesar de ser verificado desobedecimento de algumas embarcações particulares, de Scuna Sul, Lagomar e escuna Querubin, botes da praia do Campeche. Faltou manutenção (deslocamento causado por ondas e mau tempo). Escunas alegam não haver cabos para fixação das embarcações.

Separação de instalações para aluguel de equipamentos e centro de atendimento ao visitante melhora qualidade do atendimento

Depredação de oficina lítica (desenhos feitos com material metálico)

Demora no preenchimento de *tickets* causa filas

Visitantes da Barra da Lagoa alegam terem sido informados que trilhas estavam incluídas no custo do transporte

Vendedor ambulante vendendo chapéu na praia

Solicitação não atendida por CPPA e Capitania dos Portos (27/12 a 04/01)

Vistoria: Capitania dos Portos (8 e 9/01) e CPPA (22 e 23/01)

Ações antrópicas

Muitos atuneiros fazendo arrasto próximo a praia e costões

Rede de cerco dos pescadores da Armação

C.11 ANO 2006 – RELATÓRIO ELABORADO PELO IPHAN

BRASIL, IPHAN, 2006. **Visitação na Ilha do Campeche - dezembro/2005 - abril/2006**. Florianópolis: 2006. 33p., anexos.

Acompeche

Demora para providenciar material para visitação

Conflito com APAAPS

Sócios conduzem visitantes nas trilhas

Vazamento de fossa

Grande quantidade de lixo junto casarão

Transporte muda árvore para ilha

Restaurante da Ilha (Acompeche)

Vazamento de fossa

Sanitários insuficientes e sem manutenção adequada

Restaurante Bacalhau (Pioneira da Costa)

Material descartável no chão

Visitantes reclamam do atendimento

Sanitários insuficientes e sem manutenção adequada

Vazamento de fossa

Redes de pesca estendidas na praia no horário de visitação

Fornecimento refeição para equipe de visitação

Amaisc

Monitores- alguns não respeitam hierarquia, confrontos

Assepsia equipamento de mergulho para loca o: sensível melhora em rela o ao ano passado

APAAPS

Transmissão de informa es incorretas aos visitantes

Alternância de conflitos e colabora o com equipe de visitaço (vinculado a liderança)

Visita o

Botes infláveis da praia do Campeche realizam transporte irregular

Empresas realizando aluguel de equipamentos e mergulho aut nomo

Transportadores: falta de informa o aos turistas sobre as condi es do mar e do transporte em geral. Informa es incorretas sobre as condi es para visita a Ilha

Embarca es não autorizadas procedentes de Pântano do Sul, Lagoa da Concei o, Barra da Lagoa e Garopaba

Desrespeito a delimita o de embarque, desembarque e ancoragem

Desrespeito as normas: condu o de visitante as trilhas terrestres e subaquáticas (escuna Querubin)

Dejetos humano nas trilhas

Ocupantes: Falta de planejamento para remo o do lixo

Acidente com quati

Presença de ambulantes: comercializa o de camisetas, cangas, bijuterias, cocada, óculos de sol, bombons, redes, sorvetes (Kibom e Yopa)

Visitantes registram elogios quanto a segurança, atendimento e equipe

Trilhas subaquáticas: apoio de embarca o em tempo integral para conforto e segurança

Scuna Sul e Lagomar fornecem camiseta para equipe

Iphan

Libera o tardia de verba (outubro) resultando em atraso no curso e na divulga o da equipe credenciada

Implanta o sinaliza o prote o ao sítio histórico da Arma o

Levantamento de dados numéricos referentes à visitaço.

C.12 ANOS 2006/7 – RELATÓRIOS ELABORADOS PELO IPHAN

BRASIL, IPHAN, 2007. **Visita o e Uso da Ilha do Campeche. Relatórios dezembro/2006 a abril/2007**. Florianópolis: 2007. 93 p.

BRASIL, IPHAN, 2007. **Visita o e Uso da Ilha do Campeche. Desembarques dezembro/2006 a fevereiro/2007**. Florianópolis: 2007. 11 p.

Acompeche

Diretoria proíbe temporariamente que a equipe de visitaço percorra a área do entorno das edifica es

Sócios no costão em local não permitido (conflitos com equipe de visitaço)

Sócios caçando na área de trilha subaquática

Protagonista de duas reportagens divulgando a ilha (01/02 e 21/03/07). A segunda teve caráter sensacionalista e foi verificado aumento na visitaço

Lixo deixado junto aos pesqueiros (sacos plásticos e isopor)

Restaurante da Ilha (Acompeche)

Construiu composteira para acondicionamento do lixo orgânico

Restaurante Bacalhau (Pioneira da Costa)

Demora em recolher comida das mesas favorece ação de quatis

Amaisc

quiosque de visitação e equipamentos não tiveram manutenção ao longo do ano
 não tomou providências quanto ao abandono das atividades por parte dos monitores
 a partir de final de março não cumpre as normas do tac quanto a aluguel de equipamentos de
 mergulho quanto a assepsia e atendimento ao público,
 coleta de lixo insuficiente
 projeto Marobembé: impressão de cartões postais sobre a ilha com a proposta de reverter os
 recursos financeiros gerados para a Ilha do Campeche
 crise interna
 grupo não tem clareza de seu papel na Ilha do Campeche

APAAPS

utilizam o transporte da equipe (definido no TAC) como instrumento de pressão ameaçando
 suspender em função do não atendimento a alguma reivindicação (já ocorrido em anos anteriores)
 falta unidade: alguns barqueiros fizeram transporte em dias em que o trapiche estava fechado
 por falta de condições de navegação
 não há comprometimento quanto a responsabilidade de transportar a equipe de visitação
 havendo atrasos e dias sem transporte
 crise interna dificulta a comunicação e o encaminhamento de soluções para os problemas.
 Em maio foi eleita nova diretoria.

Botes da praia do Campeche

não cumprem limite estabelecido no TAC gerando **gravíssimos** conflitos que **desestruturam**
 o processo e impossibilitaram o atendimento adequado aos visitantes pela equipe
 em vários dias não foi cumprido horário definido para visitação
 continuam trabalhando após o término da validade do alvará (04 de março)

Escunas

escuna Querubin eventualmente liga som em altura acima da adequada

Visitação

-Monitores

Equipe menor que ano anterior porém com maior comprometimento, embora ainda
 muito imaturos
 boa disposição em dezembro porém houve significativa diminuição de freqüência a
 partir de janeiro chegando a março em quantidade crítica. Houve necessidade de chamar jovens não
 credenciados (não fizeram curso) para compor a equipe.

poucos mostraram-se aptos a realizar trilhas subaquáticas

-Períodos críticos

Primeira quinzena de dezembro - APAAPS e Restaurante não funcionam
 regularmente gerando problemas na gestão pois a equipe de visitação necessita estar presente na
 Ilha

A partir de março transporte irregular

-Inter-relações

instáveis entre os atores em função do descumprimento do TAC pelos botes da praia
 do Campeche

os principais confrontos com a equipe de visitação tiveram origem nas atividades dos
 botes da praia do Campeche e de uma empresa não signatária do TAC, a Dive Way
 em especial entre equipe de visitação e botes do Campeche e empresa Dive Way
 (não signatária do TAC)

conflitos entre APAAPS e botes do Campeche

conflitos entre os donos de botes do Campeche

reclamações constantes de visitantes com referência aos sócios da Couto por terem

livre acesso

de um modo geral, os atores não entendem o porquê das restrições de uso e não tem
 uma visão geral do processo de conservação da Ilha do Campeche

a atuação descomprometida dos não signatários e dos botes do Campeche
 desestrutura os trabalhos da equipe de visitação

-Atores não regulamentados
 empresa Dive Way operando mergulho constantemente inclusive dentro área de banhista e de trilhas subaquáticas
 embarcações da praia do Pântano do Sul

-Estrutura da Ilha para a visitaçã
 trilhas interditadas necessitando manutenção e correção
 sinalização de sítios arqueológicos insuficiente

-Sinalização marítima
 desrespeito as raias na enseada: APAAPS, escunas, outros
 necessidade diária de alinhamento
 furto de 5 bóias de sinalização amarela
 a colocação não foi feita pela Capitania dos Portos gerando um descomprometimento quanto a sua obediência

-Trilha subaquática
 sócios, pescador artesanal e visitante pescando na área de trilha subaquática
 atividade constante de botes da praia do Campeche: sobrecarrega e desorganiza a abordagem, podendo chegar 40 pessoas a cada 10 minutos

-Segurança
 empresa (Dive Way) em atividade (mergulho autônomo, batismo e caça submarina) em área de trilha subaquática e de banhista e no canal de embarque/desembarque
 visitantes pescando com arpão na área de trilha subaquática
 afogamento socorrido por turista e por monitor
 visitante se machuca no costão
 muitos visitantes no costão dificulta ação da equipe

-Quati
 rasgam sacos de lixo e viram cesto de lixo
 tiram alimentos das mãos de visitantes
 sobem nas mesas dos restaurantes comem e defecam
 machucam visitantes (criança 5 anos, adulto) e sócio (adulto)
 alimentados por visitantes
 maltratados por pescadores e sócios da Acompeche
 carregam sacolas de lixo e outros objetos para a mata e para as árvores

-Impacto ambiental
 visitantes deixam lixo na praia
 Camaroeiros e atuneiros permanecem ancorados junto a ilha. Muitas vezes praia amanhece suja (restos de comida e embalagens descartáveis)
 Limpeza de casco de barcos da Armação na praia
 Visitantes invadem trilhas e locais não permitidos (p.ex. costões) em dias que equipe não tem transporte da APAAPS (principalmente ocorrido a partir de março)
 Poluição sonora eventual causada por visitantes e escuna Querubim
 Restaurantes tem que manter bomba d'água ligada em tempo integral para os banheiros quando há excesso de visitantes

-Desrespeito ao TAC
Botes infláveis da praia do Campeche desrespeitam cota (maior problema neste verão)
 Embarcações ancoradas ou realizando embarque/desembarque na área reservada para banho
 Rede de pesca estendida na praia (Sr. Nabor)
 transporte da equipe de visitaçã pela APAAPS com problemas quanto a horário e dias sem cumprimento (muitas vezes esteve sujeito a decisões pessoais dos barqueiros ou do responsável do dia)

Pontos positivos
 APAAPS cedeu ao Iphan uma sala na praia da Armação para ser Centro de Informações. Pôde-se perceber muitos visitantes chegando a ilha com prévio conhecimento das informações necessárias
 Melhora na relação entre APAAPS e Iphan/ equipe de visitaçã

Reclamações de turistas desinformados diminuiram muito em relação verão passado devido a implantação de placas e distribuição de *folders* informativos nos pontos de embarque
 melhora significativa na limpeza dos banheiros, exceção feita aos dias de alta visitação em que não se consegue atender a demanda
 restaurantes cumprindo exigências do TAC quanto a destinação do óleo de fritura
 significativa melhora na comunicação com transportadores e atendimento ao visitante com a aquisição de aparelho celular para a coordenação da visitação
 Equipe uniformizada e com crachá personalizado providenciados pelo Iphan
 a Acompeche providenciou a limpeza das fossas diante da proibição do Iphan de abrir outras novas para substituir as saturadas
 Coordenador da visitação faz contato com veterinário e inicia a elaboração de projeto para esterilização de quatis
 Iphan destina verba para complementar os honorários dos coordenadores

Questões a resolver

Necessidade de preparar atores para atendimento ao visitante (garçons, barqueiros)
 Necessidade de diretoria da Acompeche promover a divulgação sobre conduta conservacionista entre sócios e seus convidados
 Aluguel de equipamentos de mergulho na armação compromete segurança do visitante pois este adquire maior autonomia em local sem salva-vidas
 Conflito de empresa de mergulho (Dive Way) com equipe de visitação devido a atividades não previstas no TAC que interferem na organização da visitação, impactam o meio ambiente (pisoteio nos costões rochosos), além de oferecer a mesma atividade que o projeto de visitação
 Fiscalização precária e falta de sanção para não cumprimento do TAC
 O não cumprimento do transporte diário às 8 horas da equipe desestrutura os trabalhos e viabiliza o acesso de visitantes a locais não permitidos
 Falta de comprometimento de monitores que abandonaram suas funções tornando insuficiente o número de componentes da equipe
 Necessidade de planejar ações diferentes para média (a partir do início das aulas) e baixa temporada
 Necessidade de alinhamento diário das raias de sinalização devido ao deslocamento causado pela dinâmica marinha local. O problema seria minimizado com a instalação de trados fixados no fundo do mar (causariam menor impacto do que as poitas)
 Necessidade de salva-vidas na ilha
 Atores que não respeitam regras (p.ex. sócios da Couto) fragilizam processo de educação ambiental dos visitantes
 Em 15 de março a APAAPS encerra suas atividades e os pescadores passam a trabalhar em regime autônomo embora a visitação ainda acontece em quantidade significativa
 Surgimento de novos atores não signatários do TAC que não estão sujeitos as normas nem contribuem financeiramente para o fundo da ilha.
 Taxa de visitação não supre as necessidade básicas (p.ex. crédito para celular)
 Coleta de lixo insuficiente
 Quatis com comportamento e número incompatível com visitação
 Dar continuidade a implantação de sinalização de proteção iniciada pelo Iphan
 Ação de atuneiros junto a praia e aos costões: impacto na biodiversidade marinha, arrasto de embarcações, descarte de lixo na praia e na água, danificação da sinalização aquática
 Após alta temporada visitação continua sem estrutura (transporte regular, almoço, quantidade suficiente de monitores)
 Necessidade de regulamentação de mergulho autônomo e caça submarina incluindo definição de local
 Inexistência de sanções favorece o não cumprimento do TAC

C.13 ANO 2006– RELATÓRIO DE VISTORIA DE ARQUEÓLOGO DO IPHAN

BASTOS, R. L. **Relatório de Vistoria**. Florianópolis: Iphan, 11^a. SR/ SC, 16/11/06.

Proíbe a abertura de novas fossas como medida de proteção aos sítios arqueológicos
 Identifica todas edificações como impactantes, sugere a translocação da no. 12 e a remoção das nos. 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 9 (vide Fig. 46)

C.14 ANO 2006– RELATÓRIO DE VISTORIA DE TÉCNICOS DO IBAMA

PINTO, G. R. M. & BRASIL, G. Laudo Técnico 635/2006. Florianópolis: DITEC/Ibama/ SC, 20/11/06. 4 p.

Classifica a localização das edificações:

1- “acima da cota de três metros, em terreno mais declivoso, já claramente parte dos morros . Não são consideradas restingas”: depósito de gás, casa de força, churrasqueira 1 e casa do barqueiro (Fig. 46: 3 a 6)

2- “situadas em cotas intermediarias (cerca de 2 metros), cujo solo apresenta alto teor de matéria orgânica e grandes fragmentos de quartzo coluvial sob uma camada inferior a 5 cm de areias eólicas. São áreas de transição entre a planície marinha e os morros, onde não foi possível determinar a extensão da área da restinga”: casa Saulo, metade leste do restaurante Bacalhau e seus banheiros, edificações da Acompeche - alojamentos (casas 2 e 3), churrasqueira 2, casa do chacreiro e casarão (Fig. 46: 2, 8, 9, 10, 11, 13, parte do 14 e 15)

3- “cotas ligeiramente superiores à da praia (menos de 1 metro). Possuem grande proporção de areias em sua composição e situadas muito próximas à praia. Consideradas restingas de acordo com a resolução Conama nº. 303/2002”: casa Andrino, metade oeste do restaurante Bacalhau, quiosques de informações 1 e 2, escamador (Fig. 46: 7, 12, parte do 14, 16 e 17)

Restaurante Acompeche, caso a parte: frente sobre restinga gerando trânsito de pessoas que impede o desenvolvimento de vegetação enquanto os fundos já se encontram sobre cota mais elevada no sopé do morro.

Foi constatado introdução de fauna e flora exóticas. Todas, exceto bananeira e coqueiro, “estão se disseminando naturalmente pela ilha, o que configura contaminação biológica daquele ambiente”

C.15 ANO 2006– RELATÓRIO DE VISTORIA DE FISCAL DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL

SOUZA, J. de. Relatório de Vistoria. Florianópolis: Vigilância Sanitária/ PMF, 24/11/06..

Apenas edificação de Andrino (Fig. 46: 16) não possui sistema de tratamento de esgoto (caixa de gordura, fossa, sumidouro e banheiro). Nas demais edificações, foi constatado a existência de sistema individual de tratamento de esgoto sanitário (fossa e sumidouro).

Foram feitos 30 testes com corante azul de metileno nas peças sanitárias (banheiros, pias, vasos sanitários e tanques) das edificações sendo o resultado negativo para todas.

C.16 ANO 2007– RELATÓRIO DE VISTORIA DE TÉCNICOS DA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

SCHMITZ, C. M. & REIS, B. V. Relatório de Vistoria. Florianópolis: Secretaria do Patrimônio da União/ GRPU, 18/04/07.

A ilha pertence integralmente a união.

Não há edificações na área de uso comum do povo.

C.17 ANO 2007– RELATÓRIO DE VISTORIA DE ANALISTA PERICIAL DO MPF

BORGES, I. L. Informação Técnica 60/2007. Florianópolis: Procuradoria da República/ SC, 11/04/07. 8 p.

Três grupos para edificações de acordo com aspectos edáficos apurados através de tradagens superficiais do solo:

1- Área de início do morro solo argiloso (não se enquadra na definição de restinga): depósito de gás, casa de força, churrasqueira 1 e casa do barqueiro (Fig. 46: 3 a6);

2- Área mista de depósitos arenosos e coluviais argilosos (se enquadram na definição de restinga): casa Saulo, metade leste do restaurante bacalhau e seus banheiros, edificações da Acompeche - alojamentos 2 e 3, churrasqueira 2, casa do chacareiro e casarão (Fig. 46: 2, 8, 9, 10, 11, 13, parte do 14 e 15);

Área de depósitos arenosos (área de preservação permanente): casa Andrino, metade oeste do restaurante bacalhau, quiosque de informações 1 e 2, escamador (Fig. 46: 7, 12, parte do 14, 16 e 17).

Identifica que os quatis existentes estão dependentes da ação humana e aponta a necessidade de detalhada fundamentação para análise de um eventual programa de manejo.

C.18 ANO 2006 – RELATÓRIO DE VISTORIA DE PROFESSOR DA UFSC

MEDEIROS, J. de D. **Relatório de Vistoria a Ilha do Campeche (Florianópolis, SC)**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina/ Depto. Botânica 7p. il. 2006

As numerações a seguir referem-se às edificações constantes do Fig. 46:

1- Restaurante Acompeche – possui cozinha, vasos sanitário e pias

As águas servidas são esgotadas para uma fossa e os resíduos da cozinha absorvidos por quatro caixas de gordura e uma caixa de infiltração. A captação de água está a pequena distância das caixas e fossas de infiltração, “contrariando normas sanitárias básicas”. A cozinha “apresenta condições de extrema precariedade sanitária”.

2- Casarão – alojamento servido por dois banheiros

O esgotamento sanitário é feito através de duas caixas de gordura, duas fossas e um sumidouro. Uma das fossas também recebe dejetos das edificações 8 e 9 (casa 2 e casa do chacareiro). Nas imediações há duas ponteiras para captação de água do lençol freático

11- Alojamento: uma cozinha e cinco sanitários e quatro chuveiros, “todos conectados a um sistema improvisado de fossa e sumidouro”

14 – Restaurante Bacalhau – condições similares a edificação 1: “os equipamentos sanitários instalados são improvisados, sub-dimensionados e precários”. A cozinha “não apresenta as mínimas condições de higiene exigidas para a exploração de um serviço de restaurante”. Nos fundos há uma pequena edificação para abrigo do gerador de energia elétrica com vazamento de óleo combustível e lubrificantes. No mesmo local há descarte de frascos de óleo lubrificante e de pilhas.

Há ponteiras relativamente próximas desta fonte poluidora.

16 – Casa de Andrino - “posição bastante frágil, face o risco de desestabilização do substrato arenoso pela ação das marés”.

Na porção oeste identificou-se exemplares de fauna e de flora introduzidos. Destaca algumas reconhecidas como exóticas invasoras.

Em resumo: destaca a existência de várias construções edificadas em área de preservação permanente e a falta de condições sanitárias.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)